



**UNIVERSIDADE SALVADOR  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

**JOSÉ GILEÁ DE SOUZA**

**CAMAÇARI, AS DUAS FACES DA MOEDA:  
CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

Salvador  
2006

**JOSÉ GILEÁ DE SOUZA**

**CAMAÇARI, AS DUAS FACES DA MOEDA:  
CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola

Salvador  
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

Souza, José Gileá de.

Camaçari, as duas faces da moeda: crescimento econômico x desenvolvimento social / José Gileá de Souza. - 2006.

235 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Salvador – UNIFACS.  
Mestrado em Análise Regional, 2006.

Orientador: Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola.

1. Desenvolvimento econômico – Camaçari, BA. 2.  
Desenvolvimento regional – aspectos sócio-econômicos. 3.  
Planejamento regional. I. Spinola, Noelio Dantaslé, orient. II. Título.

CDD: 338.458142

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**JOSÉ GILEÁ DE SOUZA**

### **CAMAÇARI, AS DUAS FACES DA MOEDA: crescimento econômico X desenvolvimento social.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Análise Regional, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola  
Doutor – Universidade de Barcelona

---

Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva  
Doutor – Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva  
Doutor – Universidade de Toulouse

Salvador, 12 de Junho de 2006



DEDICO

A minha Mãe (in memoriam)

que sempre acreditou na educação

como um dos caminhos que levam

ao desenvolvimento humano e social.

## AGRADECIMENTOS

Seria impossível nomear todas as pessoas que, direta ou indiretamente contribuíram para esta dissertação. Contudo, não poderia deixar de reconhecer o apoio material da CAPES para a realização desta pesquisa e agradecer especialmente:

Ao professor orientador, Dr. Noelio Dantaslé Spinola, pelo incentivo, por ter acreditado que seria possível concretizar este trabalho e por haver traçado o caminho com um norte bem sinalizado para este resultado;

Aos professores Dr. Jorge Antonio Santos Silva e Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva, pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação;

Ao professor Dr. Alcides Caldas e aos demais professores do PPDRU, pelos preciosos ensinamentos que ajudaram a construir, de um modo ou de outro, este trabalho;

Aos amigos e colegas de jornada no mestrado, que sempre desejaram o meu sucesso. E a todos os amigos que compartilharam deste período de muito trabalho, e poucas folgas em fins-de-semana, mas que sempre ajudaram e apoiaram;

Aos funcionários da UNIFACS que colaboraram para a realização do presente trabalho, em especial às secretárias do mestrado, pela cordialidade e amizade;

Aos representantes da Prefeitura Municipal de Camaçari e aos moradores desse município, pela compreensão e atenção dada em todas as etapas da coleta de dados, em especial aqueles que contribuíram com a doação de seu tempo.

E por fim o mais importante dos agradecimentos: À minha família; A Cássia, por tudo que tem contribuído para a realização de nossos sonhos, pelo companheirismo, pelo apoio necessário na infra-estrutura doméstica, pela dedicação e pelo amor. A minha filha, Thainá, simplesmente pela sua alegre e radiante presença.

Aqueles que têm por missão ler, ensinar e pesquisar sobre desenvolvimento, devem assumir sua porção de culpa pela atual falta de perspectiva. Um dos principais papéis sociais dos acadêmicos e intelectuais é o de fornecer um sentido de perspectiva, com vistas a orientar outros membros da sociedade que estão preocupados com as questões e os problemas do dia-a-dia.

Diane Conyers, 1997.  
(Citado por Boisier, 1999)

## RESUMO

O município de Camaçari no estado da Bahia, mesmo tendo um histórico de ocupação muito antigo, só experimentou profundas modificações na sua estrutura espacial e socioeconômica a partir do início da implantação de um complexo industrial em seu território na década de 1970. O planejamento nacional do desenvolvimento vigente à época, alicerçado em teorias de orientação perrouxianas e a efetiva implantação de indústrias de grande porte conduziram o município, de tradição agroturística, a se transformar em um espaço econômico de base predominantemente secundária, acelerando o crescimento urbano. Nada obstante, é inegável que esse processo produziu a melhoria dos indicadores econômicos do município. Nesse sentido, sabendo-se que Camaçari foi espaço privilegiado de transformações de origem exógena, a presente dissertação, examinando o processo de crescimento econômico, através do estudo dos planos de desenvolvimento que tiveram Camaçari como objeto e da realização de um diagnóstico socioeconômico e ambiental, verificou que o processo de crescimento econômico observado no Município não se refletiu num efetivo desenvolvimento social.

**Palavras-chave:** Camaçari; planejamento regional; crescimento econômico; desenvolvimento regional.

## ABSTRACT

The municipal district of Camaçari in the state of Bahia even having a very old occupation description only experienced deep changes in its spatial, social and economical structure from the beginning of the industrial complex establishment in its territory in the decade of 1970. The national effective development plan at that time based on Perrouxian's guiding theories and the effective establishment of great industries had lead the municipal district from an agrotouristical tradition into a secondary base economic space, increasing the urban growth. It is incontestable that this process produced the improvement of the economical levels of the municipal district. In this direction, knowing that Camaçari was a privileged space of exogenous origin changes, the present dissertation, by examining the growth process through the study of the development plans that had Camaçari as a focus and the social, economical and environmental diagnosis, verified that the process of economical growth observed in the municipal district did not reflected an effective social development.

**Key words:** Camaçari; regional planning; economic growth; regional development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Metropolitana de Salvador -----	54
Figura 2 – Praça de Abrantes -----	57
Figura 3 – Jauá: casas de veraneio -----	58
Figura 4 – Povoado de Areias: rua principal -----	59
Figura 5 – Povoado de Arembepe: expansão urbana -----	60
Figura 6 – Povoado de Jacuípe: foz e casas de veraneio -----	61
Figura 7 – Vila de Bom Jesus: praça principal -----	61
Figura 8 – Guarajuba: especulação imobiliária -----	62
Figura 9 – Povoado de Barra do Pojuca -----	63
Figura 10 – Povoado de Itacimirim: casas de veraneio -----	64
Figura 11 – Povoado de Parafuso: ruínas da estação da ferroviária -----	64
Figura 12 – Precipitações pluviométricas anuais medidas em mm na estação Camaçari entre 1995 e 2003 -----	65
Figura 13 – Plantação de côco em Camaçari -----	68
Figura 14 – Mapa hidrográfico: Camaçari e Dias D’Ávila -----	71
Figura 15 – Mapa geológico do município de Camaçari -----	75
Figura 16 – Olaria localizada no povoado de Parafuso -----	76
Figura 17 – Cerâmica Incenor às margens da BA-093 -----	76
Figura 18 – Barra do Pojuca: jazida de areia -----	77
Figura 19 – Igreja de Abrantes -----	78
Figura 20 – Camaçari: estação ferroviária -----	81
Figura 21 – Vista aérea da cidade de Camaçari nos anos 1960, obras de construção do Copec nos anos 1970 e Vista do Copec no ano 2000 com a cidade de Camaçari ao fundo -----	84
Figura 22 – Alternativas de localização industrial -----	85
Figura 23 – Plano piloto de Camaçari -----	91
Figura 24 – Local de residência dos trabalhadores do Copec, 2002 -----	97
Figura 25 – Camaçari, formação do IDH-M – 2000 -----	110
Figura 26 – UNEB e Famec: instalações -----	126
Figura 27 – Ceteb: Instalações -----	128
Figura 28 – Camaçari: Bairro Inocoop -----	129

Figura 29 – Ocupação espacial da cidade de Camaçari, 2005 -----	130
Figura 30 – Rio Camaçari: ocupação irregular -----	131
Figura 31 – Bairro Piaçaveira: construção de casas populares -----	131
Figura 32 – Teatro Magalhães Neto -----	133
Figura 33 – Barra do Pojuca: obras de ampliação da rede de água, 2005 -----	135
Figura 34 – Limpec, casa do gari -----	137
Figura 35 – Município de Camaçari: sede de associações comunitárias -----	141
Figura 36 – Camaçari: Fórum Clemente Mariani, Justiça do Trabalho e Conselho tutelar da criança e do adolescente -----	144
Figura 37 – Inserção de Camaçari no mapa rodoviário do Estado -----	146
Figura 38 – Malha ferroviária da Bahia no contexto regional -----	147
Figura 39 – Terminal Rodoviário de Camaçari -----	149
Figura 40 – Camaçari: congestionamento do sistema de transporte coletivo -----	150
Figura 41 – Centro industrial de Camaçari: localização das empresas -----	156
Figura 42 – Centro Comercial de Camaçari -----	166
Figura 43 – Freqüência do turista no município de Camaçari, 2004 -----	169
Figura 44 – Emissário submarino da Cetrel em Arembepe -----	183
Figura 45 – Parque Municipal Dunas de Abrantes: espaço invadido -----	187
Figura 46 – Grau de participação das empresas em ações sociais voltadas para a comunidade no Nordeste, 1999 e 2003 -----	193
Figura 47 – Nordeste, como atuam as empresas -----	194
Figura 48 – Colégio reformado pela Ford em Camaçari -----	197
Figura 49 – Biblioteca e Associação apoiada pela Liondell no povoado de Areias -----	198

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferentes enfoques do desenvolvimento -----	46
Quadro 2 – Formas de capitais intangíveis determinantes do processo de desenvolvimento regional -----	49
Quadro 3 – Situação analítica dos tipos de solo de Camaçari -----	70
Quadro 4 – Comparativo do IDH-M de Camaçari e de outros municípios sede de complexo petroquímico, 2000 -----	109
Quadro 5 – Camaçari, distribuição dos bancos e postos de atendimentos bancários, 2005 -----	167
Quadro 6 – Ação social de empresas localizadas no município de Camaçari em prol da comunidade local, 2005 -----	195



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Camaçari, evolução da população de 1940 a 2005 -----	82
Tabela 2 – Transferência de ICM e FPM para o município de Camaçari, 1970 – 1974 -----	96
Tabela 3 – Classificação dos dez principais municípios baianos segundo o IDE e seus componentes, 2000 -----	107
Tabela 4 – Classificação dos dez principais municípios baianos segundo o IDS e seus componentes, 2000 -----	108
Tabela 5 – IDH-M dos municípios da RMS e sua classificação no Estado , 1991 e 2000 -----	110
Tabela 6 – Camaçari: indicadores de mortalidade e longevidade - 1991 e 2000 -	111
Tabela 7 – RMS: sub-índice de renda e renda <i>per capita</i> , 1991 e 2000 -----	112
Tabela 8 – Classificação dos 10 principais municípios baianos segundo a população, 1991 e 2005 -----	112
Tabela 9 – RMS, classificação dos municípios segundo a população, 1991 e 2005 -----	113
Tabela 10 – RMS, taxa anual de crescimento populacional, 1980/1991 e 1991/2000 -----	114
Tabela 11 – Camaçari, evolução da taxa de urbanização, 1940 – 2000 -----	116
Tabela 12 – Classificação dos dez principais municípios baianos segundo a taxa de urbanização, 2000 -----	116
Tabela 13 – Camaçari, população urbana e rural por distrito, 2000 -----	117
Tabela 14 – Camaçari, população residente por sexo, 2000 -----	117
Tabela 15 – Camaçari, RMS e Bahia, população residente por sexo e localização do domicílio por área, 2000 -----	117
Tabela 16 – População residente em Camaçari por grupo de idade, 1980 – 2000 -----	118
Tabela 17 – Camaçari, distribuição percentual da renda mensal dos chefes de domicílio por classes de rendimento mensal, 2000 -----	118
Tabela 18 – Camaçari, rendimento médio mensal da população com 10 anos ou mais de idade, 2000 -----	119
Tabela 19 – Camaçari, indicadores de pobreza, 1991 e 2000 -----	120

Tabela 20 – Bahia e RMS, hospitais conveniados com o SUS segundo a natureza, leitos existentes e contratados, 2002 -----	121
Tabela 21 – Camaçari, indicadores de infra-estrutura de saúde, 1991 e 2000 ----	122
Tabela 22 – Camaçari, Salvador e RMS, servidores estaduais da área de saúde, segundo o tipo de ocupação, 2003 -----	123
Tabela 23 – Bahia e RMS, analfabetismo da população com 15 anos ou mais, 1991 e 2000 -----	123
Tabela 24 – Camaçari, número de docentes em exercício na educação infantil e classes de alfabetização por localização e dependência administrativa, 2002 ----	124
Tabela 25 – Camaçari, número de estabelecimentos que ministram o ensino fundamental, por localização e dependência administrativa, 2002 -----	124
Tabela 26 – Camaçari, matrícula inicial no ensino fundamental por localização e dependência administrativa, 2002 -----	125
Tabela 27 – Camaçari, número de docentes em exercício no ensino fundamental por localização e dependência administrativa, 2002 -----	125
Tabela 28 – Camaçari, número de docentes em exercício no ensino médio regular e médio profissionalizante, por grau de formação, 2002 -----	126
Tabela 29 – Senac, ensino profissionalizante em Camaçari, 2002 -----	127
Tabela 30 – Camaçari, grupos culturais e artistas individuais por área, 2003 ----	133
Tabela 31 – Camaçari, ligações de água por distritos e povoados, 2004 -----	134
Tabela 32 – Camaçari, ligações de esgoto por distrito e povoados, 2004 -----	136
Tabela 33 – Camaçari, números de consumidores de energia elétrica por classe, 1980, 1990 e 2004 -----	139
Tabela 34 – Camaçari, consumo de energia elétrica por classe, 1980, 1990 e 2004 -----	139
Tabela 35 – Entidades sociais cadastradas na PMC, 2005 -----	140
Tabela 36 – Camaçari, ocorrências registradas no 12º BPM, 2003 e 2004 -----	143
Tabela 37 – Camaçari, concessionárias do transporte urbano, 2005 -----	150
Tabela 38 – Camaçari, estrutura para transporte urbano, 2005 -----	150
Tabela 39 – Camaçari, frota de veículos, 2005 -----	151
Tabela 40 – Camaçari: lavoura temporária e permanente, 2000 – 2002 -----	153
Tabela 41 – Bahia e Camaçari, efetivo dos rebanhos, 2002 -----	154
Tabela 42 – Camaçari e Salvador, valor adicionado por setor e PIB, 2003 -----	157

Tabela 43 – Camaçari, dados básicos das empresas de pneus, 2005 -----	160
Tabela 44 – Segmentos do pólo de apoio, 2005 -----	161
Tabela 45 – Natureza jurídica dos estabelecimentos de Camaçari, 2004 -----	162
Tabela 46 – Setor de atividades dos empresários de Camaçari, 2004 -----	162
Tabela 47 – Classificação dos estabelecimentos comerciais de Camaçari, 2004	163
Tabela 48 – Classificação dos estabelecimentos de serviços de Camaçari, 2004	164
Tabela 49 – Centro Comercial de Camaçari, 2005 -----	165
Tabela 50 – Funcionários ativos da PMC, 2005 -----	171
Tabela 51 – Nível dos funcionários ativos da PMC, 2005 -----	172
Tabela 52 – Funcionários inativos da PMC, 2005 -----	172
Tabela 53 – Comportamento da receita municipal de Camaçari, 2000 e 2004 ---	173
Tabela 54 – Despesa executada, 2000 e 2004 -----	175
Tabela 55 – Percentual de indivíduos que trabalham no Centro Industrial de Camaçari, Jan 2006 -----	228
Tabela 56 – Preocupação das empresas com a melhoria da qualidade de vida dos residentes em Camaçari, segundo a ótica da população, Jan 2006 -----	228
Tabela 57 - Oferta de empregos das empresas aos residentes em Camaçari, segundo a ótica da população, Jan 2006 -----	228
Tabela 58 – Compras das empresas no município, segundo a ótica da população, Jan 2006 -----	229
Tabela 59 – Grau de concordância da população de Camaçari, quanto ao desconhecimento da realidade de Camaçari por parte das diretorias das grandes empresas, Jan 2006 -----	229
Tabela 60 – Reflexos da implantação do Copec e do CIFN sobre a qualidade de vida dos residentes em Camaçari, segundo a ótica da população, jan 2006 -----	229
Tabela 61 – Beneficiários da implantação do Copec e do CIFN, segundo a ótica da população, Jan 2006-----	230
Tabela 62 – Razões que levam os entrevistados a residirem em Camaçari e seu percentual -----	230
Tabela 63 – Lugares para onde o morador de Camaçari se mudaria, Jan 2006 -	230
Tabela 63.1 – Resposta dos entrevistados em relação aos outros lugares e seu percentual -----	231
Tabela 64 – Escala de satisfação dos moradores quanto a residirem em	

Camaçari, Jan 2006 -----	231
Tabela 65 – Conhecimento da população de Camaçari em relação aos programas ambientais desenvolvidos pelas empresas do centro industrial, Jan 2006 -----	231
Tabela 66 – Confiança da população de Camaçari em relação às informações que as empresas passam para a comunidade, Jan 2006 -----	232
Tabela 67 – Abertura das empresas para visitas da comunidade, segundo a ótica da população, Jan 2006 -----	232
Tabela 68 – Realização de palestras sobre educação ambiental nas escolas municipais oferecidas pelas empresas do centro industrial, segundo a ótica da população, Jan 2006 -----	232
Tabela 69 – Comprometimento das empresas do centro industrial com a melhoria ambiental no município, segundo a ótica da população, Jan 2006 -----	232
Tabela 70 - Poluição do ar provocada pelas empresas do centro industrial percentual, segundo a ótica da população, Jan 2006 -----	233
Tabela 71 – Poluição dos recursos hídricos por empresas do centro industrial, segundo a ótica da população, Jan 2006 -----	233
Tabela 72 – Percentual da população que acredita num futuro sem poluição gerada pelas empresas, Jan 2006 -----	233
Tabela 73 – Receio da população em sofrer contaminação decorrente da operação das empresas, Jan 2006 -----	234
Tabela 74 – Problemas de saúde da população atribuído a poluição gerada pelas empresas, Jan 2006 -----	234
Tabela 75 – Grau de confiança da população nas ações das empresas do centro industrial em caso de acidente que prejudicasse a saúde dos moradores, Jan 2006 -----	234
Tabela 76 – Resposta dos entrevistados quanto à ausência de reclamação da população em relação às empresas instaladas em Camaçari, jan 2006 -----	235
Tabela 77 – Resposta dos entrevistados quanto à satisfação da população se as empresas saíssem do município e seu percentual, Jan 2006 -----	235
Tabela 78 – Percentual da população que acredita nas ações do Governo (federal, estadual e municipal) para melhorar a qualidade de vida dos moradores de Camaçari, Jan 2006 -----	235

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

ATEC – Associação Tecnológica Educacional de Camaçari

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BS – Balanço Social

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CEFET – Centro Federal de Ensino Tecnológico

CEPRAM – Conselho Estadual de Proteção Ambiental

CETEB – Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CETREL – Central de Tratamento de Efluentes Líquidos

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CIA – Centro Industrial de Aratu

CIFN – Complexo Industrial Ford Nordeste

CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

COFIC – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari

COMCOP - Comissão Coordenadora do Pólo Petroquímico

COMPOR - Comissão de Planificação da Orla Marítima

COPEB – Complexo Petroquímico da Bahia

COPEC - Complexo Petroquímico de Camaçari

COPENE – Companhia Petroquímica do Nordeste

COTRAVE – Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Bairro Verdes Horizontes

CRA – Centro de Recursos Ambientais

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DIRES - Diretoria Regional de Saúde do Estado da Bahia

DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
FAMEC – Faculdade Metropolitana de Camaçari  
FCA – Ferrovia Centro Atlântica  
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia  
HGC – Hospital Geral de Camaçari  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias  
IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico  
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IDS – Índice de Desenvolvimento Social  
INE – Índice do Nível de Educação  
INF – Índice de Infra-estrutura  
INOCOOP – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais  
INS – Índice do Nível de Saúde  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPM – Índice do Produto Municipal  
IQM – Índice de Qualificação de Mão-de-obra  
IRCMH – Índice de Renda Média dos Chefes de Família  
ISB – Índice dos Serviços Básicos  
ISS – Imposto Sobre Serviços  
ISSM – Instituto de Seguridade do Servidor Municipal  
LIMPEC – Empresa de Limpeza Pública de Camaçari  
MIT – Massachusetts Institute Technology  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
ONG – Organização Não Governamental  
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano  
PDOM – Plano de Desenvolvimento da Orla Marítima  
PDTIS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável  
PEP – Plano Estadual de Educação Profissional  
PHOC – Programa Habitacional Orientado de Camaçari  
PIC – Pólo Industrial de Camaçari

PMC – Prefeitura Municipal de Camaçari  
PMD – Plano Municipal de Desenvolvimento  
PME – Pequena e Média Empresa  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPOM – Plano Piloto da Orla Marítima  
PSF – Programa de Saúde da Família  
PTR – Plano de Turismo do Recôncavo  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
RLAM – Refinaria Landulpho Alves-Mataripe  
RMS – Região Metropolitana de Salvador  
RS – Responsabilidade Social  
SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão  
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEC – Secretária de Educação do Estado da Bahia  
SEDEC – Secretária de Desenvolvimento Comunitário  
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio ambiente de Camaçari  
SEPLANTEC – Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia  
SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial de Camaçari  
SUINVEST – Superintendência de Investimentos Turísticos  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UNEB – Universidade Estadual da Bahia  
WCED – World Commission on Environment and Development

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	22
<b>1. REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	28
1.1 Os diferentes enfoques da questão do crescimento e do desenvolvimento econômico .....	28
1.2 O espaço na economia: a teoria do desenvolvimento regional .....	31
1.3. Novas abordagens do desenvolvimento econômico .....	41
<b>2. O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI SOB UMA VISÃO GEOGRÁFICA</b> .....	54
2.1 Localização geográfica e regional .....	54
2.2 Análise das principais vilas e povoados .....	56
2.3 Análise climática .....	65
2.4 Análise das condições ambientais e geomorfológicas locais .....	66
2.4.1. Relevo .....	66
2.4.2. Caracterização da flora .....	67
2.4.3. Tipologia e aptidão dos solos .....	69
2.4.4. Recursos hídricos superficiais e subterrâneos .....	71
2.4.5. Geologia e recursos minerais .....	73
<b>3. AS EXPERIÊNCIAS DO PLANEJAMENTO EM CAMAÇARI</b> .....	78
3.1 Camaçari: a passagem de município agroturístico para município industrial--	78
3.2 O plano diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari .....	84
3.3 Os planos piloto de Camaçari e Dias D'Ávila .....	89
3.4 Os planos municipais de desenvolvimento .....	92
3.4.1 O primeiro Plano Municipal de Desenvolvimento (I PMD) .....	92
3.4.2. O segundo Plano Municipal de Desenvolvimento (II PMD) .....	96
3.5. Antecedentes de planejamento na área de Camaçari .....	99



3.6. O plano piloto da orla marítima de Camaçari e Lauro de Freitas -----	101
3.7 As interfaces do planejamento federal, estadual, municipal e privado e a autonomia municipal -----	104
<b>4. O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI SOB UMA VISÃO SOCIOECONÔMICA -----</b>	<b>107</b>
4.1 A infra-estrutura urbano-social do Município -----	107
4.1.1 Indicadores de desenvolvimento do município -----	107
4.1.2 A evolução demográfica -----	112
4.1.3 A estrutura do sistema de saúde -----	120
4.1.4 A estrutura de ensino -----	123
4.1.5. A questão habitacional -----	128
4.1.6 Elementos culturais -----	132
4.1.7 A situação do abastecimento de água, saneamento básico e limpeza pública -----	134
4.1.8 Energia elétrica -----	138
4.1.9 Organização social -----	140
4.1.10 Segurança pública e Justiça -----	142
4.2 A infra-estrutura física municipal -----	144
4.2.1.O sistema viário e de transportes -----	144
4.2.2. Transporte urbano -----	149
4.2.3. Comunicação -----	151
4.3 A economia do município -----	152
4.3.1 Setor primário -----	152
4.3.1.1. Agricultura -----	152
4.3.1.2. Pecuária -----	154
4.3.1.3. Pesca e extração vegetal -----	155
4.3.2 Setor secundário -----	155
4.3.2.1. Um novo complexo industrial -----	158
4.3.2.2. Outras indústrias de destaque -----	159
4.3.2.3. Os “Pólos Municipais” -----	161
4.3.3 Comércio e Serviços -----	162
4.3.4. Estrutura bancária -----	166

4.3.5. Turismo -----	168
4.4. Administração pública municipal -----	170
4.4.1. Estrutura organizacional e finanças públicas -----	170
<b>5. O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI SOB UMA VISÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL -----</b>	<b>176</b>
5.1. O Planejamento e a preservação do meio-ambiente -----	176
5.2. O Centro Industrial de Camaçari e as águas subterrâneas -----	181
5.3. Unidades de Conservação no município -----	186
5.4. Os problemas ambientais na ótica da Prefeitura Municipal de Camaçari -----	188
5.5. Balanço social e responsabilidade social -----	190
5.6. As Empresas de Camaçari e a comunidade local -----	194
5.7. A percepção dos moradores de Camaçari em relação às empresas localizadas no município -----	198
<b>CONCLUSÕES -----</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS -----</b>	<b>211</b>
<b>APÊNDICES -----</b>	<b>223</b>
Apêndice A -----	224
Apêndice B -----	225
Apêndice C -----	228

## INTRODUÇÃO

Camaçari, as duas faces da moeda: crescimento econômico versus desenvolvimento social é o tema desta dissertação de mestrado. A definição e a delimitação do tema surgiram da observação de uma realidade existente no município de Camaçari.

Camaçari, nas últimas quatro décadas, passou por agudas transformações socioeconômicas. Cresceu a taxas elevadas, modernizou-se, industrializou-se e diversificou a sua estrutura produtiva.

Nesse período, um dos principais eventos determinantes do processo de crescimento econômico, foi a implantação – na década de 1970 – de um complexo petroquímico em seu território. A implantação desse complexo tinha por finalidade iniciar a constituição de um pólo de desenvolvimento na região e diminuir o desequilíbrio econômico existente entre a Bahia e outros estados brasileiros – como se um pólo de desenvolvimento pudesse ter origem na decisão ordenadora de um “arquiteto social”.

O município de Camaçari inicialmente uma região agrária pouco desenvolvida, como muitas regiões do Nordeste do Brasil, tem como marco referencial de sua diferenciação econômica e modificação sócio-urbana, a implantação do complexo petroquímico.

O tema proposto, já traz consigo o problema fundamental que orientou a execução desta pesquisa, e consiste em averiguar até que ponto a implantação de grandes complexos industriais – petroquímico, automotivo, e outras indústrias correlatas – no território de Camaçari contribuiu para o desenvolvimento econômico do Município. Entende-se como desenvolvimento econômico a melhoria de indicadores econômicos e sociais que impactem positivamente na melhoria da qualidade de vida.

No período pesquisado, iniciou-se uma fase de desenvolvimento industrial que teve como principais efeitos o crescimento econômico e urbano de Camaçari. O Produto Interno Bruto (PIB) do Município que era relativamente insignificante no início do período cresceu a ponto de, em 2003, ultrapassar o PIB gerado na capital do Estado e a sua população, devido ao crescimento vegetativo e à forte corrente

migratória atraída pelo sonhado emprego nas indústrias, passou de 21.849 habitantes em 1960, para uma estimativa de 191.855 habitantes em 2005 (IBGE, 2005).

A hipótese que se busca confirmar com esta dissertação é de que o investimento e o aparato industrial, localizado no município de Camaçari, não produziram os resultados desejados em termos de desenvolvimento, os números são todos relativos ao crescimento econômico e crescimento não significa desenvolvimento.

O objetivo geral desta dissertação é realizar uma pesquisa no município de Camaçari, dentro do âmbito da teoria do desenvolvimento regional, que deverá traduzir a realidade socioeconômica e fornecer informações que viabilizem o estudo e o conhecimento das necessidades e possíveis tendências de transformação do espaço, assumindo-se como pressuposto que o nível de urbanização, o desenho urbano e as manifestações das carências da população são realidades a serem examinadas à luz dos sub-processos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas das modernidades de uso do território nos diversos momentos históricos.

Subsidiariamente, através da pesquisa, será possível: realizar um diagnóstico socioeconômico municipal; analisar os planos de desenvolvimento que tiveram o Município como objeto, e examinar as ações de Responsabilidade Social das empresas no Município, bem como sua percepção por parte dos moradores.

A expectativa do pesquisador é de que os resultados desta dissertação sejam relevantes para entender a evolução - ou involução - socioeconômica do município de Camaçari, no período de 1970 a 2005 e que seja possibilitado o seu aproveitamento por aqueles que se interessam e refletem sobre o tema.

Apresenta-se adiante, os caminhos percorridos para fundamentar o objeto de estudo da dissertação, assim como, os instrumentos metodológicos utilizados para obter as informações necessárias à sua concretização.

O método de pesquisa utilizado nesta dissertação situa-se entre os desenvolvidos em ciências sociais.

Marconi e Lakatos (2002) afirmam que os objetivos da pesquisa determinam o tipo de pesquisa, o método e a estratégia a ser aplicada. Do ponto de vista dos seus objetivos esta dissertação é uma Pesquisa Descritiva e Explicativa (GIL, 1991), pois visa descrever as características do processo de crescimento

econômico do município de Camaçari e também, identificar os fatores que determinaram ou contribuíram para a ocorrência desse fenômeno, aprofundando o conhecimento da realidade.

Os métodos de abordagem que forneceram as bases lógicas desta dissertação foram: o Método dialético – método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, onde se considera que os fatos não podem ser estudados fora de um contexto social, político e econômico (GIL, 1999), e o Método hipotético-dedutivo.

[...] quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar as dificuldades expressas no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses.

Das hipóteses formuladas, deduzem-se conseqüências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tornar falsas as conseqüências deduzidas das hipóteses. Enquanto no método dedutivo se procura a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la (GIL, 1999, p.30).

Os métodos de procedimento utilizados foram: o Método histórico – que parte do princípio que os fenômenos atuais têm sua origem determinada no passado, daí a importância de compreendê-los a partir de suas raízes e o Método observacional – originário das ciências empíricas, se propõe a ver e escutar, observando diretamente o indivíduo ou objeto, por meio de questionário, entrevistas, e com base em documentos.

Para a coleta de dados foram utilizados vários instrumentos dentre eles: pesquisa bibliográfica e documental, entrevista em profundidade<sup>1</sup>, observação assistemática<sup>2</sup> e levantamento através de formulários.

Os dados podem ser classificados em dados primários e secundários. Dados primários são os que não estão disponíveis em documentos, são diretamente coletados no campo com o propósito de atender as necessidades específicas da pesquisa. Dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados,

---

<sup>1</sup> A entrevista em profundidade é uma técnica de entrevista pouco estruturada, conduzida por um moderador, com um único entrevistado de cada vez, para obter dados sobre determinado assunto ou problema (MATTAR, 2001).

<sup>2</sup> A observação assistemática se utiliza dos sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade e não tem planejamento e controle previamente elaborados.

ordenados e às vezes, até analisados e que estão catalogados à disposição dos interessados (MATTAR, 2001).

Para a realização desta dissertação os dados secundários foram levantados por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica e documental foi constituída principalmente de livros e documentos: da biblioteca da Universidade Salvador (UNIFACS); da biblioteca da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e da biblioteca particular do Prof. Noelio Dantaslé Spinola – na qual se teve acesso a documentos importantes e raros, referentes ao período e ao objeto do estudo.

Os dados primários foram coletados por meio de entrevista focalizada individual, com autoridades que participaram do processo de planejamento de Camaçari, técnicos estaduais e municipais, políticos e outros representantes da sociedade local que ficaram livres para falar de suas experiências com relação ao tema investigado e eram algumas vezes interpelados e questionados à guisa de esclarecimentos.

A coleta de dados primários através da observação assistemática consistiu na observação de fatos e fenômenos tal como ocorreram espontaneamente durante a pesquisa de campo, o levantamento de informações através da aplicação de formulários seguiu a lógica da amostragem probabilística casual simples.

A lógica básica da utilização de amostragem em um processo de pesquisa é de que a coleta de dados relativos a alguns elementos da população e sua análise pode proporcionar informações sobre toda a população.

Para selecionar convenientemente o tamanho da amostra e facilitar a pesquisa de campo foi utilizada a ferramenta do cálculo amostral. Para o cálculo da amostra, foi assumido o conceito estatístico de que a população, e também a amostra, têm uma distribuição normal de freqüência – Curva de Gauss –, sendo suas principais características a simetria das freqüências, a presença das principais medidas de tendência central – média, mediana e moda – no mesmo ponto e a presença de desvios-padrão –  $Z$  – significativos para qualquer curva normal, onde 1,96 de desvio de qualquer curva normal abrange 95% da distribuição, equivalendo ao seu nível de confiabilidade.

Adotou-se também 5% de erro amostral, ou seja, deve-se considerar uma variação de 5% a maior ou a menor, nos resultados obtidos. Levando em conta que

não há um estudo anterior sobre o assunto a estimativa da proporção dos elementos favoráveis ao atributo pesquisado é de 50%.

Dessa forma obteve-se o tamanho da amostra ideal de 384 elementos da população, que foram escolhidos através da amostragem probabilística aleatória simples e responderam um questionário estruturado em questões de múltipla escolha relativas à sua percepção em relação às empresas instaladas no Município.

No que tange a sua estruturação, esta dissertação é composta de sete partes. Esta primeira traz a introdução e descreve o plano metodológico da pesquisa.

O capítulo um fundamenta o objeto da pesquisa e apresenta uma abordagem dos diferentes enfoques e a evolução dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico ao longo do tempo e algumas das modernas vertentes da teoria do desenvolvimento regional;

O capítulo dois discorre sobre os aspectos físicos e territoriais do município de Camaçari, analisando sua localização geográfica dentro da região em que se insere. A sua divisão administrativa e territorial, contando um pouco sobre a evolução histórica dos distritos e povoados, além de descrever as condições de clima, relevo, vegetação, solos, recursos hídricos e minerais;

O capítulo três apresenta uma descrição histórico-evolutiva do município de Camaçari até a sua transformação em município de predominância industrial, realiza-se também nesse capítulo um levantamento e exame dos principais planos que tiveram o município como objeto de estudo.

O capítulo quatro faz um diagnóstico socioeconômico apresentando os aspectos sociais, os aspectos infra-estruturais básicos, os aspectos econômicos e a administração pública municipal.

No capítulo cinco é abordado o planejamento e a realidade da questão ambiental, o impacto ambiental de indústrias potencialmente poluidoras sobre o imenso manancial de águas subterrâneas existente, as Unidades de Conservação e trata também da Responsabilidade Social das empresas em relação ao meio no qual está inserido, a comunidade de Camaçari, apresentando os resultados da pesquisa amostral efetuada com a percepção da população referente às indústrias e seus impactos.

Nas considerações finais são sintetizados os resultados desta dissertação e explicitado se foram atingidos os objetivos e se os pressupostos levantados foram confirmados.



# 1. REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

## 1.1. DIFERENTES ENFOQUES DA QUESTÃO DO CRESCIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A definição de crescimento econômico muitas vezes é confundida com a definição de desenvolvimento econômico e segundo Baldwin e Meier (1968) não existe uma definição inteiramente satisfatória e amplamente aceita de desenvolvimento. De acordo com Souza (1999), uma corrente de economistas, de inclinação mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Uma segunda corrente, mais alinhada com o empirismo, acredita que o crescimento é condição indispensável para que ocorra o desenvolvimento, não sendo, entretanto condição suficiente.

Para economistas ligados a primeira corrente, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, apesar de possuírem recursos ociosos (SOUZA, 1999). Segundo essa noção o país – região ou território – mantém-se subdesenvolvido porque não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e sua economia cresce abaixo de suas possibilidades.

Associados a esta noção, foram criados modelos que dão ênfase apenas à acumulação de capital, nos quais a idéia principal é a de que o crescimento econômico, proporcionando a distribuição de renda diretamente aos proprietários dos meios e dos recursos produtivos, dá origem automaticamente à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento econômico.

Na interpretação de Souza (1999) o desenvolvimento econômico não deve ser visto indistintamente como crescimento econômico, porque os resultados da expansão econômica proveniente do crescimento econômico muitas vezes não beneficiam a economia como um todo, bem como o conjunto da população. Pois, concomitante ao crescimento econômico, podem ocorrer efeitos perversos, tais como:

- transferência do excedente para outros países (ou regiões);

- apropriação do excedente econômico por poucas pessoas no próprio país (ou região);
- salários baixos;
- empresas tradicionais que não conseguem se desenvolver pelo pouco dinamismo do mercado interno;
- dificuldade para implantação de atividades interligadas às empresas que mais crescem exportadoras ou de mercado interno.

Na segunda corrente, na qual se tem maior interesse, economistas como Hirschman (1961), Myrdal (1968) e Nurkse (1957), realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas. Onde o crescimento econômico é estudado como uma variação quantitativa positiva do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas positivas no padrão de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas.

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico se caracteriza pela transformação de uma economia arcaica, ineficiente em uma economia moderna, eficiente, concomitante com a melhoria do nível de vida do conjunto da população. Economistas de orientação crítica como Prebisch (1950), Furtado (1961) e os demais de orientação cepalina e marxista, também se enquadram dentro dessa corrente.

O desenvolvimento econômico é definido de modo tradicional por Baldwin & Meier (1968) como um processo pelo qual a renda real de uma economia cresce durante um longo período de tempo, e se o ritmo desse crescimento for superior ao crescimento demográfico da população, ocorrerá o aumento da renda *per capita*.

Na visão de Souza (1999, p. 22) o desenvolvimento econômico é definido, “pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais”.

Já para Lasuén (1974), a teoria do crescimento econômico nasceu como resposta à necessidade de controlar os ciclos econômicos<sup>3</sup> sendo, portanto uma

---

<sup>3</sup> Lasuén (1974) ressalta que o ciclo econômico é considerado como um problema temporal num sistema econômico que é eficiente e o “estancamento secular” como um problema permanente de um sistema que é ineficiente.

análise de curto prazo e a teoria do desenvolvimento surgiu em resposta aos problemas do “estancamento secular”, se constituindo uma análise de longo prazo.

Uma análise mais complexa é feita por Celso Furtado (1982) que afirma que o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização das forças sociais, do avanço da capacidade associativa, do exercício da iniciativa. Portanto, se trata de um processo social e cultural e, só secundariamente, um processo econômico, sendo que só se produz o desenvolvimento quando na sociedade se manifesta uma energia, capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estão latentes ou dispersas.

Para Boisier (2003), os conceitos de crescimento e desenvolvimento são estruturalmente distintos, o primeiro de natureza material, o segundo intangível, sem uma relação linear ou hierárquica entre ambos, mas com grande inter-relacionamento entre os dois.

De acordo com Souza (1999), embora o desenvolvimento econômico seja um debate que entrou em destaque no século XX, a preocupação com o crescimento econômico é mais antiga.

Os clássicos afirmavam que os problemas políticos afetam de forma direta o crescimento, e que a política tanto pode ajudar quanto atrapalhar o crescimento, “Algumas políticas adotadas por alguns governos, argumenta Ricardo, são francamente prejudiciais para a efetivação desse objetivo geral” (BALDWIN e MEIER, 1968, p. 64).

Conforme Baldwin e Meier (1968), os neoclássicos consideravam o desenvolvimento econômico como um processo gradual, contínuo, harmônico e acumulativo. Os conceitos de harmônico e acumulativo estão, neste caso, relacionados com os conceitos de economias externas. O desenvolvimento beneficia a todos, aumenta a ocupação até o nível do pleno emprego, faz crescer os salários, a produção e a renda.

As economias externas surgem segundo Baldwin e Meier (1968), quando a expansão de uma indústria em um território atrai mão-de-obra qualificada, produzindo o intercâmbio de conhecimentos técnicos que se traduz em inovações. Aparece então ao redor das primeiras indústrias outras que atuam como clientes, fornecedores e prestadores de serviços. Aumenta a infra-estrutura do território, crescem as expectativas empresariais e o crescimento se expande para outros setores. Desta forma o ritmo da expansão da indústria será afetado pelo de outras

indústrias, propiciando a ampliação dos mercados, a especialização e a diferenciação industrial.

Para Amaral Filho (1996), Alfred Marshall associa economias externas aos rendimentos crescentes, e analisa a influência da organização, da educação, da saúde e do conhecimento sobre o aumento da eficiência do sistema produtivo e o aumento da produção de riqueza.

Para Schumpeter (1982), o simples crescimento da economia, demonstrado pelo aumento da riqueza e da população, não é considerado um processo de desenvolvimento, para ele crescimento econômico e desenvolvimento econômico não são sinônimos.

Schumpeter faz uma ressalva do que ele entende por desenvolvimento em relação a sua origem, “Entenderemos por ‘desenvolvimento’, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa” (SCHUMPETER, 1982, p. 47), e afirma que se não há mudanças emergindo dentro da própria esfera econômica (sendo o desenvolvimento econômico baseado no fato de que mudanças ocorrem e a economia se adapta a elas), não há desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico na teoria schumpeteriana é baseado em três elementos: inovação (nova combinação dos meios de produção); crédito e o empresário empreendedor<sup>4</sup>. A inovação schumpeteriana contempla quaisquer mudanças no espaço econômico no qual operam as empresas, sejam elas mudanças nos produtos, nos processos produtivos, nas fontes de matérias-primas, nas formas de organização produtiva, ou nos próprios mercados, inclusive em termos geográficos.

## **1.2. O ESPAÇO NA ECONOMIA: A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

A concepção de espaço e o desenvolvimento regional eram até a década de 1950, restrito às teorias de localização das atividades econômicas e aos seus desdobramentos. Essas teorias se baseavam em um conjunto de modelos

---

<sup>4</sup> A figura central na análise do processo de desenvolvimento de Schumpeter é o empresário. É ele o inovador, o que empreende novas combinações dos fatores de produção.

produzidos segundo as condições históricas de cada época, sendo os modelos mais representativos: a teoria da localização industrial de Alfred Weber e seus “efeitos de aglomeração”; a teoria dos lugares centrais desenvolvida por Lösch e Christaller, com suas “redes de hexágonos regulares” (LIPIETZ, 1988).

Perroux (1977) concebeu na década de 1950 a noção de “espaço abstrato” rompendo com a concepção empirista do espaço, e desenvolveu a teoria dos pólos de crescimento, analisando nas suas abordagens teóricas as razões que levam ao processo de concentração espacial e o papel da empresa líder, da indústria motora e indústria chave no processo de desenvolvimento regional.

Buscando explicar a natureza desigual do desenvolvimento econômico, Myrdal (1968) e Hirschman (1961) analisaram a tendência do aumento de desequilíbrios regionais decorrentes do processo de polarização e postularam que o livre funcionamento do mercado apenas piora o quadro das disparidades regionais.

O estudo do desenvolvimento de uma região segue as mesmas proposições do estudo do desenvolvimento econômico, os caminhos trilhados por diversas linhas de abordagens do desenvolvimento regional adotam critérios e métodos estabelecidos pela análise econômica geral, adaptando-os para as especificidades do estudo de uma região.

Boisier (1992) entende e define o desenvolvimento regional como um processo localizado de mudança social constante que tem, como última finalidade, o progresso permanente de uma região, de uma comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela.

A concepção de um processo de desenvolvimento regional é diferente do mero processo de crescimento econômico. A localização e a implantação de novas atividades econômicas numa região podem elevar os seus níveis de produção, de renda e de emprego a um ritmo mais intenso do que o crescimento de sua população, sem que, entretanto, ocorra um processo de desenvolvimento econômico e social.

Nesta análise serão abordadas teorias de desenvolvimento regional já consagradas, envolvendo alguns conceitos-chave tais como “encadeamentos para frente e para trás” (HIRSCHMAN), “pólos de crescimento”, constituídos por “empresas ou setores motrizes” (PERROUX), e “distritos industriais marshallianos”. Pois, esses conceitos-chave continuam fazendo parte das estratégias de desenvolvimento dos planejadores regionais.

Essas teorias do desenvolvimento regional dedicam especial atenção à idéia da existência de uma intervenção de caráter exógeno ao território capaz de influenciar, por meio de encadeamentos (*linkages effects*), as demais atividades econômicas. O conhecido paradigma “centro-abaixo” ou “desde fora” devido à presença de forças impulsoras advindas de outras regiões.

Hirschman (1961) estudou a dinâmica do fenômeno denominado “encadeamento” ou “efeito encadeamento” e o definiu como sendo uma seqüência característica de investimentos mais ou menos compulsivos que se produz no curso de um processo de industrialização, e mais geralmente, do desenvolvimento econômico.

Ele afirma ainda, que a instalação de uma indústria de bens finais em uma região gera pressões para investimento na produção local de insumos e de bens intermediários, criando assim “encadeamentos para trás” e que a instalação de uma indústria de bens intermediários gera “encadeamentos para frente”, pois estimula investimento em indústrias que utilizem esses produtos em suas cadeias produtivas.

Seja o motivo qual for não resta dúvida de que uma economia, para atingir níveis de renda mais elevados precisa promover – e assim o fará – primeiro, no seu âmbito interno, um ou vários centros regionais de força econômica. A necessidade da emergência de pontos de desenvolvimento ou pólos de desenvolvimento, no curso do processo desenvolvimentista, indica que a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1961, p. 275).

Hirschman (1961), em suas investigações sobre o desenvolvimento econômico admitia como fato consumado – assim como Perroux –, que o progresso econômico não se manifesta em toda parte ao mesmo tempo, e sim em pontos onde forças poderosas promovem a concentração espacial do desenvolvimento.

A teoria dos pólos de crescimento de Perroux tem como ponto central a idéia da força motora, onde a implantação de uma indústria motora dentro de um sistema regional ocasiona efeitos positivos à região que a acolhe. À proporção que esses efeitos positivos se concentram, a indústria motora se torna um pólo propulsor da economia da região. No entanto, o desenvolvimento econômico da região dependerá da qualidade e do nível dos efeitos.

Os modelos de desenvolvimento dos países demonstram a expansão e a concentração econômica em alguns pontos ou regiões, ficando em um plano

secundário regiões com menor dinamismo, que não conseguem acompanhar o desenvolvimento alcançado pelas demais, geralmente isso leva a um processo de desigualdades regionais e ao distanciamento econômico e social.

A teoria dos pólos de crescimento analisa a forma desequilibrada pela qual surge e se propaga geograficamente os processos de desenvolvimento. O termo pólos de crescimento foi proposto por Perroux e refere-se à constatação de que o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo.

[...] o crescimento nas modernas economias capitalistas não se manifesta de forma homogênea no interior de um espaço econômico, mas se inicia e se propaga a partir de certos pontos dotados de intensidades variáveis de irradiação, difunde-se por canais diversos e produz efeitos finais distintos para a economia em seu conjunto (PERROUX, 1961 apud SPINOLA, 2003, p. 38).

O ponto ao qual Perroux (1977) se refere e onde se inicia o crescimento de uma economia cria um foco de crescimento ao seu redor que atrai as empresas, gerando uma série de economias externas favorecendo ainda mais o seu crescimento e a sua expansão.

Os pólos de crescimento são concebidos por Perroux (1977) no espaço econômico abstrato<sup>5</sup> e não em um espaço geográfico e pressupõem uma empresa motora ou indústria motora.

A empresa motora deve gerar impulsos para as empresas a jusante, ter elevada capacidade para inovar, pertencer a um segmento de indústrias de rápido crescimento, ou seja, a empresa motora deve ser uma indústria moderna, operar em um nível tecnológico avançado e difundir inovações através de suas relações interindustriais.

A inovação introduz variáveis diferentes e (ou) suplementares, no horizonte econômico e nos projetos dos agentes e grupos de agentes dinâmicos: tem um efeito 'desestabilizante'. A inovação bem sucedida, graças a alguns agentes, constitui exemplo para outros e suscita imitações, que são elas próprias criativas (PERROUX, 1977, p. 151).

---

<sup>5</sup> Segundo Jiménez (2001), a idéia exposta por Perroux em 1955, foi transportada em termos gerais para o espaço geográfico por Boudeville em 1968, com o argumento de que as indústrias e os projetos dinâmicos se aglomeram em uma área determinada e tem efeitos "*spillovers*" sobre o entorno e sobre o conjunto da economia.

Essas características, segundo Perroux (1977), asseguram à indústria motora um crescimento mais rápido do que o conjunto da economia e uma elevada capacidade de alavancar outros setores produtivos.

Associado à teoria dos pólos de crescimento temos o conceito de complexo industrial<sup>6</sup>, que na análise de Perroux privilegiava três elementos: a indústria-chave; o regime não concorrencial do complexo; e a aglomeração territorial. O complexo industrial deve ser entendido no sentido de um conjunto organizado de empresas em volta de um núcleo de indústrias, que tem grande força propulsora, indústrias com elevada capacidade para transmitir impulsos de crescimento através de ligações a montante e a jusante. Os efeitos propulsores estabelecem-se através de relações interindustriais a montante (*backward linkages*) ou a jusante (*forward linkages*).

Sob a luz da teoria dos pólos de crescimento um complexo industrial só é considerado um pólo de crescimento se o seu núcleo for constituído por indústrias motoras e só será um pólo de desenvolvimento se essas indústrias motoras também forem indústrias-chave.

Aqui é importante retomar uma distinção feita originalmente por Perroux (e depois esquecida na teoria dos pólos) entre indústria-chave e indústria-motriz. A primeira é aquela que se caracteriza pela utilização para sua produção final de uma alta taxa de insumos intermediários provenientes de outras indústrias, a expansão dessas últimas sendo função das atividades de indústria-chave (*backward linkages*). Já a indústria motriz é aquela caracterizada pela produção dos bens intermediários indispensáveis ao produto final de outras indústrias a jusante (*forward linkages*); se, de um lado, sua expansão depende das atividades dos produtores do bem final para os quais ela produz os insumos, de outro lado, o dinamismo de tais produtores é induzido pela indústria motriz dada à capacidade que ela tem de a eles transmitir “ondas” sucessivas de inovações (SPINOLA, p. 40, 2003).

Em um pólo industrial, territorialmente aglomerado e em crescimento, as atividades econômicas têm seus efeitos intensificados, devido à proximidade e aos contatos humanos. “O pólo industrial complexo, geograficamente aglomerado, modifica o seu meio geográfico imediato e, se for poderoso, a estrutura inteira da economia nacional em que estiver situado” (PERROUX, 1977, p. 154).

---

<sup>6</sup> Segundo Sampaio (1975 apud SPINOLA, 2003) um complexo industrial é o conjunto de unidades manufatureiras localizado em determinado espaço geográfico, planejado com base em uma estrutura física comum, criado em torno de uma indústria principal denominada também de unidade medular ou foco do complexo. Essas unidades estão ligadas entre si por importantes relações tecnológicas e econômicas.



Perroux (1977) alerta, ainda que de forma indireta, para o risco que corre uma região dependente de um pólo, pois, mudanças nas técnicas produtivas, nas relações comerciais entre pólos maiores e questões políticas, podem favorecer ou desfavorecer os pólos territorialmente aglomerados.

Quando começa o declínio do pólo, se fazem sentir as conseqüências das concentrações humanas e de capitais fixos e fixados e da rigidez das instalações e das estruturas que haviam acompanhado o desenvolvimento desse pólo. O pólo, até então, fonte de prosperidade e de crescimento, passa a ser um centro de estagnação (PERROUX, 1977, p. 155).

O pólo sendo uma aglomeração de empresas com influência regional, muitas vezes é, considerado como unidade de interesse geral, não só pelas empresas e pelos trabalhadores, mas também pelos poderes públicos locais que defendem os interesses do pólo e dos trabalhadores locais, pois o destino econômico da região está entrelaçado ao destino do pólo.

Os pólos de crescimento e a sua aparente operacionalidade através do conceito de complexo industrial induziram os planejadores regionais a utilizarem os seus conceitos, a partir da década de 1960, para tentar estancar seculares processos de estagnação econômica e combater as desigualdades regionais brasileiras através da implantação de “pólos de desenvolvimento”. Tem-se como exemplo local, o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), também conhecido como “Pólo Petroquímico de Camaçari”.

Tratava-se da tentativa de promover através do planejamento regional a criação de complexos em volta de indústrias que se previam de elevado crescimento com capacidade de concentrar, numa área limitada, importantes investimentos em infra-estruturas e equipamentos que gerariam fatores de atração para novas empresas e, por essa aglomeração espacial, promovessem inovações tecnológicas, ganhos econômicos e o desenvolvimento de novas atividades.

Os ganhos econômicos que pode ter uma concentração de indústrias especializadas em localidades particulares foram analisados no início do século XX por Marshall (1985), na sua investigação sobre as causas do dinamismo de pequenas indústrias da Inglaterra, concentradas em distritos. Juntas, beneficiando-se de externalidades positivas, externas às indústrias, mas internas ao setor, provenientes da simples aglomeração dessas indústrias, elas obteriam as vantagens necessárias para concorrer com as grandes empresas.

Segundo Spinola, o conceito original de distrito industrial na concepção de Marshall (1990) é assim definido:

[...] compreende uma região com estrutura econômica baseada em pequenas firmas com origem, propriedade e decisões sobre investimentos e produção de base local. Economias de escala são pouco relevantes, o que limita o tamanho dos negócios. Uma substancial teia de transações intradistrital normalmente favorece contratos e compromissos de longo-prazo (SPINOLA, p. 48, 2003).

Xavier Sobrinho (1999a, p. 55), destaca três formulações de conceitos e definições de distrito industrial: a primeira de Courlet (1993), “conjunto de empresas – de pequenas dimensões e que constituem partes interdependentes de um mesmo processo de produção – que interage como uma comunidade de pessoas”.

A segunda de Amin e Robins (1991),

[...] é um sistema econômico coordenado localmente e bem articulado, especializado, de modo geral, mas não sempre, em um produto, caracterizado pela divisão de tarefas entre empresas, obtendo todos os benefícios e economias da aglomeração espacial.

A terceira uma definição de Becattini (1990), “entidade sócio-técnica, (caracterizada pela) presença ativa tanto de uma comunidade de pessoas quanto de uma população de firmas, em uma área natural e historicamente delimitada”.

Markusen (1995) ressalta que Marshall destaca os ganhos que são assegurados pela concentração de várias empresas, com características similares e aglomeradas em determinadas localidades, denominando-os como economias externas e as reputa como de particular relevância para as pequenas empresas.

As economias externas obtidas pelas empresas que pertencem a uma localidade onde predomina um setor produtivo específico, inicialmente, se referiam ao acesso à mão-de-obra qualificada, dada à concentração local de: trabalhadores especializados; fornecedores de insumos e de serviços correlacionados à atividade principal.

A existência de trabalhadores localmente concentrados com capacitações próprias e semelhantes, além de gerar externalidades positivas, ajuda na criação de um ambiente propício a inovações. A proximidade geográfica, as mesmas aptidões e a mesma identidade cultural de empreendedores e trabalhadores facilitam a interação e a circulação de conhecimento e idéias. O ambiente, que resulta da união

dessas fontes de economias externas, pode ser sintetizado pelo que afirma Marshall: “os segredos da profissão deixam de ser segredos e, por assim dizer, ficam soltos no ar” (Marshall, 1985, p. 234).

Porém, a simples proximidade geográfica não é suficiente para se obter vantagens competitivas, pois, no caso de pequenas e médias a capacidade competitiva em aglomerações setoriais é determinada pela possibilidade de reunir especialização e ganhos de escala (conquistada a partir de ações em cooperação com outras empresas), como maneira de diminuir as fragilidades estruturais inerentes a elas. A simples aglomeração pode, gerar economias externas, mas somente práticas em cooperação podem imprimir continuidade e dinamismo às vantagens advindas da aglomeração.

Segundo Xavier Sobrinho (1999a), a partir da década de 1970 o debate a respeito dos distritos industriais se dinamizou no contexto da crise de acumulação de capital e da reestruturação produtiva, ganhando visibilidade experiências produtivas regionais nos moldes do distrito industrial Marshalliano.

Segundo Garcez (2000) trabalhos como os de Piore e Sabel (1984) e do *International Institute for Labour Studies* (Pyke, Becattini e Sengenberger em 1990 e Pyke e Sengenberger em 1992) difundiram a experiência dos distritos italianos como um modelo particular de desenvolvimento industrial, no qual o surgimento de ligações e cooperação entre pequenas e médias empresas (PMEs) leva a economias de escala e de escopo. Ao contrário de serem prejudicadas pelo tamanho pequeno, elas ganham em flexibilidade e rapidez de resposta, tornando-se capazes de ser mais competitivas do que a grande empresa.

O debate acerca da natureza do dinamismo das aglomerações de PMEs e suas implicações para o desenvolvimento local e para a competitividade das PMEs ganhou vigor com os trabalhos de Piore e Sabel (1984 apud Xavier Sobrinho, 1999b) que buscavam mostrar as restrições existentes no sistema fordista de produção e de provar a superioridade do sistema de especialização flexível<sup>7</sup>. As aglomerações setoriais de PMEs representam uma das maneiras das empresas se inserirem nesse sistema de produção que, na concepção dos autores, mostra-se superior e tem nos

---

<sup>7</sup> Especialização flexível é um paradigma alternativo ao sistema de produção fordista, e se funda em elementos da produção em pequenos lotes, com tecnologia multipropósito, ancorada em trabalhadores qualificados e dotada de capacidade de alterar, constantemente o mix de produção com baixos custos de reconversão, em oposição ao paradigma da produção em massa, que teria dominado o desenvolvimento internacional desde o século 19.

distritos industriais localizados na região denominada terceira Itália sua experiência mais destacada.

A superioridade da especialização flexível deve-se a três aspectos. Em primeiro lugar, as empresas do distrito vendem para o mercado (local/regional/internacional) produtos especializados e de acordo com as demandas desses mercados. Em segundo, porque adotam tecnologias flexíveis, sendo capazes de se adaptar às mudanças de produtos ou de insumos e, por último, porque criam instituições que promovem um ambiente que harmoniza cooperação e competição de modo a gerar, continuamente, inovações beneficiando todas as empresas do distrito.

Segundo Xavier Sobrinho (1999b), a cooperação, mantendo a competição entre empresas, é ressaltada por Piore e Sabel ao descrever como exemplo da especialização flexível os distritos industriais da Itália.

O distrito industrial marshalliano e a sua variante italiana é definida da seguinte forma por Becattini:

O distrito industrial é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico. No distrito, ao invés do que acontece noutros tipos de meios, como por exemplo, as cidades industriais, tende a criar-se uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas. A sua característica mais marcante é o seu sistema de valores e de pensamento relativamente homogêneo – expressão de certa ética do trabalho e da atividade, da família, da reciprocidade e da mudança –, o qual, de alguma maneira, condiciona os principais aspectos da vida (BECATTINI, in BENKO 1994 apud SPINOLA, 2003, p. 49).

A idéia central dos distritos industriais marshallianos é a de que o desenvolvimento resulta da utilização dos recursos; das estruturas sócio-culturais e das organizações locais. Nesta abordagem do processo de desenvolvimento regional as características do ambiente são determinantes, sendo o desenvolvimento determinado pelas relações sociais e econômicas e pelas relações entre as empresas.

Os autores Pyke, Becattini e Sengenberger (1990 apud AMARAL FILHO, 1999) definem ainda o distrito industrial como sendo também um SPL (Sistema Produtivo Local), caracterizado por um grande número de firmas que são envolvidas em vários estágios, e em várias vias, na produção de um bem homogêneo.

Garofoli (1992 apud BAPTISTA, 2001, p. 74), lista as características mais importantes de um SPL:

- Uma forte especialização produtiva a nível local sobre diferentes segmentos e setores que gravitam à volta de uma produção típica e fundamental da economia local;
- Uma produção suficientemente importante para ter significado em termos nacionais ou internacionais;
- Uma divisão avançada do trabalho entre as empresas, dando lugar a uma densa rede de interdependências produtiva;
- Uma multiplicidade de empresas, sem existência de uma empresa líder ou dominante, preservando a igualdade entre as empresas envolvidas no processo de sub-contratação;
- Um impulso a favor da especialização produtiva a nível da empresa, estimulando a acumulação de competências específicas e a introdução de novas tecnologias;
- A formação progressiva de um sistema de informação eficaz, apoiado informalmente nas relações de interdependência das empresas, mas assegurando uma ampla e rápida circulação de informação;
- Competência dos trabalhadores resultantes da sedimentação histórica de conhecimentos do produto e das técnicas;
- Difusão das relações cara-a-cara entre os operadores locais favorecendo a transmissão em cascata das melhorias tecnológicas e organizativas e estabelecendo as relações empresariais numa base de confiança e de empenho pessoais;
- Uma forte coesão social e contínua mobilidade social.

Ainda Segundo Baptista (2001):

[...] este conjunto de características favorece a inovação e a competitividade do sistema produtivo local e, sobretudo, estimula o surgimento de novo empresariado e a renovação das empresas. O sistema estimula o aparecimento de economias externas à empresa, a divisão de trabalho, a inovação tecnológica e a cooperação entre as empresas. O sistema produtivo local reúne, assim, um conjunto de fatores de sustentabilidade de desenvolvimento para o que são estratégicos a inovação tecnológico - organizativa, o sistema de informação, a capacidade de controle de

mercado e os mecanismos de regulação social combinando, de forma criativa, concorrência e cooperação (BAPTISTA, 2001, p. 74).

Markusen (1995) amplia a discussão sobre distritos industriais afirmando que, além dos distritos industriais marshallianos e de sua variante italiana, existem, nos países industriais avançados, três outros tipos de distritos industriais que não enfatizam o papel das pequenas empresas, são eles: os distritos centro-radiais, distritos onde a estrutura regional se desenvolve e se articula em torno de uma ou de várias indústrias que atuam como firmas-chave; os distritos plataforma satélite, que resultam da aglutinação num espaço geográfico determinado de empresas cujos centros de decisão não estão neste espaço geográfico; e distritos suportados pelo Estado, onde empresas ou órgãos estatais funcionam como âncoras do desenvolvimento econômico regional.

### **1.3. NOVAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Na interpretação de Barquero (1999), uma das mudanças mais importantes que a teoria do desenvolvimento econômico teve nas últimas décadas do século XX, foi a formação de um novo paradigma de desenvolvimento denominado de “desenvolvimento endógeno”. Nesse período foi criado o conceito de desenvolvimento endógeno em torno da idéia do território como elemento essencial ao desenvolvimento.

O desenvolvimento local apresenta-se menos como uma teoria do desenvolvimento da região que como um paradigma novo do desenvolvimento: desenvolvimento endógeno, territorial, autocentrado, desenvolvimento ‘por baixo’, opondo-se ao desenvolvimento ‘por cima’, que fundava as práticas anteriores. Esse novo enfoque foi elaborado em meados dos anos 70 [1970], graças às idéias de W. Stöhr, J. Friedmann e F. Taylor. O desenvolvimento local é antes de tudo, a flexibilidade opondo-se à rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se às estratégias centralizadas de manejo do território. Ele encara a idéia de uma economia flexível, capaz de adaptar-se a modos mutáveis, e constituir alternativa para a economia das grandes unidades. A política do desenvolvimento local implica igualmente estratégias de financiamento e de formação, e passa pela descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira. O desenvolvimento local tem conteúdo regional ou mesmo

microrregional nos países desenvolvidos, mas pode ser aplicado no Terceiro Mundo a países em seu conjunto (BENKO, 1999, p. 228).

O novo paradigma de desenvolvimento entende que os recursos que condicionam o desenvolvimento devem estar enraizados e estimulados no próprio território. Os recursos existentes sejam de ordem natural, humana, social, locacional, devem constituir a base do processo de mudança. Respeitando e estimulando aspectos da cultura local, é possível estimular os agentes locais, introduzir novos conceitos e incorporar inovações sem entrar em conflito direto com a base sócio-cultural da comunidade.

O conceito de desenvolvimento endógeno é assim definido Amaral Filho (1999):

Do ponto de vista regional o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 1999, p. 2).

O processo de desenvolvimento de uma região, que pressupõe o seu crescimento econômico, dependerá na concepção de Boisier (1993 apud KALNIN, 2004), fundamentalmente da sua capacidade de organização social que se associa:

- ao aumento da autonomia regional para a tomada de decisões;
- ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local;
- a um crescente processo de inclusão social;
- e a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional.

Esta capacidade de organização social da região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional.

Segundo esta concepção, mais explicitamente, o desenvolvimento de uma determinada região pressupõe:

- Um crescente processo de autonomia decisória;
- Uma crescente capacidade regional de captação e reinversão do excedente econômico;
- Um crescente processo de inclusão social;
- Uma crescente consciência e ação ambientalista;
- Uma crescente sincronia intersetorial e territorial do crescimento;
- Uma crescente percepção coletiva de pertencer à região.

Para Barquero (1999), a idéia principal desse novo paradigma, é que o sistema produtivo dos países pode crescer e se transformar utilizando o potencial de desenvolvimento existente no território, através de investimentos realizados por empresas e pelos agentes públicos, sob um crescente controle da comunidade local.

O pilar do desenvolvimento endógeno é o território. O território deixa de ser o suporte físico das relações funcionais e sociais que acontecem na órbita das atividades econômicas, para ter um papel ativo no entrelaçamento de todo o tipo de interesse que afete a comunidade territorial.

Segundo Aidalot (1985 apud BARQUERO, 1999), o desenvolvimento endógeno se trata de uma proposta de desenvolvimento que busca um novo paradigma articulado em torno de três questões: o conceito de desenvolvimento, os mecanismos que favorecem os processos de desenvolvimento e as formas mais eficazes de atuação dos atores sociais<sup>8</sup> e econômicos.

---

<sup>8</sup> Para Buarque (1999) os atores sociais: são os grupos e segmentos sociais diferenciados na sociedade que constituem conjuntos relativamente homogêneos segundo sua posição na vida econômica e na vida sócio-cultural e que, por sua prática coletiva, constroem identidades e espaços de influência dos seus interesses e suas visões de mundo. Os atores sociais organizam-se e manifestam-se por intermédio de entidades, organizações, associações, lobbies e grupos de pressão política, expressando sempre interesses e visões de mundo, diferenciados segundo o corte temático ou espacial, podendo ser dividido em três conjuntos: a) corporativos – expressos em diferentes organizações (sindicatos, federações e associações profissionais e empresariais) que apresentam solidariedade temática e perseguem interesses reivindicativos (disputa pela riqueza social); b) comunitários – expressos em associações comunitárias que tendem a ter uma solidariedade territorial e interesses reivindicativos em torno de infra-estrutura social (disputa pelos excedentes econômicos); c) temáticos – expressos em movimentos sociais que representam visões do mundo e propostas acima dos interesses de grupos sociais e territoriais (meio ambiente, direitos civis, etc.), constituindo-se influenciadores de políticas e iniciativas governamentais nas áreas de interesse específico.



Já para Stöhr (1981 apud CAPITÁN, 1998), todas as comunidades territoriais dispõem de uma série de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, que constituem seu potencial de desenvolvimento endógeno, localmente esses recursos se traduzem numa determinada estrutura produtiva, num mercado de trabalho, em uma capacidade empresarial, em recursos naturais, numa estrutura social e política, em tradição e cultura, entre outros recursos, que são à base do processo de crescimento econômico e da melhoria do nível de vida da população.

Ainda segundo Stöhr (1981 apud CAPITÁN, 1998), o desenvolvimento endógeno teria três dimensões:

- Econômica, em que o papel dos empresários locais é essencial como organizadores dos fatores produtivos locais para gerar a produtividade necessária para competir nos mercados;
- Sócio-cultural, na qual os valores e instituições locais servem de base ao processo de desenvolvimento;
- Político-administrativa, na qual as políticas territoriais permitem criar um enfoque econômico local favorável protegendo o território de interferências externas e favorecendo e impulsionando o desenvolvimento do potencial local.

O desenvolvimento endógeno pode ser então entendido como um processo de desenvolvimento e mudança estrutural, liderado pela população do território e utilizando o próprio potencial de desenvolvimento, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população local.

Para Barquero, o desenvolvimento endógeno é:

[...] un proceso en el que lo social se integra con lo económico. La distribución de la renta y de la riqueza e el crecimiento económico no son dos procesos que surgen y toman forma de manera paralela, sino que adquieren una dinámica común debido al hecho de que los actores públicos y privados toman decisiones de inversión orientadas a aumentar la productividad e competitividad de las empresas, resolver los problemas locales y mejorar el bienestar de la sociedad (AROCENA, 1995 apud BARQUERO, 1999, p. 32).

Amaral Filho (1996) analisa o desenvolvimento endógeno como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre

a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo resulta na ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

De acordo com Barquero (1999), a proposta da teoria territorial do desenvolvimento, do desenvolvimento auto centrado e do desenvolvimento “desde baixo”, nasce como uma reação a insatisfação gerada pelo modelo de desenvolvimento “desde fora”, que era a proposta estabelecida nas décadas de 1960 e 1970.

Para Sthör e Taylor (1981 apud LIMA e OLIVEIRA, 2003), o desenvolvimento centrado na idéia de “baixo para cima” ou o paradigma “desde baixo” tem como foco o desenvolvimento pleno das potencialidades e habilidades humanas da sociedade local e levantam quatro hipóteses essenciais que norteiam o paradigma do desenvolvimento endógeno:

- as disparidades regionais são conseqüências negativas de uma integração econômica de grande escala, executadas sem preparação suficiente;
- o conceito de desenvolvimento não deve subordinar-se a pressões de curto prazo de um mecanismo de mercado, ou de influências externas, devendo obedecer às especificidades locais de natureza cultural e institucional;
- o impulso da formulação e execução do desenvolvimento deve ser originado dentro das comunidades, descartando a idéia de que as comunidades de menor escala só podem atingir o desenvolvimento por intermédio de outras regiões de maior nível de desenvolvimento;
- a necessidade de uma maior autodeterminação nacional e regional.

As teorias e políticas de desenvolvimento com enfoque convencional “desde cima” são concentradoras, guiadas pelo crescimento quantitativo e pela maximização do produto interno bruto, e nas estratégias de desenvolvimento com enfoque alternativo, “desde baixo”, há um maior interesse e preocupação pela satisfação das necessidades básicas e pela melhoria do emprego, da renda e da

qualidade de vida, assim como pela conservação da base de recursos naturais e do meio ambiente territorial (Quadro 1).

No enfoque convencional a estratégia de desenvolvimento é baseado no investimento exógeno e nos efeitos “*spillovers*”, ao invés do incentivo à articulação dos produtores locais, do controle do processo de desenvolvimento pelos atores sociais locais.

<b>ENFOQUE CONVENCIONAL (desde cima)</b>	<b>ENFOQUE ALTERNATIVO (desde baixo)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento quantitativo como guia: (maximização da taxa de crescimento do produto interno bruto)</li> </ul>	Maior preocupação para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• melhorar a distribuição da renda;</li> <li>• assegurar a sustentabilidade ambiental;</li> <li>• elevar a qualidade de vida;</li> <li>• melhorar as relações trabalhistas;</li> <li>• satisfazer as necessidades básicas da população.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégia baseada no apoio externo: (investimentos estrangeiros, ajuda exterior)</li> </ul>	Potencialização dos recursos próprios: <ul style="list-style-type: none"> <li>• articulação do tecido produtivo territorial;</li> <li>• maior vinculação do tecido empresarial local;</li> <li>• mais controle do processo de desenvolvimento.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tese do “transbordamento” ou difusão do crescimento a partir dos núcleos centrais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo de iniciativas de desenvolvimento local.</li> </ul>

**Quadro 1 – Diferentes enfoques do desenvolvimento**

Fonte: Adaptado de Albuquerque (1998, p. 47)

Segundo Amaral Filho (1999), o modelo alternativo de desenvolvimento pode ser definido como um modelo endógeno construído "de baixo para cima", ou seja, que se inicia a partir das potencialidades sócio-econômicas originais do local, no lugar do enfoque de desenvolvimento convencional "de cima para baixo", que tem início a partir do planejamento e intervenção conduzida pelo governo federal. “Esta

última modalidade pode ser associada àqueles casos de implantação de grandes projetos estruturantes que procura satisfazer a coerência de uma matriz de insumo-produto nacional” (AMARAL FILHO, 1999, p. 6). Outro aspecto do modelo alternativo está associado ao perfil e à estrutura do SPL, ou seja, um sistema com coerência interna, aderência ao local e sintonia com o movimento mundial dos fatores.

Segundo Barquero (1999), propostas de industrialização endógena surgem como uma reação ao esgotamento do modelo de industrialização baseado em grandes empresas localizadas nas grandes cidades.

As políticas de industrialização descentralizadas têm despontado, portanto, no cenário internacional como alternativa às políticas de desenvolvimento industrial centralmente concebidas e implementadas e obtido crescente interesse em virtude do êxito observado em industrializações localizadas no que se refere a ganhos de competitividade e geração de emprego e renda. As experiências internacionais de industrialização local constituem atualmente crescente fonte de atração de interesse de governos, comunidade acadêmica e sociedade em geral, devido ao sucesso em termos de crescimento econômico, competitividade internacional e geração de emprego nas localidades onde ocorrem (SILVA, 2004, p. 93).

A industrialização endógena se caracteriza pela forma específica de organização da produção, de integração da sociedade e das instituições nos processos produtivos, da capacidade de resposta do território e dos atores econômicos às condicionantes de um novo cenário econômico, político e institucional.

Los procesos de industrialización endógena se caracterizan por la producción de bienes transformados, generalmente productos industriales, mediante la organización flexible de la producción y la utilización intensiva del trabajo. Las empresas se especializan en la producción de partes del proceso productivo o de componentes que, posteriormente, se ensamblan para fabricar el producto final (BARQUERO, 1999, p. 30).

Os processos de industrialização endógena são caracterizados pela integração do sistema produtivo na sociedade local feito através das empresas. As empresas são condicionadas a cooperar entre elas devido à forma de especialização que foi adotado - o sistema produtivo local - e o reduzido tamanho das empresas força a cooperação para que sejam atingidas as economias de escala necessárias à competitividade.

A teoria do desenvolvimento regional endógeno focaliza a questão local, buscando satisfazer as necessidades e demandas da população local, através da

capacidade da sociedade de liderar e conduzir os processos de desenvolvimento, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial interno.

O que, para Barquero (1999), não é somente melhorar a posição do sistema produtivo local em relação à divisão do trabalho internacional ou nacional, mas sim melhorar o bem-estar econômico, social e cultural do conjunto da comunidade, aproximando o território, o desenvolvimento e o funcionamento do sistema produtivo.

O território passa a ser um agente de transformação e não mais um mero suporte dos recursos e das atividades econômicas. As empresas e os demais atores do território passam a interagir para desenvolver a economia e a sociedade.

O desenvolvimento endógeno é a *priori* uma estratégia voltada para a ação, na qual a comunidade local tem uma identidade própria que impulsiona o lançamento de iniciativas para o desenvolvimento da comunidade local. “la capacidad de liderar el propio proceso de desarrollo, unido a la movilización de su potencial de desarrollo, es lo que permite dar a esta forma de desarrollo el calificativo de desarrollo endógeno” (BARQUERO, 1999, p. 30).

O desenvolvimento endógeno identifica fatores de produção que são atualmente decisivos, como capital social<sup>9</sup>, capital humano<sup>10</sup>, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, informação e as instituições, sendo alguns desses fatores de natureza intangíveis ou imateriais (Quadro 2, p. 49). Esses fatores são encontrados e determinados dentro da região e não de forma exógena, como era comum nas teorias do desenvolvimento de influência Keynesiana (Perroux e seus pólos de crescimento, e Hirschman e seus encadeamentos para frente e para trás).

Já o desenvolvimento local é um processo de desenvolvimento endógeno que denota uma singular modificação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, que passa a explorar as suas capacidades e potencialidades específicas.

---

<sup>9</sup> Segundo Putnam (1993), capital social é compreendido como sendo o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação. O capital social, quando existente em uma região, torna possível à tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda comunidade.

<sup>10</sup> Para Putnam (1993), o capital humano se refere mais diretamente ao conhecimento, ao *know-how* e à capacidade de criá-lo e recriá-lo – o que envolve a educação, saúde, alimentação, nutrição, cultura, etc.

Segundo Buarque e Bezerra (1994 apud BUARQUE, 1999), o desenvolvimento local se constitui um movimento de forte conteúdo interno, e se insere em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas.

ALGUMAS FORMAS DE CAPITAIS INTANGÍVEIS	ESPECIFICAÇÃO
1. CAPITAL INSTITUCIONAL	As instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade.
2. CAPITAL HUMANO	O estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e sua capacidade para exercitá-los.
3. CAPITAL CÍVICO	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas, etc.
4. CAPITAL SOCIAL	O que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
5. CAPITAL SINERGÉTICO	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

**Quadro 2 - Formas de capitais intangíveis determinantes do processo de desenvolvimento regional**

Fonte: Boisier (2000 apud HADDAD, 2004, p. 2)

Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também uma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças, exigindo competitividade e especialização. “[...] as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões.” (HAVERI, 1996 apud BUARQUE, p. 10).

Mesmo quando decisões exógenas, de ordem política ou econômica, têm um papel preponderante na reestruturação socioeconômica do território ou localidade, o desenvolvimento local requer sempre a mobilização e iniciativas dos atores locais catalisados por um projeto coletivo. Do contrário, o que pode ocorrer é que as mudanças geradas pelo fator exógeno não se transformem em desenvolvimento e, portanto, não sejam plasmadas na estrutura social, econômica e cultural local.

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade (BORJA E CASTELLS, 1996 apud BUARQUE, 1999, p. 10).

O desenvolvimento municipal, caso particular de desenvolvimento local, tem uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município. Pode ser mais amplo que a comunidade e menos abrangente que o contexto microrregional ou supramunicipal (aglomeração de municípios ou partes de municípios constituindo uma região homogênea).

O município tem uma escala territorial adequada à mobilização das energias sociais e integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento, seja pelas reduzidas dimensões, seja pela aderência político-administrativa que oferece, através da municipalidade e instância governamental (BUARQUE, 1999, p. 11).

Para Buarque (1999), o município, por reduzida escala territorial, pode constituir um espaço privilegiado de intervenção concentrada e articulada de diferentes instâncias político-administrativa, federal e estadual, como núcleo catalisador das iniciativas e base para o desenvolvimento local.

No processo de desenvolvimento local o meio-ambiente é um aspecto importante e Buarque (1994), afirma que:

Para o desenvolvimento local ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de

riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999, p. 9).

O aspecto ecológico é outra dimensão do desenvolvimento, uma das primeiras referências da dificuldade de compatibilizar o desenvolvimento com o meio-ambiente (ou como ficou conhecido à época, ecodesenvolvimento) foi publicada em 1972. Através do relatório encomendado pelo Clube de Roma<sup>11</sup> ao Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), estudo capitaneado por Dennis Meadows (1972 apud CAPITÁN, 1998) e que abordou a existência de limites físicos para o crescimento.

O relatório do Clube de Roma consiste num estudo prospectivo do futuro do planeta *Coeteris Paribus* as taxas e o modelo de crescimento econômico da década de 1960. Segundo este relatório se não variasse as tendências de população, recursos e meio ambiente ao final de 100 anos:

- o mundo se encontrará sem matérias primas estratégicas, devido a exploração maciça dos recursos renováveis e ao esgotamento dos recursos não renováveis;
- a poluição gerada pelo crescimento teria muitos efeitos negativos sobre o planeta;
- a população suplantaria as possibilidades de abastecimento de alimentos do planeta.

As conclusões deste relatório levaram os autores a recomendar aos governos à aplicação urgente de medidas que modificassem o modelo de desenvolvimento vigente.

Segundo Ávila (1996), foi criada em 1983, pela Assembléia Geral da ONU a Comissão Mundial sobre o Meio-ambiente e Desenvolvimento (WCED). Em 1987, essa Comissão presidida por Gro Brundtland<sup>12</sup> concluiu o seu primeiro trabalho, expresso no Relatório "*Our Common Future*" também denominado relatório Brundtland, que enfoca a vinculação da questão demográfica, da pobreza no Terceiro Mundo, do protecionismo e das iniquidades do comércio internacional, dos

---

<sup>11</sup> O Clube de Roma é uma associação onde se reúne os credores dos países mais ricos do mundo.

<sup>12</sup> Gro Harlem Brundtland, ex-primeira ministra da Noruega e presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCDE) a época.



problemas derivados da dívida externa e outros aspectos econômicos, com temas propriamente relacionados ao meio ambiente.

De acordo com o relatório Brundtland, a Comissão concluiu que os problemas ambientais não resultam apenas do desenvolvimento, mas também do subdesenvolvimento, como a favelização, a ausência dos serviços de saneamento, a deficiência e o atraso tecnológico das indústrias com baixa modernização, o avanço das fronteiras agrícolas, os desperdícios na utilização dos recursos e o desmatamento que resultam na degradação dos solos, das águas e da atmosfera. Essa constatação ampliou a visão de conjunto para um novo tipo de desenvolvimento denominado, desenvolvimento sustentável.

A comissão definiu o desenvolvimento sustentável como, “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987 apud BUARQUE, 1999, p. 29).

O desenvolvimento sustentável busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende à necessidade imediata sem comprometer o futuro. Seu principal objetivo é a satisfação das necessidades humanas básicas como de certas aspirações legítimas objetivando melhoria da qualidade da vida das pessoas. Para que haja desenvolvimento sustentável cumpre cuidar da qualidade do ar e da água de beber e, manter íntegro o ecossistema que os fornece. (CECCATO, 2004, p.1).

O desenvolvimento sustentável é um processo de desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para que satisfaçam suas próprias necessidades.

Segundo Ceccato (2004), dentro do desenvolvimento sustentável existem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas:

- A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.);
- A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);

- A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
- A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc.);
- A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas.

O desenvolvimento sustentável pode ser entendido então como um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

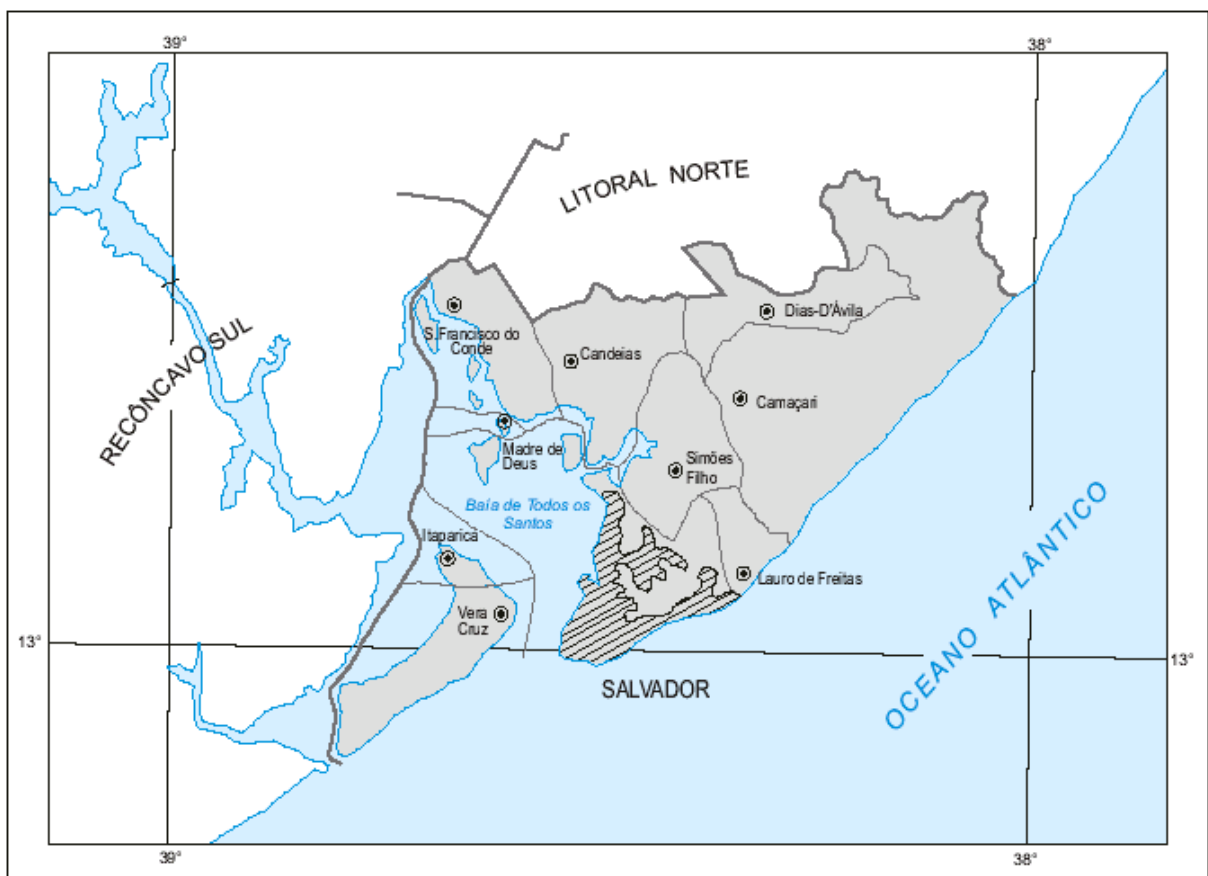
A fundamentação teórica, acima exposta, teve como objetivo discutir alguns conceitos e teorias de acordo com a visão de diversos autores, para dar a sustentação necessária à análise dos dados obtidos, à interpretação das informações colhidas e às conclusões desta dissertação.

No próximo capítulo, apresenta-se o município de Camaçari, sob uma visão geográfica, abordando aspectos físicos e territoriais, analisando sua localização dentro da região em que se insere.

## 2. O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI SOB UMA VISÃO GEOGRÁFICA

### 2.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E REGIONAL

O município de Camaçari localiza-se no Recôncavo baiano, mais precisamente no Recôncavo Norte e faz parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS) que abrange os municípios de Salvador, Itaparica, Lauro de Freitas, Candeias, Simões Filho, São Francisco do Conde, Vera Cruz, Dias D'Ávila e Madre de Deus (Figura 1).



**Figura 1 – Região Metropolitana de Salvador**

Fonte: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

Seus marcos divisórios foram determinados pela Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953 (BAHIA, 1994).

O município de Camaçari ocupa uma faixa de terra com uma largura média de 20 km da orla marítima ao interior e limita-se ao Norte pelo município de Mata de São João; pelo Sul, com Lauro de Freitas; pelo Sudoeste, com Simões Filho; pelo Noroeste, com Dias D'Ávila e pelo Leste com o Oceano Atlântico. Possui uma área de 759,8 km<sup>2</sup>, o que representa aproximadamente 34,5% da área total da RMS, se constituindo no maior município dessa Região.

O município de Camaçari, segundo os critérios de regionalização adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) e pela SEI (BAHIA, 2004a), integra as seguintes regiões: Microrregião Geográfica 021 – Salvador; Região Administrativa 001 – Metropolitana de Salvador; Região Econômica 001 – Metropolitana de Salvador.

A sede municipal dista 41 km da capital e fica às margens da ferrovia que liga Salvador a Juazeiro, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 12°42'00'' de latitude Sul e 38°20'00'' de longitude Oeste do meridiano de Greenwich. A altitude da sede municipal é de 50 metros acima do nível do mar (BAHIA, 2004a).

A análise do município de Camaçari não pode se voltar apenas às mudanças de suas características intrínsecas. Ao contrário, cada vez mais, o conteúdo de um município deve ser relacionado a situações que lhe são exteriores e de como essas se articulam as suas características e potencialidades internas, ou seja, de como ele se articula com a região na qual está inserido.

A RMS exhibe fortes disparidades demográficas, de equipamentos urbanos e de infra-estrutura econômica e social. Esses fatores se concentram predominantemente, em Salvador, núcleo das decisões políticas e econômicas do Estado.

Em termos de população, a RMS era caracterizada na década de 1970 pela presença de Salvador e por um conjunto de pequenas cidades – todas com menos de 50 mil habitantes – de desenvolvimento incipiente e sem maior expressão no contexto metropolitano. Hoje, além de Salvador, a RMS conta com três cidades com mais de 100 mil habitantes – Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho (IBGE, 2005). No entanto, observa-se a grande polarização exercida pela Capital e que será examinada ao longo dos próximos capítulos.

## 2.2. ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VILAS E POVOADOS

Segundo a divisão administrativa de 1958, o município de Camaçari constituía-se dos seguintes distritos: Camaçari – Sede, Dias D'Ávila, Abrantes e Monte Gordo (BAHIA, 1971). O município de Camaçari manteve esta composição até o ano de 1985, quando ocorreu a emancipação do distrito de Dias D'Ávila, pela Lei Estadual nº 4.404.

Os distritos litorâneos, Abrantes e Monte Gordo, apresentam características diferentes da sede municipal e desde as décadas de 1980 e 1990, com a consolidação da Estrada do Coco e com a construção da Linha Verde se tornaram parte do vetor de expansão imobiliária da RMS, o que tem agravado as diferenças e impulsionado uma incipiente movimentação em direção à emancipação da Orla.

Tomando por referência a sede municipal, o distrito de Abrantes situa-se a Sudoeste, na faixa litorânea, distante 14 km, enquanto o distrito de Monte Gordo, também localizado na faixa litorânea, situa-se a Nordeste, distando 19 km. O Município possui muitos povoados, dentre os quais se destaca por razões históricas o povoado de Parafuso, no eixo ferroviário ao sul do Distrito-sede.

Fazem parte do distrito de Abrantes a Vila de Abrantes, sede do distrito, e os povoados de Catu de Abrantes, Buris de Abrantes, Jauá, Areias e Arembepe, enquanto Monte Gordo engloba os povoados de Guarajuba, Itacimirim, Barra do Jacuípe e Barra do Pojuca.

A Vila de Abrantes se constitui em uma das maiores comunidades da orla do Município, sendo a mais antiga. Sua origem remonta ao passado dos primeiros anos da colonização brasileira. Caracterizada pelo seu conteúdo histórico, possui uma das mais antigas igrejas do Brasil, a Igreja do Divino Espírito Santo, foi também a primeira sede municipal, servindo como capital do País, durante a invasão holandesa de 1624.

A Vila é formada por uma grande praça retangular cercada de casas (Figura 2, p. 57), ruas paralelas à praça e à Estrada do Coco e outras perpendiculares, ligando a Vila à rodovia. Na área da Vila um dos principais problemas é o crescimento desordenado, havendo uma grande concentração de casas construídas em área de preservação ambiental, áreas úmidas e em dunas.



**Figura 2 – Praça de Abrantes em 22/10/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Situado às margens do rio Joanes, no acesso sul do Município, encontra-se o povoado de Catu de Abrantes, dividido pela BA-099, num trecho de intenso volume de tráfego. A sua área urbana encontra-se totalmente envolvida por loteamentos e condomínios.

No povoado está sendo implantado um empreendimento imobiliário de grande porte, o Alphaville Litoral Norte, o que deverá atrair oportunidades de negócio e de emprego para a região, além de valorizar, mais ainda suas terras.

O povoado de Buris de Abrantes que ficava a pequena distância da Vila de Abrantes, mas separado por uma área de terras com rarefeitas habitações, atualmente não apresenta uma separação física visível, as suas ruas se entrelaçam numa conurbação, onde não se percebe onde começa um e termina o outro.

O povoado de Jauá, situado entre a lagoa e o mar, era uma tradicional vila de pescadores, e se desenvolveu ao longo de uma única Via que liga a antiga vila de pescadores e a BA-099. Via essa que atualmente se apresenta ladeada de empreendimentos imobiliários e casas de veraneio que avançam até os limites do mar e da lagoa (Figura 3, p. 58).

O povoado possui praia propícia para o banho, com piscinas naturais formadas por barreiras e arrecifes, barracas, pousadas e restaurantes.



**Figura 3 – Jauá: casas de veraneio em 26/10/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Jauá, devido a sua localização em relação ao pedágio e por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari (PMC), tem hoje mais uma alternativa de acesso, uma rua de terra batida, por dentro do Parque Municipal das Dunas de Abrantes – Unidade de Conservação que deveria ser protegida devido a sua fragilidade ambiental – interligando o povoado ao aglomerado urbano de Buris e Vila de Abrantes.

O povoado de Areias se localiza na margem esquerda do BA-099 e é envolvido pelo brejo do rio Capivara. O pequeno povoado é composto por duas praças, uma rua paralela à rodovia e algumas ruas perpendiculares à mesma. Os moradores habitam casas simples e habitações subnormais<sup>13</sup> no entorno das poucas ruas existentes (Figura 4, p. 59) e sofrem com a poluição atmosférica causada pela fábrica de dióxido de titânio da Liondell (antiga Tibrás e Millenium).

---

<sup>13</sup> Tipologia habitacional de baixo padrão construtivo, sendo erguidas, muitas vezes, com materiais improvisados dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.





**Figura 4 – Povoado de Areias: rua principal em 26/10/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Situado após o Povoado de Areias encontra-se Arembepe, um dos maiores povoados da orla do Município (Figura 5, p. 60). Segundo o Plano Piloto da Orla Marítima (PPOM) (CAMAÇARI, 1985), a ocupação do local tem a sua origem ligada a um porto natural, que propiciou a atividade da pesca, sendo que a sua base agrícola sempre foi muito limitada, sendo atualmente inexpressiva.

A formação urbana original de Arembepe tinha sua expansão limitada em função da existência de lagoas e alagadiços em seu entorno, no entanto, o processo de urbanização com alta taxa de crescimento aumentou a sua população e a valorização dos terrenos a beira-mar induziu a ocupação da margem esquerda da BA-099, sendo atualmente limitada pelo rio Capivara, que já sofre um processo de ocupação em suas áreas alagadas.





**Figura 5 – Povoado de Arembepe: expansão urbana**

Fonte: CRA (2003, p. 41)

A infra-estrutura turística do local conta com bares, restaurantes, barracas de praia, pousadas e hotéis. Além de posto médico e bancário, abrigando uma unidade do Projeto TAMAR.

Após Arembepe e situado às margens do Rio Jacuípe, encontra-se o povoado de Barra do Jacuípe, ponto extremo da estrada municipal que atravessa Monte Gordo em direção a Barra do Pojuca.

Originária também de uma vila de pescadores é hoje um local de expressivo veraneio e um intenso comércio que atende aos moradores dos condomínios fechados, aos veranistas e também aos demais moradores locais. É uma área que também vem sofrendo uma rápida ocupação de condomínios e loteamentos (Figura 6, p. 61).

Limítrofe ao distrito de Abrantes encontra-se Monte Gordo, maior distrito em extensão territorial do Município, a Vila de Bom Jesus é a sede do distrito, o Monte Gordo propriamente dito. Na sua conformação, a Vila conta com um largo praça onde se localiza a igreja de São Francisco, nesta praça estão concentrados os principais serviços: Conselho comunitário de segurança da orla, Correios, sede da associação de pescadores e mercados (Figura 7, p. 61).



**Figura 6 – Povoado de Jacuípe: foz do rio e casas de veraneio**

Fonte: Camaçari (2005b, p. 17) e pesquisa direta, autoria própria

Distante aproximadamente 3 km da sede do distrito de Monte Gordo localiza-se o porto natural de Guarajuba, principal zona de pesca do distrito e área com intensa ocupação de loteamentos e condomínios de luxo.



**Figura 7 – Vila de Bom Jesus: praça principal em 28/10/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Guarajuba junto com Arembepe – distrito de Abrantes – compõe os principais pontos de concentração de atividades pesqueiras do litoral de Camaçari. Segundo relatos do PPOM (CAMAÇARI, 1985), foi no porto natural de Guarajuba que se originou o assentamento que aos poucos foi se interiorizando, à medida que crescia a atividade agrícola, dando origem ao Monte Gordo.



Atualmente Guarajuba é um local de moradia da classe média (Figura 8) com intensa movimentação, onde não se observa a presença de moradias subnormais e muito menos de habitações populares. Bem estruturada, dispõe de uma bela praça que concentra o público à noite, nos finais de semana. Observa-se que é o local da orla mais freqüentado pela população de melhor poder aquisitivo.



**Figura 8 – Guarajuba: especulação imobiliária em 28/10/2005**  
 Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Após Guarajuba encontra-se Barra do Pojuca e Itacimirim. O povoado de Barra do Pojuca localizado próximo à foz do Rio Pojuca, na margem esquerda da BA-099, fica no limite norte de Camaçari, na divisa com o município de Mata de São João. Segundo relato do PPOM (CAMAÇARI, 1985), seu surgimento deu-se por volta de 1940, embora suas terras tenham ocupação que remonta aos tempos do Brasil colônia. Um poucas famílias se estabeleceram próximas às lagoas existentes e ergueram uma aldeia de pescadores, ali se fixando em função do porto natural da “espera”, em Itacimirim.

Barra do Pojuca atualmente é um dos maiores povoados de Camaçari. Com boa infra-estrutura, conta com biblioteca municipal, estação telefônica, unidade de saúde da família, escolas de ensino fundamental e médio, mercado municipal (fechado e ocupado por desabrigados das chuvas de 2004) e um sistema de abastecimento de água em ampliação (Figura 9, p. 63).



**Figura 9 – Povoado de Barra do Pojuca em 28/10/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Obs. Na seqüência biblioteca, posto de saúde da família, mercado municipal ocupado por desabrigados e canteiro de obras da Embasa

O povoado de Itacimirim é o último do litoral de Camaçari, possui uma paisagem formada por coqueirais, dunas e arrecifes. Atualmente é ocupado por uma grande quantidade de condomínios fechados e casas de veraneio a beira mar (Figura 10, p. 64).

O povoado de Parafuso localizado nas margens da ferrovia (Figura 11, p. 64) e ao sul da sede do Município, é um pequeno povoado com poucas ruas, comércio acanhado e devido à conurbação com bairros que se expandiram a partir da sede já começa a ser considerado como mais um bairro da cidade de Camaçari.

O distrito sede, a cidade de Camaçari propriamente dita, é uma cidade grande que abriga uma população de 116.700 habitantes (BRASIL, 2000), será devidamente analisado ao longo deste estudo.





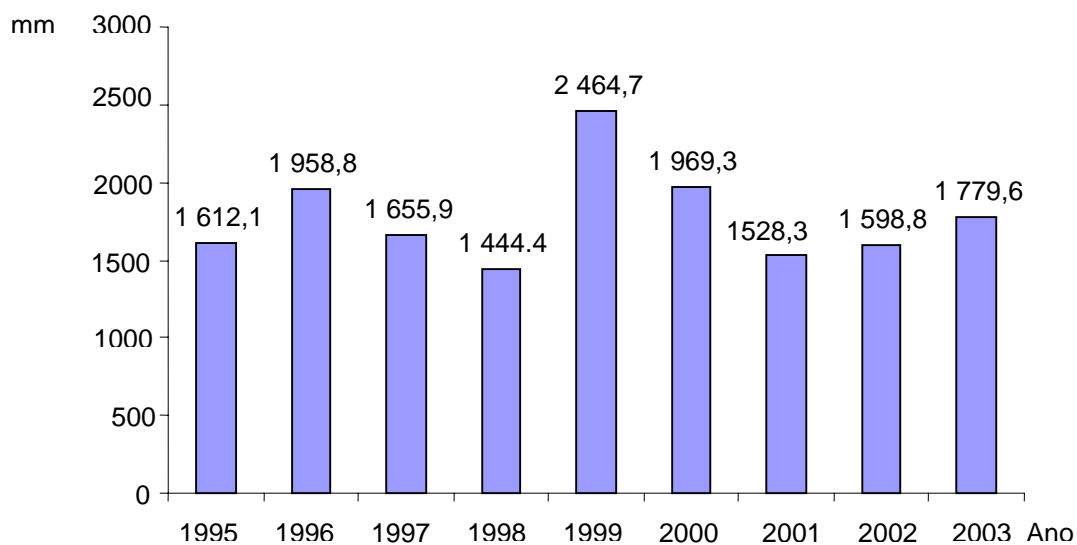
**Figura 10 – Povoado de Itacimirim: casas de veraneio em 28/10/2005**  
Fonte: Pesquisa direta, autoria própria



**Figura 11 – Povoado de Parafuso: ruínas da estação ferroviária em 06/12/2005**  
Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

### 2.3. ANÁLISE CLIMÁTICA

O clima da região costeira de Camaçari é quente e úmido, com chuvas concentradas no período de abril a junho, sendo o mês de maio o mais chuvoso. O período seco ocorre entre outubro e março. Classifica-se como do tipo AF (tropical chuvoso), segundo a classificação Köppen, com temperatura oscilando entre 20<sup>o</sup>C e 30<sup>o</sup>C, sendo as mínimas registradas entre julho e agosto e as máximas, de março a dezembro. A parte interior é caracterizada como de clima úmido e tropical de floresta, com índice pluviométrico anual variando entre 1.000 a 1.600 mm, com chuvas concentradas entre março e julho. A (Figura 12) mostra as precipitações totais anuais medidas na estação localizada na Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC) em Camaçari, de 1995 a 2003 (MOTA, 2004).



**Figura 12 – Precipitações pluviométricas anuais medidas em mm na estação Camaçari entre 1995 e 2003**

Fonte: Mota (2004, p. 5)

Os riscos de Camaçari ser atingido por secas são médios. Os ventos dominantes que ocorrem no Município possuem direção Sudoeste e Nordeste, enquanto os ventos mais intensos são de Noroeste. (BAHIA, 1994).

## 2.4. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS E GEOMORFOLÓGICAS LOCAIS

### 2.4.1. Relevo

A área do Município está regionalmente incluída na parte das terras baixas brasileiras, em zonas hipsométricas inferiores a 200m. Segundo dados levantados pela Petrobrás (1964 apud BAHIA, 1971), o relevo de Camaçari pode ser caracterizado como de planície. A sua maior elevação é de aproximadamente 135m em relação ao nível do mar, ficando situada na parte Noroeste do Município.

As expressões topográficas resultantes, perfeitamente relacionadas à litologia e à estrutura das formações expostas, são vastas superfícies planas, quebradas na sua monotonia por pequenos morros arredondados.

Na área onde se instalaram os complexos industriais – petroquímico e automotivo – e outras indústrias de porte, a topografia se apresenta plana com relevo suave e altitudes médias em torno de 50m.

As encostas dos vales são bastante suaves, raramente atingindo mais de 100m. Ao Norte, Noroeste e Sudoeste do Município, o relevo torna-se acidentado.

Outra feição geomórfica importante da área é dada pela relação entre a largura dos vales dos principais rios e a litologia. Nas áreas recobertas por sedimentos arenosos, friáveis, onde a erosão é fácil, os vales são amplos e abertos, enquanto nas áreas correspondentes ao embasamento cristalino, os vales são profundos e estreitos.

Observa-se também, acentuado assoreamento dos reservatórios criados pelas barragens do Rio Joanes, explicado pela erosão, carreamento e sedimentação de detritos, pelos rios que correm sobre as formações São Sebastião, Marizal e Barreiras, de litologias friáveis, quando são barrados.

A região costeira do Município está sujeita à erosão eólica, sobretudo visível em duas zonas distintas, uma ao Sul do rio Jacuípe, outra ao Norte do rio Pojuca.

## 2.4.2. Caracterização da flora

O Município apresenta uma grande quantidade de ecossistemas com a predominância das seguintes formações vegetais: Gramíneo-lenhosa, Contato cerrado-restinga, Formações pioneiras com influência marinha (restingas<sup>14</sup>) arbórea, Floresta ombrófila densa<sup>15</sup>, Contato cerrado-floresta ombrófila, formações pioneiras com influência fluviomarina (mangue<sup>16</sup>) arbórea (BAHIA, 1994).

De acordo com o Plano diretor do Copec (BAHIA, 1974), os tipos de vegetação que ocorrem no território do município de Camaçari ocupam duas grandes zonas: a faixa costeira e a zona de tabuleiro.

Na faixa costeira, observa-se vegetação típica de litoral, integrada ao desenvolvimento da cultura do coco (Figura 13, p. 68) e, em plano secundário, o desenvolvimento da cultura da manga e culturas diversificadas de subsistência, sobretudo em Monte Gordo e Barra do Jacuípe. Este revestimento vegetal substituiu a mata tropical atlântica, vegetação original da área, da qual ainda são visíveis alguns resíduos pouco representativos, sob a forma de agrupamentos isolados e degradados.

Na estreita faixa junto à costa, as espécies vegetais mais encontradas são a salsa de praia (*Cavanalia Obtusifolia*) e, nas áreas alagadiças, o mangue branco (*Lagemcularia Racemosa*).

Segundo dados do PPOM (CAMAÇARI, 1985) na zona do tabuleiro, compreendida entre os rios Jacuípe e Capivara Grande, atingindo a Noroeste os limites com o município de Dias D'Ávila, a vegetação é rasteira, dominando o capim do colchão (*Andropogon Nutans*), juncos (*Ciferáceas*) nas zonas alagadas e, com freqüência, isoladamente ou agrupadas, a mangabeira (*Hancornia Speciosa*), a piaçava (*Attalea Funifera*) e o dendezeiro (*Elaeis Guineensis*).

---

<sup>14</sup> Restinga é uma formação vegetal que ocorre em superfícies praticamente planas, em solos arenosos, formando cordões litorâneos paralelos à linha da praia.

<sup>15</sup> Floresta ombrófila densa é caracterizada pela presença de árvores altas e exuberantes, sempre verdes, e representadas por poucos indivíduos de muitas espécies.

<sup>16</sup> Mangues são típicos das zonas tropicais e se constituem em um dos ecossistemas de maior produtividade. São resultantes de processos de acumulação fluviomarina e localizam-se geralmente nos deltas dos rios.





**Figura 13 – Plantação de coco em Camaçari em 06/12/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Nas depressões dos tabuleiros são encontrados grupamentos de árvores das espécies citadas e outras de tipo secundário, arbustivas, sem nenhum valor paisagístico ou econômico.

A parcela do território ainda recoberta por uma vegetação de aspecto natural ou primário é muito pequena.

Isto se deve à própria evolução da ocupação humana na região de Salvador, sujeita, desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil, a uma degradação progressiva pela exploração indiscriminada dos recursos florestais e culminando, mais recentemente, com a utilização intensiva do solo, para fins agrícolas ou residenciais (CAMAÇARI, 1985, p. 36).

As áreas urbanas, notadamente a sede do município, são praticamente desprovidas de vegetação.

### 2.4.3. Tipologia e aptidão dos solos

Segundo dados do CEI e da CONDER (BAHIA, 1994), Camaçari apresenta os seguintes tipos de solo: Podzol Hidromórfico, Podzólico vermelho-amarelo álico, Areias Quartzosas marinhas, Glei pouco húmico distrófico.

No Município, as elevações e áreas onduladas mais elevadas são formadas por solos residuais, constituídos de siltes arenosos e argilosos, intercalados, de capacidade variada e de coloração rosada e branca. O transporte desses solos, por águas pluviais, desenvolveu depósitos superficiais de solos transportados como areia fina, pouco compacta, branca ou cinza, na parte inferior dos morros, e depósitos de argila siltosa, mole e turfosa, nos talwegues, ao longo dos riachos (BAHIA, 1974).

Na faixa litorânea são encontrados solos sílicos-argilosos ácidos. Apresentando baixa fertilidade natural, se caracterizando por excessiva porosidade e permeabilidade, são bem drenados e susceptíveis à erosão.

Ainda na faixa do litoral, são encontrados solos salinos costeiros, ocorrentes em extensas faixas inundadas periodicamente pela água do mar, de cor cinza, textura siltosa, muito baixa fertilidade natural, não se prestando para uso agrícola.

Nas zonas alagadas do interior e do litoral, estão presentes solos hidromorfos, constituídos de materiais transportados, de natureza detrítica, não consolidados, granulometria heterogênea, argilosos, argilo-arenosos e areno-argilosos, com fertilidade natural variável.

No médio e baixo curso do Rio Jacuípe e na área situada entre Vila de Abrantes e o povoado de Parafuso, assim como no baixo curso do Rio Joanes, pela margem esquerda, são encontrados solos podzólicos de cor variada vermelho-amarelo e latosolos amarelos, de média fertilidade, rasos, ácidos, bem drenados, aproveitáveis para uso agropecuário.

Na zona de tabuleiro, a mais extensa e representativa do Município, os solos são originários sobretudo das Formações Marizal, São Sebastião e Barreiras. Ocorrem na área mais plana do Município e normalmente, são solos profundos, ácidos, com argilas de atividade baixa, geralmente bem drenados, não utilizáveis para a agricultura devido à baixa fertilidade natural. (BAHIA, 1971).

Estudos realizados pela Prefeitura de Camaçari, em 1983 – Levantamento Pedológico Semi-detalhado e Aptidão Agrícola das Terras do município de Camaçari –, identificaram a existência de cinco grupos de solos com aptidões agrícolas distintas (Quadro 3).

<b>Tipo</b>	<b>Tipo de plantio recomendado</b>	<b>Observações complementares</b>	<b>Território %</b>
1	Utilização de calagens para inibir e controlar a erosão, sendo propício ao cultivo de mandioca, milho e feijão consociado com amendoim, coco e banana.	Com adubação orgânica, é possível o cultivo de frutas, sendo viável também a prática da silvicultura e reflorestamento energético.	13,02%
2	Há necessidade de adubação orgânica para viabilizar o aumento da produtividade e conservação dos solos, tendo possibilidades para o plantio de culturas de feijão, milho e amendoim.	É recomendada ao reflorestamento energético com as mesmas especificações do grupo 1.	8,36%
3	Severas deficiências de fertilidade e drenagens superficiais, sendo propícias à plantação de gramíneas utilizadas no pasto.	Há necessidade de recuperação, através da utilização de fertilizantes inorgânicos.	2,12%
4	São solos altamente propícios à erosão, em sua maioria dispostos em relevo acidentado com clima úmido, com os cuidados necessários é possível o reflorestamento energético.	Não são recomendáveis o desprovento de sua cobertura original proveniente da erosão, caso sejam utilizados na silvicultura, há necessidade de extremos cuidados.	30,80%
5	Terras fortemente degradadas e, apresentando solos alagados presentes nas lagoas litorâneas e banhadas, é propícia ao cultivo de arroz.	São áreas riquíssimas no contexto paisagístico que estão em parte, contextualizadas para o uso turístico.	40,18%

**Quadro 3 - Situação analítica dos tipos de solo de Camaçari**

Fonte: Caíres de Brito (1983 apud CAMAÇARI, 2005a, p. 81)

Obs. No quadro original a soma do território não equivale a 100%

#### 2.4.4. Recursos hídricos superficiais e subterrâneos

As principais bacias hidrográficas da RMS abrangem terras do município de Camaçari, fato que o caracteriza como bem situado em relação a mananciais de superfície. O Município conta com expressivo potencial de águas de superfície, representado pelas bacias hidrográficas dos rios Joanes, Jacuípe e Pojuca (Figura 14).



Figura 14 – Mapa hidrográfico: Camaçari e Dias D'Ávila  
Fonte: Bahia (1974, p. 44)

O Rio Joanes, limite Sul de Camaçari, tem 60 km de extensão e sua bacia 594 km<sup>2</sup> de área, da qual cerca de 80 % são cobertos por arenitos da Formação São Sebastião. Sobre o leito do Rio Joanes, foram construídas duas barragens, Joanes I e Joanes II, a primeira em 1967 e a segunda em 1971 (BAHIA, 1974). A vazão média é da ordem de 11 m<sup>3</sup>/s e a vazão regularizada de 6 m<sup>3</sup>/s. O rio Joanes e seus afluentes foram enquadrados na Classe 2, das cabeceiras até o trecho do condomínio Pedras do Rio, e na Classe 7, do condomínio até sua foz (CRA, 2001).

O rio Jacuípe nasce no município de Conceição de Jacuípe e deságua no Oceano Atlântico e sua bacia de drenagem possui extensão de 85 km e sua bacia 784 km<sup>2</sup>, com vazão média de 15 m<sup>3</sup>/s e vazão regularizada de 4,6 m<sup>3</sup>/s. O rio Jacuípe e seus afluentes foram enquadrados na Classe 2, das nascentes até o trecho da antiga barragem de Santa Helena e na Classe 7, da localidade denominada Jordão até sua foz. O rio dentro do município é represado para captação de água na atual barragem de Santa Helena. Fazem parte dessa bacia os rios Capivara Grande e Capivara Pequena (BAHIA, 1974).

Cerca de 90% da área da bacia do Rio Jacuípe é coberta por arenitos da Formação São Sebastião (BAHIA, 1971).

O Rio Pojuca constitui o limite norte de Camaçari. Principal rio da região, sua bacia abrange uma área de 5.000 km<sup>2</sup>, dos quais 60% estão na área do Recôncavo (BAHIA, 1971). A sua vazão foi calculada em 30 m<sup>3</sup>/s e a vazão regularizável em 19,7 m<sup>3</sup>/s.

As vazões somadas dos rios Joanes, Jacuípe e Pojuca, respectivamente consideradas iguais a 6 m<sup>3</sup>/s, 4,6 m<sup>3</sup>/s e 19,7 m<sup>3</sup>/s, totalizam 30,3 m<sup>3</sup>/s, valor representativo da disponibilidade hídrica da superfície, de interesse direto à caracterização física do município de Camaçari.

Estudos e pesquisas feitas pela Petrobrás (BAHIA, 1971) demonstram a existência, no Município, de aquíferos com água doce até a base do membro superior da Formação São Sebastião, o que representa uma espessura variando entre 800 e 1500 metros.

A Formação São Sebastião contém o mais importante sistema aquífero da Bacia Sedimentar do Recôncavo, responsável pelo suprimento de água de parte do Centro Industrial de Camaçari, de parte do Centro Industrial de Aratu, bem como de sedes, vilas, inúmeros municípios e pequenas comunidades locais. A Formação São Sebastião ocorre numa extensão de

7000 km<sup>2</sup>, ocupando 2/3 da Bacia Sedimentar do Recôncavo [...] (MOTA, 2004, p. 7).

Os principais aquíferos dessa formação são constituídos por arenitos finos argilosos, às vezes apresentando-se localmente grosseiros, com intercalações de folhelhos e siltitos. A espessura das camadas desses arenitos varia de alguns metros até centenas de metros, o mesmo acontecendo com referência aos folhelhos intercalados. “Em geral, as águas são de excelente qualidade, às vezes classificadas como mineral, com valores inferiores a 200 mg/l de sólidos totais dissolvidos e a 40 mg/l de cloretos” (MOTA, 2004, p. 7).

Os principais fatores que condicionam a existência de água no subsolo, como porosidade, permeabilidade, coeficiente de recarga, espessura, continuidade e extensão de camadas, são excelentes na área de Camaçari, condicionando a existência de aquíferos de grande capacidade de armazenamento e produção.

Na Formação Marizal que fica acima da Formação São Sebastião também existe água, mas não da mesma qualidade.

Normalmente poços de abastecimento de água são selados em toda a espessura dessa formação [Marizal] para evitar captar uma água que é vulnerável à contaminação devido ao seu posicionamento mais próximo da superfície (MOTA, 2004, p. 8).

O aquífero São Sebastião é de extrema importância para a região devido aos seus múltiplos usos: no abastecimento público integral das cidades de Camaçari, Dias D’Ávila, Pojuca, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Catu, Alagoinhas, e inúmeros povoados; no suprimento da indústria petroquímica, de metalurgia, automotiva e de bebidas; e nas termoelétricas para a geração de energia.

#### **2.4.5. Geologia e recursos minerais**

As formações rochosas encontradas em Camaçari são do tipo, gnaisses, metatexitos, arenitos, conglomerados/brechas, depósitos fluviais, folhelhos e

depósitos costeiros compostos de: areias de praias, dunas, mangues, terraços e cordões litorâneos (BAHIA, 1994).

Na área do município de Camaçari, aflora a Formação São Sebastião. Na parte central do município, a Formação São Sebastião é coberta pela Formação Marizal, aparecendo, também, restos da Formação Barreiras, irregularmente aflorantes (Figura 15, p. 75).

As rochas cristalinas que afloram na área são granulitos e gnaisses. As rochas sedimentares são de idade Cretácea, Terciária e Quaternária, constituídas de sucessão de folhelhos, siltitos, arenitos e arenitos conglomeráticos e conglomerados. São rochas de origem fluvial e lacustrina.

Na área Leste afloram rochas do Embasamento Pré-Cambriano, que limitam a Bacia Sedimentar do Recôncavo através de contatos falhados – falha de Salvador – com as rochas sedimentares.

Na área destinada à localização industrial no Município, afloram rochas das formações São Sebastião e Marizal, sedimentos da Formação Barreiras e aluviões do Quaternário.

Segundo estudos do Planejamento Industrial de Camaçari (BAHIA, 1971), se pode separar as formações geológicas da área pela topografia. A Formação São Sebastião, representada exclusivamente pelo seu membro superior, aflora geralmente nas cabeceiras e partes altas dos vales, onde a erosão cortou a Formação Marizal. Esta ocupa as partes planas com altitudes em torno de 50 metros, apresentando, desta maneira, uma maior extensão.

A Formação Barreiras, subhorizontal, constitui elevações acima da cota de 90 metros, sendo reduzida a sua ocorrência na área. Por fim, aparecem os sedimentos aluvionários do Quaternário, recobrimo as calhas dos cursos de água mais importantes e preenchendo as partes baixas da topografia.

O Município apresenta dentro do seu espaço territorial a ocorrência dos seguintes minerais: argila, caulim, areia e arenito (BAHIA, 1994).

O potencial mineral da região é representado essencialmente pelos minerais não-metálicos. Nela encontram-se situadas as mais importantes jazidas de caulins e argilas do Estado da Bahia, largamente empregadas para a fabricação de azulejos artísticos de alta qualidade, tijolos refratários, blocos, telhas e manilhas, além de outras aplicações industriais em menor escala (BAHIA, 1974, p. 43).



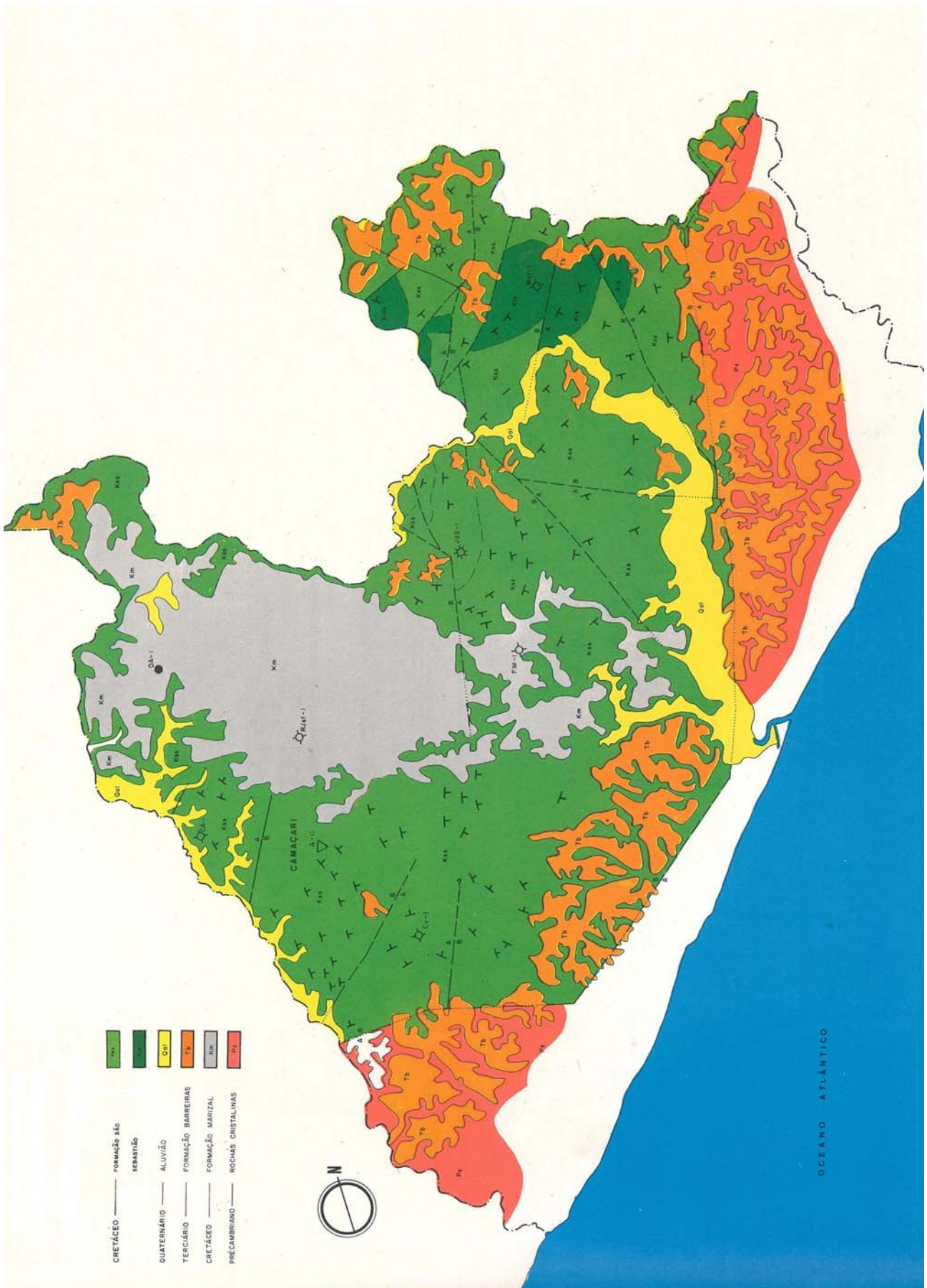


Figura 15 – Mapa geológico do município de Camaçari  
 Fonte: Bahia (1971, p. 27)



A exploração de argilas caulínicas existentes em depósitos sedimentares do período Cretáceo e Quaternário permitem a fabricação de produtos cerâmicos vermelhos: blocos; telhas e manilhas (Figura 16), proporcionando as condições para o funcionamento de empresas de cerâmicas no Município (Figura 17).



**Figura 16 – Olaria localizada no povoado de Parafuso em 06/12/2005**  
Fonte: Pesquisa direta, autoria própria



**Figura 17 – Cerâmica Incenor às margens da BA-093 em 10/11/2005**  
Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Ocorre também no Município, a exploração econômica da água mineral proveniente do subsolo e que é feita através de poços. A água mineral é extraída do aquífero formado pela Formação São Sebastião, pois o aquífero da Formação Marizal, apesar de ser de grande extensão, é mais vulnerável à contaminação devido ao seu posicionamento próximo à superfície.

Outra atividade econômica relacionada aos recursos minerais é a exploração de leitos de lateritos da formação Marizal, material largamente empregado para a construção de rodovias, como base e revestimento primário (Figura 18).



**Figura 18 – Barra do Pojuca: jazida de areia em 28/10/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Registram-se, ainda, no Município a ocorrência de extensos depósitos de areias e cascalhos, materiais utilizáveis na construção civil.

O próximo capítulo apresenta a evolução histórica do Município até a sua transformação em município predominantemente industrial, e levanta e examina os principais planos que tiveram Camaçari como objeto de estudo, mesmo que parcial.

### 3. AS EXPERIÊNCIAS DO PLANEJAMENTO EM CAMAÇARI

#### 3.1. CAMAÇARI: A PASSAGEM DE MUNICÍPIO AGROTURÍSTICO PARA MUNICÍPIO INDUSTRIAL

O povoamento do Município teve início na sesmaria recebida por Garcia D'Ávila, almoxarife do Rei de Portugal – Dom João III –, que veio para o Brasil em 1549, na comitiva de Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil colônia. “A extensa sesmaria, com área calculada em sessenta léguas quadradas compreendia os atuais municípios de Camaçari e Mata de São João” (BRASIL, 1958, p. 117).

[...] juntamente com as [vilas] do Rio Vermelho e São Thiago em Pirajá, Mem de Sá, terceiro Governador Geral, instituiu as missões (1556) cujo objetivo era civilizar o índio sob a jurisdição dos jesuítas (BORGES DE BARROS, 1923 apud VIEIRA NETO, 2004, p. 25).

No ano de 1558 os jesuítas fundaram no sítio Sul do atual município a Aldeia do Divino Espírito Santo, construindo a primeira igreja ainda de barro e palha (Figura 19, foto atual da igreja).



Figura 19 – Igreja de Abrantes em 22/10/2005  
Fonte: Pesquisa direta, autoria própria



Em 1562, estabeleceram no mesmo local uma Missão com o objetivo de catequizar os índios da região, “[...] fundada pelos jesuítas no governo de Mem de Sá, que a esses índios deu, a sete de setembro de 1562, uma sorte de terras em sesmarias” (BORGES DE BARROS, 1923 apud VIEIRA NETO, p.25).

A aldeia foi elevada à condição de Vila em 28 de setembro de 1758, através de Alvará Régio de Dom José, Rei de Portugal:

O município de Camaçari originou-se de uma aldeia indígena situada no litoral, que recebeu dos jesuítas o nome de ‘Aldeia do Espírito Santo’, nascendo daí o povoado onde, entre os anos de 1700 a 1800, foram construídos um convento e uma igreja. Em 27 de setembro de 1758, as suas terras foram desmembradas de Salvador e o povoado foi elevado à vila, com o nome de Espírito Santo da Nova Abrantes (BAHIA, 1976, p. 28).

A vila alcança seu auge em 1830, como grande produtora de algodão, mas, com o declínio desta cultura, sua matriz foi extinta pela Resolução provincial nº 241, de 16 de abril de 1846, sendo incorporada ao recém-criado município de Mata de São João, restabelecida pela Resolução provincial nº 310 de 3 de junho de 1848.

No ano de 1846, o município de Vila Nova de Abrantes do Espírito Santo foi extinto e suas terras passaram a compor o município de Mata de São João. Em 3 de junho de 1848, é restabelecido com território desmembrado de Mata de São João, sendo constituído por três distritos: Abrantes, Monte Gordo e Ipitanga (BRASIL, 1958, p. 118).

Segundo Vieira Neto (2004), Abrantes, que possuía nessa época em torno de 250 casas formando duas ruas e uma praça, entrou em processo de estagnação, não havendo feira ou indústria local; o comércio local e nas redondezas era pequeno; outras atividades desenvolvidas eram a fabricação do azeite de coco e de dendê, a pescaria e algumas plantações de mandioca, cana-de-açúcar e pimenta. Embora a Vila de Abrantes fosse o ponto de maior aglomeração urbana da época na região, não conseguiu retornar a uma situação confortável pela falta de comunicação fácil com Salvador.

Em função do processo de estagnação, a Vila de Abrantes, como sede municipal, entra em decadência, sendo criado em 22 de março de 1920, o distrito de Camaçari “A lei municipal de 22 de março de 1920 criou o distrito de Camaçari, com território desmembrado do distrito de Abrantes” (BRASIL, 1958, p. 118). A criação do distrito é confirmada a posteriori pela Lei Estadual nº 1.422, de 4 de agosto de 1920.

A partir da década de 1920 a produção de coco toma um caráter de atividade agrícola dominante em Camaçari, tornando-se a principal atividade da economia local. O resultado disto é que, em 1950, o coco ocupa mais da metade da área cultivada do município.

Em 28 de julho de 1925, o então governador do Estado, Francisco Marques de Góes Calmon, modifica através da Lei Estadual nº 1.809 o topônimo do município para Monte Negro – em homenagem ao Desembargador Monte Negro – e transfere a sede do município para o arraial de Camaçari, que foi elevado à condição de Vila. Em razão do Decreto-Lei estadual nº 10.724 de 30 de março de 1938, o município de Monte Negro passou a denominar-se Camaçari. (BRASIL, 1958).

Nos anos de 1940 e 1950, o lugar revela expressivas alterações na sua configuração, demarcado pela publicação do decreto Lei nº. 10.724, de 30 de março de 1938, disciplinando a divisão territorial do Município e com ele o 'antigo' Arraial de Camaçari emancipou-se da Vila de Abrantes, passando a ser sede municipal (BRITO, s.d., p. 1).

A atual sede do Município nasceu ao longo de uma antiga trilha de gado que demandava Salvador, vinda do sertão. Nessa trilha, surgiram vários pontos de parada das boiadas e também feiras que, ao crescerem, transformaram-se em povoados.

Com o surgimento da estrada de ferro, passando perto dessas feiras e dos pontos de parada obrigatória, os povoados próximos tiveram o seu crescimento urbano orientado no sentido da diretriz dessa ferrovia (BAHIA, 1971).

A cidade de Camaçari nasceu e cresceu, então, a partir de um povoado, às margens da estação de parada do trem (Figura 20, p. 81), localizada nas proximidades do km 48, linha tronco Salvador – Alagoinhas, da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco fundada em 1861.

Na década de 1950 inicia-se a chamada modernização do Estado da Bahia. Nesse período o Estado foi favorecido por fatores tais como: a descoberta de petróleo no Recôncavo baiano e os investimentos da Petrobrás e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) em infra-estrutura.

A inauguração da Usina de Paulo Afonso, pela CHESF, eliminou o estrangulamento que existia na oferta de energia elétrica, criando condições para a implantação de unidades industriais na região (BAHIA, 1971). Esses fatores impactaram de forma direta em Camaçari.



**Figura 20 – Camaçari: estação ferroviária em 15/12/2006**  
 Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Nos anos 60, Brandão (1963) fala das tendências de mudança no perfil local, pela presença da Petrobrás no Recôncavo e criação de uma estrada asfaltada cortando grande extensão do lugar, abrindo espaço à penetração de atividades industriais e especulativas, com tendências a serem intensificadas, porque Camaçari era uma das áreas em discussão para a implantação da petroquímica na Bahia (BRITO, s.d., p. 1).

A referida estrada é a BA-6, atual BA-093, cuja função era ligar os campos de produção de petróleo localizados nos municípios de Mata de São João, Pojuca, Catu e Alagoinhas, com a Refinaria Landulpho Alves localizada no município de Candeias, e a sua criação fez com que Camaçari experimentasse uma mudança no seu vetor de expansão urbana em direção à estrada (BAHIA, 1971).

O município de Camaçari até a década de 1960, passou por várias etapas de crescimento urbano, principalmente pelo dinamismo das atividades da Petrobrás na região e também pelo incremento do veraneio na estância hidromineral de Dias D'Ávila, "Não só Dias D'Ávila era uma estância hidromineral, como Camaçari era uma cidade de intenso veraneio. Muita gente passava o verão em Camaçari, que tinha uma vida bucólica" (LORENZO, 2005).

No setor secundário, o município de Camaçari fazia parte da área de influência do Centro Industrial de Aratu (CIA) – criado em 11 de abril de 1966 –, com as mudanças ocorridas no período, se transforma ao final da década de 1960 em um núcleo industrial autônomo, com indústrias se instalando espontaneamente, demonstrando uma vocação natural para a localização de unidades petroquímicas, reforçada pela possibilidade de ali se localizar o segundo complexo petroquímico do Brasil (BAHIA, 1971).

Camaçari, que abrigava a estância hidromineral de Dias D'Ávila, já apresentava um ritmo elevado de crescimento urbano no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970. Crescimento que se elevou ainda mais na década seguinte – período de instalação do Copec –, chegando a crescer 166,4% na década de 1970 (Tabela 1).

**Tabela 1 – Camaçari, evolução da população de 1940 a 2005**

<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>Crescimento entre os anos</i>
1940	11 188	-
1950	13 800	23,3%
1960	21 849	58,3%
1970	34 281	56,9%
1980	91 315	166,4%
1991	113 639	24,4%
2000	161 727	42,3%
2005*	191 855	18,6%

Fonte: Bahia (1976, p. 61), Bahia (1985, p. 75), [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

(\*) Estimativa do IBGE em 01/07/2005

A estrutura sócio-espacial do Município começa a sofrer alterações significativas a partir do início da década de 1970, com a implantação de um complexo de indústrias petroquímicas, planejado exogenamente pelo centralismo estatal vigente à época e localizado próximo à sede do município. A vida local da cidade de Camaçari que acontecia em torno da ferrovia, começa a mudar:

O espaço foi reestruturado a partir da década de 70, quando a agenda desenvolvimentista orientou para o lugar a implantação do segundo pólo petroquímico do país e maior da América Latina, em produção integrada – O Complexo Petroquímico de Camaçari. (...) A cidade antes do Pólo *vivia a trem*. O trem funcionava como o relógio local, as coisas aconteciam com hora marcada antes e depois da passagem do trem (BRITO, s.d., p. 2).

Levando em consideração as modificações espaciais que são definidas pelo crescimento econômico como um processo de desequilíbrio tanto temporal como espacial, visualiza-se o processo de transformação da cidade de Camaçari e as modificações sofridas pela região, devido às intervenções de iniciativa privada e estatal.

Uma cidade tipicamente de veraneio, facilitada pela proximidade com Salvador e atraente pela qualidade sócio-ecológica do ambiente (...). A presença do Pólo demarca o rompimento com uma lógica funcional do espaço urbano, orientada pelo apito do trem, para se orientar pelo barulho da fábrica (BRITO, s.d., p. 3).

A decisão do Governo Federal de investir no município de Camaçari dá início a uma grande quantidade de planos: de caráter espacial, de caráter setorial, de grandes equipamentos. Esses planos foram capitaneados pelos órgãos de planejamento superiores na hierarquia governamental, às vezes federal, às vezes estadual, representados por diversas secretarias estaduais, sob a supervisão da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC), mas sobremaneira independente da participação do governo municipal.

Os principais responsáveis pelo planejamento e execução das obras de infra-estrutura física e urbano-social foi o governo do Estado da Bahia e a Petrobrás através de suas subsidiárias.

[...] os grandes parceiros na construção de Camaçari foram o governo do Estado da Bahia e a Petrobrás, representada por suas subsidiárias Petroquisa e Copene. Coadjuvantes no processo o governo federal, através do Ministério da Indústria e Comércio – CDI, o BNDE, o BNH e a Sudene [17]. A participação da classe empresarial, [...] foi insignificante. A classe política, a comunidade local e regional e os organismos de classe foram, quando muito, simples espectadores (SPINOLA, 2003, p. 285).

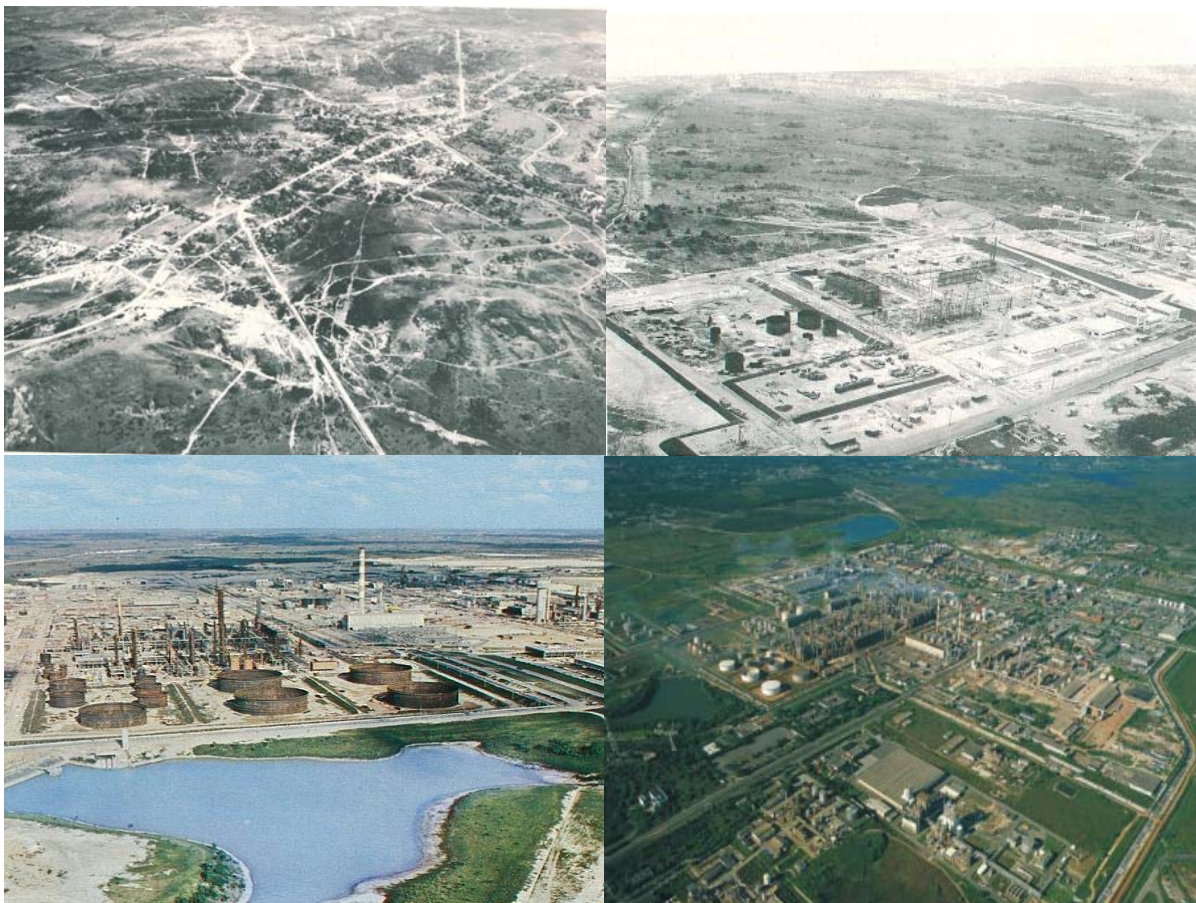
O início das obras de implantação do Copec, em 1972, acelerou as transformações sociais, urbanas e econômicas do município. Camaçari, que até a década de 1960 tinha pouca ou quase nenhuma integração com a economia baiana e nacional e cuja base econômica era voltada para as atividades primárias tradicionais, começou a ter um papel importante no cenário econômico regional. A

---

<sup>17</sup> CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial; BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; BNH – Banco Nacional de Habitação; Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.



partir desse momento, inicia-se a transformação da bucólica paisagem (Figura 21) e da pacata vida levada na sede do município.



**Figura 21 – Vista aérea da cidade de Camaçari nos anos 1960, obras de construção do Copec nos anos 1970 e Vista do Copec no ano 2000 com a cidade de Camaçari ao fundo**

Fonte: Bahia (1971, p. 6 e 18); Bahia (1977, p. 127) e [www.cofic.com.br](http://www.cofic.com.br)

Obs. Sentido de visualização, da esquerda para direita

### 3.2. O PLANO DIRETOR DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI

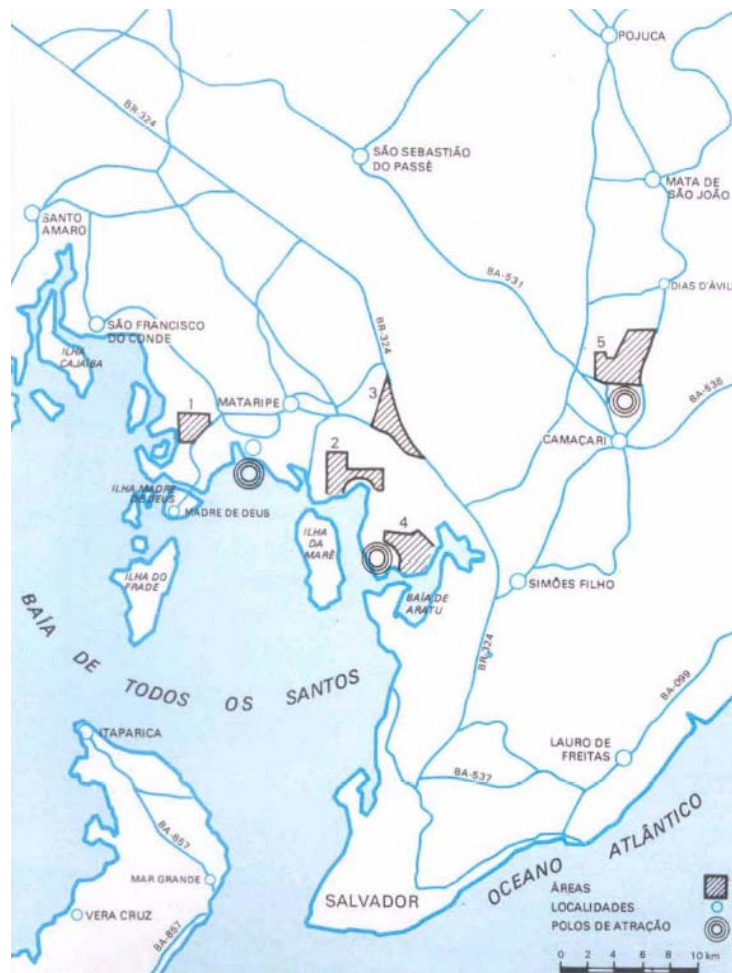
A decisão do governo Federal, em novembro de 1971, de localizar na Bahia, o segundo complexo petroquímico do país foi, segundo José de Mascarenhas – Secretário das Minas e Energia a época – o acontecimento mais importante da história econômica contemporânea do Estado (BAHIA, 1974).

A implantação gerou a necessidade de elaboração de um plano diretor. Plano esse, que buscou basicamente, assegurar as melhores condições de produção e competitividade para o Complexo Básico, mas que também pretendia

orientar a industrialização regional e promover condições de crescimento auto-sustentado, através da constituição de um parque de indústrias de transformação, fato este, que não se concretizou.

De acordo com Spinola (2003), a Petrobrás decidiu localizar, o complexo petroquímico em Camaçari, através de uma decisão autônoma, não aceitando as críticas do empresariado internacional<sup>18</sup> (sócio privado estrangeiro), nem dos técnicos baianos.

Segundo o plano diretor (BAHIA, 1974), a decisão de localização do conjunto de unidades básicas do complexo petroquímico – então denominado Complexo Básico –, tomada pela Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), foi baseada num estudo que analisou cinco possíveis áreas de instalação (Figura 22).



**Figura 22 – alternativas de localização industrial**  
Fonte: Bahia (1974, p. 16)

<sup>18</sup> A composição acionária que viabilizou o projeto de instalação do complexo petroquímico na Bahia era composta pela Petroquisa (subsidiária da Petrobrás) com um terço do capital votante, pelo sócio privado estrangeiro (dono da tecnologia) com outro terço e o sócio privado nacional (financiado pelo BNDE) com o terço restante.

- Área 1 – situada no município de Candeias, área limítrofe aos terrenos da Refinaria Landulpho Alves (RLAM);
- Área 2 – situada no município de Candeias, entre a RLAM e o Porto de Aratu, constituinte da zona de indústrias pesadas do CIA;
- Área 3 – situada no município de Candeias, contida substancialmente nos limites do CIA, no local onde a BA-538 se entronca com a BR-324;
- Área 4 – também situado no município de Candeias, em área pertencente ao CIA, próxima à região denominada Matoín, limitando-se com a faixa de terrenos do Porto de Aratu; e
- Área 5 – situada no município de Camaçari, limítrofe aos terrenos do Conjunto Petroquímico da Bahia (COPEB).

A opção de escolha preferida pelo sócio privado estrangeiro e indicada por um instituto técnico especializado francês, o *Bureau d'Etudes Industrielles et de Cooperation de l'Institut Français du Pétrole* – contratado pelo governo para assessorá-lo no processo de implantação do complexo petroquímico – seria próximo ao mar e ao CIA (SPINOLA, 2003). No entanto a escolha recaiu sobre a área 5, situada entre a cidade de Camaçari e o então distrito de Dias D'Ávila.

Oficialmente, os critérios que levaram à escolha da área 5 em detrimento das outras quatro áreas, foram a disponibilidade de água e a análise de custos comparativos de investimento e funcionamento, que apontou Camaçari como local comparativamente melhor.

Segundo o plano diretor, a seleção da área para a localização do Copec atentou, dentre outros, para os seguintes aspectos (BAHIA, 1974):

- Proximidade da RLAM, principal e muito provavelmente, única fornecedora de nafta para a Central de Matérias-Primas;
- Proximidade de terminais marítimos representados, basicamente, pelo Porto de Aratu, que será o principal escoadouro marítimo especializado da RMS e, alternadamente, Terminal Madre de Deus – TEMADRE, plenamente equipado para manuseio do petróleo e seus derivados;

- Proximidade da cidade do Salvador, Capital do Estado, principal centro urbano da Bahia, com possibilidade de suprir o Complexo com serviços terciários diversos e mão-de-obra. Adicionalmente, considerou-se também a proximidade do Porto de Salvador, único em funcionamento no Recôncavo baiano com capacidade de movimentar cargas gerais;
- Proximidade dos núcleos urbanos de Camaçari e Dias D'Ávila;
- Qualidade do terreno, sob os pontos de vista de condições topográficas e geológico-geotécnicas;
- Possibilidade de utilização de área e condições de integração do Complexo;
- Existência, no local, de indústrias do setor que espontaneamente para aí se dirigiram.

#### Segundo Martins:

A escolha de Camaçari como sítio para a localização do complexo básico já havia sido feita, a partir de estudos realizados pela Copene, subsidiária da Petroquisa, desde 1972, ou seja: dois anos antes da formulação do plano diretor. Oficialmente, o critério básico que levou a escolha foi o da disponibilidade de água na região, aliado a uma análise dos custos comparativos de investimento e de funcionamento proporcionados por Camaçari em relação a quatro outras possíveis localizações (todas elas situadas no município vizinho de Candeias). Estimou-se então que em termos de custos de funcionamento (ligados à maior distância de Salvador e do Porto de Aratu e ao transporte de matérias primas) as vantagens oferecidas por Camaçari teriam uma vigência de pelo menos dezoito anos, se comparadas com as vantagens oferecidas por Aratu.

Essa afirmação é feita no plano diretor, embora nenhuma referência precisa seja dada sobre a maneira como foram realizados tais cálculos – que seriam, aliás, tornados pelo menos em parte obsoletos pelo (à época imprevisível) aumento do petróleo. Se essa é a versão oficial, existem indicações, de que a verdadeira motivação da subsidiária da Petrobrás para a não-localização do complexo petroquímico em Aratu deveu-se muito mais ao desejo da empresa estatal de 'ver-se livre' das eventuais limitações à ação que pretendia desenvolver decorrente da existência já em Aratu de uma administração dependente da Secretaria de Indústria do governo da Bahia. Como quer que seja, o importante é que a decisão de localizar o complexo em Camaçari já estava tomada antes que se fizesse qualquer estudo de planejamento regional (MARTINS, 1981 apud SPINOLA, 2003, p. 286).

O estudo feito pela Copene definiu: o zoneamento do complexo básico; o sistema viário interno; fornecimento de energia elétrica; tubovias; drenagem; localização das centrais – de matéria prima, de utilidade, de manutenção e de serviços – e das empresas a serem instaladas.

Assim, após ser definido as diretrizes do complexo básico a ser instalado é que foi desenvolvido o plano diretor do Copec, que também estabeleceu diretrizes para a cidade de Camaçari e seu principal distrito à época, Dias D'Ávila. Este plano incorpora e amplia o plano feito pela Copene, entretanto, sem modificar as diretrizes nele estabelecidas.

O objetivo principal do plano diretor do Copec era:

[...] assegurar melhores condições de produção às atividades industriais que se instalarão no território considerado, notadamente às do ramo petroquímico. Por conseguinte, formulam-se as diretrizes para a organização do espaço onde se implantará o Complexo Petroquímico e definem-se a infra-estrutura e os serviços requeridos para o seu eficiente funcionamento. Procura-se, assim, garantir-lhe satisfatórias condições de competitividade com as indústrias similares, instaladas em outras áreas do país e, mesmo, no exterior (BAHIA, 1974, p. 60).

Sendo que, secundariamente, o plano diretor tinha os seguintes objetivos (BAHIA, 1974):

- Criar situações favoráveis à integração do Complexo Petroquímico na economia baiana e na RMS, numa perspectiva que lhe permitisse a obtenção do máximo benefício econômico e social possível. Por isso procura o melhor aproveitamento das economias de escala e de aglomeração já acumuladas ou em emergência, na região, e prevenir estrangulamentos no suprimento de serviços básicos que serão requeridos;
- Orientar o desenvolvimento urbano de Camaçari e Dias D'Ávila mediante intervenção racional do poder público;
- Garantir a proteção do ambiente e a preservação da qualidade da vida na área do Copec, para o que propõe as medidas adequadas;
- Promover os meios para que a infra-estrutura e os serviços necessários à implantação e operação do Complexo Básico estejam efetivamente disponíveis até 1976.

A *priori* o objetivo do plano diretor do Copec, elaborado pelo Governo do Estado através da Secretaria de Minas e Energia era suprir as condições mínimas necessárias à geração de economias externas que assegurassem a competitividade das indústrias que então se instalavam.

O plano diretor do Copec previu a elaboração de planos para Camaçari e Dias D'Ávila:

O desenvolvimento do Plano Diretor, em sua fase de implantação, prevê a elaboração do presente Plano Piloto de Camaçari, que junto ao Plano Piloto de Dias D'Ávila, compõe o programa de remanejamento físico-territorial dos dois núcleos urbanos onde se deverão instalar os maiores contingentes populacionais tributários do Pólo Petroquímico (BAHIA, 1975, p.7).

Secundariamente o plano tinha a intenção de reestruturar o espaço metropolitano, ao colocar sob controle o uso do solo na sua área de influência direta e de também oferecer diretrizes destinadas à orientação do crescimento dos centros urbanos, dotando-os dos serviços habitacionais e comunitários requeridos pela expansão futura.

### **3.3. OS PLANOS PILOTO DE CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA**

O Plano piloto de Camaçari e Dias D'Ávila foi elaborado em 1975 pelo Copec em convênio com a PMC, sendo parte integrante do planejamento global destinado ao desenvolvimento da área onde se instalou o Copec, constituindo-se, pois, num detalhamento do plano diretor do Copec.

Os dois núcleos urbanos segundo o plano piloto (BAHIA, 1975), estavam destinados a prestar o apoio urbano necessário à eficiência operacional do complexo, devendo, para isso, desenvolver-se em harmonia com a implantação do mesmo.

Segundo o plano, o maior ou menor crescimento dessas localidades variaria em função de fatores externos, dentre os quais, acreditava-se teria muita influência os seguintes itens (BAHIA, 1975):

- Número de empresas transformadoras de produtos petroquímicos e outras com ligações com essa indústria, a se instalarem no Copec;
- Possibilidade de viabilização de esquemas financeiros capazes de garantir à PMC a massa de recursos necessária ao provimento da infra-estrutura e dos serviços, em nível compatível com a demanda temporal;

- Grau de agressividade das empresas públicas e privadas, envolvidas com a oferta de habitações e serviços urbanos e comunitários, no local;
- Existência de sistema metropolitano de transporte de massa.

Esta dissertação tem ênfase nas diretrizes estabelecidas pelo plano para a cidade de Camaçari e que teve como parâmetro de planejamento o limite de 150.000 habitantes na cidade de Camaçari, num horizonte futuro entre 15 e 20 anos. Admitindo uma densidade bruta ideal de 150 habitantes por hectares, delimitou-se então, uma superfície de 1.000 hectares onde se organizaria a malha urbana da cidade em expansão.

A enorme desproporção entre a população atual de Camaçari – 13.000 habitantes na sede – e os pelo menos 80.000 previstos para 1980, as grandes inversões programadas pelo Governo de Estado para a infraestrutura urbana, o caráter estranho à área de decisão municipal do processo abrangente em que a cidade logo será envolvida, conferem ao Plano Piloto de Camaçari características de um projeto para uma cidade nova, mais do que o de um plano para o desenvolvimento de uma cidade existente em crescimento vegetativo (BAHIA, 1975, p. 8).

A expansão da “cidade nova” em contraposição à “antiga cidade” de Camaçari teria duas barreiras criadas artificialmente, que limitaria e orientaria o seu crescimento, que pode ser visto claramente na planta do plano piloto (Figura 23, p. 91):

A primeira delas, no sentido norte-sul e situada a oeste, é a faixa de servidão das linhas de transmissão da CHESF que tem trechos de 700 e 500 metros de largura nas vizinhanças da cidade, cobrindo mais de duas centenas de habitações de baixo nível. [...] A segunda barreira, na direção leste-oeste e situada ao norte da cidade, foi determinada pelo Plano diretor do Copec e consiste na faixa ecológica que será implantada envolvendo a zona industrial e que no trecho considerado terá uma largura média de 700 metros. Também no interior desta faixa existem algumas dezenas de casas cuja transferência deverá ser providenciada prioritariamente (BAHIA, 1975, p. 10).

Conforme Lorenzo (2005), as habitações que se encontravam dentro da faixa de servidão e da faixa ecológica foram remanejadas para áreas do Programa Habitacional Orientado de Camaçari (PHOC). Este remanejamento já estava definido desde os estudos preliminares do Plano diretor do Copec.



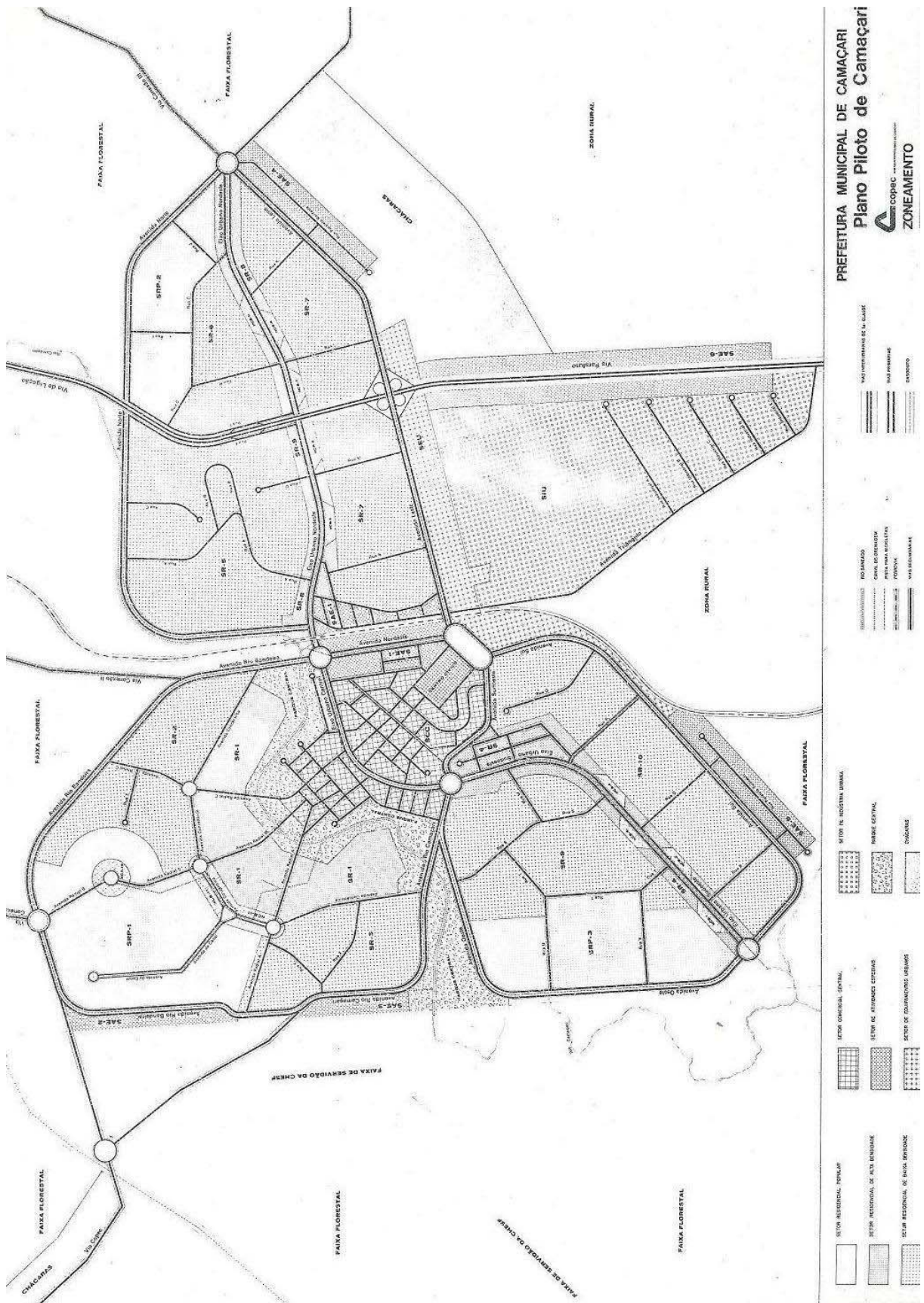


Figura 23 – Plano piloto de Camaçari  
Fonte: Bahia (1975, p. 13)



Nesta época, o planejamento habitacional se limitava a desapropriação de áreas pela prefeitura, que providenciava a abertura de ruas, a demarcação dos lotes e dos locais reservados a implantação dos equipamentos urbanos. Para lá era transferido as famílias, 'era uma invasão organizada', com o passar do tempo a prefeitura passou a providenciar os equipamentos necessários, como meio-fio, luz, asfalto, escolas. Hoje, são bairros bem definidos (LORENZO, 2005).

O plano propôs a reserva de uma área de aproximadamente 160 ha, onde seria instalado o campus de ensino universitário, que deveria atender a demanda da população da região e suprir as necessidades do Copec, quanto a formação e o treinamento de mão-de-obra especializada. Entretanto, um pequeno campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) só veio a ser implantado no final da década de 1990. Além dessa área, destinou-se também uma área para o parque central da cidade, para onde foi definida a construção de equipamentos socioculturais e administrativos.

### **3.4. OS PLANOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO**

#### **3.4.1. O primeiro Plano Municipal de Desenvolvimento (I PMD)**

Em janeiro de 1975, foi publicado o primeiro PMD, elaborado pela PMC, sendo sinalizado como o primeiro esforço de planejamento feito localmente. Tinha por objetivo realizar uma ação integrada com as diretrizes traçadas pelo Governo Federal e Estadual em seus planos de desenvolvimento para a implantação do Pólo Petroquímico. Sendo encarado pelos planejadores municipais como extensão e prolongamento do plano diretor do Copec.

O propósito imediato deste documento é traçar a linha programática do Governo Municipal para os próximos cinco anos, além de proporcionar uma visão daquilo que se pretende realizar, facilitando a participação de outras entidades ou agências que venham a trabalhar junto à Prefeitura na estruturação de um organismo urbano-social capaz de responder aos desafios representados pela implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste e pela metropolização incipiente (CAMAÇARI, 1975, p. 4).

Observa-se nesse plano a tentativa de consolidar no nível municipal o plano diretor do Copec, que demandava para seu funcionamento a implantação da infra-estrutura urbana e de equipamentos sociais necessários à interação com o complexo industrial que ali se instalava.

Segundo a ótica do Engenheiro Humberto Ellery<sup>19</sup>, Prefeito à época, a prefeitura estava consciente das suas responsabilidades no setor social:

Com efeito, a leitura compreensiva dos programas e projetos contidos neste documento evidenciará uma política orientada, não apenas para a minimização dos choques trazidos pela implantação industrial maciça, mas para uma verdadeira promoção e engajamento do homem no processo de produção e de desenvolvimento, como condição preliminar de sobrevivência e alicerce de suas aspirações mais nobres (CAMAÇARI, 1975, p. 5).

No entanto, no PMD (CAMAÇARI, 1975, p. 7), nota-se a preponderância do planejamento de elementos físicos, sendo considerado na sua elaboração os seguintes itens:

- o atendimento às diretrizes do plano diretor da área do complexo petroquímico;
- o provimento de infra-estrutura física e social necessária ao preparo dos centros urbanos, tendo em vista capacitá-los a receber os fluxos migratórios que iriam construir e operar as indústrias que constituem o pólo;
- a divisão dos projetos, sempre que indicada, em etapas de execução visando minimizar os investimentos iniciais sem prejuízo da solução global integrada;
- o desenvolvimento futuro do Município sem distorções, estabelecendo-se reservas de espaços com o disciplinamento dos usos do solo em todo território municipal.

O objetivo do PMD, conforme os seus idealizadores era inserir na comunidade padrões de desenvolvimento, tendo como referência a política de desenvolvimento estadual e nacional, vigentes à época, ou seja, através de medidas que contribuíssem para a integração e redução dos desníveis existentes, tendo

---

<sup>19</sup> Prefeito indicado. No período que foi elaborado o PMD, Camaçari era área de segurança nacional e o prefeito era nomeado pelo Governo Federal.

como objetivos específicos para o quinquênio de vigência os seguintes itens (CAMAÇARI, 1975):

- apoio à promoção de uma base econômica durável em decorrência da implantação do pólo petroquímico;
- organizar e aparelhar a estrutura administrativa municipal;
- construir ou adaptar os equipamentos urbanos necessários para o contingente populacional previsto em cada etapa;
- atendimento à demanda dos bens e serviços necessários à população;
- integração da população migrante e/ou marginal urbana atraída pela polarização da atividade econômica;
- apoio ao treinamento de recursos humanos e promoção da mão-de-obra;
- promover as atividades de cultura, esporte e lazer.

O PMD denota que os planejadores acreditavam que os investimentos previstos para a implantação do Complexo gerariam não só uma considerável oferta adicional de empregos e demanda de serviços, mas também novas oportunidades de investimentos, que deveriam impulsionar mais que proporcionalmente o setor de serviços, aumentando assim o emprego e a renda urbana.

A criação de empregos diretos no Complexo Básico e nas indústrias de transformação motivará por sua vez a oferta de empregos indiretos em atividades comerciais, e de serviços em geral. O conjunto das novas atividades exercerá efeitos multiplicadores nos serviços técnicos, comerciais e financeiros, que se beneficiarão com o acréscimo das transações e dos fluxos de capital originados pelas operações do pólo trazendo por conseguinte a total transformação estrutural de Camaçari (CAMAÇARI, 1975, p. 13).

Conforme o PMD, o Complexo petroquímico por ser um ramo industrial de grande dinamismo e capacidade de absorção e disseminação de tecnologias sofisticadas poderia constituir-se na atividade motriz indispensável ao processo de crescimento da economia baiana e nordestina: “[...] tornar-se-á a Bahia um novo centro industrial do País que participará não apenas reflexamente, mas também com dinamismo próprio, da estrutura produtiva nacional básica.” (CAMAÇARI, 1975, p. 9). Entretanto, tinham clara a necessidade da endogeneização do processo de crescimento que estava ocorrendo:

É claro que para transformar um crescimento ainda impulsionado de fora para dentro em desenvolvimento real e endógeno, se requer capacidade de iniciativa e rápido aumento da eficiência dos agentes econômicos (CAMAÇARI, 1975, p. 09).

O Plano apresenta nos aspectos econômicos a importância relativa dos três setores da economia no Município (CAMAÇARI, 1975):

- O setor primário desempenhando um papel menos importante, com um histórico de geração de emprego e renda decrescente, devido às condições edafoclimáticas limitantes. A produção agrícola sendo representada pelas culturas de coco, banana, laranja e tomate. A atividade pecuária é citada como inexpressiva.
- O setor secundário é ressaltado, em relação aos outros setores, como de destacada importância na economia local, sendo responsável pela maior parcela de geração de emprego e renda e contribuindo com substancial oferta de empregos.
- O setor terciário, por Camaçari situar-se a pequena distância de Salvador, recebe o impacto polarizante da capital, com a qual mantém uma relação de grande dependência comercial.

O parque industrial instalado até 1974 em Camaçari, pode ser apresentado e dividido em dois grupos distintos:

- um formado por unidades de grande porte, perfazendo um total de dez indústrias: cinco químicas, duas petroquímicas, duas de bebidas e uma de minerais não metálicos.
- o outro grupo composto de unidades de pequeno porte, compreendendo 27 unidades pertencentes ao ramo de minerais não metálicos, borracha, sabões e velas e produtos alimentícios.

Constata-se o impacto do setor secundário quando é analisada a evolução de arrecadação municipal no período compreendido entre 1970 e 1974, quando unidades industriais de grande porte se instalaram e iniciaram sua produção (Tabela 2, p. 96).

O PMD de 1975 sendo o primeiro plano de desenvolvimento feito por Camaçari, teve por desafio, traçar as diretrizes para a construção e a adaptação da infra-estrutura urbana necessária para atender ao grande adensamento populacional previsto, pois Camaçari não tinha estrutura urbana suficiente e uma das prioridades traçadas pelo PMD era a reestruturação urbana da sede do município.

**Tabela 2 – Transferência de ICM e FPM para o município de Camaçari, 1970 – 1974**

<i>Ano</i>	<i>Total transferido (Cr\$)</i>
1970	484 076,31
1971	427 314,93
1972	867 711,17
1973	1 443 512,93
1974	2 295 123,21

Fonte: Camaçari (1975, p. 28)

ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

A área de atuação do PMD, quase que se restringe a planejar a cidade de Camaçari e o núcleo urbano do distrito de Dias D'Ávila, fazendo poucas referências aos outros distritos do Município, sendo duas dessas referências o arruamento de Barra do Pojuca e de Arembepe.

Quanto à questão ambiental o PMD não aborda em nenhum momento os impactos ambientais decorrentes da instalação e do funcionamento do Copec.

### **3.4.2. O segundo Plano Municipal de Desenvolvimento (II PMD)**

Ao final do ano de 1979, findo o período de vigência ao qual se propôs o I PMD (CAMAÇARI, 1975), foi publicado o II PMD, se configurando este, como um processo de continuidade e revisão do planejamento municipal, iniciado com o I PMD.

Segundo o planejador municipal o II PMD nasce da:

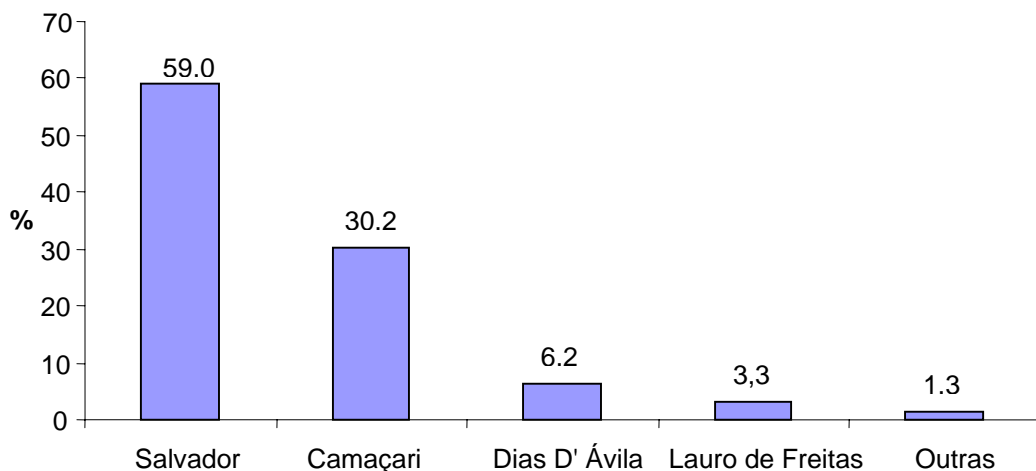
[...] necessidade da estabilização do universo social onde se inscreve o Complexo Urbano-Industrial do Pólo Petroquímico de Camaçari; da

necessidade de se estabelecer uma espécie de equilíbrio de escala entre o pesado e sofisticado investimento industrial, o seu equipamento de alta densidade tecnológica, e o simples habitante da região (CAMAÇARI, 1979, p. 2).

Com o Copec instalado e em funcionamento, o montante de investimentos realizados nos empreendimentos industriais que se implantaram no município produziu uma série de modificações estruturais, socioeconômicas e culturais, rompendo de vez com o processo histórico evolutivo do município, visto no início deste capítulo.

Nesse momento, o município de Camaçari já é a maior concentração industrial da Bahia, o que levou a uma profunda redefinição da sua economia. O impacto da industrialização e os seus efeitos determinam uma nova circunstância socioeconômica. Camaçari, já profundamente transformada pelo impacto do Copec, tem sua população, como já visto, consideravelmente aumentada até 1980, e modificada profunda e bruscamente em suas características e funções.

Segundo Spinola (2003), a idéia ligada às estimativas de crescimento populacional e, por conseguinte, subjacente à própria concepção da reorganização urbana a ser promovida, era a de que os trabalhadores atraídos pelo complexo industrial e pelas atividades ligadas a este, fixariam moradia em Camaçari. O que na prática não aconteceu, pois a maioria dos trabalhadores preferiu se instalar em Salvador (Figura 24).



**Figura 24 – Local de residência dos trabalhadores do Copec, 2002**  
 Fonte: P&A (2002 apud CAMAÇARI, 2005, p. 21)

O PMD já ressaltava que a proximidade de Camaçari à Salvador, ao lado da incipiente e insuficiente estrutura urbana – diagnosticada nos planos anteriores, mas não solucionada –, levaria grande parte dos trabalhadores qualificados e com renda alta a residir em Salvador.

A fixação dos trabalhadores mais qualificados fora dos limites do Município manifesta-se negativamente para o seu desenvolvimento, uma vez que não ocorre uma massa crítica populacional e com rendas que possam dinamizar a estrutura urbana, principalmente em relação ao setor de serviços e comércio.

Na realidade, o principal objetivo do II PMD em relação à estrutura urbana de Camaçari era:

[...] criar as condições urbanas necessárias para atração de novas atividades econômicas e apoio às existentes, de modo a se constituir em fator de desenvolvimento do município, ocupando os espaços próprios de atuação da Prefeitura Municipal de Camaçari e articulando com outras esferas de governo no sentido de criar os serviços essenciais à transformação urbana necessária [...] (CAMAÇARI, 1979, p.54).

Para alcançar este objetivo, o II PMD propôs as seguintes estratégias (CAMAÇARI, 1979, p. 56):

- Estratégia espacial de concentração populacional em Camaçari e Dias D'Ávila – Através de uma maior e mais diversificada oferta habitacional e tratamento paisagístico e ambiental desses núcleos: praças, jardins, parques, áreas de esportes e de lazer, controle da poluição.
- Estratégia espacial de fixação de populações nas vilas e povoados – Considerando que a economia municipal não se limita ao Pólo Petroquímico e à expansão das indústrias de transformação, mas abrange o turismo e a expansão metropolitana ao longo da extensa orla marítima, o adensamento das vilas e povoados é necessário para formação de massa crítica mínima, capaz de oferecer serviços à população sazonal e ao turismo e à nova configuração residencial que se esboça, bem como aliviar as pressões sobre Camaçari e Dias D'Ávila de grupos populacionais não relacionados com a economia industrial, fato que ampliaria os contingentes desempregados ou subempregados nestes núcleos.

- Estratégia de organização sócio-econômico-espacial das comunidades do Município – Visando desenvolver as funções que cada uma delas desempenha e suas vocações, assim como o atendimento básico a toda população, especialmente no que se refere à comunicação e transportes, integrando eficientemente todas as atividades distribuídas no espaço do município.
- Estratégia de desenvolvimento de atividades urbano-produtivas – Para dinamização de Camaçari a exemplo da organização do uso do solo, o zoneamento de atividades, criando áreas específicas para o desenvolvimento industrial urbano, comércio atacadista, comércio varejista, parque hoteleiro e outras atividades localizadas, imprescindíveis ao desenvolvimento do município.
- Estratégia de comunicação, transporte e integração viária do município - Objetivando a interligação de todas as comunidades, de modo sistemático, para permitir a complementaridade de atividades e funções: trabalho, abastecimento, acesso aos serviços de maior complexidade, e integração social, necessários ao processo de desenvolvimento.

O segundo PMD denota uma inclinação de incentivo ao crescimento da atividade turística, que deveria abranger a orla de Camaçari, o complexo petroquímico e a estância hidromineral de Dias D'Ávila, com o objetivo de instalar uma rede de comércio, serviços e hotelaria, atraída por meio de políticas de incentivos e apoio institucional, ressaltando que, para essas atividades se tornarem viáveis seria necessário o apoio dos três níveis de Governo – Federal, Estadual e Municipal.

### **3.5. ANTECEDENTES DE PLANEJAMENTO NA ÁREA DE CAMAÇARI**

Existem planos antecedentes, mais ou menos específicos, que atingiram o Município, os quais, por terem sido desenvolvidos num momento em que ainda não eram manifestas todas as suas potencialidades, limitaram-se a proposições escassas ou, como se verificou posteriormente, demasiadamente transitórias. Foram



eles o Plano de Turismo do Recôncavo (PTR) e o Plano de Desenvolvimento da Orla Marítima (PDOM).

O PTR, lançado no início da década de 1970 pela CONDER e elaborado pelo consórcio de empresas de consultoria e planejamento CLAN/OTI, liderado pela primeira, embora fosse um estudo específico, trabalhou uma área muito ampla – todo o Recôncavo, composto à época por 38 municípios –, o que não possibilitou a elaboração de propostas de caráter físico-espacial e institucional para o município de Camaçari. No bojo de suas recomendações, entretanto, afirmou a prioridade de planejamento do trecho da orla de Camaçari, e a necessidade de se disciplinar o uso do solo e preservar o meio-ambiente, potencializando assim as suas possibilidades turísticas.

O PDOM é resultado do Programa de Remanejamento da Orla Marítima da Bahia, formalizado pelo Decreto-lei estadual nº 23.666, de 4 de setembro de 1973, iniciando-se no bairro da Barra, em Salvador, estendendo-se em sentido norte até o lugarejo de Açú da Torre, município de Mata de São João, tendo delimitado dentro de sua área de estudo, a orla de Camaçari.

O PDOM, que foi elaborado pela Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia, com o objetivo de organizar de forma racional a ocupação do litoral compreendido entre a Barra e Açú da Torre, terá aqui uma abordagem restrita ao trecho que compõe a faixa litorânea do município de Camaçari.

O plano não revela um conhecimento mais aprofundado do meio físico e da estrutura social das comunidades. O PDOM apontava a necessidade de preservar o meio ambiente e os sítios turísticos localizados na orla marítima e cita que o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM), em 1974, já estava elaborando legislação para o controle dos efluentes industriais, visando coibir problemas de poluição no litoral norte, como os causados à época pela Tibrás:

[...] esforços estão sendo realizados para a superação dos problemas de poluição gerados por uma indústria química situada em Arembepe, distrito de Camaçari, prevendo-se, para dentro em breve, a implantação de solução satisfatória para lançamento dos detritos ao mar [...] (BAHIA, 1973, p.34).

Ressalta a inexistência quase que total de equipamentos urbanos elementares, e de equipamentos de praia e turísticos de iniciativa do poder público,

mas constata a presença de equipamentos de iniciativa particular de diversificada qualidade, porém de uso exclusivo.

O PDOM tentou definir o uso da terra na região do litoral norte, levando em consideração os tipos de uso já iniciados na região, como o uso residencial provisório ou permanente, mas também prevendo a gradativa implantação de serviços turísticos e, por fim, o uso hoteleiro.

O PDOM prevendo a expansão turística tenta evitar desordenamentos futuros, implantações lineares, privatização de certas zonas e dispersão de recursos públicos. Define, para isto, as políticas em que o governo teria que se apoiar para evitar o surgimento desses problemas:

- fixação de densidades de ocupação que permitam a sobrevivência da flora e fauna locais;
- seleção de pontos de maior atração turística;
- definições de responsabilidade quanto ao combate à poluição;
- fixação de densidades de usos adaptadas à implantação de atividades voltadas para a execução do turismo e do lazer, aproximadamente em torno de 80 habitantes/ha.;
- preservação dos panoramas existentes no trecho.

A faixa litorânea de Camaçari já despontava à época como uma área de lazer e os estudos apresentados pelo PDOM serviram como mais um impulso para que a PMC elaborasse as normas de parcelamento de terras do Município de modo a ordenar e controlar o uso e a ocupação do solo.

### **3.6. O PLANO PILOTO DA ORLA MARÍTIMA DE CAMAÇARI E LAURO DE FREITAS – PPOM**

O PPOM foi elaborado entre nos anos de 1977/78, mediante convênio firmado entre o Governo do Estado da Bahia, através da CONDER e as prefeituras municipais de Camaçari e Lauro de Freitas, sendo criada, para tal fim, a Comissão

de Planificação da Orla Marítima (COMPOR). Entretanto, o PPOM só foi publicado em 1985, pela PMC.

A área de estudo do PPOM compreende 269,22 km<sup>2</sup>, sendo que 239,11 km<sup>2</sup>, ou seja, 88,82% situam-se no município de Camaçari. Com relação à extensão linear de praia Camaçari detém 42 km, situando-se no caminho do principal vetor de expansão da RMS (CAMAÇARI, 1985).

Camaçari, no período de elaboração do PPOM, já tinha definida uma política territorial urbana, devido a fatores externos e interveniências impostas, por ter sido escolhido para abrigar um complexo de indústrias petroquímicas, mas em contraposição à bem regulamentada área do entorno do Copec, apresentava na sua extensa faixa litorânea uma estrutura fundiária tipicamente rural, que já sofria os efeitos do crescimento e da expansão urbana da RMS.

O PPOM descreve o litoral de Camaçari como um espaço com quadro urbano precário, quase inexistente, dependente ao extremo de Salvador, com insuficiência e precariedade nas linhas de transporte coletivo, inexistência de concentrações demográficas mais expressivas, uma estrutura econômica basicamente agrícola-extrativista, e tendo como principal problema, um acelerado processo de incorporação imobiliária das margens da BA-099.

O objetivo prioritário do PPOM era procurar controlar o processo de pulverização da estrutura fundiária preexistente, que já se manifestava com intensidade. De acordo com o COMPOR, dois fatores foram determinantes para o início da elaboração do PPOM:

[...] primeiro, a abertura e pavimentação da Estrada do Coco [BA-099], e o segundo, a criação das linhas de eletrificação, paralelamente àquela rodovia. Enquanto o primeiro melhorou consideravelmente a acessibilidade para o litoral do município de Camaçari, cujo acesso, anteriormente era possível apenas através da utilização da BA-093 e de alguns quilômetros de estradas vicinais não pavimentadas, o segundo ampliou sensivelmente as condições de conforto de toda área do Plano (CAMAÇARI, 1985, p. 5).

A pavimentação e a energia elétrica, esses dois novos elementos de infraestrutura implantados na região passaram a influenciar na estrutura espacial da faixa litorânea do município. As terras em volta da rodovia BA-099, principalmente as da margem direita, sentido Sul-Norte, sofreram uma intensa valorização propiciando as condições para a expansão dos negócios imobiliários, em sua grande parte empreendimentos imobiliários direcionados para o mercado de Salvador.

A ocupação da faixa litorânea de modo ordenado através de empreendimentos legais, ou desordenado por meio de loteamentos clandestinos e sem a infra-estrutura devida, exigia a rápida regulamentação do poder legal para evitar que o custo gerado pela urbanização, que deveria ser do incorporador do empreendimento, fosse parar nas contas do poder público.

Houve uma explosão de projetos de loteamentos no litoral, e não havia uma legislação específica para isso, nenhum plano diretor, porque a base de planejamento físico detalhado era o Copec e as áreas urbanas. O litoral não tinha um plano de ocupação (LORENZO, 2005).

A Lei municipal 52/76 de 23 de dezembro de 1976, veio regular o parcelamento do uso do solo em Camaçari, e passou a exigir do incorporador um volume de infra-estrutura e um percentual de áreas verde diretamente proporcional à densidade populacional proposta para a área a ser parcelada.

O PPOM, segundo os planejadores, orientou-se pelos seguintes pressupostos básicos (CAMAÇARI, 1985, p. 172):

- preservar o meio ambiente e os recursos naturais dos efluentes industriais e da ocupação desordenada;
- organizar a ocupação espacial, zoneando a área em função de suas vocações naturais e concentração de atividades econômicas específicas;
- proporcionar os meios para a integração funcional desse espaço ao processo de metropolização;
- criar meios para o surgimento e expansão das atividades econômicas;
- intensificar o aproveitamento da vocação turística da área.

Tentando viabilizar uma organização socioeconômica na faixa da orla, o PPOM fez a seleção de quatro comunidades da orla de Camaçari que apresentavam as melhores possibilidades de crescimento e organização urbana. As quatro são: Abrantes, Arembepe, Monte Gordo e Barra do Pojuca.

As comunidades de Abrantes e Arembepe tiveram atenção do PPOM devido à necessidade de integração entre a área urbana destas e, respectivamente, com o Parque Municipal das Dunas de Abrantes e o Parque Ecológico do Rio

Capivara, enquanto Monte Gordo e Barra do Pojuca apresentavam situações bem distintas.

Monte Gordo, por localizar-se na margem esquerda da BA-099, lado contrário ao mar, não sofria grandes pressões de incorporadoras e foi denominada como região de reserva, que apenas deveria ser utilizada quando os fatores socioeconômicos determinassem sua necessidade, no entanto, Barra do Pojuca – Itacimirim incluído –, era definida como local de grande potencial turístico, gerando com isto uma elevação do valor das terras e um grande número de loteamentos para veraneio, o que levou a população local a migrar para a periferia.

### **3.7. AS INTERFACES DO PLANEJAMENTO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E PRIVADO E A AUTONOMIA MUNICIPAL**

Os planos de natureza econômica, social e territorial devem ser feitos considerando as suas interdependências, como também é inevitável a inter-relação entre planos nacionais, regionais e locais.

De acordo com Spinola (2003, p. 69):

O planejamento do desenvolvimento regional no Brasil sempre esteve condicionado pela estrutura política dominante no país, prosperando nos períodos de fortalecimento do sistema federativo e desaparecendo nas épocas de dominação autoritária, que praticamente impôs à nação um modelo de administração centralizada.

No período compreendido entre o ano de 1964 e 1986, o país esteve sob um regime militar autoritário, durante o qual a autonomia dos estados e dos municípios era mantida de forma simbólica. Em decorrência da vigência desse estado de exceção, o município de Camaçari tornou-se, em 22 de julho de 1972, por meio do decreto-lei nº 1.225, área de segurança nacional, passando o prefeito a ser nomeado pelo Presidente da República.

O planejamento da industrialização do Nordeste nas décadas de 1960 e 1970, em pleno período militar, se constituiu uma tentativa de diminuir as desigualdades regionais do País, e implicou num conjunto de mudanças que afetaram, de um modo geral, a região, principalmente Camaçari, palco de intensas transformações socioeconômicas no período.

As desigualdades regionais, ao longo do tempo, vão constituindo desequilíbrios, caracterizados pela existência de regiões que apresentam diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social. No Brasil, os planos nacionais de desenvolvimento econômico tinham como um dos seus objetivos diminuir as diferenças entre as regiões, mas este objetivo nem sempre foi atingido.

As estratégias de ocupação do espaço eram realizadas através do planejamento centralizado, que reforçava o papel da urbanização como base para a industrialização.

A Bahia, nessa tentativa do planejamento centralizado federal de diminuir as desigualdades regionais através da industrialização e instalação de indústrias – motrizes –, conquistou um complexo petroquímico, com Camaçari sendo o município escolhido, independente de ter vocação industrial ou não: “A Petrobrás não admitia submeter seu projeto à ingerência do governo baiano, daí porque decidiu autonomamente localizar-se em Camaçari...” (SPINOLA, 2003, p. 285).

A vocação de uma área metropolitana depende de sua história, de seus aspectos naturais, de sua localização e da vontade política de quem dirige os seus destinos. A racionalidade do planejamento consiste em promover as atividades que correspondem à vocação da metrópole superando eventuais obstáculos que a economia de mercado não pode vencer espontaneamente. É preciso procurar, entre as várias oportunidades que o progresso tecnológico oferece as que melhor podem ser aproveitadas por cada área metropolitana (SINGER, 1975, p. 148).

Em 1972, o governo da Bahia cria a Comissão Coordenadora do Pólo Petroquímico (Comcop), que agregou todos os órgãos estaduais envolvidos com a implantação do Complexo Básico, tendo a incumbência de coordenar o planejamento e executá-lo assegurando a infra-estrutura necessária.

Na prática a Comcop era apenas um organismo convalidador institucional de decisões já adotadas pela coordenação estadual do projeto, de que estava incumbida a Secretaria de Minas e Energia, por determinação do governo do Estado. A utilidade da Comcop residiu no fato de transformar o projeto do complexo petroquímico em algo tão prioritário que sobrepujasse a competência setorial dos diversos organismos estaduais. Em outras palavras, a Comcop validava as ações do Coordenador do Projeto Petroquímico, que autoritariamente se sobrepujaram às competências dos demais órgãos estaduais (SPINOLA, 2003, p. 283).

Sendo os prefeitos de Camaçari desse período, nomeados pelo governo federal e estranhos à comunidade: “Estavam eles mais interessados em apoiar as

transformações necessárias ao bom funcionamento das indústrias que se instalavam do que em iniciar um processo de endogeneização do crescimento econômico que se avizinhava” (MÔNACO, 2005).

Camaçari, como sede do Pólo Petroquímico do Nordeste, foi palco de intensas transformações. A grandeza dos investimentos industriais ali localizados produziram transformações estruturais e promoveram uma nova ordem socioeconômica, provocando uma ruptura no processo histórico-evolutivo municipal. De município com base agrícola e turística para outro de base predominantemente industrial.

A expansão da economia metropolitana incorporou definitivamente o município de Camaçari, caracterizando-o como ponto obrigatório do vetor dessa expansão. Esse processo acarretou mudanças continuadas na estrutura municipal e nos setores da economia.

Observa-se, no entanto que os órgãos municipais que deveriam ter assumido a responsabilidade de apoiar as transformações e conduzir o processo de endogeneização do desenvolvimento, no sentido de incorporar a maioria de sua população ao processo produtivo moderno e assim gerar condições essenciais para o exercício do complexo de atividades socioeconômicas que caracterizam tal processo, foi muitas vezes a reboque do planejamento exógeno, perpetrado pelo Governo Federal, Estadual e pelas indústrias que se instalaram no início e continuaram a se instalar.

## 4. O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI SOB UMA VISÃO SOCIOECONÔMICA

### 4.1. A INFRA-ESTRUTURA URBANO-SOCIAL DO MUNICÍPIO

#### 4.1.1. Indicadores de desenvolvimento do município

O município de Camaçari no ranking baiano referente ao Índice de Desenvolvimento Econômico<sup>20</sup> (IDE), do ano 2000, está bem colocado, ocupando a segunda posição, atrás somente do município de Salvador, e à frente de municípios maiores e mais populosos como Feira de Santana, Vitória da Conquista e Ilhéus (Tabela 3).

**Tabela 3 – Classificação dos dez principais municípios baianos segundo o IDE e seus componentes, 2000**

<i>Município</i>	<i>INF</i>	<i>Classif.</i>	<i>IQM</i>	<i>Classif.</i>	<i>IPM</i>	<i>Classif.</i>	<i>IDE</i>	<i>Classif.</i>
Salvador	6 770,9	1º	6 599,9	1º	6 744,3	1º	6 704,6	1º
<b>Camaçari</b>	<b>5 333,2</b>	<b>2º</b>	<b>5 082,2</b>	<b>4º</b>	<b>5 641,3</b>	<b>2º</b>	<b>5 347,4</b>	<b>2º</b>
Candeias	5 234,4	3º	5 010,8	20º	5 550,5	3º	5 260,6	3º
Feira de Santana	5 233,7	4º	5 150,8	2º	5 183,2	7º	5 189,1	4º
Simões Filho	5 140,6	5º	5 066,9	5º	5 320,0	4º	5 174,8	5º
Pojuca	5 091,6	8º	5 002,1	33º	5 229,6	5º	5 106,9	6º
Lauro de Freitas	5 065,1	11º	5 142,0	3º	5 098,1	10º	5 101,6	7º
Paulo Afonso	5 031,4	20º	5 014,3	18º	5 227,6	6º	5 090,2	8º
Vitória da Conquista	5 104,6	6º	5 066,3	6º	5 081,7	13º	5 084,2	9º
Itabuna	5 099,1	7º	5 052,9	8º	5 064,0	14º	5 072,0	10º

Fonte: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

O IDE é composto do Índice de Infra-estrutura (INF), do Índice de Qualificação de Mão-de-obra (IQM) e do índice do Produto Municipal (IPM), nos

<sup>20</sup> O conceito de IDE aqui utilizado é adotado pela SEI, onde o desenvolvimento econômico é definido como resultante dos níveis de infra-estrutura e qualificação das mãos-de-obra existentes e da renda gerada localmente.



dois primeiros Camaçari só perde para Salvador, no entanto, no IPM fica na quarta colocação, atrás de Salvador, Feira de Santana e Lauro de Freitas.

O INF considera um conjunto de informações quantitativas sobre a infraestrutura do município em termos de terminais telefônicos em serviço, consumo de energia elétrica e quantidades de estabelecimentos bancários, comerciais e de serviços. O IQM considera o nível de escolaridade dos trabalhadores ocupados no setor formal e o IPM considera o nível aproximado de geração de renda do município em todos os setores da atividade econômica.

Já com relação ao Índice de Desenvolvimento Social<sup>21</sup> (IDS), Camaçari não repete o bom o posicionamento alcançado no ranking baiano do IDE. No ano 2000, ocupa a décima colocação, atrás de municípios da RMS que não têm a mesma expressão econômica, como Vera Cruz e Madre de Deus (Tabela 4).

**Tabela 4 – Classificação dos dez principais municípios baianos segundo o IDS e seus componentes, 2000**

<i>Municípios</i>	<i>INS</i>	<i>Classif.</i>	<i>INE</i>	<i>Classif.</i>	<i>ISB</i>	<i>Classif.</i>	<i>IRMCH</i>	<i>Classif.</i>	<i>IDS</i>	<i>Classif.</i>
Salvador	5 117,6	5º	5 287,6	2º	5 338,2	4º	5 778,9	1º	5 375,1	1º
Barreiras	5 106,5	8º	5 188,6	10º	5 235,7	7º	5 391,1	3º	5 229,4	2º
Lauro de Freitas	5 040,0	72º	4 963,4	311º	5 368,9	3º	5 510,8	2º	5 215,9	3º
Feira de Santana	5 083,7	20º	5 196,6	8º	5 180,3	16º	5 337,8	4º	5 198,9	4º
Vera Cruz	5 068,7	29º	5 016,9	116º	5 589,2	1º	5 085,0	51º	5 184,9	5º
Vitória da Conquista	5 101,1	11º	5 134,4	18º	5 195,1	11º	5 301,7	8º	5 182,5	6º
Madre de Deus	5 006,5	177º	5 197,2	7º	5 316,8	5º	5 210,5	22º	5 181,5	7º
Alagoinhas	5 057,3	44º	5 125,7	22º	5 231,3	9º	5 311,2	6º	5 180,6	8º
Ilhéus	5 065,1	30º	5 252,5	3º	5 121,3	38º	5 191,5	27º	5 157,1	9º
<b>Camaçari</b>	<b>5 062,5</b>	<b>34º</b>	<b>5 030,4</b>	<b>85º</b>	<b>5 277,7</b>	<b>6º</b>	<b>5 256,1</b>	<b>14º</b>	<b>5 155,5</b>	<b>10º</b>

Fonte: [www.sei.ba.gov](http://www.sei.ba.gov)

O IDS é composto pelos seguintes índices: Índice do Nível de Saúde (INS); Índice do Nível de Educação (INE); Índice dos Serviços Básicos (ISB) e do Índice de Renda Média dos Chefes de Família (IRMCH).

<sup>21</sup> O conceito de desenvolvimento social adotado pela SEI fundamenta-se no pressuposto de que a população dos municípios está sendo atendida por serviços de educação e saúde, ao tempo que tem acesso aos serviços de água tratada e energia elétrica. Encerra também a idéia de que os chefes de família percebem, de algum modo, uma remuneração mensal.

O INS é construído a partir das variáveis doenças de notificação obrigatórias e óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos – este último entendido como indicativo de deficiência do atendimento médico –, o INS pressupõe que, se a população estiver bem assistida na área de saúde e saneamento, os níveis de ocorrência das doenças redutíveis por imunização e saneamento básico tendem a ser baixos.

O INE é expresso através de medidas quantitativas do atendimento em serviços de educação, na forma de matrículas do ensino formal, do pré-escolar ao nível superior. O ISB é expresso através das variáveis consumo de água tratada e de energia elétrica residencial, considerados serviços essenciais e o IRMCH expressa o rendimento médio dos chefes de família, supondo toda unidade familiar com um chefe auferindo rendimento mensal. Dos índices que compõem o IDS, Camaçari tem as suas piores pontuações no INE e no INS ocupando, respectivamente, a 85<sup>a</sup> e a 34<sup>a</sup> posições. No IRCMH ocupa um sofrível, 14<sup>o</sup> lugar.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), se utiliza do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para medir o nível de desenvolvimento humano nos municípios, utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*).

No ranking nacional do IDH-M, Camaçari, sem refletir sua dimensão econômica, tem um IDH-M de 0,73 ocupando a 2.319<sup>a</sup> colocação (PNUD, 2003), desconfortável posição entre os 5.507 municípios brasileiros analisados no ano 2000, porém, está classificado entre os municípios de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação a municípios como Triunfo, Mauá e Paulínia que também abrigam em seu território complexos petroquímicos, Camaçari apresenta um IDH-M inferior (Quadro 4).

Município	Índice
Triunfo (RS)	0,78
Mauá (SP)	0,78
Paulínia (SP)	0,84
<b>Camaçari (BA)</b>	<b>0,73</b>

**Quadro 4 – Comparativo do IDH-M de Camaçari e de outros municípios sede de complexo petroquímico, 2000**  
Fonte: PNUD (2003)

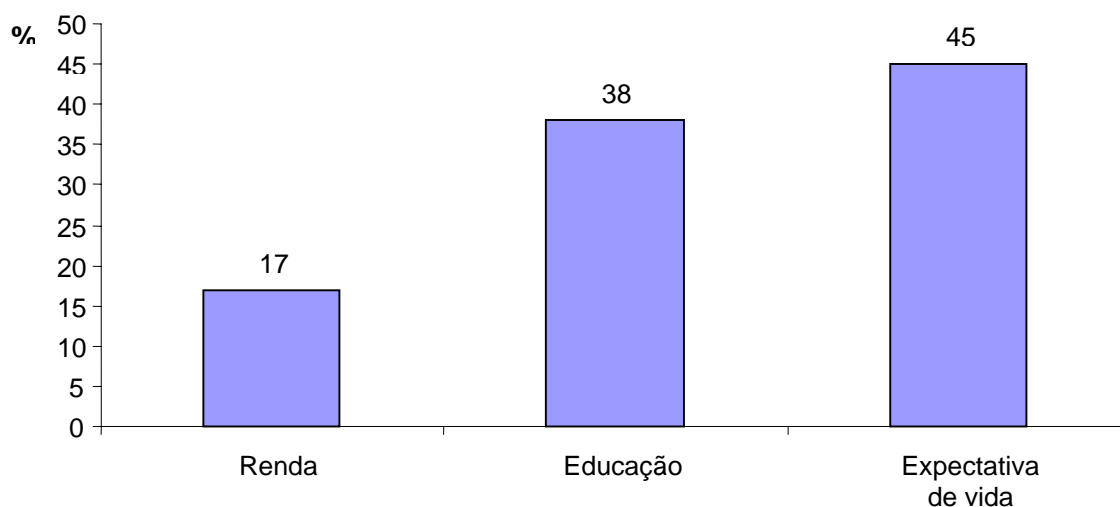
Já em relação aos municípios baianos ocupa uma posição confortável, sendo que: 5 municípios (1,2%) estão em melhor situação e 409 municípios (98,8%) estão em situação pior (PNUD, 2003).

No período entre 1991 e 2000, o IDH-M de Camaçari melhorou 12,75%, passando de 0,65 em 1991 para 0,73 em 2000 (Tabela 5), sendo que a expectativa de vida foi o item que mais contribuiu para essa melhora (Figura 25). Se mantiver esta taxa de crescimento do IDH-M, o município de Camaçari levará 6,7 anos para alcançar Salvador, município com o melhor IDH-M do Estado (PNUD, 2003).

**Tabela 5 – IDH-M dos municípios da RMS e sua classificação no Estado, 1991 e 2000**

<i>Município</i>	<i>1991</i>		<i>2000</i>	
	<i>(IDH-M)</i>	<i>Classificação no Estado</i>	<i>(IDH-M)</i>	<i>Classificação no Estado</i>
<b>Camaçari</b>	<b>0,65</b>	<b>8</b>	<b>0,73</b>	<b>6</b>
Candeias	0,63	13	0,72	13
Dias D'Ávila	0,65	10	0,73	7
Itaparica	0,62	17	0,71	17
Lauro de Freitas	0,68	2	0,77	2
Madre de Deus	0,66	3	0,74	4
Salvador	0,75	1	0,81	1
São Francisco do Conde	0,62	19	0,71	16
Simões Filho	0,66	4	0,73	8
Vera Cruz	0,62	18	0,70	21

Fonte: PNUD (2003)



**Figura 25 – Camaçari, formação do IDH-M - 2000**

Fonte: PNUD (2003)

A esperança de vida ao nascer, medida no ano 2000 obteve uma melhora percentual 12,1% em relação ao ano de 1991, passando de 60,2 anos de expectativa de vida para 67,5 anos (Tabela 6). A mortalidade até um ano de idade caiu significativamente, de 67,7 por mil habitantes em 1991 para 34,3 por mil em 2000, representando uma redução de 49,3% na mortalidade infantil, no entanto um número pior que a média nacional que em 2000 foi de 30,6 por mil habitantes. A probabilidade de sobrevivência até os 60 anos também melhorou no período compreendido entre os censos de 1991 e 2000, passando de 63,4% para 75,8%, mas pior que o nível nacional que é de 77,6% (PNUD, 2003).

**Tabela 6 – Camaçari: indicadores de mortalidade e longevidade - 1991 e 2000**

	1991	2000
Esperança de vida ao nascer (anos)	60,2	67,5
Mortalidade até um ano de idade (por mil)	67,7	34,3
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos (%)	63,4	75,8

Fonte: PNUD (2003)

A taxa de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos de idade é um dos principais itens que compõe o cálculo do desenvolvimento humano de um município e em Camaçari o analfabetismo melhorou, com a redução da taxa de 20,1% em 1991 para 12,4% da população residente em 2000 (PNUD, 2003).

A renda, outro fator preponderante no cálculo do IDH-M é calculado através da soma da renda de todos os habitantes e dividido o resultado pelo número total de pessoas que moram no município.

A renda *per capita* do município cresceu 25,1% no período compreendido entre 1991 e 2000, por outro lado, a renda média da população é baixa (Tabela 7, p. 112). Esta disparidade pode ser explicada pelo fato da maior parte da renda gerada não circular em Camaçari, não aquecendo a economia local e nem fortalecendo o comércio para proporcionar emprego e renda.

**Tabela 7 – RMS: sub-índice de renda e renda *per capita*, 1991 e 2000**

<i>Município</i>	<i>IDH-M Renda, 1991</i>	<i>IDH-M Renda, 2000</i>	<i>Renda per Capita, 1991 (R\$)</i>	<i>Renda per Capita, 2000 (R\$)</i>
<b>Camaçari</b>	<b>0,586</b>	<b>0,623</b>	<b>130,46</b>	<b>163,15</b>
Candeias	0,582	0,608	127,48	149,38
Dias D'Ávila	0,598	0,606	140,44	146,82
Itaparica	0,488	0,587	72,49	131,24
Lauro de Freitas	0,675	0,737	222,21	322,43
Madre de Deus	0,564	0,624	114,17	164,29
Salvador	0,719	0,746	289,30	341,32
Simões Filho	0,566	0,608	115,95	149,04
São Francisco do Conde	0,544	0,589	101,65	133,07
Vera Cruz	0,545	0,596	102,37	138,55

Fonte: PNUD (2003)

#### 4.1.2. A evolução demográfica

Camaçari ocupa a sétima posição entre os municípios mais populosos do Estado, com um total 191.855 habitantes, segundo estimativas do IBGE referentes a 2005, atrás apenas de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna e Juazeiro ( 8).

**Tabela 8 – Classificação dos 10 principais municípios baianos segundo a população, 1991 e 2005**

<i>Município</i>	<i>População 1991</i>	<i>Colocação</i>	<i>População 2005 (*)</i>	<i>Colocação</i>	<i>1991/2005</i>
Salvador	2 075 273	1	2 673 560	1	28,8%
F.de Santana	406 447	2	527 625	2	29,8%
Vit. da Conquista	225 091	3	285 927	3	27,0%
Ilhéus	223 750	4	221 100	4	(1,2%)
Itabuna	185 227	5	203 816	5	10,0%
Jequié	144 772	6	148 727	8	2,7%
Juazeiro	128 767	7	203 261	6	57,9%
Alagoinhas	116 894	8	138 366	9	18,4%
<b>Camaçari</b>	<b>113 639</b>	<b>9</b>	<b>191 855</b>	<b>7</b>	<b>68,8%</b>
Barreiras	92 640	10	134 333	11	45,0%

Fonte: www.ibge.gov.br

(\*) População estimada

Na RMS, Camaçari ocupa a segunda colocação, atrás apenas de Salvador. O crescimento populacional de Camaçari entre 1991 e 2005, de 68,8%, só é superado em termos percentuais por Lauro de Freitas, que apresentou um crescimento da ordem de 110% e por Dias D'Ávila, que apresentou um crescimento de 73,2%, entretanto, em números absolutos Camaçari só perde para Salvador que, no período entre 1991 e 2005, aumentou a sua população em 598.287 habitantes contra 78.216 habitantes de aumento em Camaçari (Tabela 9).

**Tabela 9 – RMS, classificação dos municípios segundo a população, 1991 e 2005**

<i>Município</i>	<i>População 1991</i>	<i>Colocação</i>	<i>População 2005<sup>(1)</sup></i>	<i>Colocação</i>	<i>1991/2005</i>
Salvador	2 075 273	1	2 673 560	1	28,8%
<b>Camaçari</b>	<b>113 639</b>	<b>2</b>	<b>191 855</b>	<b>2</b>	<b>68,8%</b>
Lauro de Freitas	67 270	3	141 280	3	110,0%
Simões Filho	75 526	4	107 561	4	42,4%
Candeias	67 941	5	82 323	5	21,1%
Dias D'Ávila	31 260	6	54 150	6	73,2%
Vera Cruz	22 136	7	34 520	7	55,9%
São Franc. do Conde	20 238	8	30 069	8	48,6%
Itaparica	15 055	9	21 382	9	42,0%
Madre de Deus	9 183	10	13 823	10	50,5%

Fonte: www.ibge.gov.br

(1) População estimada

Camaçari, Dias D'Ávila e Lauro de Freitas, apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional nas décadas de 1980 e 1990. Dias D'Ávila, com taxas de 4,25% e 4,26% e Camaçari com 4,17% e 4,04%, para as respectivas décadas (Tabela 10, p. 114), refletindo os efeitos da implantação do Copec sobre a população, já preconizado pelo plano diretor do Copec de 1974:

Camaçari e Dias D'Ávila serão profundamente transformadas pelo impacto do Copec, devendo ter suas populações consideravelmente aumentadas, até 1980, e modificadas profunda e bruscamente as suas características e funções (GOVERNO DA BAHIA, SME, 1974 apud SPINOLA, 2003, p. 293).

**Tabela 10 – RMS, taxa anual de crescimento populacional, 1980/1991 e 1991/2000**

<i>Município</i>	<i>Taxa de Crescimento % 1980/1991</i>	<i>Taxa de Crescimento % 1991/2000</i>
<b>Camaçari</b>	<b>4,17</b>	<b>4,04</b>
Candeias	2,09	1,38
Dias D'Ávila	4,25	4,26
Itaparica	3,01	2,61
Lauro de Freitas	6,30	5,70
Madre de Deus	0,94	3,08
Salvador	2,95	1,85
São Francisco do Conde	1,15	2,95
Simões Filho	4,73	2,96
Vera Cruz	4,38	3,37

Fonte: Bahia (2002)

Na série histórica entre os anos de 1940 e 2005 – analisada anteriormente –, observa-se um crescimento significativo da população de Camaçari que saltou de 11.188 habitantes em 1940 para estimados de 191.855 habitantes em 2005, um crescimento da ordem de 1.614,8% em 65 anos.

Entre os anos de 1970 e 1980, – período que compreende as obras físicas e o início de operação do Copec – ocorreu o pico do crescimento populacional, com um aumento da ordem de 166,4%, seguindo-se reduções relativas do crescimento, a exemplo do período compreendido entre 1980 e 1991, no qual o crescimento foi de 24,4%. Isso, de certa forma, reflete o desmembramento do distrito de Dias D'Ávila, ocorrido no ano de 1985, que no censo de 1991, já como município separado de Camaçari, contava com população de 31.260 habitantes.

A taxa de crescimento populacional entre 1991 e 2000 volta a ascender, sendo registrada uma alteração de 42,3%. As projeções indicam que a população de Camaçari continuou a crescer, entre 2000 e 2005 aumentando em 18,6%. Além do incremento decorrente do crescimento vegetativo, a implantação de novas indústrias tem novamente atraído migrantes – a exemplo do que ocorreu à época de instalação do Copec – impactando no crescimento populacional, na demanda por serviços públicos, na favelização, na marginalização, nos níveis de violência e na degradação ambiental.

O Município apresenta, em 2005, densidade demográfica de 252,5 habitantes/km<sup>2</sup> com uma ocupação majoritariamente horizontal, por abrigar em seu

território um aglomerado de indústrias, tem atraído historicamente, um contingente populacional que se desloca para o Município em busca de emprego e melhores condições de vida.

A escolha de Camaçari como local para instalação do Copec foi fator decisivo na estruturação do perfil sócio-demográfico do município. A sua localização na RMS e a proximidade da Capital – por si só polarizadora de mão de obra –, aliada à conformação espacial do crescimento econômico da Bahia moldaram duas tendências associadas:

A primeira representada por um fluxo de migração de pessoas em busca de oportunidades, diretamente proporcional aos ciclos de crescimento do setor industrial no município e à redução da atividade econômica em outras regiões do Estado. Sendo que, há a necessidade de se identificar: o fluxo de trabalhadores que se fixam temporariamente, para atender a demandas originárias do processo de instalação ou expansão de plantas industriais; aqueles que, após o trabalho temporário fixam residência pela ausência de alternativas em outros locais; e aqueles que efetivamente elegem o Município pela possível oferta de empregos ou em consequência de uma ocupação de emprego. Cada motivação de migração e perspectiva de temporalidade produz impactos distintos nas políticas e nos serviços públicos municipais.

A segunda tendência está relacionada ao nível de renda de quem se fixa no município. Com um setor industrial intensivo de capital e exigente quanto à qualificação da mão-de-obra, os empregos oferecidos no Município possuem nível salarial suficiente para, em razão da proximidade com Salvador, estimularem seus ocupantes a residirem em locais com maior e melhor oferta de infra-estrutura e serviços urbanos. O resultado disso é que a renda média dos residentes no município é menos da metade da renda *per capita* gerada no Município, conforme dados de 2004. (CAMAÇARI, 2005a, p. 17)

Embora os estudos sejam insuficientes, essas duas tendências dificilmente serão revertidas em médio prazo, caracterizando Camaçari como um município importador de mão-de-obra, majoritariamente pouco qualificada para os padrões industriais, e com uma população residente demandante de serviços públicos.

Além de ter registrado um crescimento da população vertiginoso, o município de Camaçari modificou o seu perfil de ocupação espacial, passando a população a concentrar-se nos núcleos urbanos. Na década de 1940, somente 25,1% da população localizavam-se em áreas urbanas, essa parcela cresceu paulatinamente, até atingir uma taxa de urbanização de 95,5% no ano 2000 (Tabela 11, p. 116).



**Tabela 11 – Camaçari, evolução da taxa de urbanização, 1940 – 2000**

<i>Ano</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Taxa	25,1%	32,2%	45,9%	60,6%	85,4%	95,2%	95,5%

Fonte: Bahia (1976); Bahia (1985) e [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br)

De certo modo, Camaçari acompanhou e até superou a tendência brasileira de redistribuição da população pelo território.

Nos últimos 60 anos a população brasileira sofreu grandes alterações na sua composição e distribuição pelo território. Em 1940, a população urbana representava 31,24% do total do país, alcançando 44,67% em 1960, 67,59% em 1980 e, finalmente, 81,24% em 2000. Tais dados demonstram o nível de urbanização que o território alcançou em cerca de 50 anos (BRAGA e MATOS, 2005, p. 5).

De acordo com dados do IBGE para 2000, a taxa de urbanização do município é a sexta do Estado, ficando atrás apenas de Itaparica, Salvador, Saubara, Itabuna e Madre de Deus (Tabela 12) e superando municípios de grande porte como Feira de Santana e Vitória da Conquista.

**Tabela 12 – Classificação dos dez principais municípios baianos segundo a taxa de urbanização, 2000**

<i>Município</i>	<i>Taxa de Urbanização (%)</i>
Itaparica	100,0 (*)
Salvador	99,9
Saubara	98,8
Itabuna	97,2
Madre de Deus	96,4
<b>Camaçari</b>	<b>95,5</b>
Lauro de Freitas	95,4
Itapetinga	95,2
Dias D'Ávila	94,1
Eunápolis	94,1

Fonte: [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br)

(\*) Ressalte-se que nesse município devido a uma lei municipal toda a população residente é considerada urbana

Ainda segundo os dados do censo de 2000, os distritos de Camaçari também apresentam altas taxas de urbanização. Abrantes com taxa de 94,0% e

Monte Gordo com 79,5%, têm a maior parte de seus habitantes morando em locais que são considerados, pelos critérios do IBGE, como núcleos urbanos (Tabela 13).

**Tabela 13 – Camaçari, população urbana e rural por distrito, 2000**

<i>Distrito</i>	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	<i>Taxa de Urbanização</i>
Abrantes	27 504	25 843	1 661	94,0%
Camaçari – Sede	116 700	114 633	2 067	98,0%
Monte Gordo	17 523	13 926	3 597	79,5%
Total	161 727	154 402	7 325	95,5%

Fonte: www.ibge.com.br

Com relação à distribuição da população total por sexo, observa-se um equilíbrio muito grande entre os gêneros, com a população masculina representando 50,1% do total e a população feminina 49,9% do total (Tabela 14).

**Tabela 14 – Camaçari, população residente por sexo, 2000**

<i>Município/Sexo</i>	<i>Total</i>	<i>(%)</i>
Camaçari	161 727	100,0
Masculino	80 962	50,1
Feminino	80 765	49,9

Fonte: www.ibge.com.br

Na área urbana, há um equilíbrio entre a população de homens e mulheres, no entanto na área rural existe o predomínio do sexo masculino, com 3.894 homens e 3.431 mulheres, representando 53,2% e 46,8%, respectivamente, do total da população rural de Camaçari (Tabela 15).

**Tabela 15 – Camaçari, RMS e Bahia, População residente por sexo e localização do domicílio por área, 2000**

<i>Localização</i>	<i>População</i>	<i>Urbana</i>		<i>Rural</i>	
		<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>
Camaçari	161 727	77 068	77 334	3 894	3 431
RMS	3 021 572	1 412 580	1 561 300	24 745	22 947
Bahia	13 070 250	4 227 922	4 544 426	2 234 111	2 063 791

Fonte: Brasil (2000)

A análise da distribuição da população residente em Camaçari por grupo de idade (Tabela 16), mostra que, desde 1980, a participação de indivíduos até os 29 anos vem decrescendo, passando de 73,9% em 1980 até chegar em 65,5% no ano 2000, e que a parcela da população em idade produtiva<sup>22</sup> vem aumentando, representando em 1980, 1991 e 2000, respectivamente, 52%, 55% e 63,6%.

**Tabela 16 – População residente em Camaçari por grupo de idade, 1980 - 2000**

<i>Faixa Etária</i>	<i>1980</i>	<i>Total</i>	<i>Acumulado</i>	<i>1991</i>	<i>Total</i>	<i>Acumulado</i>	<i>2000</i>	<i>Total</i>	<i>Acumulado</i>
		<i>%</i>	<i>%</i>		<i>%</i>	<i>%</i>		<i>%</i>	<i>%</i>
<b>0 a 4</b>	16 651	18,7	18,7	14 695	12,9	12,9	17 598	10,9	10,9
<b>5 a 9</b>	12 620	14,2	32,8	16 876	14,9	27,8	16 766	10,4	21,3
<b>10 a 14</b>	10 087	11,3	44,1	15 848	14,0	41,7	17 768	11,0	32,2
<b>15 a 19</b>	8 664	9,7	53,9	12 265	10,8	52,5	20 529	12,7	44,9
<b>20 a 24</b>	9 505	10,7	64,5	11 662	10,3	62,8	18 641	11,5	56,5
<b>25 a 29</b>	8 362	9,4	73,9	10 254	9,0	71,8	14 702	9,1	65,5
<b>30 a 39</b>	10 480	11,8	85,6	16 024	14,1	85,9	24 210	15,0	80,5
<b>40 a 49</b>	5 914	6,6	92,3	8 179	7,2	93,1	16 681	10,3	90,8
<b>50 a 59</b>	3 409	3,8	96,1	4 097	3,6	96,7	8 093	5,0	95,8
<b>60 a 69</b>	1 904	2,1	98,2	2 178	1,9	98,6	4 090	2,5	98,4
<b>70 ou +</b>	1 181	1,3	99,6	1 385	1,2	99,9	2 649	1,6	100,0
<b>Idade ignorada</b>	401	0,4	100,0	176	0,1	100,0	0	0	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>89 178</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>113 639</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>161 727</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: Brasil (1991 e 2000) e Bahia (1994)

Segundo dados do IBGE, no Censo Demográfico de 2000, 67,4% dos chefes de domicílio do município recebiam, naquele ano, remunerações entre um e cinco salários (Tabela 17).

**Tabela 17 – Camaçari, distribuição percentual da renda mensal dos chefes de domicílio por classes de rendimento mensal, 2000**

<i>Município</i>	<i>Até 1 SM</i>	<i>Entre 1 e 5 SM</i>	<i>Entre 5 e 10 SM</i>	<i>Entre 10 e 15 SM</i>	<i>Maior que 15 SM</i>	<i>Sem Rendimento</i>
Camaçari	5,8%	67,4%	7,8%	1,7%	1,6%	15,8%

Fonte: Brasil (2000)

Nota: SM = Salário Mínimo

<sup>22</sup> Contingente populacional compreendido entre 14 e 60 anos. Por questões metodológicas, trabalhou-se com as faixas entre 15 e 59 anos.

Observa-se também, que 5,8% recebem menos de um salário mínimo e somente uma pequena minoria, de 1,7% e 1,6%, recebem entre dez e quinze e mais de quinze salários mínimos, respectivamente.

Observa-se que a maior parte da população com mais de 10 de idade tem um rendimento médio abaixo de cinco salários ou não auferem rendimentos. Somente 5,2% da população têm rendimentos acima de cinco salários e apenas 0,4% ganha mais de vinte salários mínimos (Tabela 18).

**Tabela 18 – Camaçari, rendimento médio mensal da população com 10 anos ou mais de idade, 2000**

<i>Rendimento Médio Mensal</i>	<i>Camaçari</i>	<i>Percentual</i>
Até 1 SM	24 377	19,2%
Mais de 1 a 2 SM	18 041	14,2%
Mais de 2 a 5 SM	15 671	12,3%
Mais de 5 a 10 SM	4 702	3,7%
Mais de 10 a 20 SM	1 417	1,1%
Mais de 20 SM	524	0,4%
Sem rendimento	62 631	49,1%
Total	127 363	100,0%

Fonte: Brasil (2000)

Nota: SM = Salário Mínimo

De acordo com os critérios adotados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2003), o município de Camaçari apresentou no ano de 1991 um percentual de 18,6% de sua população em nível de indigência, ou seja, com rendimentos abaixo da quantia monetária necessária para a aquisição da cesta alimentar básica, sendo que no período entre o ano de 1991 e o ano 2000 a situação se agravou, pois esse indicador de pobreza aumentou para 21,3%, denotando o recrudescimento da taxa de indigência (Tabela 19, p. 120).

Ao analisar os indicadores de pobreza constata-se que todos eles pioraram no período compreendido entre 1991 e 2000. O percentual de pobres aumentou de 44,5% para 46,2%, de crianças indigentes de 23,6% para 29,0% e de crianças pobres de 53,1% para 59,3%.

**Tabela 19 - Camaçari, indicadores de pobreza, 1991 e 2000**

	1991 (%)	2000 (%)
Indigentes	18,6	21,3
Pobres	44,5	46,2
Crianças indigentes	23,6	29,0
Crianças pobres	53,1	59,3

Fonte: PNUD (2003)

#### 4.1.3. A estrutura do sistema de saúde

O município de Camaçari faz parte da 1ª Diretoria Regional de Saúde do Estado da Bahia (DIRES), sediada em Salvador, e composta pelos seguintes municípios, Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

Camaçari contava, no ano 2002, com 4 hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um estadual, o Hospital Geral de Camaçari (HGC) e três particulares, perfazendo um total de 258 leitos (Tabela 20, p.121).

Na RMS, Camaçari só tem menos hospitais e leitos que Salvador, no entanto esse número não é suficiente para atender a demanda dos moradores do município e de municípios circunvizinhos, como Dias D'Ávila e Simões Filho, que também se utilizam dessas unidades de saúde.

O HGC conta com 176 leitos e oferece os serviços de emergência, clínica médica, obstetrícia e cirurgia, ginecologia, puericultura, pediatria, toca-ginecologia, planejamento familiar, colposcopia, angiologia, cirurgias nas áreas de endocrinologia, pediatria, gastroenterologia, oftalmologia e dermatologia, plástica em geral, ortopedia, odontologia, neonatologia, medicina interna, berçário, laboratório e rádio imagem.

**Tabela 20 – Bahia e RMS, hospitais conveniados com o SUS segundo a natureza, leitos existentes e contratados, 2002**

<i>Municípios</i>	<i>Total</i>	<i>Federal</i>	<i>Estadual</i>	<i>Municipal</i>	<i>Particular</i>	<i>Filantrópico</i>	<i>Pesquisa</i>	<i>Sindical</i>	<i>Leitos Existentes</i>
Bahia	466	-	39	176	155	81	13	2	28 768
<b>Camaçari</b>	<b>4</b>	-	<b>1</b>	-	<b>3</b>	-	-	-	<b>258</b>
Candeias	1	-	1	-	-	-	-	-	57
Dias	2	-	-	1	1	-	-	-	66
D'Ávila									
Itaparica	1	-	1	-	-	-	-	-	52
Lauro de Freitas	1	-	1	-	-	-	-	-	67
Madre de Deus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salvador	44	-	11	-	13	9	11	-	7 001
São Francisco do Conde	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Simões Filho	1	-	-	1	-	-	-	-	43
Vera Cruz	1	-	-	-	-	1	-	-	31

Fonte: Bahia (2004a)

Segundo informações da secretaria de saúde de Camaçari, a rede municipal de saúde conta com 41 unidades de atendimento distribuídas da seguinte forma:

- 07 Unidades Básicas;
- 05 Unidades Básicas com atendimento 24 horas;
- 22 Unidades do Programa de Saúde da Família;
- 01 Policlínica com 14 especialidades;
- 01 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência com 04 Unidades móveis;
- 01 Unidade de Cadastro do SUS;
- 01 Central de Regulação e Auditoria do SUS;
- 01 Centro de Controle de Zoonoses;
- 01 Centro de Referência de Saúde do Trabalhador;
- 01 Centro de Vigilância em Saúde.

Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Meio ambiente de Camaçari (SEPLAN) (CAMAÇARI, 2005a), a rede privada de saúde compreende 70 estabelecimentos com atendimento nas áreas de odontologia, odontologia pediátrica, endodontia, prótese, clínica geral, psicologia, pediatria, cirurgia geral,

anestesia, cardiologia, endocrinologia, angiologia, cirurgia plástica, gastroenterologia, dermatologia, pneumologia, urologia, proctologia, ultrasonografia, laboratório, cirurgia pediátrica, emergência, medicina do trabalho, neurologia, nefrologia e diálise. Desse total, 21 têm convênio com o SUS, disponibilizando 82 leitos.

O coeficiente de leitos por habitante dá a indicação da realidade quanto à infra-estrutura física da saúde, porém, isoladamente, não mostra as reais condições de atendimento à população (Tabela 21).

**Tabela 21 - Camaçari, indicadores de infra-estrutura de saúde, 1991 e 2000**

<i>Leitos por 1000 Habitantes, 2000.</i>	1,5
Enfermeiros com curso superior (%), 1991.	0,0
Enfermeiros com curso superior (%), 2000.	7,1
Número de médicos residentes por 1 000 habitantes, 1991.	0,0
Número de médicos residentes por 1 000 habitantes, 2000.	0,1

Fonte: PNUD (2003)

No ano de 1991, o percentual de enfermeiros com nível superior era nulo, no ano 2000 observa-se uma melhora, 7,1% dos profissionais de enfermagem que trabalhavam no Município tinham formação superior.

O número de médicos residentes por mil habitantes tendia a zero em 1991, em 2000 observa-se uma pequena melhora, 0,1 médicos por mil habitantes, mas que, no entanto, ainda se encontra muito abaixo do índice recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que é de um médico para cada mil habitantes. Estima-se que a proximidade com Salvador, cidade com melhor infra-estrutura, induz os médicos a não fixarem residência em Camaçari.

Em 2003, trabalhavam em Camaçari 355 servidores estaduais da área de saúde, o que representa 4,2% do total de servidores que trabalhavam na RMS, a maioria dos servidores da área de saúde se concentram no município de Salvador, o número é de 7.871, o que representa 92,4% do total (Tabela 22, p. 123).

Em virtude dessa concentração e da pouca distância entre os municípios, parte da população de Camaçari recorre aos atendimentos oferecidos pela rede pública em Salvador.

**Tabela 22 – Camaçari, Salvador e RMS, servidores estaduais da área de saúde, segundo o tipo de ocupação, 2003**

<i>Local</i>	<i>Total</i>	<i>Aux. de Enferm.</i>	<i>Médico</i>	<i>Enferm.</i>	<i>Atend. de Enferm.</i>	<i>Agent e de Saúde</i>	<i>Téc. Patol. Clínica</i>	<i>Odon-tólogo</i>	<i>Assist . Social</i>	<i>Farma-cêutico</i>	<i>Nutrici-onista</i>
Camaçari	355	149	109	16	2	1	22	13	12	12	3
Salvador	7 871	2 821	1 861	849	201	71	484	283	309	221	139
RMS	8 519	3 090	2 045	887	212	79	528	298	331	241	144

Fonte: Bahia (2004a)

#### 4.1.4. A estrutura de ensino

Os serviços públicos de educação, assim como os de saúde, são essenciais para melhorar o quadro socioeconômico de Camaçari. Ambos são fortemente impactados pelo processo de migração decorrente do modelo de desenvolvimento econômico implantado.

No ranking baiano do IDS, o Índice do Nível de Educação de Camaçari ocupava em 2000 a 85ª posição. No entanto, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, no ano de 2000, alcançou 12,4%, uma média melhor que a média do Estado, de 22,1%, no entanto, pior que cinco municípios da RMS (Tabela 23).

**Tabela 23 – Bahia e RMS, analfabetismo da população com 15 anos ou mais, 1991 e 2000**

<i>Município</i>	<i>1991 (%)</i>	<i>2000 (%)</i>
Bahia	35,3	22,1
<b>Camaçari</b>	<b>20,1</b>	<b>12,4</b>
Candeias	22,3	13,5
Dias D'Ávila	20,4	12,2
Itaparica	18,9	14,9
Lauro de Freitas	19,6	9,4
Madre de Deus	15,8	8,7
Salvador	9,8	6,3
Simões Filho	18,8	11,6
São Francisco do Conde	28,9	16,8
Vera Cruz	24,3	16,1

Fonte: PNUD (2003)



Para a educação infantil, em 2002, o Município contava com 29 escolas especializadas na educação infantil e classes de alfabetização, sendo 16 particulares e 13 municipais, dessas apenas uma localizada em área rural, o que explica o reduzido número de matrículas iniciais na zona rural, apenas 24 matrículas, em relação ao total de matrículas que foi de 3.074 crianças (BAHIA, 2004a).

Em 2002, o quadro de docentes que atuavam na educação infantil e em classes de alfabetização, dentro do município era da ordem de 109 profissionais, sendo que 52 funcionários municipais e 57 trabalhavam em instituições de ensino de caráter particular (Tabela 24).

**Tabela 24 – Camaçari, número de docentes em exercício na educação infantil e classes de alfabetização por localização e dependência administrativa, 2002**

<i>Número de Docentes</i>								
Total	Urbana				Rural			
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
109	-	-	51	57	-	-	1	-

Fonte: Bahia (2004a)

Camaçari, em 2002, perfazia um total de 78 escolas voltadas para o ensino fundamental, dessas, 44 concentradas na zona urbana, sendo 40 da rede pública – quatro sob a administração estadual e 36 sob a gestão municipal. Na zona rural localizam-se 34 escolas, todas públicas e sob a gestão municipal (Tabela 25).

**Tabela 25 – Camaçari, número de estabelecimentos que ministram o ensino fundamental, por localização e dependência administrativa, 2002**

<i>Número de Estabelecimentos</i>								
Total	Urbana				Rural			
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
78	-	4	36	4	-	-	34	-

Fonte: Bahia (2004a)

Em 2002, foram efetivadas 42.908 matrículas de alunos no ensino fundamental, sendo 14.263 na zona rural e 28.645 na zona urbana. A totalidade dos alunos matriculados na zona rural está ligada a uma instituição de ensino público de gestão municipal, e na zona urbana existe uma divisão entre escolas estaduais, municipais e particulares (Tabela 26, p. 125).

**Tabela 26 – Camaçari, matrícula inicial no ensino fundamental por localização e dependência administrativa, 2002**

<i>Matrícula inicial</i>								
Total	Urbana				Rural			
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
42 908	-	3 263	27 773	114	-	-	14 263	-

Fonte: Bahia (2004a)

No ensino fundamental trabalham um total de 1.329 docentes, a maioria vinculada com o município (1.170), uma pequena parte com o governo estadual (88) e somente 24 são empregados de escolas particulares (Tabela 27).

**Tabela 27 – Camaçari, número de docentes em exercício no ensino fundamental por localização e dependência administrativa, 2002**

<i>Número de Docentes</i>								
Total	Urbana				Rural			
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1 329	-	88	777	24	-	-	440	-

Fonte: Bahia (2004a)

Voltadas para o ensino médio, que constitucionalmente é responsabilidade do Estado, estão instaladas 10 escolas, sendo oito localizadas na área urbana e somente duas na área rural, e dessas 10 escolas, três são municipais e uma particular (BAHIA, 2004a).

Observa-se uma grande carência no fornecimento de ensino médio, pois o Município abriga dentro dos seus limites, somente 10 escolas de ensino médio e uma população entre 15 e 19 anos da ordem de 20.529 habitantes – no ano 2000 –, faixa etária naturalmente demandante do ensino médio.

Dos 351 docentes que lecionam no ensino médio regular e profissionalizante dos 10 estabelecimentos existentes, 244 apresentavam licenciatura completa e 82 possuíam outro curso superior. Apenas 25 professores dispunham apenas do nível médio (Tabela 28, p. 126).

**Tabela 28 – Camaçari, número de docentes em exercício no ensino médio regular e médio profissionalizante, por grau de formação, 2002**

Total	Grau de Formação				
	Ensino Médio		Licenciatura Completa	Ensino Superior	
	Magistério Completo	Outra Formação Completa		Comp. sem Licenciatura Com Magistério	Sem Magistério
351	3	22	244	34	48

Fonte: Bahia (2004a)

No ensino do 3º grau, o Município atualmente abriga duas instituições (Figura 26), a UNEB e a Faculdade Metropolitana de Camaçari (FAMEC), oferecendo nove cursos de graduação e oito de pós-graduação.



**Figura 26 – UNEB e Famec: instalações em 15/12/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

A UNEB começou a funcionar no 2º semestre de 1998 com somente um curso, o de Ciências Contábeis. Formou sua primeira turma em 2003/1, apenas 12 bacharéis. Atualmente oferece os cursos de Pedagogia, Ciências Contábeis e Direito e pós-graduação em Psicopedagogia e Psicomotricidade, totalizando 822 alunos matriculados.

A Famec, instalada em 1998, oferece os cursos de Pedagogia, Administração de Empresas, Engenharia Ambiental, Engenharia de Produção, Engenharia Mecatrônica e Direito. Além de Pós-graduação em: Gestão Educacional; Gerenciamento Ambiental; Metodologia do Ensino Superior; Gestão de Pessoas e

Serviços; Logística Empresarial e Metodologia do Trabalho Científico e Formação do Profissional Pesquisador.

O ensino profissionalizante no Município até o ano de 2002 era basicamente disponibilizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e estava concentrado nos cursos de Idiomas e Hotelaria e Turismo (Tabela 29). Os cursos e treinamentos demandados pelas indústrias instaladas Em Camaçari são supridos principalmente por Salvador e uma pequena parte por Simões Filho.

**Tabela 29 – Senac, ensino profissionalizante em Camaçari, 2002**

<i>Curso</i>	<i>Número de Matrículas</i>	<i>Evasão</i>	<i>Conclusão</i>
Hotelaria e Turismo	2 046	36	1 915
Idiomas	212	31	160
Diversos	591	3	569

Fonte: Bahia (2004a)

Em 2003, foi inaugurado o Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEB), dirigido pela Associação Tecnológica Educacional de Camaçari (ATEC), entidade sem fins lucrativos, composta pelas seguintes organizações: PMC, *Ford Motors Company* do Brasil Ltda., Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Associação Comercial e Industrial de Camaçari, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e Sindicatos de Trabalhadores (Figura 27, p. 128).

As ações do Ceteb são orientadas pela Secretaria de Educação do Estado (SEC), através do Plano Estadual de Educação Profissional (PEP). As instalações do Ceteb dispõem de 10 salas de aulas e laboratórios para capacitação e formação técnica nas áreas de Eletrônica, Informática, Mecânica, Química, Mecânica Automotiva, Mecatrônica, Processos Industriais e Turismo Ecológico.



**Figura 27 – Ceteb: instalações em 15/12/2005**  
 Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

#### 4.1.5. A questão habitacional

Com a implantação do Copec, na década de 1970 migraram para Camaçari muitos trabalhadores e indivíduos em busca de emprego. Os governos federal, estadual e municipal para atender a massa de migrantes e trabalhadores que se deslocaram para o Município incentivaram/implantaram vários programas habitacionais que deram origem a bairros denominados: Glebas A, B, C, D, E e H, Piaçaveira e Inocoop.

A PMC implantou a época o PHOC, destinado à massa de migrantes que para lá se deslocou em busca de empregos. O Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop) construiu um conjunto habitacional para a



camada da população que possuía uma faixa de renda um pouco superior a três salários mínimos, que se transformou num bairro de mesmo nome (Figura 28).



**Figura 28 – Camaçari: Bairro Inocoop em 15/12/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

A cidade de Camaçari apresenta um desenho urbano relativamente bem estruturado, a organização espacial mostra-se em parte concêntrica, com sistema viário radial (Figura 29, p. 130).

Segundo os estudos para a Adequação e Atualização da Proposta de Plano Diretor Urbano de Camaçari ao Estatuto da Cidade (CAMAÇARI, 2005b), o município de Camaçari tem um déficit habitacional da ordem de 12.270 moradias, concentradas principalmente na faixa de renda de até 5 salários mínimos.

Ainda de acordo o mesmo estudo, o total de unidades habitacionais subnormais é de 18.436 distribuídos em 43 assentamentos. Destes números, 5.834 moradias estão em loteamentos clandestinos<sup>23</sup> e 12.602 em loteamentos irregulares<sup>24</sup>. O total de famílias residentes nesses assentamentos é de 79.680 pessoas, ou seja, 49% da população municipal.

<sup>23</sup> Loteamento realizado por pessoas não proprietárias das áreas que foram loteadas.

<sup>24</sup> O loteamento irregular é feito sem a aprovação da Prefeitura, em desacordo com o projeto ou sem cumprir o prazo de término das obras, não é inscrito e nem registrado no Cartório de Registro de Imóveis.

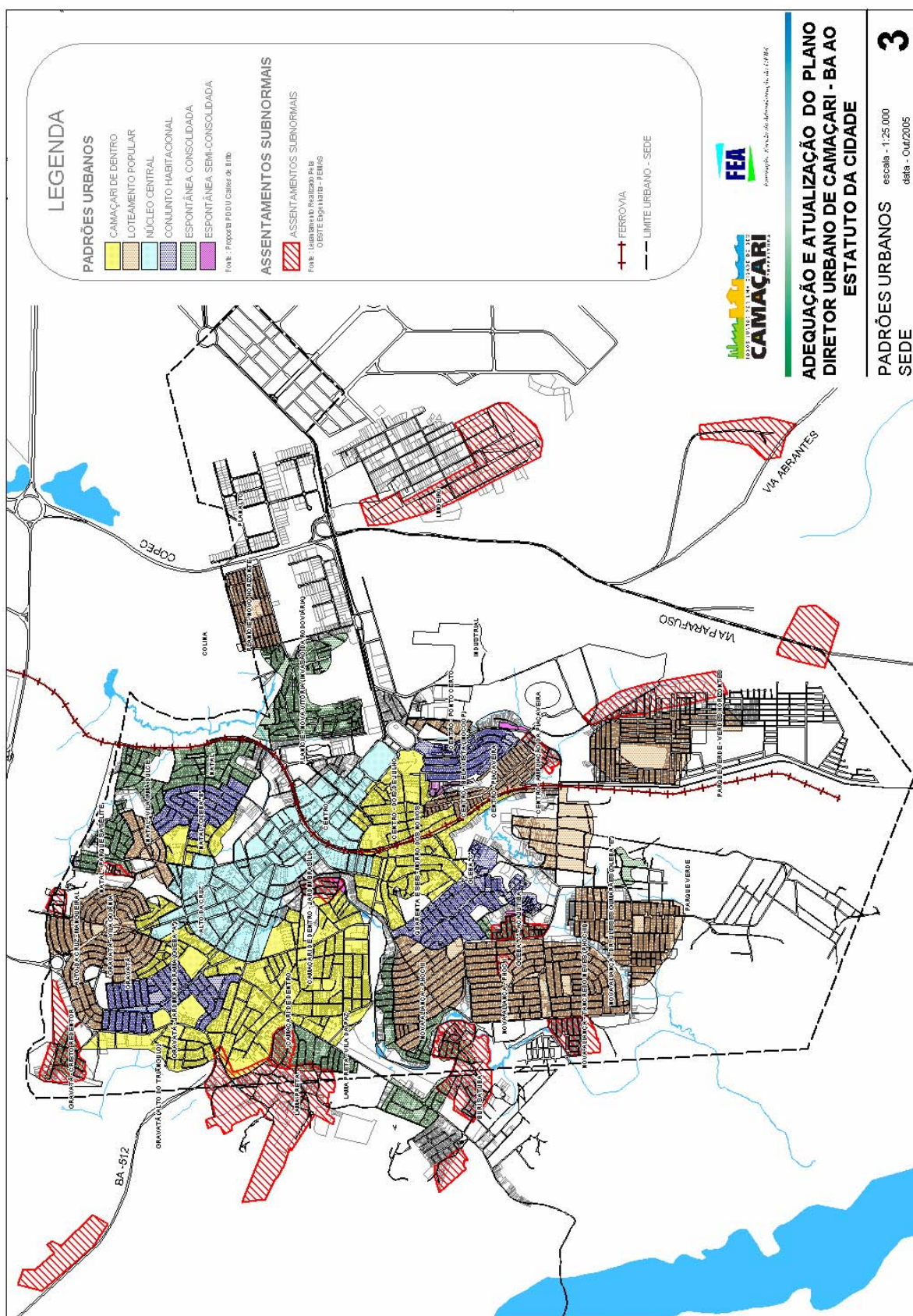


Figura 29 – Ocupação espacial da cidade de Camaçari, 2005  
 Fonte: Camaçari (2005b)



Dentre esses loteamentos, sejam clandestinos ou irregulares, estão situadas 2.158 moradias em áreas de risco, incluindo aquelas sujeitas a inundação, desabamento ou sob linha de transmissão de energia, e em áreas de preservação ambiental (Figura 30).



**Figura 30 – Rio Camaçari: ocupação irregular**  
Fonte: Camaçari (2005b)

Camaçari se caracteriza ainda pela invasão de áreas com posterior urbanização pela Prefeitura (Figura 31), o processo de urbanização municipal é em parte patrocinado por aquelas ocupações informais que ao fim tornam-se absorvidas por uma parte da população de renda mais elevada.



**Figura 31 – Bairro da Piaçaveira: Construção de casas populares em 06/01/2006**  
Fonte: Pesquisa direta, autoria própria



#### 4.1.6. Elementos culturais

A escolha de Camaçari, como área de instalação de um projeto de desenvolvimento industrial, induziu no local, mudanças intencionalmente articuladas, que modificaram seus contornos e organizou os espaços de modo funcional, desconhecendo as heranças simples dos moradores locais: “Camaçari é território da diversidade e tensão entre tradição e modernidade, entrelaçadas num ambiente social fortemente estratificado e espacialmente definido” (CAMAÇARI, 2005a, p. 35).

No Município, é comum entre os moradores a afirmação de que não há uma identidade cultural, nem símbolos que o diferencie, no entanto, observa-se que o lugar tem uma identidade própria e há uma identidade da população face ao lugar:

Camaçari tem uma história antiga que remonta ao início da colonização planejada pelo estado português e tem uma história moderna que o insere no contexto econômico globalizado, produto planejado do estado nacional. Camaçari tem, também, lugares – diversificados em ambientes e formas de ocupação: paisagens, sítios históricos e espaços de produção, áreas do viver de residentes permanentes e do lazer dos residentes temporários. Camaçari tem símbolos: Abrantes dos jesuítas, Arembepe dos hippies, Pólo Petroquímico (CAMAÇARI, 2005a, p. 35).

Laraia (2002), afirma que o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado, sendo então herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e as experiências adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.

A manutenção de manifestações populares tradicionais pelos moradores locais dos povoados – os que já estavam antes da indústria –, e a demanda de entretenimento e arte do contingente de jovens urbanos – descendentes dos trabalhadores que se fixaram na sede municipal –, constroem juntos identidades próprias frente ao lugar.

De acordo com a PMC (CAMAÇARI, 2005a), os principais grupos culturais existentes nos povoados do município são: Boi Janeiro de Parafuso; Boi Mirim de Parafuso; Boi Reisado de Barra do Pojuca; Bumba-Meu-Boi de Parafuso; Marujada; Samba de Roda de Parafuso e Chegança de Arembepe.

O Município conta com poucos espaços culturais, no entanto conta com 135 entidades e grupos culturais cadastrados na Coordenação de Cultura do Município, no ano 2005 (CAMAÇARI, 2005a). Os grupos culturais e artistas individuais no ano de 2003 perfaziam um total de 364, sendo que os grupos musicais são a maioria, com um percentual de 33% (Tabela 30).

**Tabela 30 – Camaçari, grupos culturais e artistas individuais por área, 2003**

<i>Atividade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Percentual</i>
Musicais	120	33,0%
Teatro	68	18,7%
Arte popular	63	17,3%
Literatura	28	7,7%
Artesanato	23	6,3%
Dança	20	5,5%
Capoeira	19	5,2%
Produtor	12	3,3%
Modelo	7	1,9%
Artes cênicas	3	0,8%
Culinária	1	0,3%
Total	364	100,0%

Fonte: Coordenação de Cultura (2003 apud CAMAÇARI, 2005a)

O Teatro Magalhães Neto, único teatro do Município, tem capacidade para 160 pessoas e necessita de reformas, pois as suas atuais condições não proporcionam o conforto nem a operacionalidade necessária (Figura 32).



**Figura 32 – Teatro Magalhães Neto em 06/01/2006**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

#### 4.1.7. A situação do abastecimento de água, saneamento básico e limpeza pública

O sistema de abastecimento de água de Camaçari é realizado pela Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA). A captação é local, baseada na retirada de água do subsolo, feita por meio de poços profundos, aproveitando o potencial do aquífero de São Sebastião.

O sistema de abastecimento de água de Camaçari soma 52.882 ligações de água no ano de 2004 (Tabela 31), com 57,9% das ligações na sede do município, onde se concentra quase 75% da população.

As indústrias em funcionamento também se utilizam de um sistema de poços profundos que lhes garante o suprimento necessário de água.

**Tabela 31 – Camaçari, ligações de água por distritos e povoados, 2004**

<i>Ligação de água no município</i>		<i>Área de abrangência</i>			<i>Total</i>
		<i>Residencial</i>	<i>Comercial</i>	<i>Outros</i>	
Sede	Camaçari	27 977	1 457	14	29 448
	Parafuso	722	8	0	730
	Machadinho	443	11	0	454
Vila de Abrantes	Vila de Abrantes	3 992	161	0	4 153
	Catu de Abrantes	1 054	42	0	1 096
	Jauá	2 379	120	0	2 499
	Areias	630	38	38	706
	Arembepe	3 680	148	0	3 828
	Busca Vida	179	13	0	192
	Monte Gordo	4 035	110	0	4 145
Monte Gordo	Guarajuba	3 136	117	2	3 255
	Itacimirim	618	34	0	652
	Barra de Pojuca	1 674	50	0	1 724
	<b>Total Geral</b>	<b>50 519</b>	<b>2 309</b>	<b>54</b>	<b>52 882</b>

Fonte: Embasa (apud CAMAÇARI, 2005a)

O percentual da população abastecida com água encanada em 1991 correspondia a 62,3% da população, no ano 2000 esse percentual apresenta uma melhora e passa para o patamar de 75,0% da população (PNUD, 2003). Um percentual que demonstra que dentro dos limites do município existe um quarto da

população sem acesso a um serviço básico de grande importância para a qualidade de vida.

Nos povoados, observam-se obras de ampliação da rede de abastecimento de água e saneamento básico (Figura 33), principalmente nos povoados próximos à BA-099, onde atualmente ocorre um célere processo de ocupação do espaço com loteamentos voltados para as classes média e alta.



**Figura 33 – Barra do Pojuca: obras de ampliação da rede de água em 28/10/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

A Lei orgânica de Camaçari, no artigo 153, rege que na execução da política urbana deverá o município propiciar à população, dentre outros direitos, o acesso ao saneamento básico. No entanto, a quantidade de casas e estabelecimentos comerciais ligados à rede de esgotos municipal é muito pequena (Tabela 32, p. 136).

Segundo dados do PNUD (2003), em 1991 somente 57,8% dos moradores de Camaçari moravam em casas com banheiro – ligadas a fossas ou a esgoto a céu aberto –, esse número melhora na década seguinte, passando para 71,7% em 2000.

O Município não tem uma rede de saneamento básico que atenda a todos. A maior parte da população se utiliza de fossas ou despejam os dejetos na rede pluvial lançando o esgoto sem nenhum tratamento no leito dos inúmeros rios e córregos que cortam o município e deságuam em rios maiores como os rios Joanes e Capivara Grande.

**Tabela 32 – Camaçari, ligações de esgoto por distrito e povoados, 2004**

<i>Ligação de esgoto no município</i>		<i>Área de abrangência</i>		
		<i>Residencial</i>	<i>Comercial</i>	<i>Total</i>
Sede	Camaçari	147	6 876	7 023
	Parafuso	0	0	0
	Machadinho	0	0	0
Vila de Abrantes	Vila de Abrantes	0	0	0
	Catu de Abrantes	2	172	174
	Jauá	0	0	0
	Areias	0	0	0
	Arembepe	0	0	0
	Busca Vida	0	0	0
	Monte Gordo	0	0	0
Monte Gordo	Monte Gordo	0	0	0
	Guarajuba	0	0	0
	Itacimirim	0	0	0
	Barra de Pojuca	0	0	0
<b>Total Geral</b>		<b>149</b>	<b>7 048</b>	<b>7 197</b>

Fonte: Embasa (apud CAMAÇARI, 2005a)

Segundo dados da Embasa (CAMAÇARI, 2005a), a maior parte das poucas ligações de esgotos se localizam na cidade de Camaçari e é de estabelecimentos comerciais, nas vilas e nos povoados o saneamento básico é quase inexistente. “Na cidade de Camaçari tem o bairro do Dois de Julho e mais dois ou três bairros com saneamento, nas vilas e povoados quase não há. Num município rico como Camaçari, que tem a Cetrel<sup>25</sup>, não podia estar acontecendo isto” (SILVA NETO, 2005).

A profundidade do lençol freático é mínima e a deposição de esgotos diretamente no solo pode constituir, em determinados locais, um elevado risco de contaminação das águas subterrâneas, principalmente nas áreas em que os solos apresentam maior permeabilidade. O afloramento do lençol em alguns trechos forma

<sup>25</sup> A Central de Tratamento de Efluentes Líquidos (CETREL) é uma empresa privada de proteção ambiental, inaugurada em 1978 junto com o Copec, 70% de suas ações pertencem às empresas usuárias, e 30% são de propriedade do Estado da Bahia. A Cetrel era responsável somente pelo tratamento dos efluentes líquidos e monitoramento ambiental da área de influência do COPEC, atualmente teve o escopo de suas atividades ampliado passando a processar resíduos sólidos perigosos em aterros industriais, incinerar resíduos perigosos contaminados com organoclorados e a monitorar a qualidade do ar, da água subterrânea e dos corpos receptores na área de influência do Centro Industrial de Camaçari.

lagoas ou áreas úmidas, nessas áreas, não havendo drenagem de esgotos, a situação complica-se. Agrava-se ainda mais pela constituição dos terrenos, formados por sedimentos arenosos, bastante permeáveis, o que os torna muito vulneráveis às cargas poluentes.

Os problemas decorrentes da falta de controle sobre o adequado destino final dos esgotos, causam um sério impacto sobre os recursos hídricos de Camaçari. Este impacto agrava-se à medida que aumentam os aglomerados populacionais, tendência crescente no município.

As indústrias localizadas dentro do Centro industrial de Camaçari são atendidas pela Cetrel. Na estação central de tratamento da Cetrel, são removidos os poluentes dos efluentes líquidos das indústrias. Após o tratamento eles são conduzidos até o mar através do emissário submarino, que substituiu os rios Capivara Pequeno e Jacuípe como condutores dos efluentes tratados até o mar.

A responsabilidade referente à limpeza pública, é da Empresa de Limpeza Pública de Camaçari (LIMPEC), órgão da administração indireta da PMC (Figura 34). A Limpec administra e executa serviços de limpeza urbana como: coleta de lixo domiciliar, comercial, industrial, hospitalar, varrição de vias e logradouros, serviços especiais e destinação final.



**Figura 34 – Limpec, casa do gari em 06/01/2006**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria



O percentual de indivíduos que habitam domicílios urbanos no município e tem coleta de lixo, segundo dados do PNUD (2003), é da ordem de 88,3% da população.

Segundo a Limpec, a coleta de resíduos sólidos gerados pelas residências e pelo comércio é feita diariamente, tanto na sede, quanto na orla marítima, totalizando uma média de 193,3 toneladas/dia.

A coleta industrial é feita nas indústrias localizadas nas áreas do Copec e do CIA, recolhendo os resíduos sólidos industriais e ordinários – domiciliares – produzidos pelas empresas, numa média de 80 toneladas/dia.

A coleta hospitalar recolhe os resíduos sólidos gerados pela rede de saúde pública e particular do município, atendendo também as unidades de saúde instaladas nas empresas, sendo recolhidas em média 0,5 t./dia.

A limpeza e varrição dos logradouros públicos são realizados diariamente, abrangendo a sede e a orla marítima, num total de 146,5km e 42 km, respectivamente. Os serviços especiais são constituídos de limpeza de boca de lobo, praias, praças, jardins, capinagem, roçagem, pintura de meio fio, poda de árvores e recuperação de áreas degradadas. O Município, tanto na sua sede quanto nas vilas e povoados, apresenta um aspecto satisfatório quanto a limpeza.

#### **4.1.8. Energia elétrica**

A distribuição de energia elétrica no Estado é realizada pelas empresas Coelba, CHESF, Braskem e Sulgipe. A Coelba detém a concessão para distribuição de energia na maior parte dos municípios do Estado, atendendo a 97% dos consumidores da Bahia. Os municípios restantes são atendidos pela Sulgipe. A CHESF atende consumidores de grande porte, enquanto a Braskem distribui energia para as empresas do Centro Industrial de Camaçari (SUDIC, 2006).

O fornecimento de energia elétrica para Camaçari – exclusive o centro industrial – é realizado pela Coelba. Segundo dados da concessionária do serviço, em maio de 2005 o número total de consumidores chegou a 59.131, sendo dividido da seguinte forma: 53.861 consumidores residenciais; 4.140 comerciais, 535 industriais e 595 outros (Tabela 33, p. 139).

**Tabela 33 – Camaçari, número de consumidores de energia elétrica por classe, 1980, 1990 e 2004**

Ano	Consumidores por classe					
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros <sup>(1)</sup>
1980	9 049	8 344	50	539	35	111
1990	26 296	24 172	218	1 573	115	218
2004	59 131	53 861	535	4 140	163	432

Fonte: Bahia (1994) e Camaçari (2005a)

<sup>(1)</sup> Outros: Consumo próprio, poder público, iluminação pública, água e esgotos

Desse modo, a classe de consumidores mais numerosa é a residencial, com 91,1% das ligações em 2004, no mesmo ano 7,0% das ligações atendiam ao comércio, distribuindo-se os 1,9% restantes entre as indústrias, o consumo rural e outros.

No entanto, quanto ao montante de energia consumida, verifica-se que a classe residencial teve 10,3% do consumo total e a indústria ficou responsável por 79,4% do consumo total de energia, se configurando no grande demandante do serviço.

O consumo de energia aumentou em 3,6 vezes no período compreendido entre 1980 e 2004, tendo um aumento percentualmente maior no consumo residencial que cresceu quase 7,7 vezes contra 3,4 vezes o consumo industrial (Tabela 34).

**Tabela 34 – Camaçari, consumo de energia elétrica por classe, 1980, 1990 e 2004**

Ano	Consumo por classe (KW/h)					
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros <sup>(1)</sup>
1980	171 573	8 261	144 387	15 201	0,036	3 689
1990	507 003	33 076	411 999	14 973	0,569	46 384
2004	612 533	63 383	486 588	26 310	0,992	35 260

Fonte: Bahia (1994) e Camaçari (2005a)

<sup>(1)</sup> Outros: Consumo próprio, poder público, iluminação pública, água e esgotos

No ano de 1991, o percentual de pessoas que vivia em domicílios com energia elétrica era de 94,5% alcançando um patamar de 98,0% em 2000 (PNUD, 2003).



#### 4.1.9. Organização social

Na Secretária de Desenvolvimento Comunitário (SEDEC), encontram-se cadastradas um total de 114 entidades sociais, com 68 delas localizadas na sede do município e 46 na orla marítima (Tabela 35).

O nível de agregação da população em torno de assuntos que atingem o seu cotidiano é fator relevante para o desenvolvimento da cidadania e da consciência acerca dos problemas do Município e de suas soluções.

**Tabela 35 – Entidades sociais cadastradas na PMC, 2005**

<i>Tipo de Entidade</i>	<i>Quantidade</i>	
	<i>Sede</i>	<i>Orla</i>
Associações de Bairro	42	33
Centros Comunitários	13	01
Cooperativas	-	01
Fundações	02	-
Grupos Comunitários	05	-
Sociedades Beneficentes	01	10
Outros	05	01
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>46</b>

Fonte: SEDEC (CAMAÇARI, 2005a)

Segundo a Assistente Social, Édila Chagas, coordenadora do SEDEC:

Uma importante característica de Camaçari é a organização da população em associações de bairros e centros comunitários. A atuação dessas entidades vem marcando a história da cidade e dos povoados, em especial a partir dos anos 80 (CHAGAS, 2005)

Os problemas sociais em Camaçari são muitos e complexos, agravados pela migração de famílias que buscam melhores condições de vida, e buscam no poder público subsídios para sua sobrevivência. A PMC apóia o trabalho das Organizações Não Governamentais (ONG's) e tem algumas ações voltadas para a capacitação e o suporte a essas organizações (Figura 35, p. 141).



**Figura 35 – Município de Camaçari: sede de associações comunitárias**  
 Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

#### 4.1.10 Segurança pública e Justiça

A Polícia Militar do Estado da Bahia, através do 12º Batalhão, é responsável pela manutenção da ordem pública no Município, dispondo de um efetivo de 456 policiais e 20 viaturas. Um novo Batalhão de Polícia Militar com um efetivo de 120 homens e 04 viaturas de combate a incêndio está em fase de implantação. Conta também um núcleo de formação de policiais militares, formando 100 homens/ano, e uma Academia de Polícia destinada à formação de 200 suboficiais/ano.

A sede do Município tem 3 postos policiais, com a seguinte localização: no terminal rodoviário; no povoado de Parafuso e no bairro Verdes Horizontes. Conta ainda com 5 módulos policiais, localizados, na Praça Abrantes e nos bairros da Lama Preta e Glebas “B”, “C” e “E”. Na orla tem-se uma Companhia de Polícia Militar com o comando localizado em Arembepe e postos policiais em Catu de Abrantes, Vila de Abrantes, Jauá, Arembepe, Barra do Pojuca, Monte Gordo, Guarajuba e Barra do Jacuípe.

Camaçari abriga ainda o 2º Pelotão de Polícia Rodoviária Estadual, localizado na área do Cofic, um Posto de Polícia Rodoviária fixo no km 12 da Via Parafuso e na Estrada do Coco (Arembepe), além de vários postos móveis nas rodovias estaduais que cortam o Município.

A Polícia Civil mantém na sede do município, instalações da Polícia Técnica e a 18ª Central de Polícia, com um efetivo de 33 agentes policiais, 5 delegados, dispondo de apenas 3 viaturas para a realização de rondas. Na orla encontra-se a 26ª Circunscrição Policial, em Vilas de Abrantes, com 4 viaturas e um efetivo de 24 agentes e 04 delegados, para atender todos os 42 km de litoral.

Camaçari sedia ainda, a 28ª Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), que atende aos municípios de Camaçari, Dias D’Ávila, Mata de São João, Catu, Pojuca e Itanagra, e tem como finalidade a emissão de carteira nacional de trânsito e registro legais de veículos automotivos.

O número de delitos registrados na área da orla aumentou, no ano de 2004 em relação a 2003, sendo que os números de furto simples, qualificado, roubo simples e qualificado, subiu assustadoramente, passando a ser registrados delitos que antes não apareciam nas estatísticas (Tabela 36, p. 143).

**Tabela 36 – Camaçari, ocorrências registradas no 12º BPM, 2003 e 2004**

<i>Tipificação</i>	<i>Sede</i>		<i>Orla</i>	
	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>
Furto simples	1 101	1 240	23	448
Roubo simples / qualificado	513	777	7	290
Furto qualificado	495	588	21	412
Furto de veículo	154	148	2	28
Roubo de veículo	118	138	5	53
Homicídio	72	60	1	33
Estupro	20	15	1	7
Roubo a ônibus	18	11	0	12
Tóxico – uso e porte	12	14	0	1
Tóxico – tráfico	10	18	0	3
<b>Total</b>	<b>2 513</b>	<b>3 009</b>	<b>60</b>	<b>1 287</b>

Fonte: SSP/DEPOM 18ª CIPM (apud CAMAÇARI, 2005a)

Segundo a 26ª CP, o número de registros é crescente quanto a furtos qualificados e roubos a residências, casas comerciais e veículos, principalmente em Arembepe, Catu de Abrantes, Colônia Boa União e Jauá, sendo que esta última ainda ostenta a maior incidência de casos de crimes contra a vida.

A Justiça conta no município de Camaçari com o Fórum Clemente Mariani que dispõe de boas instalações para dar suporte às diversas varas públicas existentes. O Ministério Público Estadual funciona no prédio do Fórum.

A justiça do trabalho tem quatro juntas de conciliação e julgamento. O posto da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) funciona no único Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) existente em Camaçari.

O Conselho Tutelar atua na problemática da criança e do adolescente, numa articulação entre o Governo Municipal e a Sociedade Civil (Figura 36, p. 144).





**Figura 36 – Camaçari: Fórum Clemente Mariani, Justiça do Trabalho e Conselho tutelar da criança e do adolescente em 06/01/2006**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

## 4.2. A INFRA-ESTRUTURA FÍSICA MUNICIPAL

### 4.2.1. O sistema viário e de transportes

O sistema de rodovias da RMS está centrado basicamente na BR-324, rodovia federal que liga Salvador a Feira de Santana. Constituindo-se no principal eixo rodoviário da região, em virtude de canalizar todo o tráfego externo e de irradiar a maiorias das estradas que integram o sistema metropolitano.

A implantação do Copec trouxe consigo uma grande demanda de infraestrutura, notadamente a viária, que permitiu a expansão dos impactos das atividades econômicas sobre o território.

O município de Camaçari é servido por rodovias estaduais, sendo as principais: a BA-099; BA-093; BA-094; BA-522; BA-512 e BA-536.

A BA-099 é uma rodovia privatizada e pedagiada que atravessa o município no sentido Sul – Norte, paralela ao mar, ligando a orla de Camaçari aos municípios de Mata de São João e Lauro de Freitas e, conseqüentemente, a Salvador. Essa rodovia proporciona acesso aos povoados da orla e a uma vasta zona de turismo e recreação.

O pedágio, segundo depoimentos – informação verbal –, causou transtornos para a população, pois não foram criadas vias locais de acesso, penalizando os moradores no seu deslocamento dentro do próprio município. Os comerciantes se queixam da redução do fluxo de pessoas, principalmente nos povoados de Jauá e Arembepe.

A BA-093, um dos principais acessos à sede municipal e às indústrias, se origina no entroncamento da BR-324 com o município de Simões Filho, passa por Camaçari seguindo em direção à BR-101, encontrando-se com ela no município de Entre Rios. O escoamento da produção industrial do Município é feito principalmente pela BA-093, e pelo Canal de Tráfego, que dá acesso ao Porto de Aratu.

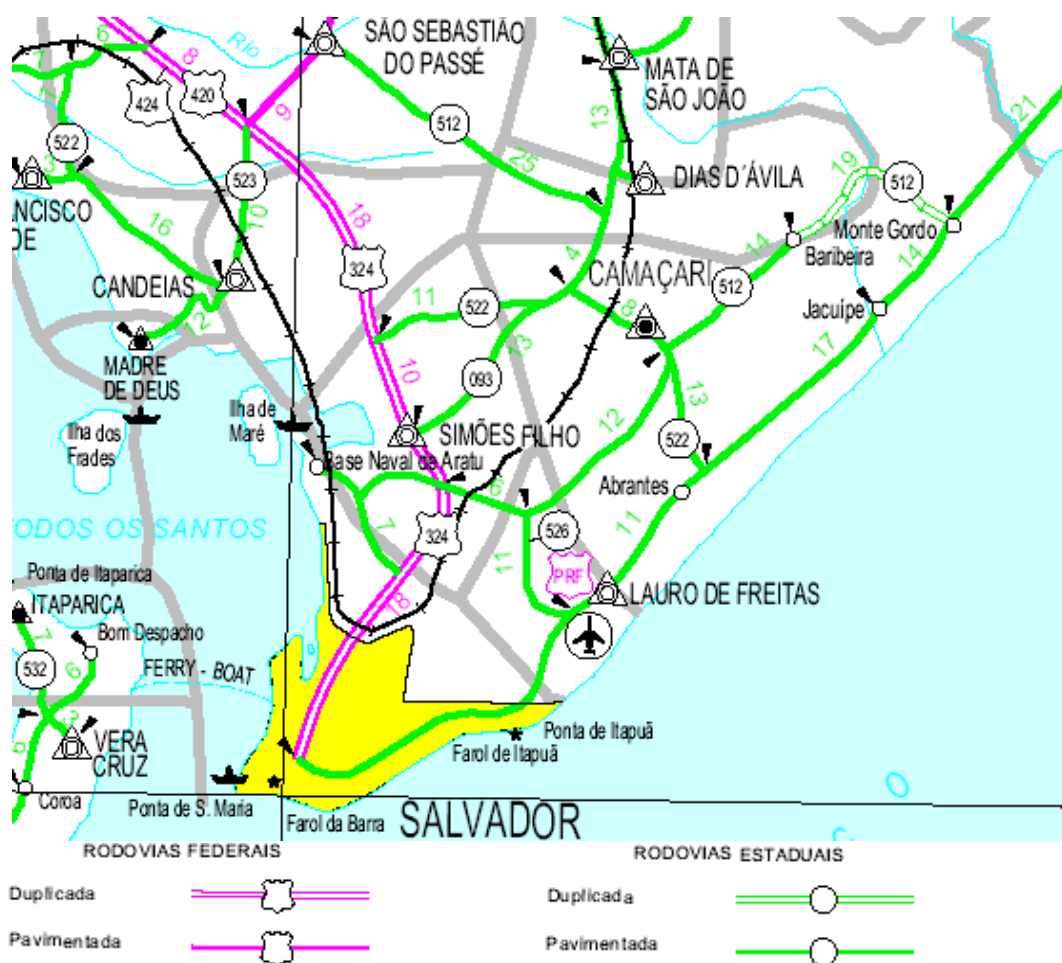
A Via Parafuso (BA-094) liga a área industrial e a sede do município à rodovia CIA - Aeroporto. Recebe intenso fluxo de veículos pesados – carretas, caçambas, caminhões e ônibus – e outros veículos, necessitando ser duplicada, pois ocorrem congestionamentos nos horários do *rush*.

Na Via Parafuso é intenso o deslocamento pendular diário dos indivíduos que trabalham em Camaçari – nas indústrias, na prefeitura e no comércio – e residem em Salvador e Lauro de Freitas, e dos que residem em Camaçari e estudam em Salvador e Lauro de Freitas.

A configuração do sistema de cidades reflete o estágio de desenvolvimento de um país ou região. Nas economias mais primitivas, a atividade econômica tende a se concentrar em alguns poucos aglomerados urbanos, comumente denominados cidades primazes. Nesse primeiro estágio do desenvolvimento predominam os modos de produção voltados para o consumo de subsistência, e no extremo oposto, sistemas mais desenvolvidos revelam uma configuração espacial mais equilibrada e estável, com fortes vínculos inter e intra-urbanos. Entre esses dois extremos existe um longo período de transição caracterizado por notáveis transformações estruturais, tanto do lado da produção como pela distribuição dos benefícios do crescimento. Durante a fase de transição, a configuração espacial do sistema urbano reflete as preferências locacionais dos agentes líderes do crescimento e dos padrões de mobilidade da mão-de-obra e do capital (ESPÍNOLA, 2005, p. 1).

O movimento pendular, decorre do padrão de migração, em que as condições de trabalho e renda são os principais atrativos que estimulam os indivíduos a se deslocarem espacialmente. O movimento pendular se caracteriza pelo movimento populacional de pessoas que trabalham ou estudam em território distinto do local de residência. Esse tipo de movimento populacional é fortemente evidenciado entre Camaçari, que agrega oportunidades de trabalho na indústria, e Salvador e Lauro de Freitas, que detêm as melhores escolas e faculdades, por outro lado a sede de Camaçari não se constituiu como um espaço ideal para fixar moradia.

A BA-512 (Estrada da Cetrel) liga a BA-093, passando pela sede, ao distrito de Monte Gordo. Rodovia sinuosa, sem acostamento e com condições de tráfego que necessita de melhorias. A BA-536 também serve de ligação à BA-093 e segue rumo noroeste em direção a Barra do Pojuca, sendo considerada uma via de penetração municipal (Figura 37).



**Figura 37 – Inserção de Camaçari no mapa rodoviário do Estado**

Fonte: DNIT (2002)

A ligação entre a cidade de Camaçari e a orla do município se dá por três vias: a BA-522 (Estrada da Cascalheira), rodovia em boas condições de tráfego, no entanto, para se ter acesso à orla é necessário o pagamento do pedágio.

O município de Camaçari e a área do centro industrial são servidos pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA), uma ferrovia privada de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A Linha Tronco BA-PE que liga Salvador a Petrolina-PE, passa pelo centro urbano de Camaçari e cruza a área industrial. Em Alagoinhas a Linha BA-SE faz conexão com a Linha BA-PE e prossegue no sentido Norte até Aracaju, onde faz conexão com outras ferrovias, o que permite alcançar todos os estados do Nordeste.

De Camaçari para o Sudeste do País, faz-se o percurso até a localidade de Mapele, ponto de ligação da Linha Tronco com a Linha BA-MG que vai até o município de Monte Azul no estado de Minas Gerais, assegurando a integração ferroviária de Camaçari ao principal mercado nacional (Figura 38).



**Figura 38 - Malha ferroviária da Bahia no contexto regional**  
 Fonte: Bahia (2004b, p. 41)



Um dos destaques das operações da FCA no Município é a oferta diária de uma composição conhecida como *trem expresso*, entre Camaçari e Paulínia (SP), que transporta produtos químicos e petroquímicos no sentido BA–SP e componentes automotivos no sentido SP–BA.

Segundo Roger Agnelli, presidente da FCA, Camaçari se constitui um dos principais gargalos da ferrovia: "É inacreditável. Em Camaçari, o trem só falta passar dentro do armazém, de quarto, banheiro, ele passa literalmente dentro da cidade e para fazer manobra tem que ser fatiado em composições de três" (AGNELLI apud LAGE, 2005).

A ferrovia corta o centro da cidade ao meio tendo apenas duas passagens de nível, causando congestionamentos de ônibus, caminhões, veículos pequenos, além de motos, bicicletas, carroças e pedestres, atrapalhando o deslocamento na cidade nos horários de passagem do trem.

O trem passa por dentro da sede municipal, todos os dias, 6 vezes por dia, durante 24 horas, transportando toneladas de produtos químicos, com um tempo de percurso no centro da cidade de cerca de 30 minutos. Os transtornos relacionados com a ferrovia e a possibilidade de acidentes leva a população da sede a exercer uma forte pressão para sua retirada.

Acidente envolvendo trem da Ferrovia Centro-Atlântica que transportava produtos químicos de Camaçari (BA) a Paulínia (SP) causou em Uberaba (472 km de Belo Horizonte), explosão, incêndio e derramamento de substâncias tóxicas no córrego Congonhas, afluente do único rio que abastece a cidade mineira. A composição era composta por três locomotivas e 33 vagões. Dos 18 vagões que tombaram, oito transportavam 381 toneladas de metanol; cinco, 245 toneladas de octanol; dois, 94 toneladas de isobutanol e três, 147 toneladas de cloreto de potássio. Um vagão carregado de metanol explodiu, causando incêndio que se espalhou por 18 vagões (GUIMARÃES, 2003).

A possibilidade de acidentes na ferrovia é um fato real e com incidentes registrados fora do Município, como o acima descrito, ocorrido em junho de 2003, a 12 km de Uberaba-MG, causando danos ambientais e suspendendo o abastecimento de água por vários dias.

#### 4.2.2. Transporte urbano

Camaçari dispõe de um moderno terminal rodoviário, localizado no centro da cidade, para atender ao transporte intermunicipal e interestadual de passageiros (Figura 39).



**Figura 39 – Terminal Rodoviário de Camaçari em 06/01/2006**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

De acordo com informações da PMC, o serviço de transporte dentro do perímetro municipal é realizado por: duas empresas de transportes urbano, concessionárias do serviço público que prestam o serviço com ônibus e micro-ônibus; quatro cooperativas de transporte alternativo que trabalham com micro-ônibus e vans e por serviços de moto-táxi – não regulamentado.

Juntas, as empresas e as cooperativas operam uma frota de 225 veículos, que atendem a 38 linhas distribuídas entre a sede municipal e a orla marítima, transportando um total de 1.072.200 passageiros por mês (Tabela 37, p. 150), existem 102 abrigos de ônibus no município, 12 terminais e 468 paradas de ônibus, sendo a maior concentração na sede (Tabela 38, p. 150). No entanto, em vários locais faltam abrigos e em determinados momentos a frota não consegue atender à demanda, causando longas filas e períodos de espera (Figura 40, p. 150).

**Tabela 37 – Camaçari, concessionárias do transporte urbano, 2005**

<i>Empresas/ Cooperativas</i>	<i>Tipo de veículo</i>	<i>Linhas</i>	<i>Frota</i>	<i>Passageiros/mês</i>
VCI	Ônibus e micro	10	81	340 000
Litorânea	Ônibus e micro	11	24	44 000
Astac	Micro e vans	5	38	228 000
Asprotac	Micro e vans	6	22	192 000
Cooperorla/Transrodotur	Micro e vans	4	35	157 500
Cooperkombi	Micro e vans	2	25	110 700
Total	–	38	225	1 072 200

Fonte: SESP (CAMAÇARI, 2005a)

**Tabela 38 – Camaçari, estrutura para transporte urbano, 2005**

<i>Local</i>	<i>nº de abrigos</i>	<i>nº de terminais</i>	<i>nº de pontos ônibus</i>	<i>Linha</i>	<i>Frota</i>	<i>Passageiros/mês</i>
Sede	64	6	198	21	141	760 000
Orla	43	6	270	17	84	312 200
Total	107	12	468	38	225	1 072 200

Fonte: SESP (CAMAÇARI, 2005a)

**Figura 40 – Camaçari: congestionamento do sistema de transporte coletivo em 08/01/2006**

Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

Segundo dados da 28ª Ciretran, Camaçari possuía em 2005, uma frota de veículos cadastrados de 24.227 veículos (Tabela 39, p. 151), composta principalmente por automóveis particulares, que correspondia a 46% da frota existente, seguida por motocicletas com 16%. Destaca-se a proliferação do serviço de moto-táxi com 12% da frota, o que pode denotar a ineficiência do transporte público em atender às necessidades da população.

**Tabela 39 – Camaçari, frota de veículos, 2005**

<i>Tipo de veículo</i>	<i>Quantidade</i>
Automóveis de passeio	11 117
Motocicletas	3 908
Outros	3 516
Moto-táxi	2 800
Caminhões	1 562
Ônibus Urbano	508
Ônibus Fretamento	350
Táxi	300
Aluguel (Passageiros)	118
Transporte Escolar	48
<b>Total</b>	<b>24 227</b>

Fonte: Ciretran (CAMAÇARI, 2005a)

#### 4.2.3. Comunicação

Camaçari sedia duas emissoras de televisão, a TV Camaçari e TV Litorânea. A TV Camaçari faz parte do Grupo Rede Camaçari e retransmite a Rede Cultura de São Paulo, a TV Litorânea é canal fechado por assinatura.

Circulam no Município quatro jornais regionais: *Primeira Página*; *Correio do Interior*; *Voz da Cidade* e *Camassary*. Sendo que nenhum deles tem tiragem diária, são quinzenais ou mensais.

Seis emissoras de rádio oficiais transmitem no Município, sendo duas AM – Metropolitana e Rural – e quatro FM - Rádio Líder, Rádio Maranata, Rádio 88 e Camaçari FM. Além dessas, várias rádios clandestinas transmitem dentro do município e as emissoras de Salvador são sintonizadas facilmente.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) conta com uma agência central e uma agência franqueada. A agência central conta com cinco postos de distribuição, dois localizados na sede dos distritos da orla (Abrantes e Monte Gordo) e três localizados nos povoados de Jauá, Arembepe e Barra do Pojuca.

Os serviços de telefonia fixa são prestados pela Telemar, com 27.572 terminais instalados. Desse total 21.698 em serviço e 1.181 são telefones públicos.

### **4.3. A ECONOMIA DO MUNICÍPIO**

#### **4.3.1. Setor primário**

Com uma estrutura econômica focada no setor industrial, o setor primário em Camaçari não é um segmento dinâmico. Condições de solo desfavoráveis, baixa fertilidade natural e acidez elevada, proporcionam um baixo potencial para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária convencional no município de Camaçari. Entretanto, essas limitações não inviabilizam a sua utilização para fins econômicos, mas exigem tecnologia e procedimentos de manejo adequado.

##### **4.3.1.1. Agricultura**

De acordo com dados do IBGE (2005), referentes ao ano de 2002, o município de Camaçari tem 1.428 ha de área plantada entre lavouras permanentes e lavouras temporárias, o que corresponde a menos de 2% do território, sendo as principais culturas: coco-da-baía, manga, feijão, mandioca, milho e outras de pequeno porte produtivo como banana, laranja, limão e maracujá.

A área plantada tem declinado ao longo dos anos. De acordo com o IBGE, no ano de 1990, somente a área plantada com coco-da-baía era de 2.015 ha e com mandioca 370 ha, em contraste com os 1.428 ha plantados em 2002. Algumas culturas como o abacaxi, amendoim, banana, batata-doce, laranja, mamão, maracujá nem aparecem mais nas estatísticas de 2002.

Dentro das culturas ainda existentes, há uma predominância da cultura do coco-da-baía, com área plantada, equivalente a 84% da área total, seguida da mandioca com 11,6%, o feijão com 1,8%, o milho com 1,5%, e a manga com 1%. Não há evidências de um crescimento nessas culturas, o que pode ser atribuído à ausência de incentivo ao seu desenvolvimento no Município.

Apesar de existirem diferenças regionais marcantes, em termos gerais a agricultura em Camaçari é inexpressiva se comparada com outros municípios e com a produção total do Estado.

Mesmo com a produção centrada no coco-da-baía, no ano de 2002 (BAHIA, 2004a), a participação da produção do Município em relação ao Estado foi muito pequena, 0,9% da produção do Estado. Nesse mesmo ano, a mandioca, segunda cultura com maior área plantada do Município, apresentou ínfimos 0,05% de participação na produção em relação ao Estado. As demais culturas são menos significativas ainda em relação à produção estadual.

O valor gerado pela agricultura é pequeno (Tabela 40) e está em declínio. O valor arrecadado com a comercialização do coco caiu da faixa de três milhões de reais, nos anos 2000 e 2001, para a faixa de um milhão no ano de 2002. O mesmo declínio é observado na cultura da mandioca e nas outras culturas em que a renda gerada é inferior.

**Tabela 40 – Camaçari, lavoura temporária e permanente, 2000 - 2002**

<i>Cultura</i>	<i>Ano de Referência</i>	<i>Área Plantada (ha)</i>	<i>Área Colhida (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida</i>	<i>Valor (mil reais)</i>
Coco-da-Baía (mil frutos)	2000	1 809	1 809	8 140	3 256
	2001	3 300	3 300	14 850	3 713
	2002	1 200	1 117	6 702	1 072
Feijão (tonelada)	2000	11	11	7	5
	2001	20	20	12	10
	2002	26	26	16	22
Mandioca (tonelada)	2000	210	210	2 520	226
	2001	270	270	3 240	292
	2002	165	165	2 145	163
Manga (tonelada)	2000	15	15	375	23
	2001	15	15	487	49
	2002	15	15	390	35
Milho (tonelada)	2000	30	30	25	5
	2001	23	23	20	5
	2002	22	22	20	8

Fonte: Pesquisa agrícola municipal disponível em [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)

### 4.3.1.2. Pecuária

Os rebanhos de Camaçari não o colocam numa posição de destaque no cenário da atividade pecuária estadual. A produção animal, assim como a agricultura é pouco expressiva no contexto estadual, os dados referentes ao valor da produção animal corroboram tal afirmação.

Camaçari apresenta rebanhos bovinos, bubalinos, suínos, eqüinos, asininos, muares, ovinos, caprinos e de aves. A criação de aves (galinhas, codornas e galos), é a que apresenta o maior número de cabeças, seguida dos bovinos, suínos e ovinos (Tabela 41).

**Tabela 41 – Bahia e Camaçari, efetivo dos rebanhos, 2002**

	<i>Rebanhos (cabeças)</i>							
	<b>Bovinos</b>	<b>Suínos</b>	<b>Bubalino</b>	<b>Eqüinos</b>	<b>Asininos</b>	<b>Muares</b>	<b>Ovinos</b>	<b>Caprinos</b>
Bahia	9 856 680	1 981 284	16 002	613 417	336 470	317 220	2 674 743	3 584 783
Camaçari	6 266	4 015	591	852	723	360	2 144	236

Fonte: Pesquisa pecuária municipal disponível em [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)

No ano de 1990, Camaçari tinha um rebanho de 16.000 cabeças de gado, em 2002 esse número cai para 6.266 cabeças. Na criação de bubalinos apresenta crescimento, em 1996 tinha 180 cabeças, aumentando para 591 cabeças em 2002. O maior declínio se deu na criação de suínos que tinha um rebanho de 23.470 animais em 1990, diminuindo para 4.015 em 2002. O único crescimento significativo se deu na criação de codornas, que passou de 10.000 codornas em 1996 para 40.004 codornas em 2003 (IBGE, 2005).

No que concerne à produção de leite, Camaçari produziu no ano de 2002, 458 mil litros de leite, com um total de 783 vacas ordenhadas, produção que não atende à demanda do próprio Município (IBGE, 2005)

#### **4.3.1.3. Pesca e extração vegetal**

Apesar de possuir extensa faixa litorânea, o setor pesqueiro no Município não se coloca como uma fonte potencial de empregos e não apresenta dados significativos. A pesca é artesanal e realizada distante da costa em alto mar, o anzol e a linha de arrasto são os meios mais utilizados para a captura dos peixes.

Na orla do Município ocorreu uma diminuição progressiva do número de pescadores:

O barco, o tempo, a época, a intermediação, estes são alguns dos principais problemas que desestimulam os pescadores e os forçam a buscar outros tipos de trabalho, que vão surgindo com as transformações que ocorreram na área (CAMAÇARI, 1985, p. 137).

A falta de apoio e as mudanças que ocorreram nas comunidades da orla desviaram os trabalhadores da pesca e das atividades tradicionais, levando-os a empregar-se em outras ocupações.

A extração vegetal e a silvicultura também não têm destaque em Camaçari. No ano de 2002, segundo dados do IBGE (2005), a produção de castanha de caju chegou a 61 toneladas com um valor de produção equivalente 43 mil reais, seguida da produção de mangabas com 9 toneladas gerando uma renda de 11 mil reais.

A maior parte dessa extração vegetal é consumida pela própria população que a recolhe, somente uma pequena parte é vendida à beira das estradas que cortam o Município.

#### **4.3.2. Setor secundário**

Camaçari reúne o maior parque industrial do Estado da Bahia, abrigando em seu território o maior complexo petroquímico integrado do hemisfério Sul, um moderno complexo automotivo e uma série de outras indústrias.



Segundo o Guia Industrial (2005) da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), o Município detêm 213 empresas cadastradas. Um centro industrial variado, com empresas químicas, petroquímicas, automotivas, bebidas, eletrodomésticos, tubos de PVC e conexões, equipamentos industriais e automotivos, metalúrgicos, mineração, pré-moldados, alimentos, vassouras, elevadores, cordas, espumas, móveis.

Sem dúvida, o principal potencial econômico de Camaçari está na indústria. O Centro Industrial de Camaçari compõe-se do Complexo Petroquímico, Complexo Automotivo, Pólo de Apoio, Pólo Plástico, além de diversas empresas fora do centro industrial (Figura 41) como a Monsanto e a Lyondell, dentre outras.

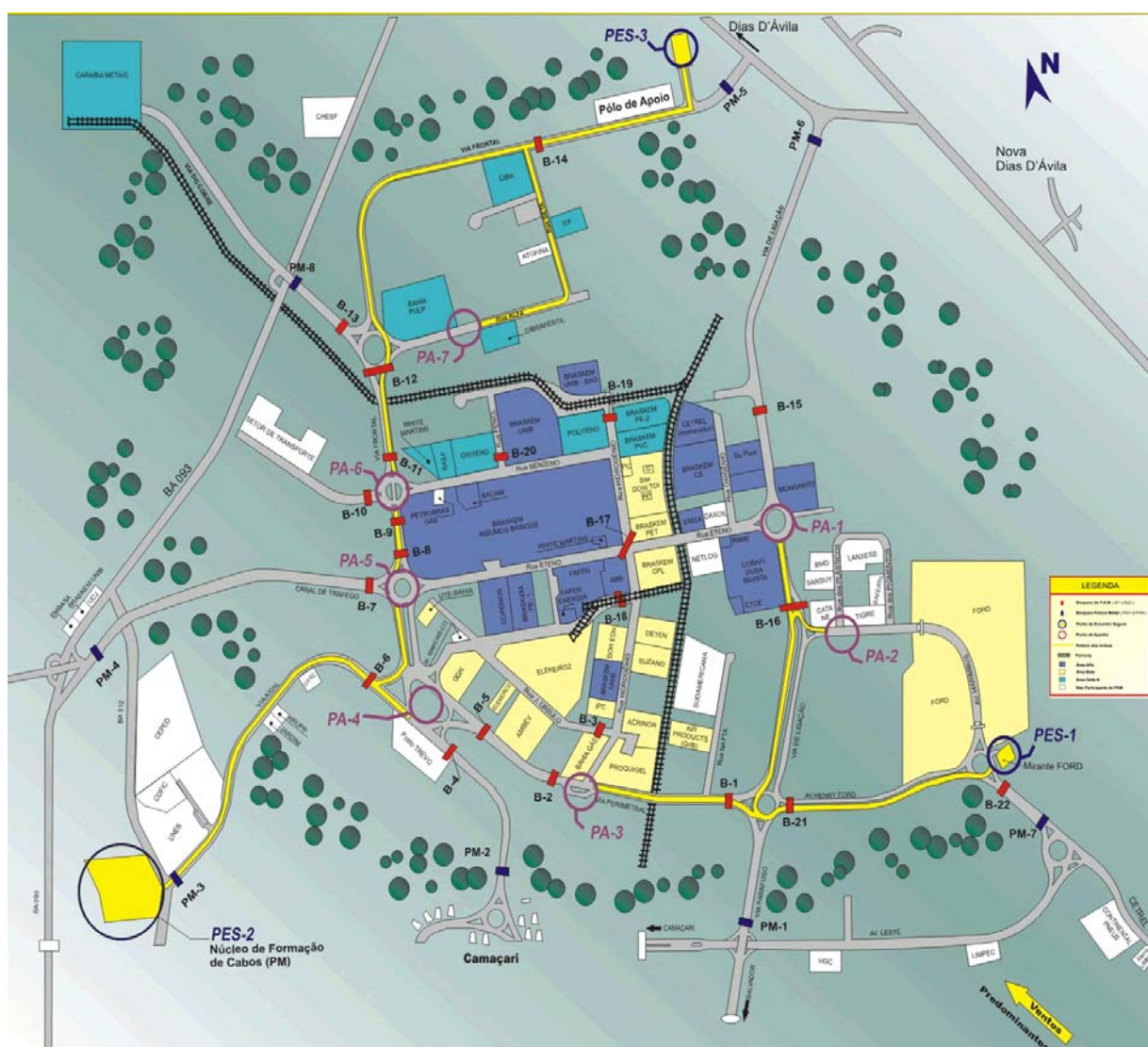


Figura 41 – Centro industrial de Camaçari: localização das empresas

Fonte: www.coficpolo.com.br

Segundo dados do IBGE (2005), o PIB de Camaçari ultrapassou o PIB de Salvador desde 2003, sendo que, em apenas dois estados brasileiros – Bahia e Santa Catarina – as capitais tem menos peso no PIB local “Salvador perdeu em 2003 o status de maior contribuinte para o PIB baiano para Camaçari, sob efeito da instalação da Ford na cidade” (SOARES, 2005). Ainda de acordo com Soares, em 2003, oito municípios concentraram 25% da produção industrial brasileira, sendo que Camaçari se encontra entre eles.

Os PIB de Camaçari e de Salvador em 2003, respectivamente, foram de R\$ 12.231,64 milhões e de R\$11.967,56 milhões. Observa-se que, o setor secundário é predominante em Camaçari em contraste com Salvador, onde o setor terciário predomina e polariza Camaçari (Tabela 42).

**Tabela 42 – Camaçari e Salvador, valor adicionado por setor e PIB total, 2003 (R\$ milhões)**

Município	Valor adicionado por setor e % do PIB								PIB	
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Outros (*)		Total	
Camaçari	11,5	0,0%	9 555,7	78,1%	1 402,4	11,5%	1 262,1	10,3%	12 231,6	100,0%
Salvador	15,6	0,0%	2 705,5	22,6%	8 304,6	69,4%	941,8	7,9%	11 967,6	100,0%

Fonte: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

(\*) Dummy financeiro e impostos sobre produtos

A produção industrial baiana está localizada principalmente em Camaçari, enquanto a maior parte da população vive na capital. Ou seja, as pessoas moram na capital e geram riqueza e trabalham em Camaçari e em outras cidades da região.

Segundo dados do Cofic (2005), o investimento total empregado nas empresas instaladas em Camaçari chega a 10 bilhões de dólares e gera um faturamento anual aproximado de 9,4 bilhões de dólares, representando mais de 30% do PIB do Estado. As empresas instaladas respondem por cerca 30% do total da arrecadação estadual de ICMS e por mais de 90% da receita tributária de Camaçari. As empresas possuem ainda, capacidade instalada de produção de 8 milhões de toneladas/ano de produtos químicos e petroquímicos – básicos, intermediários e finais – e de 250.000 veículos/ano no setor automotivo.

Ainda de acordo com informações do Cofic (2005), geram cerca de 12.000 empregos diretos e mais de 17.000 indiretos, através de empresas

contratadas. As exportações das indústrias instaladas no Município representam US\$ 600 milhões anuais, representando 35% do total exportado pela Bahia.

No Centro Industrial de Camaçari destaca-se o Complexo Petroquímico, inaugurado em 29 de junho de 1978, marcado pelo início das operações da Copene.

O Complexo surgiu sob o modelo tripartite, tendo em sua composição acionária a participação do Estado e da iniciativa privada, nacional e internacional. O processo de privatização deflagrado com a abertura econômica em 1990, gerou uma reestruturação de capitais nas indústrias do complexo, culminando com a venda da Copene, em 2001, ao consórcio Odebrecht/Mariani, que numa integração com outras empresas petroquímicas do consórcio montou a Braskem – maior empresa petroquímica da América Latina.

A Braskem recebe derivados de petróleo da Petrobrás, principalmente a nafta, em suas unidades de insumos básicos de Camaçari e os transforma em petroquímicos básicos – eteno, propeno, benzeno, tolueno, butadieno, xilenos, solventes e outros. A maioria das empresas que compõem o complexo petroquímico de Camaçari está interligada por dutovias à unidade de insumos básicos da Braskem.

As principais linhas de aplicação dos produtos petroquímicos e químicos são os plásticos, fibras sintéticas, borrachas sintéticas, resinas e pigmentos. Após as transformações, os produtos químicos e petroquímicos resultam em embalagens, utensílios domésticos, mobiliários, material de construção, calçados, componentes industriais – indústria eletrônica, informática, automobilística e aeronáutica –, tintas, produtos de limpeza, medicamentos, defensivos agrícolas e fertilizantes.

#### **4.3.2.1. Um novo complexo industrial**

O Complexo Industrial Ford Nordeste (CIFN) representa o maior investimento realizado pela montadora no mundo. Um montante de US\$ 1,9 bilhão, sendo US\$ 1,2 bilhão da Ford e US\$ 700 milhões de empresas sistemistas (CAMAÇARI, 2005a).

Para produzir veículos, utiliza o conceito inovador de condomínio industrial, onde a participação dos fornecedores ocorre diretamente na linha de

montagem e no processo de produção e não apenas no fornecimento dos componentes do veículo, compartilhando as instalações e as responsabilidades.

Os fornecedores sistemistas de primeiro nível participam diretamente da linha de montagem e do processo de produção da Ford, sendo encarregados não somente do fornecimento dos componentes, mas de módulos e partes finais entregues à Ford.

Para suprir esses fornecedores de primeiro nível, se instalaram outras empresas consideradas fornecedores de segundo e terceiro nível, vizinhas ao Complexo Automotivo.

De acordo com o Cofic (2005 apud CAMAÇARI, 2005a), o CIFN ocupa uma área de 4,7 milhões de metros quadrados, sendo 30% de área construída. A capacidade produtiva é de 250.000 veículos por ano. Sendo gerado 7.696 empregos diretos 3.306 na montadora e 4.390 nas sistemistas.

#### **4.3.2.2. Outras indústrias de destaque**

A unidade da Monsanto em Camaçari, foi inaugurada em 2001, com uma área total de 631.000m<sup>2</sup>, sendo 200.000m<sup>2</sup> de área construída. A fábrica produz PCL3 (tricloreto de fósforo), DSIDA (ácido dissódico iminodiacético) e PMIDA (ácido fosfometil iminodiacético), principal matéria-prima para a fabricação do herbicida Roundup, líder no mercado entre os agricultores.

A produção se destina às unidades da Monsanto em São José dos Campos - SP e Zarate na Argentina, que antes recebiam a matéria-prima dos EUA.

O investimento total na construção da unidade de camaçari foi de US\$ 380 milhões, para empregar 200 pessoas diretamente 40% do total de funcionários possuem formação técnica e 60% estão cursando nível superior (MONSANTO, 2006).

De acordo com informações da Monsanto (2006), a empresa investe na capacitação dos funcionários, que são treinados pelo SENAI no Centro Técnico e Industrial (CETIND), localizado em Lauro de Freitas e, para garantir a mão-de-obra qualificada, a Monsanto investe num programa de estágio, no qual, a cada dois anos, cerca de 20 jovens são selecionados nos cursos técnicos do Centro Federal

de Ensino Tecnológico (CEFET), com unidades em Salvador e Simões Filho, para realiza estágio de oito meses na empresa.

A unidade industrial da Lyondell, localizada em Arembepe, produz o pigmento dióxido de titânio (TiO<sub>2</sub>), fabricado a partir do minério de titânio, usado para dar cor a quase todos os materiais como tintas, plásticos, borrachas, papéis, cerâmicas, vidros e outros.

A Lyondell é a única empresa a produzir na América do Sul o pigmento de Dióxido de Titânio de forma integrada. O processo de produção é verticalizado, com operações que vão desde a extração da matéria-prima – mina no Estado da Paraíba – até a venda do pigmento de dióxido de titânio.

A fábrica em Camaçari tem uma capacidade instalada de 60 mil t./ano de pigmento de dióxido de titânio. O principal mercado é o de tintas (65%), seguido pelo de plástico (30%), as outras aplicações correspondem a 5% das vendas. A fábrica emprega cerca de 550 empregados diretamente, além de 350 terceirizados.

No Município encontram-se em fase de implantação, instalações de empresas do segmento automotivo, especializadas no ramo de pneus, como a Bridgestone, a Continental e a Columbial Chemicals (Tabela 43).

A Bridgestone maior produtora de pneus e artefatos de borracha do mundo está construindo em Camaçari uma fábrica para produzir 8 mil pneus/dia, com previsão de inaugurar a primeira fase no final de 2006.

O investimento previsto é de US\$ 160 milhões, com projeção de gerar 500 empregos diretos e 1.200 indiretos.

**Tabela 43 – Camaçari, dados básicos das empresas de pneus, 2005**

<i>Empresa</i>	<i>Investimento (em milhões)</i>	<i>Produção</i>	<i>Empregos gerados</i>
Bridgestone	US\$ 160	8 000 pneus/dia	500 - 1º fase 1 200 indiretos
Continental Pneus	US\$ 260	6 700 pneus/dia	700 na 1º fase 1 200 em 2007
Columbial Chemicals	R\$ 175	Negro de fumo	...

Fonte: Bridgestone, Continental Pneus, Columbial Chemicals (2005 apud CAMAÇARI, 2005a, p. 65)

A Continental, fábrica de origem Alemã entrará em operação no 2º semestre de 2006, envolvendo investimentos de R\$ 260 milhões e devendo produzir

diariamente 6.700 pneus, gerando 700 empregos diretos na 1ª etapa e mais 1.200 empregos quando a fábrica estiver em produção plena, no ano de 2007.

A Columbia assinou um protocolo de intenções com o Governo do Estado para a instalação em Camaçari de uma fábrica de negro de fumo, matéria-prima utilizada na fabricação de pneus. O projeto terá investimentos de 175 milhões de reais.

#### 4.3.2.3. Os “Pólos Municipais”

De acordo com a PMC o Pólo de Apoio foi implantado prioritariamente para abrigar empresas prestadoras de serviços ao complexo petroquímico, e hoje é constituído de vários segmentos empresariais. O Pólo de Apoio tem 52 empresas, com investimento total de 20 milhões de reais e emprega 4.200 pessoas diretamente (Tabela 44).

**Tabela 44 - Segmentos do pólo de apoio, 2005**

<i>Ramo de Atividade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
Empreendimento de Indústria Comércio e Serviços	11	21,1
Empreendimento de Isolamento e Pintura	3	5,7
Empreendimento de Transportes e Representações	4	7,7
Empreendimento de Materiais de Construção	1	2,0
Empreendimentos de Construção Engenharia e Terraplanagem	11	21,1
Empreendimentos de Locação de Equipamentos e Veículos	4	7,7
Empreendimentos de Manutenção Industrial	4	7,7
Empreendimento e Comércio de Ferro e Aço	1	2,0
Outros Empreendimentos	13	25,0
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100</b>

Fonte: SECON (CAMAÇARI, 2005a)

O Poloplast, segundo a PMC, tendo como base o Programa Bahia Plast do Governo do Estado, é destinado a empresas transformadoras de plástico. O Poloplast conta com 61 empresas, com investimento em torno de 140,5 milhões de reais e gera 4.111 empregos diretos.

O Pólo Industrial de Camaçari (PIC), administrado pelo Município, encontra-se em fase de implantação, possuindo apenas uma empresa: a MICO's Salgadinhos, que irá gerar 200 empregos diretos. A PMC está estruturando o novo pólo com a proposta de abertura de vias e implantação da infra-estrutura necessária para atrair novos empreendimentos.

#### 4.3.3. Comércio e Serviços

Segundo o Censo Empresarial do Setor de Comércio e Serviços de Camaçari, realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em parceria com a PMC, no ano de 2004 existiam no Município 3.070 estabelecimentos, sendo que a maior parte delas, 63,6%, se encontrava na informalidade (Tabela 45).

**Tabela 45 – Natureza jurídica dos estabelecimentos de Camaçari, 2004**

<i>Natureza jurídica</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Percentual</i>
Informal	1 952	63,6%
Firma individual	564	18,4%
Limitada	356	11,6%
Sociedade Civil	1	0,0%
NS/NR <sup>(*)</sup>	197	6,4%
Total	3 070	100,0%

Fonte: Sebrae (2004a, p. 17)

(\*) não sabe, não respondeu.

As empresas de comércio e serviços constituem as principais atividades dos empresários de Camaçari, que somados representam 93,5% dos estabelecimentos pesquisados no Censo, tendo o comércio e os serviços 37,1% e 56,4%, respectivamente (Tabela 46).

**Tabela 46 – Setor de atividades dos empresários de Camaçari, 2004**

<i>Setor de atividade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>(%)</i>
Artesanato	46	1,5
Comércio	1 139	37,1
Indústria	99	3,2
Serviços	1 730	56,4
NS/NR	56	1,8
Total	3 070	100,0

Fonte: Sebrae (2004a, p. 17)

O comércio e os serviços no mercado de Camaçari são bem variados (Tabela 47 e 48, p. 164), sendo os segmentos mais significativos das atividades empresariais. Entretanto, destaca-se o número de bares 590, ou 19,21% de todo o universo pesquisado – sendo a maioria informal.

**Tabela 47 – Classificação dos estabelecimentos comerciais de Camaçari, 2004**

<i>COMÉRCIO</i>	<i>QTD.</i>	<i>(%)</i>
Acessórios femininos	18	0,58
Açougue	46	1,49
Armarinho	71	2,31
Artigos de R\$ 1,99	09	0,29
Auto-peças	17	0,55
Banca de revistas	11	0,36
Barraca de doces	16	0,52
Barraca de frutas e verduras	35	1,14
Bebidas (distribuidoras)	18	0,58
Bicicletaria	13	0,42
Bomboniere	16	0,52
Confecções/calçados	143	4,66
Eletroeletrônico	06	0,19
Farmácia	40	1,30
Farmácia de manipulação	03	0,09
Gás	10	0,32
Horto-floricultura	13	0,42
Livraria/papelaria	17	0,55
Madeireira	14	0,45
Material de construção	92	3,00
Mercadinho/mercearia	219	7,13
Móveis e eletrodomésticos	13	0,42
Ótica	17	0,55
Outros	141	4,59
Peixaria	22	0,71
Perfumaria e cosméticos	19	0,62
Pet shop	13	0,42
Posto de combustível	05	0,16
Produtos agropecuários	19	0,62
Sacolões	13	0,42
Supermercado	39	1,27
Vidraçaria	11	0,36
<b>TOTAL</b>	<b>1.139</b>	<b>37,10</b>

Fonte: Sebrae (2004a, p. 18)

Obs. Ramo de atividade classificado de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)



**Tabela 48 – Classificação dos estabelecimentos de serviços de Camaçari, 2004**

<i>SERVIÇOS</i>	<i>QTD.</i>	<i>%</i>
Abatedouro de aves	04	0,13
Assistência técnica eletrônicas	17	0,55
Baiana de acarajé	44	1,43
Bar	590	19,21
Barbearia	62	2,01
Barraca de lanches	68	2,21
Barraca de praia	43	1,40
Borracharia	09	0,29
Central moto-táxi	20	0,65
Chaveiro	12	0,39
Clínica médica/hospitais	09	0,29
Clínica odontológica	08	0,26
Costuras em geral	31	1,00
Escolas e cursos	70	2,28
Fotografia e filmagem	14	0,45
Hotéis e pousadas	27	0,88
Oficinas de bicicletas	39	1,27
Informática – assistência técnica e equipamentos	13	0,42
Jogos	24	0,78
Lanchonete	130	4,23
Locadora de veículos	05	0,16
Locadora de vídeo	18	0,58
Oficina mecânica	35	1,14
Outros	137	4,46
Pizzaria	11	0,36
Refrigeração	13	0,42
Restaurante	117	3,81
Salão de beleza	137	4,46
Sorveteria	24	0,78
<b>TOTAL</b>	<b>1.730</b>	<b>56,36</b>

Fonte: Sebrae (2004a, p. 19)

Obs. Ramo de atividade classificado de acordo com a CNAE

A maioria dos empresários que atuam no comércio de Camaçari é natural do Estado da Bahia (77,3%), sendo que destes, 20,2% são naturais de Camaçari, 16,7% de Salvador e 40,4% de outros municípios baianos (SEBRAE, 2004a). O

percentual de empresários naturais do Município pode ser entendido com reflexo da atração de grande contingente de migrantes nas últimas décadas.

O Centro Comercial Nova Feira (Figura 42, p. 166), localizado no centro da cidade de Camaçari, foi inaugurado em 2002 com o objetivo de disciplinar o comércio informal. Atualmente o Centro tem 813 estabelecimentos – boxes, barracas e lojas – de diversos tipos, desenvolvendo as mais diversas atividades.

A maioria dos boxes é destinada ao comércio de calçados, confecções e bares, as barracas em sua maioria são ocupadas pelo camelódromo (Tabela 49).

**Tabela 49 - Centro Comercial de Camaçari, 2005**

<i>Atividade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
Calçados e confecções	452	30,6%
Cereais	75	5,1%
Bares	268	18,1%
Açougues	59	4,0%
Anexo	35	2,4%
Bancas de Horti-Fruti	185	12,5%
Camelódromo	404	27,3%
Total	1 478	100,0%

Fonte: SESP (CAMAÇARI, 2005a)

Uma parcela significativa dos produtos e mercadorias negociadas no Centro Comercial Nova Feira é procedente de outros Estados, a exemplo de confecções, calçados e produtos importados. Os produtos fornecidos por fornecedores locais correspondem a somente 25% do total comercializado na feira. O faturamento semanal de 73% dos feirantes fica abaixo do R\$ 600,00 e somente 12% dizem faturar acima de R\$ 1 000,00 (SEBRAE, 2004a).



**Figura 42 – Centro Comercial de Camaçari em 08/01/2006**  
 Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

#### 4.3.4. Estrutura bancária

A estrutura bancária compõe-se de três bancos públicos federais – Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco do Nordeste – e cinco bancos de rede privada –

Bradesco, Unibanco, HSBC, Itaú e Real –, distribuídos em 12 agências, 28 postos de atendimento bancário e 39 postos de atendimento eletrônico (Quadro 5).

As principais questões relacionadas a esse serviço dizem respeito à sua distribuição física, concentrada na sede do Município, com insuficientes postos e caixas eletrônicos na orla marítima. Na orla existe somente uma agência bancária, localizada no povoado de Arembepe.

Instituição	Agências	Posto de atendimento bancário	Posto de atendimento eletrônico
Banco do Brasil	2 sede	7 postos – PMC, TRT, Fafen, Propett, Deten, Braskem, Vila de Abrantes.	1 PMC, 1 Rodoviária, 1 Hiper Bompreço, 2 TRT. Pólo – 1 Fafen, 1 Propett, 1 Deten, 4 Braskem, AMBEV, 3 Vila de Abrantes, 1 Guarajuba, 1 Arembepe, 1 Parafuso.
Caixa Econômica Federal	1 sede	-	1 PMC
Banco do Nordeste do Brasil	1 sede	-	-
Banco Bradesco	2 sede 1 Arembepe	7 postos – SAC, Ciretran, Cetrel, Liondell, Politeno, Correios, HGC.	1 Rodoviária. 1 PMC, 1 Posto Rio Camaçari, 1 Shopping Open Center, 1 Hiper Bompreço. Pólo – 1 Ciba, 1 Sansuy, 1 Cata Nordeste.
Unibanco	1 sede	02 postos – ABB e Ford	-
HSBC	1 sede	03 postos – Britânia, Transultra, Emica.	-
ITAÚ	1 sede	09 postos – Oxiteno, Isopol, 01 EDN, Cobafi, Bacel, Lyondell, Politeno, Metacarbono, Ciquine.	1 Hiper Bompreço. Pólo – 1 Air Products, 1 Trikem, 1 Química Geral do NE, 1 Braskem, 1 Griffin do NE, 1 Monsanto.
Banco Real	1 sede 1 Braskem	-	1 Hiper Bompreço. Pólo – 1 Fafen, 1 Couro e Solda, 1 Polibrasil, 1 Policarbonatos.
TOTAL	12	28	39

**Quadro 5 – Camaçari, distribuição dos bancos e postos de atendimento bancário, 2005**

Fonte: Banco do Brasil, Bradesco, Unibanco, HSBC, Itaú, Banco Real, Caixa Econômica Federal, BNB (CAMAÇARI, 2005a, p. 105)

O Município também dispõe de agências de micro-créditos como: Credi Bahia, com duas agências, uma localizada na Casa do Trabalho na sede municipal e outra na Vila de Abrantes; e a agência de micro-crédito Visão Mundial. O Banco da Mulher, embora esteja localizado no município de Simões Filho, atende também à população de Camaçari.

#### 4.3.5. Turismo

Camaçari tem 42 km de praias propícias às mais diversas atividades de lazer. A orla de Camaçari encontra-se num ponto privilegiado, próxima ao Aeroporto Internacional Luis Eduardo Magalhães e à capital do Estado, além de ser ponto de passagem de fluxo turístico com alto poder aquisitivo, que se destina ao complexo turístico de Sauípe e à Praia do Forte, pela BA-099.

O PPOM ressalta que, na década de 1970, o município de Camaçari só tinha para oferecer como atração turística, basicamente, o seu patrimônio ecológico e paisagístico, com a presença de alguns monumentos históricos como ponto de referência; quanto ao artesanato e às festividades, muito embora com significado para a população local, restringiam-se a manifestações singelas, pouco expressivas se comparadas às de Salvador (CAMAÇARI, 1985).

O turismo em Camaçari se comportava como uma extensão do turismo de Salvador, caracterizando-se, precipuamente, como zona de lazer sazonal da população da RMS. Nesse período, já se observava, a presença de veranistas e moradores que lá mantinham sua segunda residência, em geral não dependendo tanto de serviços locais, suprimindo suas próprias necessidades de hospedagem e alimentação (CAMAÇARI, 1985).

É interessante observar que Camaçari, dada a proximidade com Salvador, possui uma das maiores taxas de segunda residência da Zona Turística Costa dos Coqueiros<sup>26</sup>, no ano 2000, tinha 9.684 imóveis como segunda residência correspondendo a 16,2% do total de domicílios do Município (BAHIA, 2004c).

Nota-se, que o turismo no município de Camaçari pouco mudou e, atualmente, ainda é uma atividade em que predominam os visitantes originários da RMS, muito embora já se faça notar a presença de turistas de outros estados e até mesmo, em menor medida, de turistas estrangeiros.

Dos turistas que freqüentam o Município: 60% têm origem na RMS, 33% vêm do interior da Bahia e de outros estados e somente 7% são turistas estrangeiros (SEBRAE, 2004B).

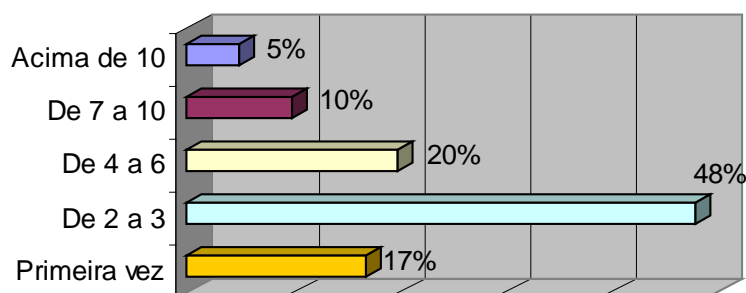
---

<sup>26</sup> Zona turística composta pelos seguintes municípios: Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari e Lauro de Freitas.

A maioria desses turistas não permanecem no Município, se deslocam às praias e retornam para suas residências, sem utilizar a hospedagem local. Esse público tende a gastar menos, pela não realização de gastos com hospedagem.

Alguns pontos específicos de Camaçari – Itacimirim, Arembepe e Jauá – apresentam um fluxo de excursionistas<sup>27</sup> representativo. Esse público é composto por moradores de municípios vizinhos e que usualmente, possuem baixa propensão ao gasto, sendo que viagens em grandes grupos são comuns. Pode vir a ser uma interessante fonte de receita para os destinos, desde que o processo seja ordenado (BAHIA, 2004c).

O retorno do turista ao Município é um fator favorável, com 83% já tendo visitado a região mais de uma vez. A cidade de Salvador contribui para isso por sua proximidade do litoral de Camaçari (Figura 43).



**Figura 43 – Frequência do turista no município de Camaçari, 2004**  
Fonte: Sebrae (2004b)

Segundo o Sebrae (2004b), o turismo de lazer é a vocação natural do litoral de Camaçari, devido, principalmente, às belas praias, ao acesso em boas condições e à extensão da orla com diversidade de atrativos naturais, culturais e históricos. No entanto, segundo dados do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Salvador e entorno (PDTIS), o turismo de lazer na Costa dos Coqueiros é sustentado basicamente pelo destino de Praia do Forte – município de Mata de São João –, e mais recentemente pelo Complexo Costa do Sauípe – município de Entre Rios (BAHIA, 2004c).

Existe uma grande e crescente demanda turística para o segmento de negócios e congressos/eventos em Camaçari e Lauro de Freitas, devido ao

<sup>27</sup> Visitantes que permanecem somente um dia no local.

crescimento econômico, baseado nos complexos industriais, petroquímicos e indústrias existentes entre esses municípios e no posicionamento estratégico da região em relação à Salvador (BAHIA, 2004c).

A maior concentração de estabelecimentos voltados para o atendimento ao turismo encontra-se no ramo de bares (180) e barracas de praia (104), representando 19% e 11% do total de estabelecimentos, respectivamente. Ainda assim, os empreendimentos que existem não são suficientes e faltam empresas essenciais ao turismo, como agências de turismo e até mesmo hotéis e pousadas, que são em número bastante reduzido (SEBRAE, 2004B).

Segundo dados da Superintendência de Investimentos Turísticos (SUINVEST), a previsão de investimento em projetos hoteleiros a serem realizados até 2005, em Camaçari, era da ordem de 9,2 milhões de dólares, o que dotaria o Município de 215 novas unidades habitacionais hoteleiras, aumentando a capacidade hoteleira local em 430 leitos (BAHIA, 2004c).

Pode-se afirmar, com base nos dados do Sebrae e do PDTIS, que o turismo em Camaçari não está sendo devidamente explorado em todo o seu potencial de geração de emprego “[...] o número de atores envolvidos diretamente no Turismo camaçariense atinge o número de 2.561 indivíduos ocupados” (SEBRAE, 2004b, p. 122) e renda para a população local, pois está voltado, majoritariamente para pessoas que não se hospedam no Município, devido a possuírem residência muito próxima, visitantes do dia.

#### **4.4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

##### **4.4.1. Estrutura organizacional e finanças públicas**

A organização básica do Poder Executivo em Camaçari, estruturada sob forma de administração direta ou indireta, envolve as seguintes áreas de governo: no segmento institucional – Planejamento e Meio Ambiente, Administração e Fazenda; no segmento social – Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte, Defesa Civil e Habitação; no segmento econômico – Indústria, Comércio,



Turismo, Agricultura, Pesca e no segmento de infra-estrutura – Limpeza Pública, Obras e Serviços Públicos.

Na administração direta Camaçari conta com as seguintes secretarias: SEAP – Secretaria de Agricultura e Pesca; SEAPRO – Secretaria de Articulação e Coordenação de Programas e Projetos; SEAS – Secretaria de Ação Social; SECAD – Secretaria de Administração; SECON – Secretaria de Expansão Econômica, Emprego e Renda; SECOP – Secretaria de Combate à Pobreza; SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento das Comunidades; SEDEL – Secretaria de Esporte e Lazer; SEDUC – Secretaria de Educação; SEFAZ – Secretaria da Fazenda; SEINFRA – Secretaria de Infra-estrutura; SEMU – Secretaria da Mulher; SEORLA – Secretaria de Integração da Orla; SESAU – Secretaria de Saúde e SESP – Secretaria de Serviços Públicos.

Na administração indireta estão concentradas as atividades de limpeza pública através da Limpec e previdência social por meio do Instituto de Seguridade do Servidor Municipal (ISSM).

Numa divisão geográfica-administrativa, as ações da municipalidade são gerenciadas de forma separada entre Sede e Orla. A Orla, além de ter a SEORLA, tem um centro de atendimento municipal no povoado de Buris de Abrantes também denominado, Prefeitura Avançada da Orla, de modo a atender às suas distintas necessidades.

O quadro de pessoal do Poder Executivo é composto de 6.683 servidores na administração direta, sendo 2.916 estatutários e 3.767 ocupantes de cargos comissionados, além de 364 da administração indireta que servem à Limpec, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Tabela 50).

**Tabela 50 - Funcionários ativos da PMC, 2005**

Administração direta		Administração indireta	
Estatutários	2 916	Estatutários	-
CLT	-	CLT	364
Outros (cargos comissionados)	3 767	Outros (nomeação e a disposição)	07
Total	6 683	Total	371

Fonte: SECAD (CAMAÇARI, 2005a)



Mesmo sem uma estatística oficial que comprove, observa-se que boa parte dos servidores municipais, principalmente os de cargo comissionados não são munícipes.

Com base nos dados da SECAD (Tabela 51), os servidores da administração direta são divididos da seguinte forma: 18,8% são de nível auxiliar; 53,7% de nível médio e 27,6% de nível superior. Na administração indireta, 65,7% são de nível auxiliar, 27,0% de nível médio e 7,3% de nível superior.

**Tabela 51 – Nível dos funcionários ativos da PMC, 2005**

<i>Administração Direta</i>		<i>Administração Indireta</i>	
Nível Auxiliar	1 232	Nível Auxiliar	239
Nível Médio	3 604	Nível Médio	98
Nível Superior	1 847	Nível Superior	27
Total	6 683	Total	364

Fonte: SECAD (CAMAÇARI, 2005a)

Os inativos da PMC compõem um total de 723 funcionários, sendo 588 aposentados e 135 pensionistas (Tabela 52).

**Tabela 52 - Funcionários inativos da PMC, 2005**

<i>Tipo</i>	<i>Quantidade</i>
Aposentados	588
Pensionistas	135
Total	723

Fonte: SECAD (CAMAÇARI, 2005a)

O município de Camaçari tem a segunda maior receita do estado da Bahia, superado apenas por Salvador. A receita total no ano fiscal de 2004 foi de R\$ 313.744.184,59 e a receita corrente foi de R\$ 313.146.358,59 (Tabela, 53, p. 173).

Segundo informações da SEFAZ/PMC, a receita própria somou no ano de 2004 o equivalente a 25% da receita total do município, tendo um crescimento de 4% em relação ao ano de 2000, diminuindo a dependência financeira de Camaçari em relação aos governos federal e estadual.

A receita tributária de 2004 cresceu 44% em relação ao ano de 2000, saindo de R\$ 44 011 766,31 para R\$ 63 215 926,51 e respondendo por 20% da

receita corrente. Vale ressaltar que o Imposto Sobre Serviços (ISS) representou 57% da Receita Tributária em 2004.

**Tabela 53 - Comportamento da receita municipal de Camaçari em R\$, 2000 - 2004**

<i>Receitas</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>
<b>Receita Total</b>	<b>286 666 354</b>	<b>324 326 873</b>	<b>318.809.155</b>	<b>275.714.933</b>	<b>313.744.184</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>279 481 473</b>	<b>311.267.076</b>	<b>315.282.085</b>	<b>275.189.738</b>	<b>313.146.358</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>44 011 766</b>	<b>53.632.325</b>	<b>56.649.235</b>	<b>51.811.333</b>	<b>63.215.926</b>
IPTU	9 676 822	8.654.077	10.360.960	11.425.400	12.478.129
ITIV	1 696 249	1.352.845	2.098.211	2.311.409	2.781.559
<b>ISS</b>	<b>23 681 854</b>	<b>32.505.670</b>	<b>32.519.275</b>	<b>26.928.230</b>	<b>35.840.536</b>
IRPQN	3 933 650	4.502.333	5.304.819	4.607.285	4.119.113
Taxas	5 023 189	6.617.398	6.365.968	5.461.401	4.874.878
Contribuição de Melhoria	-	-	-	1.077.606	3.121.709
Receita de Contribuições	4 367 700	4.954.992	4.563.800	5.287.377	4.972.185
Receita Patrimonial	6 315 202	4.660.401	6.327.958	2.540.723	1.646.581
Receita de Serviços	-	-	-	1.745	341.685
<b>Transf. Correntes</b>	<b>219.978.290</b>	<b>242.614.644</b>	<b>238.499.440</b>	<b>208.821.447</b>	<b>235.074.484</b>
Transf. Da União	47.340.128	50.783.830	50.582.540	45.744.239	48.598.751
Par. Rec. da União	23.315.933	25.269.318	28.619.293	23.446.041	24.953.055
FPM	28.564.078	30.763.857	34.566.164	28.363.627	29.912.664
ITR	26.674	44.727	64.248	47.918	30.319
IUM	21.412	14.291	14.110	9.801	-
Dedução Formação FUNDEF	(5.296.231)	(5.553.557)	(6.025.230)	(4.975.306)	(4.989.928)
Outras Transf. União	24.024.194	25.514.511	21.963.246	22.298.198	23.645.696
Fundo Especial	158.386	185.642	248.051	297.077	305.165
Cota Part. ICMS LC 87/96	6.744.129	6.259.861	5.602.036	4.805.082	3.353.524
Transf. SUS	13.960.270	15.390.925	14.832.314	13.936.221	14.713.573
Outros Programas Federais	3.161.408	3.678.082	1.280.844	3.259.816	5.257.496
TCFPERN	-	-	-	-	15.936
Transf. Do Estado	152.737.409	170.183.950	161.886.162	141.590.713	162.671.531
Par. Rec. do Estado	152.737.409	170.183.950	161.886.162	140.217.178	152.129.900
<b>ICMS</b>	<b>178.803.989</b>	<b>198.811.891</b>	<b>188.604.269</b>	<b>159.780.851</b>	<b>172.699.086</b>
IPVA	754.019	1.193.842	1.572.533	2.356.974	2.766.106
Cota Parte IPI - Estado	-	-	-	2.407.623	3.023.023
Dedução Formação FUNDEF	(26.820.598)	(29.821.783)	(28.290.640)	(24.328.271)	(26.358.316)
Outras Transf. Estado	-	-	-	1.373.535	10.541.631
<b>Transf. Multigovernamentais</b>	<b>17.488.380</b>	<b>19.388.443</b>	<b>23.946.504</b>	<b>21.439.326</b>	<b>23.710.453</b>
Compl. FUNDEF	-	-	2.719.502	1.345.462	11.614.432
Transf. FUNDEF	17.488.380	19.388.443	21.227.001	20.093.864	12.096.020
Transf. Convênios	2.412.372	2.258.418	2.084.233	47.166	93.748
Transf. Conv. da União	2.295.719	2.094.207	1.873.674	43.763	57.500
Transf. Conv. do Estado	116.652	164.211	210.559	3.403	36.248
Outras Receitas Correntes	4.808.512	5.404.712	9.241.651	6.727.111	7.895.494
<b>Receita Capital</b>	<b>7.184.880</b>	<b>13.059.797</b>	<b>3.527.069</b>	<b>525.195</b>	<b>597.825</b>
Operação de Crédito	1.381.048	7.401.419	442.908	-	-
Transf. de Capital	5.803.832	5.603.239	2.930.260	132.493	571.321
Alienação de Bens	-	55.138	153.900	392.701	26.504
Amor. de Empréstimos	-	-	-	-	-
Dedução da Receita	(32.116.829)	(35.375.341)	(34.315.870)	(29.303.577)	(31.348.244)
Dedução FUNDEF União	(5.296.231)	(5.553.557)	(6.025.230)	(4.975.306)	(4.989.928)
Dedução FUNDEF Estado	(26.820.598)	(29.821.783)	(28.290.640)	(24.328.271)	(26.358.316)

Fonte: PMC/SEFAZ (2005), adaptada pelo autor

(1) Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

(2) Transferências e compensação financeira pela exploração de recursos naturais  
Receita atualizada a preços de julho de 2005 (IPCA).

As transferências correntes se elevaram 7% em 2004 com relação a 2000, sendo que as transferências da União representaram 21% em 2004, enquanto as transferências do Estado representaram 69% e as transferências multigovernamentais 10%.

Nas transferências correntes feitas pelo Estado, destaca-se o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) que, em 2004, representou 55% da receita total do Município, se caracterizando como a sua principal fonte de receita. Entretanto, observa-se desde o ano 2000, uma queda gradual do ICMS em relação a receita total – caiu de 62% para 55%.

O ICMS gerado em Camaçari, no ano de 2004, foi de R\$ 8.301.040.267,46, colocando-o na posição de segundo maior gerador de ICMS do Estado, superado apenas por Salvador que gerou R\$ 8.473.991.118,00, no mesmo período (SEFAZ, 2005). Do ICMS gerado, retornou para o Município R\$ 172.699.086,72.

As receitas de capital provenientes das transferências de capital – recursos obtidos mediante a constituição de dívida, empréstimos e financiamentos – e da alienação de bens do ativo permanente, que são geralmente destinados a investimentos, cresceram de R\$ 7.184.880,88 em 2000, para R\$ 13.059.797,00 em 2001 e a partir daí declinou para apenas R\$ 597.825,99 em 2004, o que demonstra uma redução na captação de recursos externos.

A despesa total executada no exercício 2004, em termos reais, foi de R\$ 268.100.767,61 (Tabela 54, p. 175), apresentando um crescimento nominal da ordem de 19,2% em relação a 2000 e representando 85,5% da receita total do Município.

Em 2004 as despesas correntes foram de R\$ 220.762.428,69, apresentando um crescimento de 18,9% em relação a 2000, demonstrando o aumento do custeio da máquina administrativa no período.

A despesa de pessoal e encargos sociais em 2004, foi de R\$ 98.760.216,03, apresentando um crescimento de 49,7% no gasto, em relação a 2000, além de ter aumentado sua participação na despesa total, que em 2000 era de 29,4%, passando para 36,8% em 2004. Isto demonstra uma expansão nos gastos públicos com pessoal no período compreendido entre 2000 a 2004.

**Tabela 54 – PMC, despesa executada 2000 e 2004**

<i>Tipo de Despesa</i>	<i>2000 (R\$)</i>	<i>2004 (R\$)</i>
<b>Despesas correntes</b>	185 707 754,73	220 762 428,69
Pessoal e encargos sociais	65 992 889,23	98 760 216,03
Juros e encargos da dívida	5 922,87	1 182 191,21
Outras despesas correntes	119 708 942,63	120 820 021,45
<b>Despesas de capital</b>	39 174 121,01	47 338 338,92
Investimentos	33 279 015,10	36 143 779,93
Inversões financeiras	-	27 028,90
Amortização da dívida	5 895 105,91	11 167 530,09
Reserva de contingência	-	-
<b>Despesa total</b>	<b>224 881 875,74</b>	<b>268 100 767,61</b>

Fonte: PMC/SEFAZ (2005)

## **5. O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI SOB UMA VISÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

O atual Centro Industrial de Camaçari está situado sobre a Formação São Sebastião, uma extensa fonte de recursos hídricos subterrâneos, uma das maiores do Brasil. Entretanto até a década de 1970, quase nenhuma preocupação havia com o risco de contaminação hídrica decorrente principalmente da disposição inadequada de resíduos sólidos e efluentes sobre o solo.

As empresas não tratavam como prioridade as questões ambientais, limitando-se a atender, por imposição dos órgãos ambientais do Estado, os requisitos legais aplicáveis aos seus empreendimentos.

Neste período existiam poucas leis ou regulamentos sobre a contaminação de solos e águas subterrâneas. Sendo então permitida a implantação de um complexo petroquímico – indústria com alto potencial poluidor – em cima de um manancial de água com ótima qualidade e potencial de atender toda a RMS.

A partir da década de 1980, houve uma inversão benéfica de valores e conceitos, referente a questões ambientais, em função da pressão da sociedade organizada em todo o mundo. Vindo esses valores a consolidar-se efetivamente a partir da década de 1990.

### **5.1. O PLANEJAMENTO E A PRESERVAÇÃO DO MEIO-AMBIENTE**

Para Camaçari e para a Bahia, a instalação do complexo petroquímico representava a oportunidade e a possibilidade de contar com uma atividade motriz de grande dinamismo que iria assegurar as condições para um crescimento industrial e econômico, prenúncio do almejado processo de desenvolvimento.

O plano diretor do Copec (BAHIA, 1974) tinha por objetivo subsidiar a ação do Estado na RMS, com o intuito de maximizar os benefícios decorrentes da instalação do complexo petroquímico e estabelecer a diretiva regional, visando o desenvolvimento urbano e a preservação do meio ambiente.

O plano diretor do Copec, na sua abordagem sobre preservação ambiental, já considerava que a atividade das indústrias, com suas emissões de substâncias lançadas no ar e nas águas, provocaria perturbações e desequilíbrios ambientais na RMS, caso não fossem tomadas, desde o início da implantação, medidas de segurança e de combate à poluição (BAHIA, 1974).

[...] a avaliação dos efeitos nocivos da indústria, no que se refere à contaminação do ar atmosférico e das águas de superfície e do subsolo, tem que ser feita com vistas a um padrão ambiental regional que só poderá ser determinado em função dos volumes e da natureza das substâncias lançadas no ar e nas águas e do volume das massas hídricas que as recebem. A efetividade de uma política de preservação do ambiente dependerá de avaliações objetivas sobre a capacidade de depuração do meio, sobre as tecnologias aplicáveis no controle ambiental e as condições de competição das unidades industriais. Com respeito a esse último aspecto, saliente-se que não se pode obter resultados positivos quando são impostos às indústrias padrões de controle ambiental excessivamente rigorosos (BAHIA, 1974, p. 56).

No entanto, os planejadores ressaltavam, que para as indústrias que se instalam possam atingir os seus objetivos, não deveria o Estado colocar medidas rigorosas de proteção ao meio ambiente, que atrapalhassem o seu desempenho.

Chiummo (2004) afirma que, no Brasil, o processo de industrialização não atentou para os devidos cuidados com o meio ambiente, predominando o conceito de que os custos adicionais para gerenciar o meio ambiente afetavam o lucro, os empregos e até mesmo a sociedade.

O plano diretor do Copec considerava que a efetividade de uma política de preservação do ambiente dependia de avaliações sobre a capacidade de depuração do meio, sobre as tecnologias aplicáveis no controle ambiental e das condições de competitividade das unidades industriais.

Atrelado a essa perspectiva, o plano diretor recomendava um estudo para estabelecer:

- os padrões admissíveis de emissão de gases e despejos industriais e medidas de controle permanente dessas emissões;
- a proteção dos recursos hídricos e dos atrativos turístico-recreativos que poderiam ser afetados pelo desenvolvimento industrial;

- outras formas de deterioração das atividades urbanas, principalmente as relativas à ausência dos serviços de saneamento básico e ao desmatamento resultante de práticas inadequadas de urbanização.

A preocupação com o meio ambiente, ainda que incipiente, é um fato que deve ser destacado, pois, na década de 1970, a preocupação com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável era uma questão que ainda começava a ser discutida no mundo. No Brasil, apenas com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, é que a preocupação com a preservação do meio ambiente é transformada em lei:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 2003).

De acordo com Silveira Júnior (2004), o plano diretor do Copec identificou uma série de problemas ambientais já vigentes no Município, os quais poderiam trazer impactos sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Destacando dentre eles: as deficiências de esgotamento de efluentes urbanos e industriais na área onde o complexo petroquímico seria implantado; e os despejos das indústrias do COPEB, já ali localizadas, lançados sem tratamento no sistema hídrico da região.

O plano diretor do Copec, no seu Programa Prioritário (BAHIA, 1974), indicou um elenco de medidas visando atender às necessidades da implantação do Copec, dentre essas, estava uma que visava: “proteger as bacias dos rios Joanes e Jacuípe, livrando-as de focos de poluição já existentes” (BAHIA, 1974, p. 104).

Para proteger e livrar as bacias dos rios Joanes e Jacuípe dos focos de poluição já existentes e dos que poderiam vir a surgir com a implantação do Complexo, o Programa Prioritário estabeleceu como competência do Estado a criação da estação de tratamento de efluentes líquidos industriais e a execução do sistema de esgotos em Camaçari.

[...] Execução do sistema de esgotos, compreendendo a construção do coletor principal da zona industrial, reversão do Rio Bandeira e estudos para definição das evoluções de tratamentos e destinação final dos despejos industriais e construção da Estação de Tratamento (BAHIA, 1974, p. 104).

Com relação aos resíduos sólidos, não havia planejamento prévio quanto à sua armazenagem e disposição final. Fonseca (2003) ressalta que era prática comum nesta época a armazenagem de resíduos sólidos *in natura* sobre o solo e o aterramento de resíduos sem critérios de proteção. Não havia incineradores e muito menos se pensava em reaproveitamento, reciclagem ou controle na fonte geradora.

A necessidade de preservar da contaminação por despejos industriais e domésticos a bacia dos dois rios, levou a indicação da proteção desses mananciais como condicionante do zoneamento proposto e fator importante no aparelhamento da infra-estrutura do Complexo.

Com o objetivo de alcançar economias de escala e tornar mais econômico o tratamento dos despejos, o plano diretor concebeu de realizá-lo, conjuntamente, antes de lançá-los ao seu destino final. “O sistema projetado possibilita a implantação de subsistemas de tratamento separados para os despejos industriais e para os domésticos, mas, ao mesmo tempo, mantendo-se a sua necessária integração” (BAHIA, 1974, p. 108).

No entanto, no plano diretor da Copene, anterior ao plano diretor do Copec, já se configurava que só seria feita uma estação de tratamento para os despejos industriais.

Uma estação central de tratamento de rejeitos líquidos será implantada junto ao Pólo. Esta estação deverá basicamente receber os despejos industriais líquidos das diversas indústrias misturá-los e tratá-los de tal forma a que o efluente final possa ser lançado nas bacias dos rios Imbassaí-Jacuípe sem afetar o padrão de qualidade que forem fixados pelo governo do Estado da Bahia (COPENE, 1973 apud SPINOLA, 2003, p. 290).

A Cetrel, empresa com a finalidade de tratar os efluentes gerados pelas indústrias, foi então instalada. Entretanto, a estação de tratamento de esgotos domésticos e o sistema de esgotamento e saneamento básico nunca foram instalados no município de Camaçari, que sofre com sua falta e continua lançando seus dejetos nos rios, nas redes de drenagem pluvial e em fossas.

Segundo Fonseca (2003), apesar do Copec ser um empreendimento industrial planejado e no seu início de funcionamento já dispor de uma estrutura para tratamento de resíduos, não havia nesta época a preocupação prévia com a gestão dos resíduos inerentes a cada processo industrial. A própria Cetrel dispunha apenas de um sistema de tratamento básico que não era suficiente para tratar toda a carga



recebida e lançava o efluente final no rio Capivara Pequeno, afluente do Jacuípe, que integra um dos mais importantes sistemas hídricos da RMS. O impacto ambiental na região neste período foi muito intenso.

Segundo José Raimundo Mônaco, Ex-presidente da Câmara de Vereadores, o saneamento básico em Camaçari é um problema ambiental:

O pior é que a Cetrel poderia absorver o esgoto de Camaçari, só que a Cetrel alega que foi construída para atender ao pólo petroquímico e hoje 61% de sua capacidade nominal está ocupada. [...] Camaçari dentro de cinco anos estará inundada em fossas, com esse lençol freático que temos aqui a água brota com facilidade da terra e as fossas enchem. Há um projeto de pegar os esgotos e jogar no rio Capivara Pequeno, que deságua no Capivara Grande, que vai sair na primeira ponte da aldeia hippie em Arembepe [...] os ambientalistas bateram pé firme que não vão deixar, mas a cidade vai precisar resolver o problema do esgoto. Não pode jogar no Joanes, pois afeta Salvador, não pode jogar na Cetrel. [...] Os governos não querem quebrar a cidade para botar esgoto, porque o sujeito quebra, quebra, se incompatibiliza com todo mundo e no fim o esgoto fica escondido (MÔNACO, 2005).

Na avaliação da qualidade das águas realizada pelo CRA na bacia hidrográfica do rio Joanes no ano 2001, observou-se que a principal fonte de comprometimento dos mananciais é o lançamento de esgotos domésticos. Os dados obtidos revelaram baixos níveis de oxigenação das águas e presença de coliformes fecais acima dos índices estabelecidos, nos diversos mananciais. A qualidade das águas foi considerada como “ruim” ou “péssima”, segundo os critérios de avaliação do índice de qualidade das águas da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), o que na prática inviabiliza a sua utilização para fins de abastecimento doméstico.

Além da degradação da qualidade associada ao despejo de efluentes domésticos, foram obtidos alguns indícios de desvios relacionados com o aporte de cargas industriais, como as violações registradas para os parâmetros cobre (LM 2500 e BN2135) chumbo (BN 2135) e alumínio (JA 2400 e JA 2800), que podem estar associadas às atividades de processamento de minério de cobre (Caraíba Metais) e emissões atmosféricas da atividade de beneficiamento de alumínio (ALCAN), realizadas à montante destes pontos (CRA, 2001, p. 169).

Na avaliação do Rio Jacuípe, também feita pelo CRA (2001), os indicadores sinalizaram a presença de solventes orgânicos (IBTEX, clorobenzenos e

fenóis), metais (Cd, Hg, Cu, Pb, Ni, As)<sup>28</sup> ocasionados pela percolação de substâncias químicas para o aquífero de São Sebastião na área do Copec.

## 5.2. O CENTRO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI E AS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

As águas subterrâneas, em termos sócio-econômicos, constituem reservas estratégicas de grande importância. O estudo para utilização dos recursos hídricos subterrâneos ou para avaliação dos tipos de impactos induzidos pelas atividades humanas se faz, a partir do conhecimento de como esses recursos variam no espaço e no tempo.

A caracterização dos sistemas aquíferos tem importância fundamental no estudo de impacto ambiental, requerendo uma abordagem sistêmica adequada. Um sistema aquífero é definido como sendo um sistema de armazenamento e escoamento de água subterrânea, no qual os efeitos de impulsos se propagam, influenciando o funcionamento do sistema, num período de tempo determinado. Um impulso pode ser uma entrada ou uma saída no volume de controle. Constituem-se entradas: as recargas naturais do aquífero, como as chuvas, ou artificiais, como a recarga induzida por bombeamento, **a infiltração de águas poluídas e os vazamentos de redes de esgotos** [grifo nosso]. Já as saídas podem ser: naturais, como a recarga de base dos rios e as perdas por evapotranspiração, ou artificiais, como os volumes extraídos de poços e outras obras de captação (SILVEIRA JÚNIOR, 2004, p. 18).

Sendo o aquífero de São Sebastião a principal fonte de abastecimento de água potável nos seguintes municípios: Camaçari, Dias D'Ávila, Pojuca, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Catu, Alagoinhas, e inúmeros povoados, a contaminação de suas águas poderá ser tornar um problema de saúde pública de grandes proporções, em longo prazo.

Como visto no capítulo 2 desta dissertação, a Formação Barreiras e a Formação Marizal não se constituem aquíferos importantes, porém do ponto de vista de proteção à contaminação do aquífero São Sebastião são de extrema importância. Funcionam como áreas de recarga, pois o aquífero São Sebastião está sotoposta a elas, podendo sofrer um processo de contaminação, principalmente na área do centro industrial.

---

<sup>28</sup> Cádmio, mercúrio, cobre, chumbo, níquel e arsênio

Segundo Silveira Júnior (2004), os relatórios publicados pelo CRA em 1985 e 1986 sobre a Qualidade dos Recursos Ambientais revelaram, na época, a existência de várias fontes potenciais de poluição.

De uma forma quase generalizada foram encontrados resíduos sólidos industriais depositados em terrenos não apropriados para armazenamento temporário. Além disso, constatou-se a ausência de revestimento em trecho do canal que conduzia efluentes inorgânicos para a estação de tratamento de efluentes industriais (SILVEIRA JÚNIOR, 2004, p. 20).

De acordo com Fonseca (2003), apenas no final da década de 1980, com a necessidade de ampliação do Copec e com base no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que apontou os danos causados pela atividade produtiva nos ecossistemas locais, as empresas integrantes do Copec passaram a se preocupar com a resolução dos problemas ambientais existentes e com a adoção de medidas de controle para que a ampliação do complexo não resultasse em um agravamento da situação.

O EIA e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 1989, foi uma adequação à nova Constituição Federal, que no Artigo 225, Inciso IV passa a: “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (BRASIL, 2003).

O EIA/RIMA foi também uma resposta ao aumento do interesse da comunidade por proteção do meio ambiente e das fontes de suprimento de água. Nesse estudo, foram avaliadas as políticas e práticas que guiavam o gerenciamento das águas e do uso do solo nas áreas existentes, de expansão e no seu entorno.

Segundo Silveira Júnior (2004), como resultado do EIA/RIMA, um programa de diretrizes foi estabelecido para ser implementado pelo complexo petroquímico, sob a orientação dos órgãos de controle ambiental do Estado da Bahia, tendo como principal objetivo reduzir a deterioração das águas subterrâneas.

Nesta época foi construído o emissário submarino (Figura 44, p. 183) para lançamento dos efluentes tratados pela Cetrel. A central de tratamento foi ampliada e modernizada, entretanto, os resíduos sólidos continuaram sendo destinados a aterros.



**Figura 44 - Emissário submarino da Cetrel em Arembepé**

Fonte: Camaçari (2005b)

O programa de diretrizes foi concebido com enfoque nos problemas de contaminação decorrentes das atividades produtivas do complexo petroquímico, e organizado para permitir o seu desenvolvimento em etapas e a implementação de sistemas de controle dos contaminantes.

O EIA/RIMA ressalta que os riscos de deterioração da qualidade da água subterrânea pela poluição das indústrias instaladas na área decorriam, em grande parte, da forma desordenada e improvisada das explorações do manancial subterrâneo e da disposição dos resíduos.

As técnicas de impermeabilização adotadas nas áreas de tratamento e disposição de resíduos sólidos perigosos, retardam a penetração dos contaminantes no solo, porém não oferecem a proteção necessária. A contaminação do subsolo, resultante desse procedimento, pode ser lenta, porém significativa, caso não sejam adotadas medidas rígidas de controle e mudanças de procedimento no gerenciamento da proteção ambiental.

Segundo Oliveira Júnior (2004), as principais conclusões sobre a área do complexo petroquímico estabelecidas no EIA/RIMA, com base no diagnóstico hidrogeológico foram as seguintes:

- a vulnerabilidade dos aquíferos da área é muito alta, fazendo com que poluições locais e/ou ocasionais que ocorreram no setor industrial já tenham sido detectadas nas águas subterrâneas freáticas e até profundas;
- o aproveitamento dos sistemas aquíferos da área, através de poços tubulares, poços escavados e fontes, cresceram de maneira acelerada para atender à demanda parcial ou total de água para abastecimento público dos núcleos urbanos e da maioria das principais indústrias instaladas, inclusive cervejarias e engarrafadoras de água mineral;
- registrou-se a localização de poços em pátios das indústrias, sem perímetros de proteção, submetidos a riscos de poluição decorrentes de manejo e/ou disposição de matérias-primas, efluentes e resíduos sólidos perigosos;
- em termos de proteção, faltava ainda monitoramento efetivo dos pontos de contaminação do solo e águas subterrâneas;
- fazia-se necessária a criação de uma sólida estrutura de engenharia ambiental devidamente embasada num competente corpo técnico multidisciplinar e de uma infra-estrutura de análise físico-química compatível com a complexidade do problema criado pelas características de localização e operação do Pólo Industrial, em área de alta vulnerabilidade;
- diagnosticou-se a ausência de uma central de fornecimento de água que administraria os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, respeitando e fazendo respeitar os perímetros de proteção das captações, realizando o monitoramento de focos de poluição e tomando as medidas necessárias ao uso e proteção das águas como insumo de importância vital, quer às indústrias, quer às populações.

O EIA/RIMA recomendou a criação de uma gerência de meio ambiente única para o Pólo. A Resolução N° 218 de 1989 do CEPRAM, estabelecida como resultado do processo de EIA/RIMA, e a de N° 620 de 1992, que licenciou a ampliação do Pólo, definiram o caminho para a efetiva gestão ambiental na região. Essas resoluções estabeleceram as diretrizes ambientais para as empresas, as prefeituras e as secretarias de Estado.

A coordenação das ações das empresas foi assumida pelo Cofic, atendendo à diretriz da Resolução N° 218/1989 que recomendou a gerência ambiental única para a área do Pólo.

No ano de 1999, o CEPRAM autorizou a renovação da licença de operação do Pólo por cinco anos, através da resolução N° 2.113, mediante o cumprimento, pelas empresas instaladas ou a se implantarem, dos condicionamentos estabelecidos nessa resolução. Neste mesmo ano entrou em funcionamento o incinerador de resíduos sólidos da Cetrel, que de acordo com Fonseca (2003):

[...] seriam necessários mais dez anos para concluir a destruição de todo o material que encontrava-se armazenado na Cetrel. E a geração contínua de resíduos, resultante da atividade industrial? Estes iriam esperar ainda mais alguns anos (FONSECA, 2003, p. 63).

Em 2001, através da resolução N° 2.878, o CEPRAM autorizou a revisão dos condicionamentos da resolução N° 2.113, sendo as condicionantes principais:

- as empresas devem dar prioridade à solução de problemas ambientais através da minimização ou eliminação das emissões de poluentes nos meios: líquido, gasoso e solo; e dos resíduos sólidos, atuando diretamente na fonte geradora, apresentando programas individuais para o controle na fonte, juntamente com um plano para eliminação/redução das fontes de contaminação;
- estabelecer a Cetrel como coordenadora do Sistema de Gerenciamento das Águas Subterrâneas, que engloba o Programa de Monitoramento e o Programa de Eliminação e Controle de Fontes Secundárias, envolvendo as empresas e respectivas áreas de influência;
- estabelecer um zoneamento dos recursos hídricos subterrâneos, a ser executado pela Cetrel, objetivando a utilização racional da água;
- as empresas devem apresentar o inventário de todas as suas fontes primárias de contaminação do solo e programas individuais de eliminação e controle das fontes secundárias de contaminação.

### 5.3. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO

Dentro do município de Camaçari são encontradas duas formas de Unidades de Conservação, a Área de Proteção Ambiental (APA) e o Parque. Além do Cinturão Verde do Copec.

Segundo Cabral (2002), as APA's são Unidades de Conservação inseridas no grupo de uso sustentável destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais nelas existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também à proteção dos ecossistemas regionais.

No Brasil, esses espaços territoriais se constituem como instrumentos preconizados pela Política Nacional do Meio Ambiente, cujo objetivo é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, buscando a sustentabilidade ambiental.

O Parque é uma Unidade de Conservação de proteção integral na qual é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, para a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Dentro do território do município de Camaçari encontram-se o Parque Municipal das Dunas de Abrantes, as APA's Lagoas de Guarajuba e Rio Capivara, além de parte do seu território, juntamente com áreas de mais sete municípios, compor a APA Joanes/Ipitanga.

O Parque Municipal Dunas de Abrantes foi criado através do Decreto Municipal nº116/77, de 1977, com uma área projetada de 700 ha, apesar de sua institucionalização, nunca foi realizada nenhuma ação para sua instalação e funcionamento.

Parte da área reservada para sua instalação está, hoje, tomada por invasões (Figura 45, p. 187), como as do “Corre Nu” e “Estiva”, e por loteamentos legalizados no seu entorno, como o Condomínio Parque das Dunas e o Condomínio Mundo Verde.





**Figura 45 – Parque Municipal Dunas de Abrantes: espaço invadido em 22/10/2006**  
 Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

A APA Lagoas de Guarajuba, criada em 1991 pelo Decreto Estadual nº 387, possui área de 230 ha. Abrange todo o terreno situado entre a BA-099 e o Oceano Atlântico, tendo como limite a noroeste o rio Pojuca e a sudoeste o rio Jacuípe.

Tem como principais recursos naturais, as áreas estuarinas, com um complexo lacustre/lagunar, restinga arbórea e arbustiva, terraços marinhos e brejos. Em sua área, estão cadastradas no CRA as seguintes atividades produtivas: comércio e serviços; turismo e lazer; pesca artesanal e artesanato local.

Os principais conflitos ambientais encontrados em seu perímetro são: ocupação imobiliária irregular; desmatamento de manguezal; ocupação de áreas de preservação permanente; pesca e caça predatória e o lançamento de esgoto doméstico e lixo.

A APA Rio Capivara foi criada pelo Decreto Estadual nº 2.219 de 2003. Com área de 1.800 ha, sendo limitada ao norte pelo rio Jacuípe, a leste pelo Oceano Atlântico, a oeste pela BA-099 e ao sul pela unidade industrial da Lyondell.

Essa APA abrange a bacia hidrográfica e o estuário dos rios Capivara Grande, Capivara Pequeno e Jacuípe, possuindo como principais recursos naturais



as áreas estuarinas, restinga arbórea e arbustiva, terraços marinhos, lagoas, lagos e brejos.

Em sua área estão cadastradas no CRA as seguintes atividades produtivas: comércio e serviços; industriais - Liodell; turismo e lazer e a pesca artesanal.

Os principais conflitos ambientais encontrados em seu perímetro são: pressão imobiliária; ocupação de áreas de preservação permanente; poluição domiciliar urbana e industrial e o desmatamento da restinga e do manguezal.

A APA Joanes-Ipitanga criada pelo Decreto Estadual nº 7.596, de 1999, possui uma área de 64.472 ha envolvendo os municípios de Camaçari, Lauro de Freitas, Dias D'Ávila, Salvador, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé. Importante para proteção dos mananciais dos rios Joanes e Ipitanga, além de servir para o abastecimento de água de parte da RMS.

O Cinturão Verde do Copec foi criado em 1970 pelo Decreto Estadual nº 22.146/70 e tem uma área de 2.707 ha. O denominado cinturão é uma faixa de reflorestamento de 10 km de comprimento por 700 m de largura e separa a zona industrial da área das cidades de Dias D'Ávila e Camaçari.

#### **5.4 OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA ÓTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**

Segundo dados de 2005 fornecidos pela Coordenação de Meio Ambiente da SEPLAN/PMC, o município de Camaçari tem uma série de problemas ambientais, sendo os principais listados a seguir:

- a degradação de áreas em função da atividade mineral, causada pela extração irregular e ilegal de minerais – areia, arenoso, caulim e argila –, que ocorre principalmente na periferia da cidade e na zona rural;
- áreas industriais e de aterro sanitário inseridas em zonas de recarga do aquífero de São Sebastião;

- a pressão urbana nas áreas de preservação permanente, como margens dos rios, lagoas, dunas e praias, agravada pela implantação de loteamentos clandestinos;
- o lançamento de esgotos em corpos hídricos transformando rios em receptores de esgoto, principalmente o Rio Camaçari que corta a sede do município e é afluente do Rio Capivara;
- desmatamento e redução de cobertura vegetal, causado pelo crescimento urbano, pela expansão industrial, tanto na sede quanto na orla de Camaçari;
- assoreamento de mananciais hídricos e destruição da mata ciliar, causados pela não recuperação das áreas degradadas e pela pressão imobiliária, ocorrendo junto às margens do Rio Camaçari, nas áreas de preservação e na orla municipal;
- a poluição atmosférica, causadas pela indústrias e pela emissão de gases dos veículos, principalmente na sede municipal;
- a poluição hídrica, causada pela implantação de indústrias e loteamentos sem o devido licenciamento ambiental;
- o transporte de produtos perigosos pela linha férrea e pelas rodovias que atravessam o Município;
- o esgoto doméstico sem tratamento, devido à falta de um sistema de esgotamento sanitário e saneamento básico, tanto na sede quanto na orla;
- a disposição inadequada de resíduos em áreas sem licença, devido à falta de monitoramento e fiscalização.

Os danos ambientais em Camaçari foram se acumulando ao longo das últimas décadas, gerando pontos críticos como a degradação das dunas de Abrantes, das lagoas de Jauá, Arembepe, Guarajuba e Itacimirim, ocasionados principalmente pela ocupação imobiliária, bem como nas áreas de mineração e das indústrias com sua geração de resíduos sólidos e líquidos potencialmente poluidores.

As principais causas desses problemas estão concentrada na diversidade das atividades industriais, na extração vegetal e mineral, na ocupação desordenada do solo na sede do município – com grande número de habitações subnormais –, e

na orla – com seus loteamentos direcionados para a classe média –, sem sistema de tratamento do esgotamento sanitário.

A PMC está tentando viabilizar a municipalização do licenciamento ambiental, já que atualmente o órgão responsável por emitir as licenças do Município é o CRA. Para implantar a municipalização do licenciamento ambiental torna-se necessário realizar a efetivação do Conselho Municipal de Meio Ambiente criado pela lei nº 614/2003, que deve ser regulamentada para possibilitar a participação dos poderes públicos (Municipal, Estadual e Federal), do setor privado e de ONG's e entidades da sociedade civil organizada.

A Municipalização de Licenciamento Ambiental dará condições ao Município para gerir os recursos naturais no âmbito do seu território e de sua competência constitucional.

## 5.5. BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Balanço Social (BS), nome dado à publicação de um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas no cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários, ao governo e às comunidades com que interagem, direta e indiretamente.

O Balanço Social é um instrumento de demonstração das atividades das empresas, que tem por finalidade conferir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das companhias (*shareholders*), mas também a um número maior de atores: empregados, fornecedores, investidores, parceiros, consumidores e **comunidade** [grifo nosso] (*stakeholders*) (BNDES, 2000, p. 6).

O BS é um mecanismo de prestação de contas da Responsabilidade Social<sup>29</sup> (RS) das empresas. O exercício da RS está associado à noção de sustentabilidade, que visa conciliar as esferas econômica, ambiental e social na geração de um cenário compatível à continuidade e à expansão das atividades das empresas, no presente e no futuro.

---

<sup>29</sup> Segundo o Instituto Ethos (2004), o conceito de RS está diretamente relacionado ao compromisso de transformar valores em ações de ordem prática em prol da comunidade interna e externa em que a empresa está inserida.

Inicialmente, o questionamento sobre a responsabilidade social das empresas se manifestou na preocupação com as relações de trabalho e condições de ambiente de trabalho, ou seja, aspectos restritos ao universo interno das empresas. Posteriormente, ultrapassou os limites internos das empresas.

Na visão de Michalos (1997 apud BORGER, 2001), o escopo da RS é quase ilimitado. Em princípio, as empresas são responsáveis pelas consequências de suas operações, incluindo os impactos diretos assim como as externalidades que afetam terceiros, o que envolve toda a cadeia produtiva e o ciclo de vida do produto. A RS dobra-se a múltiplas exigências como: relações de parcerias entre clientes e fornecedores, produção com qualidade ou adequação ao uso com plena satisfação do usuário, contribuições para o desenvolvimento da comunidade; investimento em pesquisa tecnológica, conservação do meio ambiente mediante intervenções não predatórias, participação dos trabalhadores nos resultados e nas decisões da empresa, respeito aos direitos dos cidadãos, não discriminação dos gêneros, raças, idades, etnias religiões, ocupações, preferências sexuais, investimentos em segurança do trabalho e em desenvolvimento profissional.

No que concerne a esta dissertação, se enfocará as ações sociais e os investimentos em programas sociais realizadas pelas empresas localizadas em Camaçari, que visem ao desenvolvimento social da comunidade do Município.

A partir da década de 1970, a sociedade começou a expressar de forma mais contundente sua preocupação com o comportamento social das empresas em relação aos problemas sociais e ambientais exigindo maior envolvimento delas na solução destes. As empresas então foram impelidas a adotar novas posturas diante de questões ligadas à qualidade da relação empresa-sociedade.

Na França, desde 1977, as empresas com mais de 750 funcionários são obrigadas a publicar o BS. A partir de 1982 a lei foi estendida a todas as empresas com mais de 300 funcionários, constituindo-se hoje em um procedimento de rotina (BNDES, 2000).

Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), no período 1997/98, indicava que 45 empresas apresentaram seu BS no Brasil. Em 2000, aproximadamente 70 empresas publicaram seu BS, um número muito pequeno para o universo de empresas existentes no país. No município de Camaçari, esse mesmo levantamento mostrou que das 213 indústrias

instaladas, somente nove tem BS publicado, sendo elas: Bahia Gás, Basf, Du Pont, Liondell, Petrobrás, Polibrasil, Politen, EMCA (Grupo Ipiranga) e Tigre.

As empresas justificam a não publicação do BS, alegando que já cumprem a sua função social ao pagar os impostos e seguir a legislação trabalhista vigente. “Número considerável de empresas entende que somente o Estado é responsável pelas ações no âmbito social. Às empresas, caberiam suas atividades padrão, gerar empregos, lucros e pagar imposto” (BNDES, 2000, 12).

Para Friedman (1970 apud BORGES, 2001), as empresas devem limitar a sua responsabilidade social à maximização dos lucros e a obedecer as leis. Na sua perspectiva: “[...] só há uma responsabilidade social do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo [...]” (FRIEDMAN, 1985 apud BORGES, 2001, p. 18).

A atuação de uma empresa voltada para a RS, não pressupõe que a empresa abandone os seus objetivos econômicos e deixe de atender aos interesses de seus sócios. Pelo contrário, a empresa socialmente responsável desempenha seu papel na sociedade produzindo bens e serviços, gerando emprego, renda, e lucros para seus sócios, dentro das normas legais e éticas. Mas cumprir somente o seu papel econômico não é suficiente, a empresa é responsável pelos efeitos de sua atividade produtiva na sociedade em que está inserida.

Carroll (1999 apud BORGES, 2001, p. 21) argumenta que é obrigação das empresas avaliarem os efeitos do seu processo de decisão no sistema social externo, de maneira a agregar benefícios sociais além dos ganhos econômicos que a empresa procura e realiza.

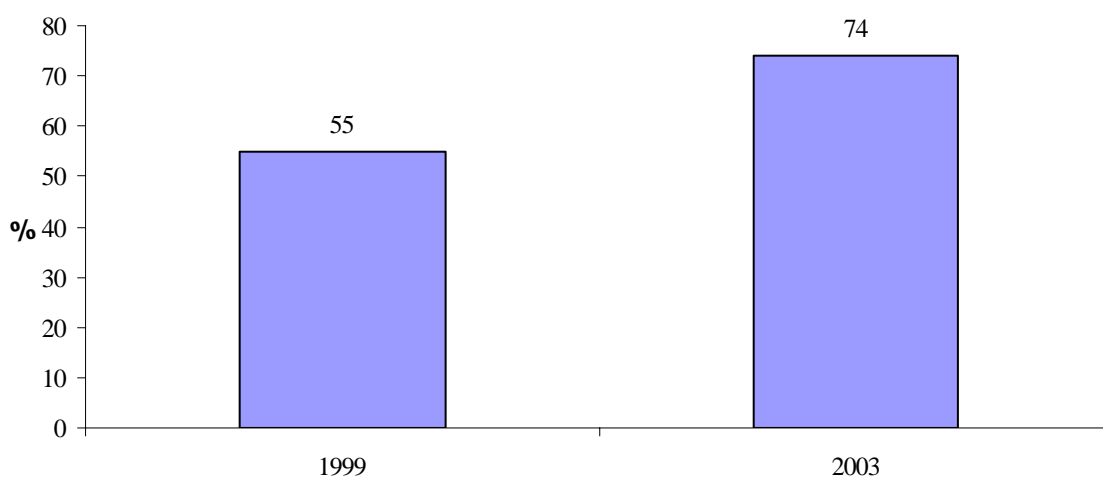
A RS de uma empresa não se esgota no pagamento de impostos e geração de empregos. Além da contribuição econômica a responsabilidade deve envolver participação ativa em projetos de melhoria das condições de vida da comunidade onde a empresa está inserida. Projetos que se traduzam em estímulos para o desenvolvimento sem estabelecer relação de dependência.

A maioria das empresas capitalistas só se comporta com responsabilidade social quando sua continuidade está em risco, quando enfrenta a intervenção organizada dos atores sociais com os quais lida. Sem atores sociais ativos na comunidade a maximização do lucro leva a melhor.

Em 2005, o IPEA divulgou uma pesquisa sobre a evolução da ação social das empresas privadas da região Nordeste. Esta pesquisa é um retrato da

participação do setor empresarial em atividades sociais voluntárias voltadas para a comunidade e abrange desde pequenas doações eventuais a pessoas ou instituições até grandes projetos estruturados.

Segundo o IPEA (2005), entre o final da década de 1990 e 2003, observou-se um crescimento do percentual de empresas que atuam, de forma voluntária, em benefício das comunidades. O percentual de empresas localizadas no Nordeste que declararam realizar algum tipo de ação social externa apresentou um crescimento relativo de 35%, entre 1999 e 2003 (Figura 46).



**Figura 46 – Grau de participação das empresas em ações sociais voltadas para a comunidade no Nordeste, 1999 e 2003**

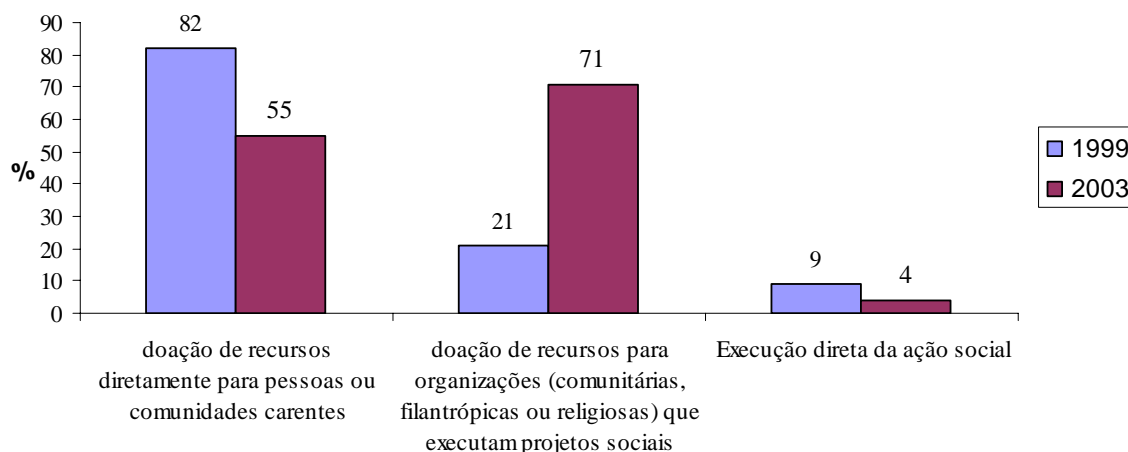
Fonte: IPEA (2005)

De acordo com os dados da pesquisa, no Nordeste são as empresas com mais de 500 empregados que se destacam no atendimento à comunidade, 96% delas se apresentam como atuantes no atendimento à comunidade. Na divisão por atividade econômica 76% das indústrias pesquisadas afirmam ter atividades sociais para a comunidade.

No Nordeste, a Bahia é líder, com 76% das empresas do Estado afirmando que fazem doações ou desenvolvem projetos para o combate à pobreza, os demais estados do Nordeste apresentam percentuais entre 73% e 74% (IPEA, 2005).

A pesquisa demonstrou ainda, que cresceu a proporção de empresas que apóiam organizações – comunitárias, filantrópicas ou religiosas – executoras de projetos sociais, consolidando-se essas organizações como o principal mecanismo

de atuação das empresas privadas na área social. Com efeito, como pode ser observado no ano de 2003 (Figura 47), em torno de dois terços das empresas repassaram recursos para entidades que prestam serviços sociais. Note-se, contudo, que ainda é expressivo o percentual de empresas que informam doar recursos diretamente para pessoas ou comunidades carentes: 55%.



**Figura 47 – Nordeste, como atuam as empresas**

Fonte: IPEA (2005)

As ações sociais mais realizadas pelas empresas são concentradas no binômio assistência social e alimentação. De forma geral, o perfil do atendimento privado ainda é predominantemente emergencial. É importante destacar, contudo, o expressivo crescimento de algumas áreas: saúde – em 2003 21% das empresas atuavam nessa área, três vezes mais do que em 1999; educação – aumentou de 13% em 1999 para 28% em 2003; e qualificação profissional – passou de 7% em 1999 para 14% em 2003 (IPEA, 2005).

## 5.6. AS EMPRESAS DE CAMAÇARI E A COMUNIDADE LOCAL

De acordo com as informações levantadas junto as grandes empresas de Camaçari, pode-se afirmar que do universo das empresas existentes poucas tem ações direcionadas para a população de Camaçari e as suas comunidades. Enviou-se uma, correspondência (Apêndice A, p. 224) para as empresas associadas ao

Cofic e localizadas em Camaçari, solicitando informações sobre suas ações de RS focadas na sociedade e nas comunidades do Município (Quadro 6).

Empresa	Área de atuação social	Investimento 2005 (R\$)	Programas voltados para comunidades de Camaçari	Alcance dos programas
Monsanto Nordeste	Educação saúde, segurança e meio ambiente	400 000,00	- Projeto Crianças Saudáveis, Futuro Saudável. - Projeto Cidadão Mirim. - Projeto de arte musical. - Projeto Horta Brasil	- atender 20 mil crianças de 38 escolas da região até 2007. - 10 escolas municipais em Camaçari. - 50 crianças selecionadas na comunidade local. - atende a 40 instituições, entre escolas comunitárias e municipais e associações de bairro de Camaçari e Dias D'Ávila.
Bahia Pulp	Meio ambiente	-	-Reformulação do Anel florestal do Copec em parceria com o Sudic, a SEMARH e Cofic	- Área de proteção ambiental do Cinturão Verde
Deten	Meio ambiente	- - 1 015,00	- Coleta seletiva - Projeto Mãos na terra	- Cooperativa de catadores de lixo de Camaçari (Coopmarc). - Escola Natal
Ford Nordeste	Educação e meio ambiente	-	- Reforma de escolas - Preservação ambiental	- Três escolas de ensino fundamental - Comunidade de Camaçari
Suzano Petroquímica - Politeno e Polibrasil	Educação, saúde e meio ambiente		- Alfabetização de adultos. - Gestão ambiental - Biblioteca comunitária	- Coopmarc - Comunidade de Camaçari
Liondell	Educação e meio ambiente	300 000,00	- Biblioteca comunitária - apoio a associações beneficentes - Reforma de escolas públicas e praças de esportes	- Comunidade de Camaçari
Sol Embalagens	Educação	-	-Projeto Casa do Sol - Projeto Padaria solidária	Comunidade de Camaçari

**Quadro 6 – Ação social de empresas localizadas no município de Camaçari em prol da comunidade local, 2005**

Fonte: Baseado em dados fornecidos pelas empresas

**Monsanto** – A empresa informou que desenvolve ações sociais beneficiando as comunidades dos municípios de Camaçari e Dias D'Ávila, que absorveram, em 2005, o montante de R\$ 400.000,00 em projetos sociais. Além desses projetos, desenvolve dois programas voltados para estreitar o



relacionamento com a sociedade, são eles: o programa Visitantes à Bordo que acontece de três em três meses e é estruturado para receber visitantes da comunidade, universidades, empresas e órgãos públicos; e programa Lar na Fábrica, neste programa as famílias dos funcionários fazem uma visita à fábrica para conhecer o dia a dia da empresa e receber informações de segurança.

**Ford Nordeste** – Como parte de sua política de RS, com foco em educação e meio ambiente, a empresa mantém no Município o Centro de Educação Ambiental, com capacidade de produzir 100.000 mudas de plantas por ano, e que faz parte do projeto da montadora para preservar o Cinturão Verde, que circunda a área industrial de Camaçari.

Segundo a Ford já foram plantadas 100.000 mudas no Cinturão Verde, além da distribuição de 2.950 mudas de plantas ornamentais e frutíferas – graviola, ingá, jamelão e goiabeira – à população, em dezembro de 2005, através do Horto Florestal de Camaçari.

A Ford desenvolve com a PMC, uma parceria para recuperação de escolas públicas. Três escolas de ensino fundamental do Município foram reformadas e ampliadas entre 2004 e 2005: o Colégio Municipal São Thomaz de Cantuária (Figura 48, p. 197), localizado na Rua Ponciano de Oliveira, 27, Centro, que atende 1.418 alunos do ensino fundamental; a Escola Municipal Helena Celestino de Magalhães, localizada na Avenida do Canal, s/n, bairro do Gravatá, onde estudam 1.946 alunos do ensino fundamental; e a reforma e ampliação da Escola Padre Paulo Maria Tonuci.

**Polibrasil** – informou que adotou voluntariamente uma cooperativa de catadores de lixo de Camaçari, a Coopmarc, visando estimular o desenvolvimento social dos cooperados através da educação ambiental e formal. Inaugurou, em maio de 2005, uma sala de aula para alfabetização de adultos em parceria com o Programa Sesi Educação do Trabalhador. Além disso, juntamente com os Parceiros do Meio Ambiente, programa de iniciativa do CRA, estimula a gestão ambiental de pequenas empresas.



**Figura 48 – Colégio reformado pela Ford em Camaçari em 06/01/2006**  
Fonte: Pesquisa direta, autoria própria

**Politeno** – informou que implantou, em 2005, uma unidade da Biblioteca Comunitária Ler é Preciso, em Camaçari, com o objetivo de democratizar o acesso ao livro, à leitura e à escrita, introduzindo a literatura no cotidiano das comunidades.

Construiu e mantém a Creche Esperança I, que atende crianças carentes na faixa etária entre três e seis anos de idade no bairro Verdes Horizontes. A creche oferece gratuitamente quatro refeições diárias a 206 crianças, fardamento e material escolar gratuito, além de assistência médico-odontológica, dispõe ainda de salas de aula equipadas com recursos audiovisuais, videoteca, biblioteca, área de recreação e miniquadra de esportes.

Aplica na rede pública de ensino de Camaçari, o Programa de Fomento e Formação da Cultura Ambiental e mantém o Curso de Formação e Qualificação de Mão-de-Obra, que resultou na criação da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Bairro Verdes Horizontes (Cotrave).

**Liondell** – Informou que no ano de 2004 investiu mais de R\$300.000,00 em projetos de RS na orla de Camaçari, principalmente no povoado de Areias, onde mantém uma biblioteca comunitária e apóia associações beneficentes, culturais, escolas públicas e praças de esportes, e, desde o ano 2000, tem feito um investimento médio anual de US\$ 1,5 milhão em Gestão Ambiental (Figura 49, p. 198).

A Sol Embalagens – Financia a Casa do SOL, um espaço de cidadania que trabalha em parceria com outras entidades locais, destacando o convênio com a União de Escolas e Creches Comunitárias de Camaçari, direcionado à promoção de atividades artísticas e culturais para crianças de 6 a 12 anos, já havendo atendido mais de 500 crianças, em dois anos.



**Figura 49 – Biblioteca e Associação apoiadas pela Liondell no povoado de Areias em 26/10/2005**

Fonte: Pesquisa direta, autoria e campo

A maioria das empresas que receberam a correspondência solicitando informações sobre ações de Responsabilidade Social realizadas no Município, não retornaram com uma resposta.

## **5.7. A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE CAMAÇARI EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO**

Realizou-se uma pesquisa direta com os moradores do município de Camaçari, para a qual se elaborou um formulário estruturado (Apêndice B, p. 225), que foi aplicado a uma amostra de 384 pessoas, buscando-se captar a percepção que os residentes têm, em relação às empresas localizadas no Município.

De acordo com a análise dos dados levantados através dessa pesquisa, pode-se inferir que:

1) A população acredita que as diversas instâncias do poder executivo têm trabalhado para melhorar a qualidade de vida no Município;

2) A população, majoritariamente, está satisfeita em residir em Camaçari, porque gostam ou porque nasceram e têm familiares no local, somente 29% tem o Município como local de residência para ficar próximo ao trabalho ou por não ter tido ainda a possibilidade de mudar-se. Entretanto, se quisessem e pudessem se mudariam, principalmente para Salvador (19,3%), municípios do interior do Estado (14,0%) e outros países (13,5%);

3) Somente 17% da população residente em Camaçari trabalham em alguma empresa do Pólo, denotando que as indústrias instaladas têm um efeito direto de geração de empregos muito pequeno no Município, além de mais da metade da população ter a opinião de que as empresas oferecem pouco ou não oferecem empregos para a comunidade;

4) A população de Camaçari tem o sentimento de que as empresas instaladas no Município não estão preocupadas com a qualidade de vida dos seus moradores e tampouco com a sua melhoria;

5) As empresas privilegiam outros centros de comércio, têm pouco relacionamento com o comércio local, geram emprego e renda em outros locais, sem proporcionar a possibilidade de endogeneização no próprio território da riqueza que é gerada pela atividade industrial;

6) A maioria da população acredita que a instalação dos complexos industriais contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. No entanto, têm a opinião que quem mais ganhou com essas instalações não foram os moradores e sim indivíduos de fora do Município e os empresários;

7) A grande maioria da população desconhece ou conhece pouco os programas ambientais desenvolvidos ou implementados pelas empresas do Pólo, somente uma pequena parte (16,6%) afirmam conhecê-los;

8) A população não acredita nas informações fornecidas pelas empresas e afirmam que as empresas não abrem, ou abrem muito pouco as suas portas para se comunicar com as comunidades do Município;

9) Os moradores têm consciência de que as empresas realizam palestras sobre educação ambiental nas escolas do Município, mas somente 23% acreditam que todas elas estão empenhadas na melhoria ambiental, com 35% acreditando que apenas algumas estão, e 20% não tendo conhecimento sobre o assunto;

10) A população tem como ponto pacífico que as empresas implantadas poluem o ar e os recursos hídricos existentes no Município e não acreditam que

esse cenário se modifique no futuro. Além disso, receiam sofrer algum tipo de contaminação decorrente do processo produtivo das empresas, não acreditam que as empresas tomariam providências se ocorresse algum problema em suas unidades produtivas que pudesse afetar a saúde da população e atribuem problemas de saúde à poluição gerada pelas empresas;

11) A maior parte da população (72,9%) relata que tem o que reclamar em relação às empresas instaladas, mas, no entanto, não ficariam satisfeitos (89%) se elas fossem transferidas para outro local.

As tabelas correspondentes à tabulação da pesquisa, se apresentam no Apêndice C, p. 228.

## CONCLUSÕES

O tema “Camaçari, as duas faces da moeda: crescimento econômico x desenvolvimento social” traz expresso em si o problema que se procurou investigar ao longo do desenvolvimento desta dissertação.

A conhecida implantação do complexo petroquímico de Camaçari, do complexo industrial Ford Nordeste e de outros empreendimentos significativos no território do Município, contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população local? Ou seja, a implantação de complexos industriais que juntos vieram a constituir um moderno centro industrial, principal responsável pelos indicadores de crescimento da economia baiana, representa para a comunidade local um benefício significativo?

A hipótese que se assumiu, foi a de que, esse fenômeno, não produziu os resultados desejados em termos de desenvolvimento econômico para a população de Camaçari, daí porque se coloca no primeiro capítulo a questão da discussão entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Somente os indicadores do PIB e de renda *per capita* não são confiáveis, pois tratam de medidas estatísticas que não contemplam a efetiva distribuição e apropriação pela população da renda gerada no Município. Muitas vezes, essas estatísticas se transformam em peças de *marketing*, das quais os governos se utilizam para alardear o pseudodesenvolvimento de suas regiões.

Retirando do cálculo do PIB municipal a contribuição das empresas do complexo petroquímico e do complexo automotivo, ver-se-á que a renda *per capita* de Camaçari é extremamente baixa. Na prática, a riqueza gerada não é internalizada no Município sob a forma de uma infra-estrutura urbana e social adequada, nem tampouco é apropriada pela população local mediante processos que contemplem a redução da pobreza que constitui uma dominante em toda a RMS notadamente na periferia das suas cidades, entre as quais Camaçari constitui um exemplo singular.

Isto porque, de um lado esses empreendimentos industriais se constituem na prática em enclaves, na sua mais perfeita acepção do termo, e de outro, porque os recursos recebidos da cobrança de impostos, que são substancialmente significativos, não são aplicados devidamente no Município.

Cada município tem características próprias e muito do que vemos hoje em Camaçari é resultado da história econômica do lugar que, direta ou indiretamente, influenciou a forma como o território foi ocupado e, principalmente de intervenções externas perpetradas por meio da implementação de planos, na sua maioria de origem exógena, todos concebidos sobre a égide do autoritarismo do período da ditadura militar.

Camaçari, desde a década de 1970, foi declarada município de interesse da segurança nacional, perdendo o direito de eleger seus prefeitos que passaram a ser nomeados pelo governo estadual. Verdadeiros interventores, não tomavam conhecimento do poder legislativo que funcionava como mero aprovador das leis elaboradas nos gabinetes tecnocráticos estaduais. Nesta condição, foi objeto de vários planos que modificaram sua paisagem e sua história.

Planejar um território é, sem dúvida alguma, projetar o futuro, e deve basear-se em proposições concretas, geradas em acordo com a comunidade, sem as quais qualquer tentativa de planejamento pode gerar modelos distantes dos objetivos traçados e com pouca ou nenhuma identidade local. Na verdade, em todo o planejamento para o território de Camaçari, efetuado na esfera federal, estadual ou municipal, segundo testemunhos da época, nunca se levou em consideração a existência dos poderes legislativos, de associações como a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) ou da Associação Comercial, entre outros organismos coletivos.

Observa-se que a concepção do planejamento nacional à época, era de que, o processo de desenvolvimento regional passava pela localização e implantação de novas atividades econômicas, que levariam a região receptora ao aumento dos seus níveis de produção, de renda, de emprego e ao conseqüente desenvolvimento econômico.

Ignorando a cidade e o Município como um todo, os planos diretores e demais projetos elaborados na década de 1970, foram executados em termos de infra-estrutura física, porém acabaram por não gerar ou propiciar o desenvolvimento econômico almejado, visto que foram incapazes de criar as condições essenciais para o atendimento da imensa demanda social gerada e ampliada pela intensa migração de população não qualificada para a região.

Após a redemocratização do país em 1988, quando Camaçari recupera sua autonomia municipal, e especialmente a partir da década de 1990, com o

predomínio do Consenso de Washington e a implantação do modelo neoliberal, não mais se ouviu falar em planejamento em qualquer instância de poder.

O complexo petroquímico inaugurado em 1978, fruto de um processo de planejamento governamental – baseado nas teorias de Perroux, Hirschman, Myrdal, entre outros – e capitaneado pela Petrobrás/Petroquisa no plano federal, e a Secretaria das Minas e Energia / COMCOP, no plano estadual, foi criado para se tornar um “pólo de desenvolvimento”, que desempenharia pelo seu dinâmico caráter motriz e polarizador, um importante papel no processo de transformação que levaria não somente Camaçari, mas todo o Estado rumo ao almejado desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Spinola (2003, p. 292):

[...] a noção de pólo criou altas expectativas, notadamente no que se refere aos efeitos sociais esperados em termos do desenvolvimento regional. Assim, a política de implantação de pólos surgiu independentemente das dificuldades práticas da aplicação da ‘teoria dos pólos’. Isso porque apesar da incorporação de contribuições da escola ‘espacial’, desenvolvendo e ampliando as proposições iniciais de Perroux, assim como da tentativa de incorporação do conceito de pólo à ‘teoria da localização’ formulada anteriormente pela escola alemã (Christaller, Lösch, Weber), permaneciam insolúveis a maioria dos problemas levantados pela questão maior de como compatibilizar a geografia dos pólos com a economia dos pólos, de modo a reter no espaço territorial os resultados econômicos obtidos. A dificuldade para resolver esta questão fundamenta a crítica mais radical à viabilidade da conversão da noção de pólo em instrumento de promoção de desenvolvimento regional. Ponderam os críticos que esta tentativa de conversão comete um erro elementar de lógica, na medida em que toma como sendo certo aquilo que é dado apenas como possível. Lasuén (1976), afirma que esse erro decorreria do fato de ignorar-se que a teoria dos pólos é uma ‘teoria de crescimento condicional’: ela constata a ocorrência de um fenômeno, que designa ‘dos pólos’, e explica as razões da dinâmica de seu funcionamento, mas não explica a dinâmica e as condições necessárias à existência deles. Ou seja: a teoria dos pólos descreve a dinâmica do funcionamento de um fenômeno econômico cuja existência é simplesmente constatada, mas não explica quais são as condições prévias necessárias para o surgimento deste fenômeno, cujo funcionamento ela descreve. Segundo Martins (1981) a diferença entre funcionamento e existência do fenômeno da polarização é fundamental para a compreensão da genealogia da aplicação do conceito, pois, realmente, a implantação de um pólo não pode limitar-se a criar as condições necessárias para que ele possa funcionar e que são dadas pela teoria, mas supõe a criação prévia de condições para que ele exista como pólo, o que a teoria não explica. A existência desses impasses, em termos da teoria, evidencia que os processos de natureza social e econômica raramente são redutíveis às regras da lógica formal. O que se observou na prática foram as dificuldades da aplicação dos princípios da polarização à promoção do desenvolvimento regional, visto que a ‘teoria da localização’ e a ‘teoria dos pólos’ fornecem explicações que não se vinculam entre si e são de harmonização complicada. E, nessa parte, a crítica é pertinente, pois o que fazem os teóricos da polarização (Perroux, Paelinck e outros) é, numa análise mais



acurada, superpor estruturas econômicas setoriais a espaços geográficos, na suposição de que este implante ‘pegue’, graças à dinâmica econômica atribuída aos primeiros. Estas considerações teóricas explicam porque, trinta anos depois de planejado e implantado, o Complexo Petroquímico de Camaçari – Copec não conseguiu transformar-se em um pólo de crescimento econômico e muito menos de desenvolvimento e a opção pela localização de indústrias em Camaçari não produziu os resultados esperados.

Assim os resultados dessa política de criação de “pólos de desenvolvimento” ficaram abaixo do esperado em relação à dinamização da região, dado que, as externalidades negativas induzidas, freqüentemente, se sobrepujaram aos efeitos positivos.

O modelo de desenvolvimento aplicado, não demonstrou capacidade de gerar as prometidas polarizações: técnicas; financeiras; de renda e de reter e endogeneizar o excedente econômico. E dessa forma ampliar as atividades econômicas locais, o emprego e a renda. Com isso, a população de Camaçari, da RMS, do estado da Bahia e mesmo do Nordeste brasileiro, não usufruiu dos resultados econômicos produzidos por este território.

Ignoraram os planejadores baianos que as idéias de “pólo” devem levar em consideração o espaço econômico, e o espaço econômico é abstrato, significando que não necessariamente os efeitos positivos oriundos do “pólo” se produziram sobre Camaçari.

Além de todas essas considerações de natureza econômica tem-se o agravante de o atual centro industrial ter sido implantado sobre a Formação São Sebastião, como já abordado, um imenso manancial de águas subterrâneas de excelente qualidade e que vem sofrendo ao longo dos anos um processo de contaminação de resíduos industriais e domiciliares. Hoje, o aquífero de São Sebastião é a principal fonte de abastecimento de água potável de Camaçari, além de atender vários municípios circunvizinhos.

A industrialização de Camaçari estimulou o crescimento da população urbana e deflagrou ao longo desse período, um vertiginoso processo de ocupação do Município – a população passou de 34.281 habitantes em 1970 para uma estimativa de 191.855 em 2005 –, com intensa migração de mão-de-obra, oriunda principalmente da zona rural, indivíduos de baixo poder aquisitivo e com renda insuficiente para o acesso à habitação formal. Além disso, não dispunham de qualificação adequada aos postos de trabalho oferecidos pela indústria, o que impôs

a esses indivíduos dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal e gerou uma grande pressão na demanda por serviços públicos.

Por outro lado, também não se podia esperar que a implantação de complexos industriais num município próximo à capital de um Estado, economicamente atrasado, não atraísse indivíduos de outras regiões, em busca de emprego. Isso constitui uma variável de difícil controle no escopo do planejamento regional.

O crescimento demográfico, ocorrido no período, deflagrou uma série de dificuldades oriundas da concentração populacional e da falta de investimento em infra-estrutura sócio-urbana, e que afetaram e afetam, sobremaneira, a qualidade de vida dos residentes no Município, tais como:

- carência de infra-estrutura urbana, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação de vias públicas e transporte coletivo;
- carência de serviços sociais, saúde pública, educação, cultura, assistência social;
- déficit habitacional;
- ocupação irregular do solo devido à expansão imobiliária sobre áreas ecologicamente sensíveis, existência de favelas, formação irregular ou desordenada de bairros ou de loteamentos, ocupação de áreas de mananciais, ocupação de margens de rios, além da invasão de áreas de proteção ambiental;
- aumento da criminalidade, falta de segurança, aumento dos roubos e dos furtos e do consumo de drogas;
- diminuição da qualidade de vida.

Na classificação do IDE, que leva em consideração, na sua construção fatores como: número de terminais telefônicos em serviço; consumo de energia elétrica; quantidade de estabelecimentos bancários, comerciais e de serviços; nível de escolaridade dos trabalhadores ocupados no setor formal – trabalhador esse que como já demonstrado não mora necessariamente em Camaçari; e o nível de geração de renda de todos os setores da atividade econômica; o Município ocupa uma boa colocação, sendo o segundo do Estado.

Entretanto, na classificação do IDS composto por índices ligados a educação, serviços básicos e renda média dos chefes de família a posição do Município cai para a décima posição.

O analfabetismo no Município caiu de 20,1% da população em 1991 para 12,4% em 2000. A situação da educação no Município melhorou, mas ainda é preocupante, pois ocupa no ano 2000, a 85ª posição do INE estadual. Para qualquer tipo de desenvolvimento econômico e social, é necessário investimento em educação, começando pela educação infantil. O atendimento público é precário e vem sendo ocupado por entidades privadas e não governamentais responsáveis pela maioria das escolas do município – das 29 escolas especializadas na educação infantil, apenas 13 são públicas. O poder público deve investir na constituição de creches públicas e estabelecimentos de educação infantil para atender às crianças de 0 a 6 anos, já que esse segmento é de responsabilidade do município.

Nota-se que no ensino fundamental e médio, o Município consegue manter quase 100% das crianças e adolescentes nas escolas. No entanto, a melhoria da qualidade do ensino fundamental torna-se um imperativo, uma vez que, garante maiores possibilidades de inserção nos outros níveis de ensino – médio, técnico e superior –, quanto no mercado de trabalho.

Quanto ao ensino técnico e profissionalizante existe um vazio, pois quase não existem em Camaçari unidades de ensino técnico que formem mão-de-obra qualificada e adequada a trabalhar nos pólos petroquímico, plástico, automobilístico, nem tampouco se nota uma política de incentivo ao ensino superior público no Município.

A insuficiência de profissionais qualificados no Município, produto da falta de investimentos na área da educação, tem resultado na necessidade de importação de profissionais das mais diversas áreas para a ocupação de postos tanto no setor público quanto no setor privado. Dessa forma, considera-se urgente a ampliação da oferta de cursos no ensino técnico e no ensino superior, sobretudo voltado para o atendimento da demanda apresentada pelo poder público e pelo setor produtivo do município.

Num município onde a presença de empreendimentos produtivos não garante emprego a sua população, tendo em vista que essas empresas exigem uma qualificação técnica específica, a oferta de cursos correspondentes aos postos de

trabalho disponíveis potencializaria as possibilidades de absorção da mão de obra local.

A saúde no Município também é uma situação preocupante, pois ocupa em 2000 a 34ª posição do INS, que é construído a partir das seguintes variáveis: doenças de notificação obrigatórias e óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos – entendido como indicativo de deficiência do atendimento médico. Camaçari, em 2002, só possuía 258 leitos hospitalares conveniados com o SUS, perfazendo uma média de cerca 1,5 leitos para cada 1000 habitantes, porém a média de médicos residentes se mostra muito aquém das necessidades, com um índice de 0,1 médicos por 1000 habitantes, muito distante da média indicada pela OMS, que é de um médico.

O INS pressupõe ainda que se a população estiver bem assistida em termos de saúde e saneamento básico, os níveis de ocorrência das doenças redutíveis por imunização e saneamento básico tendem a ser baixos – o município de Camaçari não dispõe de uma rede de saneamento básico que atenda a toda a população.

A maior parte da população se utiliza de fossas ou despejam os seus dejetos diretamente na rede pluvial, sem nenhum tratamento. O Município em 2004, entre casas e estabelecimentos comerciais, tinha 7.197 ligações de esgoto, a maioria (97,5%) concentrada na sede municipal, 29,3% da população em 2000 moravam em casas sem banheiro e 25% sem água encanada. O que mostra como vive de forma precária uma boa parte da população.

O IRCMH expressa o rendimento médio auferido pelo chefe de família, onde Camaçari ocupava em 2000 a 14ª posição no ranking estadual, 5,8% dos chefes de domicílio auferiam nesse ano menos de um salário mínimo, 67,4% entre um e cinco salários, perfazendo um total de 73,2% auferindo menos de cinco salários, sem contar o percentual de 15,8% sem rendimentos. O que vem justificar os altos índices de indigência e pobreza que ocorrem no Município, no período entre os anos de 1991 e 2000, esses índices ao invés de caírem, recrudesceram. A indigência aumentou de 18,6% da população para 21,3% e a pobreza passou de 44,5% para 46,2%.

A população do Município no período analisado cresceu a taxas elevadas, aumentando em 166,4% entre 1970 e 1980, época de instalação do Copec, e continuando a crescer vertiginosamente nas décadas seguintes.

Com isso houve uma pressão muito grande sobre a ocupação do solo, e Camaçari tem hoje um déficit habitacional de 12.270 moradias, além de um grande contingente de habitações subnormais, um número avaliado em 18.436 habitações de baixo padrão construtivo e carente de serviços essenciais básicos – onde quase 49% da população moram nelas. Boa parte dessas habitações está localizada em áreas de risco ou de preservação ambiental. O que aumenta a pressão urbana sobre as áreas de preservação permanente, como margens de rios, lagoas, dunas e praias, situação agravada pela implantação de loteamentos clandestinos.

Segundo os dados levantados a insegurança tem aumentado principalmente na orla do Município, onde o número de ocorrências policiais tem crescido.

O sistema de transporte público é deficitário não atendendo à demanda, além de não garantir a circulação das pessoas internamente entre a sede e os povoados da orla e com os municípios circunvizinhos.

Outro ponto que afeta o desenvolvimento do Município é a falta de Responsabilidade Social das indústrias instaladas. Pode-se afirmar que a maioria não tem nenhum investimento social direcionado para a população de Camaçari, nem atuam de forma voluntária em benefício dessa população. Acreditam que a sua responsabilidade se extingue no pagamento dos impostos e na geração dos poucos empregos que oferece.

De acordo com os dados levantados somente 17% da população de Camaçari trabalha nas empresas do centro industrial e mais de 50% tem a percepção que as empresas instaladas oferecem poucos empregos, e não estão preocupadas com a qualidade de vida dos moradores de Camaçari e tampouco com a sua melhoria.

Todos esses fatores demonstram as problemáticas que acompanharam o processo de industrialização, urbanização e crescimento econômico.

Camaçari cresceu sem internalizar a riqueza produzida, entretanto hoje responde pelo maior PIB da Bahia. Sob este aspecto, o Município sequer precisa de mais indústrias para sustentar e melhorar a situação da população. No entanto, com uma população atual de aproximadamente 192 mil habitantes, Camaçari tem índices de pobreza e indigência piores que os índices regionais e nacionais de mesma natureza.

Na compreensão do pesquisador e com base nos dados levantados, a implantação de indústrias dentro do território de Camaçari, nas quatro últimas décadas, alavancou o crescimento econômico do Estado, notadamente em Salvador, mas essa indústria transformou-se em um enclave industrial, com seu poder decisório situado fora do Estado, na região Sudeste, intensivo em capital e tecnologia, com baixa criação de empregos, com baixo nível de encadeamentos com empresas de base local, poucas relações econômicas e reduzida capacidade de proporcionar o desenvolvimento endógeno.

Além disso, a falta de investimento na área social, sobretudo no que tange à política de educação, de qualificação de mão-de-obra, habitação, saúde e assistência social, deteriora a qualidade de vida da população, resultando no baixo nível dos indicadores sociais já comentados, corroborando com a idéia que crescimento econômico não se converte automaticamente em desenvolvimento social, requerendo para isso a presença do poder público e a pressão de atores sociais locais no sentido de criar os mecanismos para que a população possa ter acesso aos benefícios que um processo de desenvolvimento baseado na industrialização pode trazer.

Observa-se pois nitidamente, que o modelo de industrialização adotado para a região não proporcionou os efeitos esperados. É necessário rever o modelo de desenvolvimento que até o presente baseou-se na atração de grandes indústrias e na preferência por investimentos em infra-estruturas pesadas, sem atender aos aspectos qualitativos do mercado local de trabalho, que subordina os aspectos estruturais do desenvolvimento, como os políticos, sociais e ambientais e que não proporciona desenvolvimento social para o Município.

A limitação das teorias e modelos de desenvolvimento econômico tradicionais, com enfoque convencional, tem aberto espaço a novas abordagens do desenvolvimento e à criação de um novo paradigma, onde o essencial passa a ser a iniciativa local, com o interesse do território se sobrepondo aos interesses funcionais. O planejamento do desenvolvimento deve privilegiar o foco no território em substituição à ênfase funcional ou espacial.

O novo paradigma entende que os fatores que condicionam o desenvolvimento econômico devem estar enraizados e estimulados no próprio território, e que ele só acontecerá pela mobilização integral dos recursos da região

para a satisfação prioritária das necessidades de sua população e sob controle crescente da comunidade local.

O futuro de Camaçari depende, substancialmente, de mudanças nas diretrizes de desenvolvimento e na elaboração de suas políticas públicas. A manutenção do modelo anterior, exaustivamente mantido, conduzirá ao agravamento da situação socioeconômica e ambiental dos habitantes de Camaçari.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: BNB, 1998.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. 1996. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n. 14. dez. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 de abr. 2004.

AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**. 1999. Disponível em: <[http://www.iplance.ce.gov.br/publicacoes/artigos/art\\_1.pdf](http://www.iplance.ce.gov.br/publicacoes/artigos/art_1.pdf)>. Acesso em: 17 de abr. 2004.

ÁVILA, J. Fernando Bastos de F. Et al. **Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 1996.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil financeiro dos municípios**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/perfilfinmun/sumario.asp>>. Acesso em: 25 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatística dos municípios baianos 2004**. Salvador: SEI, 2004a. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/cdemb\\_mensdownload.asp](http://www.sei.ba.gov.br/cdemb_mensdownload.asp)>. Acesso em: 30 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Infra-estrutura do Estado da Bahia. **PELTBAHIA - Programa Estadual de Logística e Transporte**: caminhos para o desenvolvimento. Salvador: SEINFRA/PELTBAHIA, 2004b.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Cultura e Turismo. PDTIS, **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**: Salvador e entorno. Salvador: Suinvest/Bahiatursa, 2004c.

\_\_\_\_\_. SEI. **Evolução territorial e administrativa do estado da Bahia**: um breve histórico. Salvador: SEI, 2003. (CD-Rom).

\_\_\_\_\_. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Diretoria de Informação e Comunicação em Saúde. **Indicadores demográficos, sociais e de saúde**: dados por município. Salvador: SESAB/DICS, 2002.



\_\_\_\_\_. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Índice de desenvolvimento econômico e social: municípios baianos 2001**. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/IDS/Sum\\_IDS.asp](http://www.sei.ba.gov.br/IDS/Sum_IDS.asp)>. Acesso em: 20 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. Centro de Estatística e Informações, Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. **Informações básicas dos municípios baianos: Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: CEI/CONDER, 1994.

\_\_\_\_\_. SEPLANTEC. CEI. **Anuário estatístico da Bahia**. v. 8, Salvador: SEI, 1985.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Minas e Energia. COPEC. **Metalurgia do cobre: plano diretor, área industrial Oeste**. Salvador: SME/COPEC, 1977.

\_\_\_\_\_. SEPLANTEC. CPE. **Comportamento demográfico e divisão territorial da Bahia de 1940 a 1970**. Salvador: CPE, 1976.

\_\_\_\_\_. COPEC. Secretaria das Minas e Energia. Prefeitura Municipal de Camaçari. **Plano piloto de Camaçari, plano piloto de Dias D'Ávila**. Salvador: SME, 1975.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Minas e Energia. COMCOP. **Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari**. Salvador: SME, 1974.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Indústria e Comércio, **Plano Diretor Orla Marítima: Barra Açu da Torre**. Salvador: SIC, 1973.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Indústria e Comércio. **Planejamento industrial de Camaçari: diagnóstico preliminar e termos de referência**. Salvador: SIC, 1971.

BALDWIN, E. Robert; MEIER, M. Gerald. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

BATISTA, António Mendes. **Os modelos de desenvolvimento e a política econômica espacial**. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, Centro de Investigações Regionais e Urbanas. Lisboa: UTL, 2001. Disponível em: <<http://www.estt.ipt.pt>>. Acesso em: 10 fev. 2005.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno**. Madri: Ediciones Pirâmide, 1999.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BNDES. **Balço social e outros aspectos da responsabilidade social**. Relato setorial nº 2. AS/GESET. Brasília: BNDES, 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2005.

BOISIER, Sergio. Post-scriptum sobre desenvolvimento: modelos reais e modelos mentais. In: **Revista Planejamento e políticas públicas**. nº 19, Jun. de 1999. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp19/Parte\\_7.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp19/Parte_7.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2005.

\_\_\_\_\_. ¿Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? In: **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 8 n. 1 jan./abr. 2003.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. Tese de doutorado. Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04022002-105347>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

BRAGA, Fernando; MATOS, Ralfo. **Urbanização no Brasil contemporâneo, população e a Rede de Localidades Centrais em Evolução**. In: Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. ENA-ANPUR. Salvador: ANPUR, 2005.

BRASIL. **Constituição federal**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2003.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. XX vol. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de recuperação automática**: SIDRA. Apresenta informações sobre população, produção agrícola, e diversos outros indicadores sociais, agregados por municípios brasileiros. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Site onde são apresentadas informações detalhadas sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

BRITO, Rita. **Camaçari**: cidade incompleta. Disponível em: <[http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1\\_cont412.htm](http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1_cont412.htm)>. Acesso em: 02 maio 2005.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: INCRA/IICA, 1999.

CABRAL, Nágila Rejanne Alencar Julião. **Área de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. São Carlos: RIMA, 2002.

CAMAÇARI. **Camaçari, Perfil e diagnóstico**: 2000 – 2004. Camaçari: PMC/SEPLAN, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Adequação e atualização da Proposta de Plano Diretor Urbano de Camaçari-BA ao estatuto da cidade**. Camaçari:PMC; Fundação Escola de Administração da UFBA, 2005b.

CAMAÇARI. Prefeitura Municipal de Camaçari. **Plano Piloto da Orla Marítima**: Ipitanga, Jauá, Arembepe, Guarajuba, Tassimirim. Camaçari: PMC/CONDER, 1985. 258 p.

\_\_\_\_\_. Órgão de planejamento e coordenação geral. **II Plano municipal de desenvolvimento**. Camaçari: GEPRO, 1979.

\_\_\_\_\_. **Plano municipal de desenvolvimento**. Camaçari: COPEC, 1975.

CAPITÁN, Antonio Luis Hidalgo. **El pensamiento económico sobre desarrollo**. Tese de licenciatura. Universidade de Huelva. 1998. Disponível em:

<<http://www.uhu.es/antonio.hidalgo/documentos/pesd.pdf> >. Acesso em: 24 abr. 2005.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. 2002. Disponível em: <<http://www.desenbahia.ba.gov.br/biblioteca/artigos.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2004.

CECCATO, Mendes Maria. **Desenvolvimento Sustentável**. 2004. Disponível em: <[http://www.educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt2.html](http://www.educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html)>. Acesso em: 13 out. 2005.

CHAGAS, Édila Maria Pereira. Camaçari, em 23 de novembro de 2005. Entrevista concedida ao autor.

CHIUMMO, Luiz Antonio. **Desempenho ambiental e processo de comunicação: estudo de caso nos setores químicos e petroquímicos**. Dissertação de Mestrado, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/publico/Luiz\\_Chiummo\\_diss.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/publico/Luiz_Chiummo_diss.pdf) >. Acesso em: 24 nov. 2005.

CLEMENTE, Ademir; HIGASHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COFIC. Disponível em: <<http://www.coficpolo.com.br/index/htm>>. Acesso em: 25 ago. 2005.

CONSTRUTORA CAÍRES DE BRITO. **Análise da Base Territorial**. Salvador: CAR/PMC, 1999.

CONDER, Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, CLAN-consultoria e planejamento. **Plano de turismo do Recôncavo**: minuta. Salvador: CONDER/CLAN, s.d. 2v.

COPENE PETROQUÍMICA DO NORDESTE; HIDROCONSULT. **Relatório de impacto ambiental – RIMA, para ampliação do complexo petroquímico de Camaçari**. São Paulo: COPENE, 1989.

CRA. Centro de Recursos Ambientais. **Bacias hidrográficas do Recôncavo Norte**. 2001. Disponível em: <<http://www.cra.ba.gov.br>>. Acesso em: 22 de jul. 2005.

\_\_\_\_\_. **Projeto de gerenciamento costeiro**: revisão do diagnóstico sócio-ambiental, consolidado numa proposta de zoneamento e plano de gestão. Salvador: SEMARH/CRA, 2003.

ESPÍNOLA, Andréa Maximo. **Configuração espacial e hierarquia urbana**: rede de cidades no Paraná. In: Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Salvador: ENA-ANPUR, 2005.

DIAS, Patrícia Chame. Aspectos do desenvolvimento econômico da região metropolitana de Salvador: industrialização e distribuição sociodemográfica. In: **Bahia análise e dados**. Salvador, v. 14, n. 3, p. 537-550, dez. 2004

DNIT. Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes. **Mapa rodoviário da Bahia**. Brasília: DNIT, 2002.

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia. **Guia industrial do estado da Bahia**. Salvador: FIEB, 2005.

FONSECA, Tereza Maria Lisboa da. **Gestão de Resíduos Sólidos Perigosos**: Indústrias Petroquímicas do Pólo de Camaçari. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2003. Disponível em: <[http://www.seia.ba.gov.br/novo\\_card/arquivos/Relatorio\\_Anual\\_2004.pdf](http://www.seia.ba.gov.br/novo_card/arquivos/Relatorio_Anual_2004.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2005.

FURTADO, Celso. **A nova dependência**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

GARCEZ, Cristiane M. D'Ávila. **Sistemas Locais de Inovação na Economia do Aprendizado**: uma abordagem conceitual. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 351-366, Dez. 2000.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações Ferroviárias do Estado da Bahia**. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUIMARÃES, Thiago. **Trem descarrila, derrama produtos químicos e deixa cidade sem água.** Agência Folha, Belo Horizonte, 10 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.folhaonline.com.br>>. Acesso em: 22 mar. 2005.

HADDAD, R. Paulo. Cultura local e associativismo. In: **Seminários do BNDES sobre arranjos produtivos locais.** 2004. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

INSTITUTO ETHOS. **Conferência nacional.** 2004. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/cn\\_2004](http://www.ethos.org.br/cn_2004)>. Acesso em: 13 dez. 2005.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A Iniciativa Privada e o Espírito Público: a evolução da ação social das empresas privadas nas regiões Sudeste e Nordeste.** Brasília: DES, 2005.

JIMÉNEZ, Edgard Moncayo. **Evolución de los paradigmas y modelos interpretativos del desarrollo territorial.** Serie gestión pública, ILPES, CEPAL. Santiago de Chile, 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/Ilpes/0/LCIPL190/sgp13.PDF>>. Acesso em: 14 jan. 2005.

KALNIN, Joanir Luís. **Desenvolvimento local/regional focado na agricultura familiar: Experiências em Santa Catarina.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br>>. Acesso em 15 jan. 2005.

LAGE, Janaina. **Ferro, soja e ferro-gusa são afetados por apagão logístico, diz Vale.** Disponível em: <<http://www.folhaonline.com.br>>. Acesso em: 22 mar. 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

LAROUSSE. **Dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Ática, 2001.

LASUÉN, José Ramón. Urbanización y desarrollo: la integración de las concentraciones sectoriales y las aglomeraciones geográficas. In: **ILPES – Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social**. Planificación regional y urbana em América Latina. México: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

LIMA, José Edmilson de Souza; OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional**: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Rev. FAE, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LORENZO, Manoel. Entrevista concedida ao autor. Em 05 de novembro de 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2002.

MARKUNSEN, Ann. **Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico**: uma tipologia de distritos industriais. Revista Nova Economia. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, dez. 1995.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTOS, Carlos A. de. **Teorias del crecimiento endogeno**: lectura desde los territorios de la periferia. Estudos Avançados, vol. 13, n. 36, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a10.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2005.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MÔNACO, José Raimundo. Entrevista concedida ao autor. Em 12 de dezembro de 2005.

MONSANTO. **Responsabilidade social**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <José Gileá de Souza>. em: 05 jan. 2005.

MOTA, Saulo Ueslei Sousa. **Caracterização hidrogeológica do setor oriental do pólo industrial de Camaçari utilizando geofísica elétrica**. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Geofísica. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, 2004.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1957.

OLIVEIRA NETO, F. A.; SANTOS, P. R. P.; GOMES, Z. L. G. C.. **Considerações sobre tecnologias para remediação de solos e águas subterrâneas contaminadas e suas aplicações em pólos industriais na região metropolitana de Salvador e na antiga fábrica da COBRAC em Santo Amaro, Bahia**. 2000. Monografia (Especialização em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais na Indústria) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<http://www.teclim.ufba.br>>. Acesso em: 22 dez. 2005.

P&A, Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômico Ltda. **Pesquisa de mercado para empreendimentos imobiliário**: Relatório analítico, volumes I e II. Salvador, 2002.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org). **Economia Regional**. Belo horizonte: CEDEPLAR, 1977.

\_\_\_\_\_. A empresa motora em uma região e a região motora. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 1, nº 1, Belo Horizonte, 1961.

PPDU. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camaçari. Grupo de Trabalho e Acompanhamento – GTA. Auditório do gabinete do PMC. Ata de reunião realizada no dia 19 de dez. de 2005.

\_\_\_\_\_. Auditório da Seplan. Ata de reunião realizada no dia 21 de nov. de 2005.

\_\_\_\_\_. Auditório da Seplan. Ata de reunião realizada no dia 16 de nov. de 2005.

\_\_\_\_\_. Auditório da Seplan. Ata de reunião realizada no dia 09 de nov. de 2005.

\_\_\_\_\_. Auditório do gabinete do PMC. Ata de reunião realizada no dia 07 de nov. de 2005.



\_\_\_\_\_. Auditório da Seplan. Ata de reunião realizada no dia 03 de nov. de 2005.

\_\_\_\_\_. Secretária da Mulher. Ata de reunião realizada no dia 25 de out. de 2005.

\_\_\_\_\_. Auditório da Seplan. Ata de reunião realizada no dia 24 de out. de 2005.

\_\_\_\_\_. Auditório da Seplan. Ata de reunião realizada no dia 17 de out. de 2005.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2003. Brasília: PNUD: IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 29 mar. 2005.

RUDIO. Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

SANTANA. Júlio César Andrade de. Entrevista concedida ao autor. Em 22 de outubro de 2005.

SEBRAE. **Censo empresarial do setor de comércio e serviços de camaçari**. Salvador: Sebrae, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico tecnológico do turismo de Camaçari**. Salvador: Sebrae, 2004b.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril cultural, 1982.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em cluster. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ECA / USP, 2004.

SILVA, Maria da Luz Bacelar e. Sistemas produtivos locais e inovação na Bahia. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. n.º. 9. Salvador: UNIFACS, 2004.

SILVA NETO, Teobaldo Ribeiro da. Entrevista concedida ao autor. Em 08 de dezembro de 2005.

SILVEIRA JUNIOR, João Severiano Caldas da. **Avaliação do grau de internalização da proteção da água subterrânea no Pólo Industrial de Camaçari**. Dissertação de Mestrado em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo. Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica. Salvador, 2004.

SIMBRASIL. **Sistemas de Informações Sócio-econômicas dos Municípios Brasileiros**. FADE/UFPE, IPEA, Caixa Econômica Federal. CD Versão 2.02.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

SOARES, Pedro. **Peso do interior cresce no PIB nacional**. Sucursal Rio. Folha Dinheiro. 19 de Nov. de 2005. Disponível em: <<http://www.folhadinheiro.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2005.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenvolvreg.html>>. Acesso em: 12 maio 2005.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador, 2003.

SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. **Infraestrutura**. Disponível em: <[http://www.sudic.ba.gov.br/infra\\_estrutura2.htm](http://www.sudic.ba.gov.br/infra_estrutura2.htm)>. Acesso em 20 março 2006.

VIEIRA NETO, Pedro Nunes. **Uma análise dos planos de desenvolvimento da orla de Camaçari**. 2004, 162f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional), UNIFACS, Salvador, 2004.

XAVIER So., Guilherme G. de F. Distrito industrial. In: CATTANI, Antonio David. (Org.): **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999a.

\_\_\_\_\_. Especialização flexível. In: CATTANI, Antonio David. (Org.): **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999b.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A – Solicitação de informações enviada as empresas de Camaçari**

Caros Senhores,

Sou estudante do Mestrado em Análise Regional e Urbana da Universidade Salvador – UNIFACS. Realizando uma Dissertação que tem como objeto de estudo o desenvolvimento econômico e social do município de Camaçari.

Gostaria de obter informações sobre Responsabilidade Social, ou qualquer atividade desenvolvida pela empresa no município de Camaçari referente ao atendimento da comunidade nas áreas de: assistência social, alimentação, saúde, educação, entre outras.

Gostaria também de saber se a empresa tem Balanço Social publicado e em caso positivo como posso ter acesso a ele.

Desde já grato,

José Gileá de Souza

## APÊNDICE B – Pesquisa aplicada em amostra da população.

### Formulário de pesquisa

Responda às perguntas, abaixo, escolhendo apenas uma alternativa por questão. O objetivo deste questionário é avaliar a percepção dos moradores de Camaçari em relação às empresas instaladas no município. Sua colaboração será de grande importância para o alcance do objetivo da pesquisa e o sucesso do trabalho acadêmico à que ela corresponde.

1) O Sr. (a) trabalha em alguma empresa do Pólo Industrial?

Sim  Não

2) As empresas estão preocupadas em melhorar a qualidade de vida dos moradores de Camaçari?

Muito preocupadas  Preocupadas  Pouco preocupadas  Não estão preocupadas  
 Não sei, não tenho conhecimento

3) Se você acha que estão muito preocupadas, dê um exemplo de alguma ação que as empresas fizeram ou estão fazendo pela população de Camaçari:

---

4) As empresas oferecem muitos empregos para os moradores de Camaçari?

Oferecem muito  Oferecem  Oferecem pouco  Não oferecem  Não sei, não tenho conhecimento

5) As empresas compram no comércio de Camaçari.

Compram muito  Compram  Compram pouco  Não compram  Não sei, não tenho conhecimento

6) As diretorias das grandes empresas desconhecem o que acontece em Camaçari.

Discordo totalmente  Discordo  Indeciso  Concordo  Concordo totalmente

7) Com a implantação do Pólo Petroquímico e da Ford a vida da população de Camaçari melhorou?

Melhorou muito  Melhorou  Melhorou pouco  Ficou na mesma  Piorou

8) Em sua opinião quem ganhou mais com a implantação do Pólo Petroquímico e da Ford?

- ( ) A população de São Paulo e estados do Sul/Sudeste
- ( ) A população de Salvador
- ( ) A população de Camaçari
- ( ) Nenhuma delas, foram os empresários
- ( ) Não sabe

9) Você mora em Camaçari:

- ( ) Porque gosta da Cidade
- ( ) Porque trabalha aqui
- ( ) Porque nasceu aqui e sua família mora na Cidade
- ( ) Porque não pôde se mudar ainda
- ( ) Não moro em Camaçari

10) Caso você quisesse e pudesse se mudar você iria para:

- ( ) Um país do exterior
- ( ) São Paulo
- ( ) Rio de Janeiro
- ( ) Brasília
- ( ) Salvador
- ( ) Outro lugar \_\_\_\_\_

11) Se fosse dar uma nota, de 0 (zero) a 10 (dez), ao seu grau de satisfação por morar em Camaçari, que nota você daria? \_\_\_\_\_

12) Você conhece os programas ambientais desenvolvidos pelas empresas do Pólo Industrial?.

- ( ) Sim  ( ) Um pouco  ( ) Não

13) Você acredita nas informações que as empresas passam para a comunidade?

- ( ) Sim  ( ) Não

14) As empresas têm aberto as portas para visitas da comunidade?

- ( ) Sim  ( ) Às vezes  ( ) Não

15) As empresas realizam palestras sobre educação ambiental em escolas do município?

- ( ) Sim  ( ) Às vezes  ( ) Não  ( ) Não sei, não tenho conhecimento

16) As empresas estão empenhadas na melhoria ambiental do município?

Estão  Algumas vezes  Não estão  Não sei, não tenho conhecimento

17) As empresas poluem o ar soltando fumaça, fuligem e pó?

Sim  Às vezes  Não  Não sei não tenho conhecimento

18) As empresas vêm contaminando rios, águas e mananciais?

Sim  Às vezes  Não  Não sei, não tenho conhecimento

19) Acredito que no futuro não haverá mais poluição gerada pelas empresas.

Concordo totalmente  Concordo  Indeciso  Discordo  Discordo totalmente

20) Os moradores têm receio de sofrerem algum tipo de contaminação decorrente da operação das empresas.

Sim  Às vezes  Não  Não sei, não tenho conhecimento

21) Os moradores atribuem seus problemas de saúde à poluição causada pelas empresas.

Concordo totalmente  Concordo  Indeciso  Discordo  Discordo totalmente

22) Acredito que as empresas tomariam todas as providências se acontecesse algum problema que pudesse prejudicar a saúde das pessoas.

Concordo totalmente  Concordo  Indeciso  Discordo  Discordo totalmente

23) Atualmente as pessoas não têm do que reclamar das empresas que estão instaladas aqui.

Concordo totalmente  Concordo  Indeciso  Discordo  Discordo totalmente

24) Você ficaria satisfeito se as empresas saíssem do município?

Sim  Não  Não sei

25) O Governo (Federal, Estadual, Municipal) tem adotado providências para melhorar a qualidade da vida dos moradores de Camaçari?

Sim  Não  Não sei



## APÊNDICE C – Resultados da pesquisa amostral

**Tabela 55 – Percentual de indivíduos que trabalham no Centro Industrial de Camaçari, Jan 2006**

Trabalha	n°	%
Sim	67	17,0%
Não	317	83,0%
Total	384	100,0%

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 56 – Preocupação das empresas com a melhoria da qualidade de vida dos residentes em Camaçari, segundo a ótica da população, Jan 2006**

Opinião	n°	%
Muito preocupadas	16	4,2%
Preocupadas	66	17,2%
Pouco preocupadas	128	33,3%
Não estão preocupadas	131	34,1%
Não sabe, não tem conhecimento	43	11,2%
Total	384	100,0%

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 57 – Oferta de empregos das empresas aos residentes em Camaçari, segundo a ótica da população, jan 2006**

Opinião	n°	%
Oferecem muito	36	9,0%
Oferecem	139	36,0%
Oferecem pouco	185	48,0%
Não oferecem	14	4,0%
Não sabe, não tem conhecimento	10	3,0%
Total	384	100,0%

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 58 – Compras das empresas no município, segundo a ótica da população, jan 2006**

Opinião	nº	%
Compram muito	29	8,0
Compram	51	13,0
Compram pouco	129	34,0
Não compram	66	17,0
Não sabe, não tem conhecimento	109	28,0
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 59 – Grau de concordância da população de Camaçari, quanto ao desconhecimento da realidade de Camaçari por parte das diretorias das grandes empresas, Jan 2006**

Opinião	nº	%
Discordo totalmente	33	9,0
Discordo	103	27,0
Indeciso	112	29,0
Concordo	101	26,0
Concordo totalmente	35	9,0
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 60 – Reflexos da implantação do Copec e do CIFN sobre a qualidade de vida dos residentes em Camaçari, segundo a ótica da população, jan 2006**

Opinião	nº	%
Melhorou muito	74	19,3%
Melhorou	156	40,6%
Melhorou pouco	125	32,6%
Ficou na mesma	23	6,0
Piorou	6	1,6%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 61 – Beneficiários da implantação do Copec e do CIFN, segundo a ótica da população, Janeiro/2006**

<b>Opinião</b>	<b>nº</b>	<b>%</b>
A população de São Paulo e estados do Sul/Sudeste	67	17,4%
A população de Salvador	34	8,9%
A população de Camaçari	132	34,4%
Os empresários	117	30,5%
Não sabe, não tem conhecimento	34	8,9%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 62 – Razões que levam os indivíduos a residirem em Camaçari, Jan 2006**

<b>Razões</b>	<b>nº</b>	<b>%</b>
Porque gostam da cidade	162	42,0
Porque trabalham	70	18,0
Porque nasceram e a família mora na cidade	110	29,0
Porque não pôde se mudar ainda	42	11,0
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 63 – Lugares para onde o morador de Camaçari se mudaria, Jan 2006**

<b>Opinião</b>	<b>nº</b>	<b>%</b>
Um país do exterior	52	13,5%
São Paulo	29	7,6%
Rio de Janeiro	26	6,8%
Brasília	4	1,0
Salvador	74	19,3%
Outro lugar	149	38,8%
Não responderam	50	13,0
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 63.1 – Resposta dos entrevistados em relação aos outros lugares e seu percentual**

<b>Outro Lugar</b>	<b>n°</b>	<b>%</b>
Município do interior da Bahia	54	36,2%
Não especificaram	46	30,9%
Estados do Nordeste	26	17,5%
Outros estados, exclusive os já referenciados	23	15,4%
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 64 – Escala de satisfação dos moradores quanto a residirem em Camaçari, Jan 2006**

<b>Escala</b>	<b>n°</b>	<b>%</b>
0	4	1,0
1	3	0,8%
2	0	0,0
3	4	1,0
4	3	0,8%
5	41	10,7%
6	37	9,6%
7	70	18,2%
8	117	30,5%
9	37	9,6%
10	68	17,7%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

Obs. Zero equivale ao menor grau de Satisfação e dez

**Tabela 65 – Conhecimento da população de Camaçari em relação aos programas ambientais desenvolvidos pelas empresas do centro industrial, Jan 2006**

<b>Opinião</b>	<b>n°</b>	<b>%</b>
Conhecem	64	16,6%
Conhecem pouco	148	38,5%
Não conhecem	172	44,7%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 66 – Confiança da população de Camaçari em relação às informações que as empresas passam para a comunidade, Jan 2006**

Opinião	nº	%
Confiam	119	31,0
Não confiam	260	68,0
Não responderam	5	1,0
Total	384	100,0

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 67 – Abertura das empresas para visitas da comunidade, segundo a ótica da população, Jan 2006**

Opinião	nº	%
Sim, abrem	49	12,8%
Às vezes	160	41,7%
Não abrem	156	40,6%
Não responderam	19	4,9%
Total	384	100,0

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 68 – Realização de palestras sobre educação ambiental nas escolas municipais oferecidas pelas empresas do centro industrial, segundo a ótica da população, Jan 2006**

Opinião	nº	%
Realizam	92	24,0
Às vezes realizam	132	34,0
Não realizam	75	20,0
Não sabe, não tem conhecimento	85	22,0
Total	384	100,0

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 69 – Comprometimento das empresas do centro industrial com a melhoria ambiental no município, segundo a ótica da população, Jan 2006**

Opinião	nº	%
Estão empenhadas	88	23,0
Algumas vezes	136	35,0
Não estão empenhadas	85	22,0
Não sabe, não tem conhecimento	75	20,0
Total	384	100,0

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 70 - Poluição do ar provocada pelas empresas do centro industrial percentual, segundo a ótica da população, Jan 2006**

Opinião	nº	%
Poluem	332	86,0
Às vezes poluem	47	12,0
Não poluem	3	1,0
Não sabe, não tem conhecimento	2	1,0
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 71 – Poluição dos recursos hídricos por empresas do centro industrial, segundo a ótica da população, jan 2006**

Opinião	nº	%
Poluem	240	62,5%
Às vezes poluem	67	17,4%
Não poluem	25	6,5%
Não sabe, não tem conhecimento	52	13,5%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 72 – Percentual da população que acredita num futuro sem poluição gerada pelas empresas, Jan 2006**

Opinião	nº	%
Concordo totalmente	32	8,3%
Concordo	41	10,7%
Indeciso	37	9,6%
Discordo	133	34,6%
Discordo totalmente	141	36,7%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 73 – Receio da população em sofrer contaminação decorrente da operação das empresas, Jan 2006**

<b>Opinião</b>	<b>n°</b>	<b>%</b>
Alto	309	80,0%
Médio	49	13,0%
Baixo	11	3,0%
Não sabe, não tem conhecimento	15	4,0%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 74 – Problemas de saúde da população atribuído a poluição gerada pelas empresas, Jan 2006**

<b>Opinião</b>	<b>n°</b>	<b>%</b>
Concordo totalmente	154	40,0%
Concordo	139	36,0%
Indeciso	45	12,0%
Discordo	44	11,0%
Discordo totalmente	2	1,0%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 75 – Grau de confiança da população nas ações das empresas do centro industrial em caso de acidente que prejudicasse a saúde dos moradores, Jan 2006**

<b>Opinião</b>	<b>n°</b>	<b>%</b>
Confia totalmente	34	9,0%
Confia	58	15,0%
Indeciso	70	18,0%
Desconfia	145	38,0%
Desconfia totalmente	77	20,0%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 76 – Resposta dos indivíduos quanto à ausência de reclamação da população em relação às empresas instaladas em Camaçari, Jan 2006**

<b>Opinião</b>	<b>n°</b>	<b>%</b>
Concordo totalmente	18	4,7%
Concordo	60	15,6%
Indeciso	26	6,8%
Discordo	233	60,7%
Discordo totalmente	47	12,2%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 77 – Resposta dos entrevistados quanto à satisfação da população se as empresas saíssem do município e seu percentual, Jan 2006**

<b>Opinião</b>	<b>n°</b>	<b>%</b>
Sim	11	3,0%
Não	341	89,0%
Não sei	32	8,0%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa direta

**Tabela 78 – Percentual da população que acredita nas ações do Governo (federal, estadual e municipal) para melhorar a qualidade de vida dos moradores de Camaçari, Jan 2006**

<b>Opinião</b>	<b>n°</b>	<b>%</b>
Acredita	203	53,0%
Não acredita	107	28,0%
Não sabe	74	19,0%
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa direta